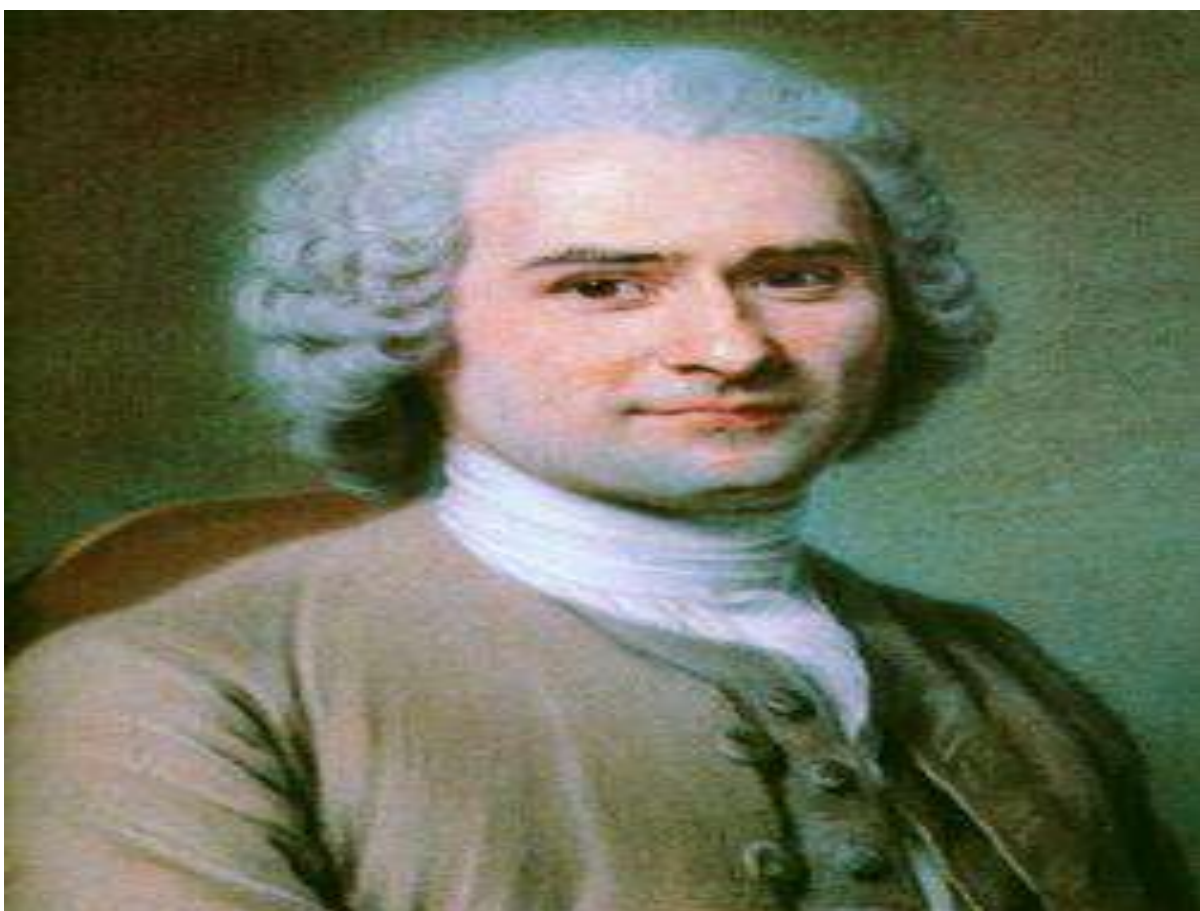


IΦ-SOPHIA

Revista eletrônica de investigações filosóficas, científicas e tecnológicas

Filosofia política: cidadania e controle social



GRUPO DE PESQUISAS FILOSOFIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIAS - IFPR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA – UFPR
ASSIS CHATEAUBRIAND & CURITIBA



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

ORGANIZADA POR:



Grupo de Pesquisas Filosofia, Ciência e Tecnologias

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ – IFPR – Assis Chateaubriand

EM PARCERIA TÉCNICO PEDAGÓGICA INFORMAL COM:



DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA - PGFILOS

EDITADA E PUBLICADA POR:



JPJ Editor



PARCEIROS FORMAIS E INFORMAIS

E OS CAMPI: Cascavel, Coronel Vivida, Umuarama, Goioerê, Pitanga e Campo Largo.





IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – IFPR – Reitor *pro tempore* – Odacir Antônio Zanatta

Pró-reitor de Ensino – Amarildo Pinheiro Magalhães

Pró-reitor de Pesquisa, Ensino e Inovação – Marcelo Estevam

Diretor Geral do campus IFPR – Assis Chateaubriand – Vicente Estevam Sandeski

Diretor de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação – Tatiane Matinazzo Portis

Coordenador de Pesquisa, Extensão e Inovação – Renato Lada Guerreiro

Grupo de pesquisas Filosofia, Ciência e Tecnologias – IFPR – Assis Chateaubriand

Coordenação Geral - José Provetti Junior

Coordenação de Publicações - Claudia Dell'Agnolo Petry

Editor - José Provetti Junior

Comissão Editorial - Claudia Dell'Agnolo Petry, Vicente Estevam Sandeski, José Provetti Junior

Diagramador - José Provetti Junior

Revisor do periódico - José Provetti Junior

Conselho Editorial

Professora Ms. (RSCIII) Claudia Dell'Agnolo Petry – IFPR – Assis Chateaubriand

Professor Doutor Vicente Estevam Sandeski – IFPR – Pitanga

Professor Ms. (RSCIII) José Provetti Junior – IFPR – Assis Chateaubriand

Professor Doutorando Daniel Salesio Vandresen – IFPR – Coronel Vivida

Professora Especialista Kátia Cristiane Kobus Novaes – IFPR – Assis Chateaubriand

Professor Ms. (RSCIII) Rafael Egidio Leal e Silva – IFPR – Umuarama

Professor Dr. Leandro Neves Cardim – UFPR – Curitiba

Professor Dr. Rodrigo Brandão – UFPR – Curitiba

Professor Dr. Paulo Vieira Neto – UFPR – Curitiba



IF-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Conselho Consultivo

Professor Dr. Luiz Fernando Dias Pita – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Leandro Neves Cardim – UFPR – Curitiba.

Rodrigo Brandão – UFPR – Curitiba.

Paulo Vieira Neto – UFPR – Curitiba.

Capa – José Provetti Junior.

Imagens encaminhada pelo líder do Grupo de pesquisas e estudo sobre Filosofia e ensino de Filosofia, extraída do [sítio http://boinafrigia.blogspot.com/2005/10/rousseau-e-repblica.html](http://boinafrigia.blogspot.com/2005/10/rousseau-e-repblica.html)

Editoração eletrônica - José Provetti Junior

CATALOGAÇÃO NA FONTE

PROVETTI JR., José (Org.) . **IF-Sophia: revista eletrônica de investigações filosófica, científica e tecnológica**. Ano IV, Volume 4, nº XV (2018) – Assis Chateaubriand e Curitiba: JPJ Editor; Grupo de pesquisa Filosofia, Ciência e Tecnologia – IFPR & Departamento de Pós-graduação em Filosofia – UFPR, 2018.

Trimestral
ISSN - 2358-7482

1. Filosofia – Periódicos. I. Grupo de pesquisas Filosofia, Ciência e Tecnologias - IFPR. II. Departamento de Pós-graduação em Filosofia.– UFPR.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Endereços para correspondência

Grupo de pesquisa Filosofia, Ciência e Tecnologia – IFPR
Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Paraná – IFPR
Av. Cívica, 475 – Centro Cívico – Assis Chateaubriand/ PR - Brasil
CEP – 85.935-000
Tel.: 44-98813-1127

Departamento de Pós-graduação em Filosofia – UFPR
Campus da Universidade Federal do Paraná – UFPR
R. Dr. Faivre, 405, sexto andar – Curitiba/ PR – Brasil
Tel.: 41-3360-5098



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

SUMÁRIO

Filosofia política e os desafios do presente – Por Luiz Fernando Dias Pita.....	7
Mulher e História: da invisibilidade ao sujeito da análise – Por: Leandro da Silva Lunz	11
Alguns aportes para refletir sobre a informação e formas de controle social na contemporaneidade – Por: Valéria Cristina Lopes Wilke	32
Ética e estruturade direitos do meio ambiente natural e artificial – Por: Aldo Muro Júnior	54
A crítica de Benjamim ao caráter coercitivo da lei e a vinculação entre a violência mítica e o direito – Por: Luciano Gomes Brasil	62
A manutenção das desigualdades entre os homens – Por: Sandro Rinaldi Feliciano	82
Um estudo de caso sobre o abandono da escola por alunos do Ensino Médioem Boa Vista- Roraima: o papel da escola no século XXI – Por: Antônio Lisboa	93
Ética e moral: elementos propulsores de uma Ética da libertação na Filosofia de Enrique Dussel – Por: Luis Fernando de Carvalho Souza	108
Linguagem proibida: as gíreas – Por: Rodrigo Mazer Etto.....	125
Da ditadura militar a democracia: História e perspectiva do ensino de Filosofia no Brasil – Por: Francisco de Assis Severo Lima	145
Morte: indivíduo e sociedade – uma leitura a atitude humana diante da morte a partir de Martin Heidegger e Edigar Morin – Por: Marcelo Lopes Rosa	162
Leitura de Literatura: experiência estética ou experiência concreta de condutas morais – Por: Rafael Lucas Santos da Silva	178
As representações sociais sobre a evasão, a manutenção e permenência escolar: tecendo considerações – Por: Clayton Pereira de Sá & Leila Cleuri Pryjma	189
Nação e nacionalismo numa perspectiva histórica – Por: Maxlander Dias Gonçalves	215
Política brasileira: um olhar para a prática política – Por: Tiago Valenciano Previatto Amaral & Rafael Egidio Leal e Silva ...	228



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Editorial

Filosofia política para os desafios do presente

Prof. Dr. Luiz Fernando Dias Pita¹
magisterpita@gmail.com

Rompendo as fórmulas tradicionais e consagradas para editoriais de revistas e demais publicações acadêmicas, como seria o caso presente, gostaria de iniciar manifestando meu momentâneo estupor pelo convite que me foi apresentado de escrever o editorial que ora segue. Mas ressalto tratar-se de um espanto ambivalente, tanto pelo inesperado fato de haver-se considerado meu nome, quanto pela

¹ É Doutor em Letras Clássicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, é Mestre em Letras Clássicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, é Mestre em Letras pela Universidade Federal Fluminense – UFF, é Especialista em Língua Latina pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e Graduado e Licenciado em Letras Português-Espanhol pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Tem curso sobre *Esperanto kun teorilingvistika bazo C1* pela Universidade Jagelônica de Cracóvia – UJ – Polônia e é certificado como proficiente em Esperanto, nível C1 pela Universidade Eötvös Loránd – ELT – Hungria. É servidor público estadual do Rio de Janeiro, docente do Ensino Superior, professor adjunto, lotado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, na cidade do Rio de Janeiro. É servidor público Municipal, docente de Letras Português na Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias – SME-PMDC. É servidor público estadual do Rio de Janeiro, docente III, de Língua Espanhola, da Secretaria de Estado da Educação do Rio de Janeiro – SEED-RJ. É Pesquisador-efetivo e Coordenador de Pesquisa do Grupo de pesquisa Filosofia, Ciência e Tecnologia – IFPR, vinculado a Linha de Pesquisa sobre Idioma Internacional Neutro – Esperanto. É Coordenador do Projeto de Pesquisa sobre Laboratório de Estudos do Renascimento Humanístico em Portugal. É Membro do Corpo Editorial dos periódicos “IF-Sophia: revista eletrônica de investigações Filosófica, Científica e Tecnológica”, “O Marrare” e “Revista eletrônica Tessituras”. É revisor do periódico “O Marrare”. É autor de artigos científicos na mídia especializada nacional. É autor dos livros “Do era ao mais uma vez: o eterno retorno à Antiguidade Clássica e à cultura Oriental” (2015); “Baza kurso de Esperanto” (2015); “Octavius” (2015); “Kompleta Gramatiko de La Tupia Lingvo” (2015); “Vocabulário pentalingue – Kvinlingva Vortareto” (2014) e “A ilha e o corte: tensões e transformações na Antiguidade Clássica e na cultura Oriental” (2013). É co-autor nos livros: “As fronteiras da Antiguidade Clássica e da cultura oriental” (2017); “Imagens e miragens: Anais do V Congresso de Letras Clássicas e Orientais – LECO-UERJ” (2011); “Hispanismo 2000” (2011) e “Universo hispânico: língua, literatura, cultura” (2001).

*IΦ-Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

sincronicidade com que a informação me foi trazida, uma vez que a temática deste número tem-me, nas últimas semanas, ocupado o pensamento com desconfortável frequência.

Tal desconforto advém do somatório de uma série de informações que, agrupadas, mostram de forma irretorquível o insólito em que nosso cotidiano tem-se transformado: com a argumentação fundamental de que o Ensino Médio deve “preparar os jovens para inserção no mercado de trabalho” – argumento que não deixa de ser louvável, diante da massa de jovens que chegam à idade laboral sem qualquer mínimo preparo para o exercício de qualquer atividade remunerada – tomo, bestializado, ciência de que, dentro do panorama da assim chamada “reforma” do Ensino Médio – subjaz uma enorme redução da oferta das disciplinas Sociologia, Espanhol, Artes e Filosofia.

Em que pese a propalada necessidade de inserção ser real – e de que eu reconheça que uma inserção subalterna no universo do trabalho e emprego ainda seja melhor que qualquer condição à margem do mesmo - essa medida não deixa de me fazer recordar o Concílio de Trento, pois evoca com nitidez o norte pretendido para dita “reforma”: a formação de mão-de-obra técnica, assalariada, desacompanhada porém de qualquer treinamento para o exercício de um pensamento autônomo e despreparada para o pleno exercício da cidadania, que ditas disciplinas podem despertar.

Mas há algo mais no ar: se a diminuição da oferta de Artes pode ter o efeito deletério de toldar não só a capacidade de fruição artística, nas suas mais diversas linguagens, também a capacidade de abstração e de interpretação fica embotada. Isso, somado à imposição da língua inglesa – em detrimento de outras, como o espanhol – evidencia a decisão de que se prepare o alunado para a recepção acrítica de uma matriz unívoca de pensamento (e de ideologia), tal como se fez no mencionado concílio. Enfim, sem qualquer meio-termo, assumem os propositores de tal “reforma” que,



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

potencializando o que dizia Althusser, a escola deve ser, em sua visão sempre e tão somente, um aparelho ideológico do Estado; o qual é, no caso, aquele modelo que desde abril de 2016 se vem delineando, e cuja tônica tem sido a de inserção voluntária numa posição internacional subalterna.

Tomo esse exemplo como o mais cristalino, mas infelizmente não o único, de como, talvez mais que nunca, faz-se mister o resgate de estudos e práticas ligadas à assim chamada “Filosofia Política”; embora, não sendo eu filósofo, interrogo-me, talvez ingenuamente, se há alguma filosofia que não o seja. A necessidade dessa retomada repousa sobre o fato de que a sociedade - e não só a brasileira – se encontra num momento em que se presencia com tamanha nitidez a (re)construção, por diversas vias, de tão variadas formas de controle social, inclusive algumas que se tinham por definitivamente sepultadas, que não só tentam direcionar, mas também conter, de maneira ao mesmo tempo prescritiva e proscritiva, o exercício da cidadania.

Uma delas vale aqui mencionar: se nos últimos dez anos as chamadas redes sociais se tornaram o principal veículo de divulgação de informações, assiste-se hoje à enxurrada das chamadas *fake news*, sob as quais se percebem estratégias de defesa de ideias, de linhas de pensamento e de manipulação política que apelam não para o exercício do raciocínio crítico e independente, mas, ao inverso, às mais viscerais e violentas manifestações de irracionalismo. E isso já tem motivado uma, ainda tímida, reação em prol da veracidade dos fatos citados nas redes sociais. No entanto, percebe-se que, no bojo das medidas que visam à contenção das *fake news*, há o desejo manifesto de que os órgãos de imprensa tradicionais reconquistem a condição de “palavra autorizada”, e portanto digna de credibilidade que perderam com o crescimento das redes e das novas dinâmicas de informação a ela ligados. Corre-se pois, o risco de, sob a desculpa de justificado combate às *fake news*, cercear-se também a liberdade de



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

expressão dos usuários de internet.

Obviamente, para todos aqueles que ainda creem na liberdade de expressão, numa política conduzida por ideias e por ideais, no debate racional sobre a *res publica*, na educação como via prioritária para a formação de novas gerações capacitadas para a formulação de um pensamento independente, na busca de um projeto de nação e de mundo em que o obscurantismo ocupe o sarcófago que lhe cabe na História; o horizonte que se esboça não é dos mais animadores: por isso a sensação de amargura e desesperança que percebo naqueles que acabei de mencionar.

Mas reitero que, é em momentos como esse, que se impõem a concentração de esforços em projetos exequíveis, o desbaste das ideias que já não tem mais lugar nesse novo panorama e a reorganização de forças para recuperar espaços que podem parecer, hoje, perdidos.

Finalizando, quero recordar as palavras do grande mestre enxadrista Savielly Tartakower (1887-1956): “*Tática é saber o que fazer quando há algo a fazer; estratégia é saber o que fazer quando não há nada para fazer.*” Partindo dessas definições, e à luz do que a Filosofia Política poderá nos proporcionar, ousou dizer que, à espera do momento exato de agir, urge que aqueles que porventura se identifiquem com os grupos que acima mencionei, desenvolvamos, através da reflexão filosófica a respeito dos embates que, com cada vez mais incômoda pertinácia, nossa sociedade atravessa(rá), novas estratégias e táticas que - para além de qualquer viés meramente ideológico, e muito menos partidário! - respondam a todos os desafios que se apresentam, e se possa, cumprindo-se os versos de Maiakóvski: “*arrancar a alegria lá do futuro*”.

Que os textos presentes neste número de IΦ-Sophia possam ser mapas e bússolas para que se alcance esse futuro no qual o pleno exercício da cidadania não seja novamente uma utopia.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Mulher e História: da invisibilidade à sujeito de análise

Por: Leandro da Silva Lunz²

leolunz@gmail.com

Resumo

A narrativa histórica tal como nos tem sido apresentada na cultura ocidental, representa um modelo antropocêntrico do fazer histórico e conseqüentemente relegou às mulheres um papel de invisibilidade e silenciamento. A figura feminina foi construída como um modelo de submissão e impotência, sendo tratada como um objeto que deveria atuar no campus do privado. Refletir sobre os caminhos da historiografia até a consolidação de uma História das Mulheres implica em reconhecê-las como sujeitos da História e desconstruir a visão que privilegia a masculinidade como o modelo ideal a ser reverenciado. O desenvolvimento da nova história cultural aliado ao feminismo e novos paradigmas científicos contribuíram para a inserção das mulheres no estudo da História como sujeito que participou ativamente da construção dos momentos históricos, dos mais simples aos mais excepcionais.

Palavras-chaves: Narrativa Histórica; História Cultural; Feminismo;

Rezumo

La historia rakonto, kiel ĝi estis prezentita al ni en Okcidenta kulturo, reprezentas antropocentran modelon pri historiaj faroj kaj sekve forigis virinojn al rolo de nevidebleco kaj silento. La ina figuro estis konstruita kiel modelo de submetiĝo kaj senpoveco, traktata kiel objekto, kiu devus agi en la privata kampuso. Reflektante la vojojn de historiografio al la solidigo de Virina Historio implicas agnoski ilin kiel temojn de historio kaj malkonstrui la vidon, kiu privilegias la masculinion kiel la ideala modelo por esti respektata. La disvolviĝo de la nova kultura historio kombinita kun feminismo kaj novaj sciencaj paradigmoj kontribuis al la inkludo de virinoj en la

² É Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, é Especialista em Gestão Pública Municipal pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – IFES, é Especialista em História do Brasil pela Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC e é Graduado e Licenciado em História pelo Centro Universitário São Camilo – CUSC. Tem curso de Supervisão Escolar pela Escola de Serviço Público do Espírito Santo, Mulher, Feminismo e gênero na História pela Universidade Federal do Espírito Santo e Abordagens e métodos em História Social e Política pela Universidade Federal do Espírito Santo. É servidor público estadual, junto a Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo – SEDU-ES, lotado na cidade de Afonso Cláudio – ES.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

studado de la historio kiel temo, kiu partoprenis aktive en la konstruo de historiaj momentoj, de la plej simpla al la plej escepta.

Ŝlosilvortoj: *Historia rakont-arto; Kultura Historio; Feminismo.*

Abstract

The historical narrative, such as has been displayed in western culture, represents a model androcentric the making of history and, consequently, relegated women to a role of invisibility and silencing. The female figure was built as a model of submission and desimportância, being treated as an object that should act on the campus of the private. Reflect on the paths of the historiography up to the consolidation of a History of Women implies to recognize them as subjects of History, and deconstruct the vision that privileges masculinity as the ideal model to be revered. The development of the new cultural history ally to feminism, and new scientific paradigms have contributed to the inclusion of women in the study of History as a subject that actively participated in the construction of the historical moments, from the simplest to the most exceptional.

Keywords: *Historical account; Cultural History; Feminism;*

Introdução

Do surgimento das primeiras aldeias habitadas pelos nossos antepassados até os dias atuais, transcorreram milhares de anos de história. Sendo que ao longo desse período, o registro das ações, em sua grande maioria, tem desprivilegiado os feitos femininos, relegando às mulheres um papel de menor importância ou de quase invisibilidade. Neste processo histórico, a necessidade da manutenção da espécie e da sobrevivência, obrigou os seres humanos a desenvolverem mecanismos de convívio para os grupos sociais, que por sua vez foram construídos baseados em uma ordem na qual o sexo feminino exerceria um papel de subordinação política e de coadjuvantismo. Este modelo - de convívio social com ênfase na subordinação feminina – esteve bem evidente nas comunidades ocidentais cristãs e também na sociedade brasileira do século XV até a atualidade.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

A visão que enfatiza a impossibilidade do uso da racionalidade pela mulher, encontrava-se fundamentada, conforme descreve Perrot na teoria e estereótipo elaborados no século XIX, baseados no discurso naturalista, que insistia na existência de duas "espécies" com qualidades e aptidões diferenciadas. Aos homens o cérebro e a capacidade de decisão e às mulheres os sentimentos e o "dever" do cuidado do espaço privado. Em virtude disso foi criada a representação simbólica da mulher, enquanto esposa-mãe-dona-de-casa. Diante deste contexto, de exclusão feminina do espaço público, vale destacar ainda que os métodos científicos que direcionaram as pesquisas no campo das Ciências Humanas, a partir da segunda metade do século XIX, relegaram a um segundo plano as reflexões sobre os destinos individuais. De modo geral os estudiosos apresentavam visões totalizantes que ignoravam a participação dos indivíduos nos processos sociais. Em virtude disso, as histórias de vida desempenhavam um mero papel de caráter mais ilustrativo das diversas áreas de conhecimento que compunham aquele campo e deste modo é possível compreender o porquê da produção historiográfica relegar às mulheres um espaço com pouca ou quase nenhuma representatividade em suas abordagens.

Já nas últimas décadas do século XX, emergiu uma Nova História Cultural e também o retorno de uma Nova História Política, na qual grande parte dos historiadores tem debruçados seus esforços e estudos. Pode-se dizer que as diversas correntes historiográficas no âmbito da História Cultural desenvolveram um diálogo interdisciplinar com outros campos do conhecimento como a Antropologia, psicologia, linguística ou a ciência política modificando a perspectiva de análise do percurso dos



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

indivíduos no interior de diferentes meios, como mencionou Cerutti (1998).

Com o tempo, diversas pesquisas e estudos³ sobre a história das mulheres ganharam relevância com o desenvolvimento da História Cultural⁴, uma vez que suas análises direcionadas para as múltiplas vivências dos mais diversos agentes da vida social consequentemente têm mobilizado questões acerca das várias abordagens utilizadas pelos cientistas sociais na construção de seus objetos de estudo, procurando assim explicar a lógica da significação das experiências em suas especificidades. Desta forma, a utilização da história oral, o estudo do cotidiano, análises biográficas bem como o campo da memória e suas múltiplas implicações tem servido como uma nova forma de pensar a história permitindo que grupos e ou pessoas antes retratados como não ou menos importantes sejam vistos com maior interesse e seus feitos ganhem registros e espaços essenciais para uma compreensão da nossa história atual⁵.

Tendo como referência estudos de pesquisadores como Perrot (2012), Scott (1992) e Tedeschi (2012) será abordado a importância da história cultural para a efetivação da inserção da mulher como sujeito de história. A mulher não mais se

³ Natalie Zemon Davis em "Mulheres e o Mundo do Annales", Michele Perrot em "Mulheres ou os silêncios da História" e Lynn Hunt em "A nova história cultural".

⁴ A História Cultural utilizando como parceria estudos que foram desenvolvidos pelas Ciências Sociais, Antropologia, Sociologia, Filosofia e também a Literatura, tem conseguido realizar uma pesquisa histórica que contemple os feitos femininos e alçado as mulheres a uma condição de maior visibilidade e destaque. Destaque para a Antropóloga Henrietta Moore em seu trabalho intitulado "Compreendendo Sexo e Gênero". O Sociólogo Roger Chartier em seu estudo "Diferenças entre os sexos e dominação simbólica" e a escritora Virginia Woolf em seu livro "O status intelectual da mulher".

⁵ Jacques Le Goff em sua obra "História e Memória" afirma que a ciência histórica define-se pela indagação e pelo testemunho dos indivíduos. Sabina Loriga orientou vários temas de pesquisa acerca das relações entre a história e a biografia "A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). Jogos de escalas: a experiência da microanálise" Peter Burke na obra "O que é história cultural?" explica como os historiadores foram influenciados pelos antropólogos. Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira no livro "Apresentação in Usos e abusos da história oral" descrevem que tanto a história oral quanto a memória são reconstruções psíquicas e intelectuais que acarretam representações seletivas do passado no qual o indivíduo está inserido em um contexto familiar, institucional e social.



IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

encontra vinculada a uma visão única e inquestionável dentro do lócus social, tendo conquistado o direito de exercício de um papel valorativo que foram essenciais no processo em que as mulheres foram alçadas à condição de objeto e sujeito da História, possibilitando a emergência de uma História das Mulheres.

O Desenvolvimento da Nova História Cultural

A Nova História Cultural contribuiu para a re colocação da noção de discurso no centro da História Cultural, considerando a linguagem e as práticas discursivas que constituem a vida social e dão embasamento a uma noção mais ampla de cultura. A inserção das mulheres como sujeitos de história ocorreu graças ao desenvolvimento dessa Nova História Cultural preocupada em retratar os conflitos e as estratificações existentes nas classes sociais. Esta preocupação tem permitido um novo olhar sobre a história das mulheres, todavia um longo caminho foi percorrido para que tal fato se tornasse possível. Burker (1992) já destacava que havia muito pouco a ser dito sobre as mulheres por falta de provas, pois existia uma tendência da historiografia de seguir uma postura parcial e insuficiente, deixando claro seu perfil eminentemente masculino e excludente das mulheres dos diversos segmentos sociais. Este papel de insignificância relegado ao público feminino, como afirma Perrot (2012) foi quase sempre justificado pela falta de fontes históricas sobre a existência das mulheres.

O desenvolvimento dos diálogos interdisciplinares favoreceu a consolidação das mais importantes correntes de historiadores culturais, na qual se pode citar a interconexão entre a História Cultural e a Micro-História. Dentre os grandes nomes da micro-história, pode-se destacar Carlos Ginzburg que contribuiu para romper a abordagem tradicional característica do pensamento histórico permitindo ao historiador a possibilidade de trabalhar com pequenas pistas. O autor defende o uso de variadas fontes para se descobrir um pouco mais sobre aqueles a quem ele denomina de



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

“marginalizados”. Ginzburg (1991) afirma que há a necessidade do estudo de grupos sexuais ou sociais que são deficientemente representados naquilo que podemos chamar de fontes “oficiais”, pois estes estudos podem fornecer informações preciosas sobre estes grupos ou pessoas.

Existe outra corrente da História Cultural, que tem direcionado a sua atenção para os aspectos discursivos e simbólicos da vida sociocultural, sendo destaque nesta linha de análises o pensador francês Pierre Bourdieu (1996), cujos estudos buscam elucidar como a sociedade consegue reproduzir nos indivíduos as suas estruturas políticas, morais, éticas, dentre outras. E defende que esta reprodução acontece muitas vezes sem a percepção do indivíduo, muitas vezes inconscientes, articulados a contextos e espaços sociais plurais, conflituosos e tensos, e não como um conjunto coerente e orientado.

A convivência entre os atores sociais e suas relações com os objetos materiais refere-se às variadas modalidades de significados criados pelos próprios indivíduos quando confrontado à realidade no decorrer da sua trajetória histórica. É válido destacar que esta relação social entre os autores, como analisa Bourdieu (1992), é marcada pela existência do poder simbólico exercido pela ausência de importância dado a sua existência. Trata-se de um poder ignorado, que fundamenta e movimenta uma série de outros poderes e atos. O poder simbólico é o poder invisível exercido com a cumplicidade daqueles que ignoram sua sujeição a este poder. Ainda de acordo com o autor, o exercício deste poder simbólico privilegia ações adotadas com a intencionalidade de criação de mecanismos de controle social e conseqüentemente a produção da memória surge como um espaço de poder.

Corroborando esta análise, Le Goff (1990) traz reflexões importantes sobre o estudo da memória social como um dos meios fundamentais de abordar os problemas do



IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

tempo e da história. Destacando que a utilização da memória é alvo de disputa pelas forças sociais, pois o seu domínio significa controlar os fatos que merecem ser lembrados e aqueles que devem ser esquecidos ou silenciados. A memória se coloca como um objeto de e em disputa, pois evidencia experiências sociais diferentes por parte dos atores envolvidos e cada grupo busca o espaço para a manifestação de seus feitos.

Para Chartier (1988) todo o escrito obedece a categorias de pensamento e formas de apreensão do real e que ao representar certas situações, os próprios textos criam realidades, assim surgem novos paradigmas no qual se destacam os de prática e representação. Para o autor não há prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo. Já Certeau (1994), descreve que as práticas sociais estão inseridas nas estratégias e táticas cotidianas dos sujeitos que, dotados de querer e poder articulam e manipulam estratégias. O referido autor parte do pressuposto de que as pessoas não são simplesmente submissas aos processos disciplinares da sociedade, pois ao interagir com esses processos, têm a capacidade de usar parte dos elementos oriundos dos próprios processos a favor de seus interesses pessoais.

A Escola de Annales⁶ apesar de ter mantido as mulheres fora das principais discussões, ao direcionar as pesquisas do âmbito político para o social, possibilitou estudos sobre a vida privada, as práticas cotidianas, a família, a sexualidade, entre outros. E estes temas permitiram a inclusão das mulheres na história. É importante destacar que o desenvolvimento da nova História Cultural e suas inúmeras abordagens

⁶ O termo “Escola” aplicado para explicar o movimento teórico-historiográfico liderado por Febvre e Bloch, como sabemos, foi canonizado pelo Historiador Peter Burke em sua obra *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

tem permitido o estabelecimento de um novo olhar sobre pessoas, grupos e objetos que habitualmente foram “esquecidos” e possuem poucos documentos sobre seus feitos. Assim a nova história cultural se coloca no campo da pesquisa historiográfica aberta a novas conexões com os campos de saber e conseqüentemente proporciona aos historiadores um rico espaço para a pesquisa e uma melhor compreensão e interpretação das relações que envolvem esses sujeitos. Revel (1988) afirma que há a necessidade dos historiadores delimitarem e recortarem os seus objetos, pois de acordo com o pensador, cada ator histórico participa, de maneira próxima ou distante, dos processos sociais e, portanto está inserido nos contextos de dimensões e de níveis variáveis, do mais local ao mais global. Sendo assim, a nova história contribuiu para que os pesquisadores direcionassem sua atenção às atuações do público feminino dentro dos diversos campos sociais.

A história das mulheres, que está intimamente ligada à história social e à história cultural, alcançou um campo de pesquisa específico dentro das discussões teóricas da nova história que é o estudo de gênero⁷. A exclusão da história que foi imposta às mulheres, conforme afirma Perrot (1992), tornou-se um elemento motivador para dar visibilidade às produções e estudos dos pesquisadores sobre gênero e mulheres na História. Em consonância com este pensamento Burke (1992), chama a atenção para uma historiografia que tem possibilitado aos historiadores o exame de uma maior variedade de evidências, e deste modo às mulheres antes excluídas tornaram-se personagens mais frequentes.

As novas abordagens metodológicas, possibilitadas pela Nova História Cultural priorizando as experiências cotidianas de homens e mulheres e a visão de que as

⁷ Historiadoras como Joan Scott em seu estudo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” Eni de Mesquita Samara na obra “As mulheres, o poder e a família” e Margareth Rago em “Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar” são grandes referências para o estudo de gêneros.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

realidades são social e culturalmente construídas nas relações existentes entre os inúmeros agentes, interesses e práticas, trouxe um novo vigor para a produção do conhecimento histórico. Não obstante a história tornou-se como um campo de possibilidades, em que os diferentes sujeitos sociais têm diferentes formas de contemplar o real e, por isso formas diferentes de intervir no real. Para o pesquisador tornou-se possível pensar o processo de escrita da história abordando novas temáticas e assim ampliando o campo de pesquisa, levando ao desenvolvimento de outras vertentes da história.

A micro-história e a história da vida cotidiana são exemplos de formas de análise da história, que nos servem como reações contra o estudo de grandes tendências, mediante a utilização de novos métodos e fontes de pesquisa. A história da memória, por exemplo, como bem destaca Rouso (2001) tem se voltado para os grupos diretamente sensibilizados pela questão do passado e de seu papel na formação e manutenção de uma identidade coletiva, constituindo enfim um elemento essencial na análise das culturas políticas. Dialogando com Le Goff (1990) pode-se apontar que ao historiador não cabe fazer papel de ingênuo diante de um documento, deve-se trabalhar de forma a permitir que todos os grupos possam registrar seus feitos e serem conhecidos pelas gerações vindouras. E nesta perspectiva o registro das histórias das mulheres se apresenta como uma nova modalidade historiográfica e campo de saber que além de questionar os modelos históricos tradicionais, está vinculado à concepção de que as mulheres têm uma história e não são apenas destinadas à reprodução.

A mulher como sujeito de história

As transformações na historiografia, articuladas ao movimento do feminismo, a partir de fins da década de 1960, foram essenciais no processo em que as mulheres



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

foram alçadas à condição de objeto e sujeito da História, marcando a emergência da História das Mulheres. Joan Scott⁸ (1994) propõe que a história seja escrita sobre como os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres, enquanto categorias de identidade foram construídos. Para escrever esta história, é preciso observar os significados variáveis e contraditórios que são atribuídos à diferença sexual. As mulheres são agentes históricos e possui uma historicidade das relações entre os sexos, relativa às ações cotidianas. Ainda de acordo com Scott (1992), tais experiências iniciais de inclusão das mulheres como ser humano universal trouxeram à tona uma situação plena de ambiguidades. Afinal, ao solicitar que a história fosse suplementada com informações sobre as mulheres afirmava-se, não só o caráter incompleto daquela disciplina, mas também que o domínio que os historiadores tinham do passado era parcial. Este fato era demolidor para uma realidade que definia a história e seus agentes já estabelecidos como verdadeiros, ou pelo menos, como reflexões aprimoradas sobre o que teve importância no passado.

A inclusão da categoria de análise de gênero no campo historiográfico foi caracterizada por uma trajetória difícil conforme descreve Soihet (2007), Nas ciências humanas a disciplina de história foi a que mais tardiamente apropriou-se dessa categoria, assim como da própria inclusão de ‘mulher’ ou de ‘mulheres’ como categoria analítica na pesquisa histórica. A trajetória, costumeiramente ‘cautelosa’, dessa disciplina, e o domínio do campo por determinadas perspectivas de abordagem, retardaram significativamente o avanço das discussões. Grande parte desse retardo se deveu ao caráter universal atribuído ao sujeito da história, representado pela categoria ‘homem’. Acreditava-se que, ao falar dos homens, as mulheres também estavam sendo, igualmente contempladas, o que não correspondia à realidade. Como descreve Tedeschi

⁸ Este artigo foi traduzido e publicado no Brasil em SCOTT, Joan W. Prefácio a gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, n.3, p.11-27, 1994, p. 11.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

(2012), o sujeito cartesiano, unitário e centrado, que está na gênese do projeto científico, é macho, branco e europeu. Longe de representar um ser universal, esta visão retrata a experiência e perspectiva de um homem muito particular.

Gonçalves(2006) afirma que não era de se estranhar, portanto, a predominância na narrativa histórica de preocupações com o político e com o público, as quais entronizavam os homens em suas façanhas e atos heroicos, excluindo, quase que por completo, as mulheres enquanto personagens e produtoras da história. Esta narrativa privilegiava fontes administrativas, diplomáticas e militares, nas quais as mulheres pouco apareciam. A desconstrução desta narrativa histórica como verdadeira, possibilitou a expansão de pesquisas sobre o sexo feminino que favoreceram o surgimento da História das Mulheres. Como afirma Scott (1992), o nascimento desse campo específico de pesquisa, na Europa e nos Estados Unidos, relacionou-se à política, mais precisamente à política feminista que atingiu seu ápice entre os anos de 1960 e 1970. Nesta mesma linha de análise Costa (2003) afirma que foi o período no qual as mulheres assumiram o controle de sua vida reprodutiva, com a disseminação da pílula anticoncepcional, e ampliaram sua participação na educação, no mercado de trabalho e na política. Ainda de acordo com Costa (2003), a história das mulheres, inicialmente construída pelas militantes feministas, estava integrada à tentativa de acompanhar aos novos questionamentos que essa realidade trazia para a vida das mulheres. Deste modo, tornou-se imprescindível retirar o sexo feminino da clausura representada pela exclusão, pelo esquecimento e pelo privado, fato este que foi favorecido pelos trabalhos dedicados a demonstrar que as mulheres também faziam parte do processo histórico e que foram vítimas da injustiça e da marginalização.

Soihet (1997) destaca a importância do trabalho de resgate da história da mulher dentro do movimento feminista, enfatizando que o uso do termo “mulher”, no singular



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

que inseria todas as mulheres como categoria única dos indivíduos do sexo feminino, colaborou para a unificação da causa feminina. Não obstante no final da década de 1970 e início dos anos de 1980, as tensões advindas das particularidades de cada segmento tornaram-se cada vez mais latentes, desfazendo a “História da Mulher” em “História das Mulheres”. Esse campo histórico se expandiu para o estudo sobre a mulher no seu cotidiano, trabalho, lutas, protagonismos, família, maternidade e sexualidade. A História das Mulheres passou a estudar as mais diversas formas de ser mulher, superando o primeiro momento de unificação enquanto categoria feminina e diversificando o campo de estudos acerca da feminilidade na história. No entendimento de Costa (2003), o avanço da História das Mulheres deveu-se também aos novos rumos que foram tomados pelas tendências historiográficas, no exterior e no Brasil, que ganhavam força nesse período. É salutar lembrarmos que até a década de 1970 predominavam as análises estruturalistas que se apoiavam nos recortes macrossociais, nas conjunturas econômicas e nas categorias sociais, que buscavam a compreensão do passado histórico. Nesse processo analítico, o indivíduo e as questões referentes ao campo privado eram ignorados, o que conseqüentemente contribuía para a invisibilidade das mulheres na história. As décadas de 1970 e 1980 foram de grande importância para a incorporação das mulheres na produção historiográfica ao colocar em discussão a visão homogênea do “Homem Universal.” Não obstante, deve-se destacar que essas novas abordagens não romperam totalmente com o silêncio que teimava em rodear os estudos sobre as mulheres. Como afirma Del Priore (1998), essas personagens subiam ao palco apenas quando tentavam desequilibrar o predomínio masculino ou quando eram inseridas nos estudos sobre as minorias. Por isso, tornaram-se necessárias novas interrogações e outro olhar sobre as fontes investigando não mais a divisão binária homem/mulher, mas sim o masculino e o feminino em suas interações sociais buscando nos fatos e práticas



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

cotidianas, os espaços onde se abrigava a relação homem-mulher.

Rago (2003) destaca que a expansão dos estudos feministas não só resgatou a figura histórica da mulher, como também marcou o início da fase desconstrutivista do feminismo acadêmico na década de 1980, período no qual foi possível identificar o começo do uso da palavra “gênero” nos estudos acerca das relações entre homens e mulheres. Conforme analisa Pedro (2005), o uso do gênero veio do questionamento da universalidade do emprego do masculino para se referir a diferentes grupos, já que, o uso do “homem universal” excluía do debate as questões relacionadas às mulheres.

A explicação de Soihet (1997) foi que o uso do gênero, iniciado pelas pesquisadoras norte-americanas, tinha o intuito de negar determinismos biológicos e apontar as construções sociais que permeiam as relações entre homens e mulheres, além do caráter relacional entre eles. A perspectiva do gênero traz para a história não apenas uma nova forma de se fazer a história das mulheres, mas também acrescenta novas possibilidades à sua escrita. Nesse sentido, Soihet (1997) afirma que a categoria gênero ampliou o seu espaço na produção historiográfica trazendo a dimensão analítica do sexo para as experiências sociais em detrimento do determinismo “biológico” e “natural” que supostamente regia as distinções e relações entre homens e mulheres. A utilização do “gênero” enquanto instrumento analítico tem por objetivo principal demonstrar que o “masculino” e o “feminino” são formulados em suas relações e interações num determinado tempo e espaço, ou seja, são construções socioculturais e, portanto, históricas. A partir de então,

A solução foi mudar a abordagem. Tornava urgente abraçar o campo histórico como um todo, sem restringi-lo ao território do feminino. Era preciso interrogar as fontes documentais sobre as mulheres de outra maneira. Doravante, a divisão sexual dos papéis é que seria sublinhada. (DEL PRIORE. 1998 p. 220.)

Saffioti (2004) esclarece que a utilização do gênero como categoria de análise



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

ocorreu primeiramente, por Joan Scott, no final da década de 1980⁹, sendo propagado no Brasil nos anos de 1990. Em seu artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, a autora discutiu não só a aplicação do termo nas pesquisas históricas, mas também a sua importância para o campo do saber como um todo, articulando pela primeira vez o conceito de gênero ao de poder. Scott sustenta a ideia de que o gênero dentro da pesquisa histórica funciona como um elemento constitutivo das relações entre os sexos, construído a partir das representações simbólicas e normativas, que são expressas por doutrinas políticas, educacionais e científicas que, até então, se baseavam na oposição binária entre masculino e feminino. Segundo Gonçalves (2006) a utilização do conceito “gênero” enquanto instrumento analítico tem por objetivo principal demonstrar que o “masculino” e o “feminino” são formulados em suas relações e interações num determinado tempo e espaço, ou seja, são construções socioculturais e, portanto, históricas. Esse instrumento analítico também foi valioso ao trazer à tona a questão da “diferença” em noções que focalizavam a ideia de unicidade nas categorias masculina e feminina no seio da História.

É importante destacar a análise de Rago (1995), abordando que uma das queixas tradicionais aos estudos sobre as mulheres era a utilização da categoria mulher como entidade social e empírica fixa, numa perspectiva essencialista que perde as multiplicidades de sujeitos incluídos em tal categoria. Neste modelo são privilegiadas as múltiplas identidades femininas que passam a ser encaradas em prismas diversos, tais como: classe, raça, etnia e sexualidade. A partir da categoria gênero as noções universais fossem de homens ou mulheres estariam superadas. A introdução da categoria gênero, relacionada ao contexto social, portanto, levou a consideração da “diferença na

⁹ O texto de Joan Scott, “Gênero uma categoria útil de análise histórica”, publicado pela primeira vez em 1986 na Revista *The American Historical Review* e traduzido de sua versão francesa de 1988 por Guacira Lopes Louro e publicado na Revista *Educação e Realidade* em 1990. Foi revisto por Thomas Tadeu da Silva, a partir de uma versão em inglês de 1988 e republicado na mesma revista em 1995.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

diferença”. Não cabendo mais a utilização do termo mulher sem adjetivá-lo: mulheres mestiças, negras, judias, trabalhadoras, camponesas, operárias, homossexuais. Assim como é exemplificado por Costa (2003) as relações entre homens e mulheres ou entre os indivíduos, do mesmo sexo, da mesma classe, de mesma etnia. Em outras palavras

Tal pluralidade de experiências indicaria que as práticas sociais presentes nos sistemas de poder e subordinação e as desigualdades sociais podem conter outras, de complementaridades e de consentimentos, situações transversas, o tempo todo de mão dupla, dialéticas, enfim (COSTA, 2003, p. 196 e 197)

Os estudos sobre as mulheres foram além da preocupação em analisar dicotomia vítima/rebelde traçada até então. Soihet (1997) afirma que o foco de análise passa a ser a atuação feminina em toda a sua complexidade abrindo caminho para novas concepções de poder que são muito bem representadas nas reflexões de Foucault¹⁰ (1979). Em suas teses, Foucault (1979) defendeu que o poder possui uma natureza fragmentada na vida cotidiana, redimensionando assim as análises de suas práticas que não se restringem apenas ao âmbito da política formal. Logo, as mulheres aparecem enquanto sujeitos históricos atuantes no tecido social exercendo seus “poderes” informais. Nesta linha de pensamento, Rago (1995) afirma que o feminino passa a ser pensado como uma construção das relações sociais, das práticas disciplinadoras e dos discursos instituídos, ou seja, o gênero destaca que as diferenças entre os sexos são fundamentalmente parte de uma organização social. A utilização do termo “gênero” substituindo o termo “mulheres”, nos títulos de artigos e livros para Scott (1995) não significou necessariamente em uma reflexão ou mudança na abordagem, métodos e categorias de análise empregadas. E sim, ocorreu por se pensar que o termo “gênero” estava mais ligado a uma terminologia científica e “mulheres” à política feminista, que tanto incomodava os historiadores “tradicionais”. Para Scott (1995), gênero é uma

¹⁰ Ler FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. 295 p



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

forma primária de dar significação às relações de poder e é empregado para designar as relações sociais entre os sexos, podendo ser considerado

Uma maneira de indicar ‘construções sociais’ – a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado (SCOTT, 1995, p. 71-99).

Corroborando com a análise, Nader (2014) descreve que o conceito de gênero é importante para explicar os significados que as sociedades elaboram sobre o que é ser mulher e ser homem, a partir das características que são observadas tanto no corpo feminino como no masculino. Nesta perspectiva, a autora afirma que o conceito de gênero evoluiu tornado-se uma referência para a construção social das diferenças entre homens e mulheres, sem invalidar as diferenças biológicas que existem entre os sexos. A introdução do gênero como categoria de análise propiciou a desconstrução de argumentos até então irrefutáveis, como o dos absolutos “masculino” e “feminino”, identificando nas moldagens recíprocas o poder e a opressão impressos nas práticas culturais. Ao apontar os usos do gênero na pesquisa histórica, Scott contribuiu para clarificar e exemplificar a forma de se pensar os seus efeitos nas relações sociais e institucionais.

Tedeschi (2012) observa que, essa compreensão de gênero como uma construção, tem como base aspectos sociais, culturais, econômicos, políticos, dentre outros. Este modo de compreender o gênero permite a ampliação das possibilidades das abordagens históricas, trazendo para a discussão aspectos importantes, como, a íntima vinculação do gênero com as relações de poder e a definição de gênero enquanto representação, que servirá como ferramenta de análise. Estes dois aspectos não podem ser admitidos e nem mensurados como elementos separados ou estanques, mas



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

constitutivos de realidades e eventos historicamente situados. A utilização dos novos métodos e abordagens nas últimas décadas da História Cultural contribuiu imensamente na tentativa de encontrar respostas para os questionamentos provenientes das várias problemáticas que passavam a instigar os pesquisadores. Para Soihet (1997), a categoria de gênero amplia o seu espaço na produção historiográfica trazendo a dimensão analítica do sexo para as vivências sociais em detrimento do determinismo “biológico” e “natural” que supostamente determinava as distinções e relações entre homens e mulheres. A partir de então,

A solução foi mudar a abordagem. Tornava urgente abraçar o campo histórico como um todo, sem restringi-lo ao território do feminino. Era preciso interrogar as fontes documentais sobre as mulheres de outra maneira. Doravante, a divisão sexual dos papéis é que seria sublinhada (Del Priori, 1998, p. 224).

A História das Mulheres e das relações de gênero, sem dúvida, possuem uma ligação muito forte com o movimento de emancipação feminina que ressurgiu na década de 1960. Entretanto, Scott (1992) defende que tomar tais campos de estudo como meros reflexos da ação política não são suficientes. Para a autora é preferível falar em contribuições recíprocas entre a História das Mulheres e das relações de gênero e o movimento feminista, num processo complexo e dinâmico que envolveu as reivindicações das mulheres, mas também a expansão dos limites da disciplina histórica.

Corroborando com este pensamento Soihet e Pedro (2007), afirmam que graças aos movimentos sociais e aos movimentos feministas que o campo historiográfico intitulado "História das Mulheres e das Relações de Gênero" foi incluso como tema nas pesquisas científicas. Muitas pesquisadoras e pesquisadores tem procurado destacar vivências comuns, os trabalhos, as lutas, as sobrevivências, as resistências das mulheres no passado e sua atuação no presente. Dessa forma, as transformações na historiografia, articuladas à explosão do feminismo, ocorreram a partir de fins da década de 1960,



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

tiveram papel decisivo no processo em que as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da História, marcando a emergência da História das Mulheres. Conforme também destaca Rago (1995) as mulheres tornavam-se sujeitos sociais que engendravam a História, que lutavam contra as declarações de poder e produziam percepções e suas próprias experiências.

Considerações Finais

É importante dá visibilidade ao fazer histórico das mulheres, descrever sobre suas experiências e desafios vivenciados, pois as lutas femininas têm como objetivo transformar a representação da mulher na sociedade. A escrita da história tem um importante papel de resgate destes feitos, além de comprovar que as mulheres foram muito mais do que simples coadjuvantes nos diversos contextos sociais vividos, foram protagonistas da própria história. Os novos posicionamentos referentes às concepções de “diferença e semelhança” e “igualdade e desigualdade” ganharam visibilidade nas pesquisas históricas e deste modo a diversidade humana passou a ser considerada não apenas em sua porção biológica, mas também nas várias outras diferenças que produzem e legitimam os sistemas de poder e as desigualdades sociais entre opostos.

Vincular a história das mulheres na produção do conhecimento histórico é um esforço recente e significativo de uma profunda transformação, que se encontra incorporada estreitamente à concepção de que as mulheres têm uma história e são agentes históricos e possui uma historicidade das relações entre os sexos, pertinente às ações cotidianas. Por isso a revisão do modo de “fazer” a historiografia foi essencial para que as mulheres rompessem o silêncio e a marginalidade imposta pela historiografia oficial. O cenário atual em relação à história das mulheres é marcado por divergência de posições, debates e controvérsias. Em virtude disso as diversas correntes



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

presentes na historiografia vigentes e a utilização do conceito “gênero” enquanto instrumento analítico tornaram-se ferramentas indispensáveis à construção do conhecimento histórico sobre as mulheres e assim, são concebidos como um mecanismo possível para esclarecer os processos sociais que foram “esquecidos” pela narrativa histórica tradicional.

É papel das historiadoras e historiadores, continuamente, escrever e reescrever a história a partir de uma posição do presente que é o lugar de nossa escrita. A Nova História possibilitou a fragmentação do sujeito universal e abriu espaços para o estudo da minoria, contribuindo para desconstruir o modelo da identidade feminina que foi inserida no campo das relações sociais e de poder. A mulher deve ser inserida no estudo da História como sujeito que participou ativamente da construção dos momentos históricos, pois ao escrever sobre a História das mulheres, estaremos escrevendo sobre a história de suas famílias, do seu cotidiano, de seu trabalho, de sua atuação nos espaços públicos e privados.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In. **Razões práticas – Sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus. 1996.
- _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1992.
- BURKE, Peter. “Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro” In BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.
- CERUTTI, Simona. “A construção das Categorias Sociais” In BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (Org.) **Passados Reconstituídos: Campos e Canteiros da História**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Editora FGV, 1998.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editorial, 1988.
- COSTA, Suely Gomes. “Gênero e História” In ABREU, Marta e SOIHET, Rachel. **Ensino**



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

- de História: conceitos, temáticas e metodologia.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 190
- DEL PRIORE, Mary. "História das Mulheres: As vozes do silêncio" *In* FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva.** São Paulo: Contexto, 1998, p. 220.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979. 295 p
- GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros.** São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- _____. "O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações" *In* **A micro-história e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & Gênero.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p.48 e 49.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas – SP Editora da Unicamp, 1990.
- [NADER, Maria Beatriz; RANGEL, Livia de Azevedo Silveira. Mulher e gênero em debate: representações, poder e ideologia. Vitória: EDUFES, 2014](#)
- PEDRO, J. M.. "Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica" *In* **História** . Franca, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, (1992).
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2012
- RAGO, M. "Os feminismos no Brasil: dos 'anos de chumbo' à era global". **Labrys, estudos feministas**, nº 3. Janeiro/julho 2003. Disponível em: acesso em: 01 de fev. de 2015
- RAGO, Margareth. "As Mulheres na Historiografia Brasileira" *In* SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Cultura Histórica em Debate.** São Paulo: Editora da Unesp, 1995.
- REVEL, JACQUES (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1998.
- ROUSSO, Henry. "A Memória não é mais o que era" *In* AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs). **Usos e Abusos da História Oral.** Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001.
- SAFFIOTI, H. I. B.. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Perseu Abano, 2004.
- SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria de análise histórica" *In* **Educação & Realidade**, Porto Alegre, vol. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.
- SCOTT, Joan. "História das Mulheres" *In* BURKE, Peter. (Org.) **A Escrita da História: novas perspectivas.** São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria "A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero" *In* **Revista Brasileira de História**, vol. 27, núm. 54, dezembro, 2007, pp. 281-300.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

SOIHET, Rachel. “História das Mulheres” *In* CARDOSO, Ciro F. S. e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: ensaios da teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 276 e 279.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **As mulheres e a história: uma introdução teórico metodológica**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2012. 144p.

*IΦ-Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Alguns aportes para refletir sobre a informação e formas de controle social na contemporaneidade

Por: Valéria Cristina Lopes Wilke¹¹
valwilke@gmail.com

Resumo

Parte-se do pressuposto de que, apesar das diferentes leituras do estatuto da chamada revolução informacional e do meio técnico-científico-informacional, o certo é para abordar o contexto sócio-político atual, a informação constitui um elemento fundamental para sua descrição e entendimento. Durante o século XX, conforme Mézaros (2002), a reorganização do ciclo reprodutivo do capital seguiu a lógica da orientação pela acumulação e pela expansão. As transformações ocorridas no âmbito da produção promoveram o redimensionamento do arena das lutas, mas tais mudanças não marcam somente a agenda dos embates e a da conquista a se fazer. Igualmente no âmbito da produção e reprodução da vida ocorreram transformações radicais devido ao advento e à paulatina mundialização das tecnologias de informação e de comunicação (TIs) que, ao abrirem todo um espectro de avanços e desenvolvimentos de campos de saber como os da nanotecnologia, da inteligência artificial, da tecnologia computacional distribuída (dentre outros), enfeixam os animais humanos e os não humanos e todo o planeta nas possibilidades

¹¹ É Doutora em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – UFF-IBICT, é Mestra em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, é Graduada e Licenciada em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. É servidora pública federal, docente do Ensino Superior, lotada na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, junto ao Departamento de Filosofia do Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCHS. É membro da Comissão de elaboração do Currículo Mínimo de Filosofia junto a Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Rio de Janeiro – CECIERJ e é bolsista Coordenadora da disciplina de História e Filosofia da Graduação Licenciatura em História na Universidade Aberta do Brasil – UAB. Atua nas Linhas de Pesquisa sobre Práticas educativas, linguagens e tecnologias do Grupo de pesquisa discurso e mídia; Filosofia pop; Filosofia e política da informação. É Coordenadora do Projeto de pesquisa “Filosofia da informação na contemporaneidade: temas, questões e abordagens” e dos Projetos de Extensão “Educação é política”; A Filosofia e o diálogo com outros saberes” e “Filosofia na sala de aula”. É Coordenadora do Projeto “Monitoria para a área de Filosofia, conhecimento, política e informação: leituras da realidade – ano IV”. É membro do Corpo Editorial dos periódicos “Logeion: Filosofia da Informação” e “Morpheus: revista eletrônica de Ciências Humanas, conhecimento e sociedade”. É autora de artigos científicos em periódicos nacionais. É co-autora dos livros “Imagem e educação v. 1” (2006); “Imagem e educação v.2” (2006); “Fundamentos da educação 1” (2003); “Nietzsche e as Ciências” (2011) e “Assim falou Nietzsche II” (2000).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

do mundo compartilhado no horizonte das TIs. As perguntas elementares “quem somos nós”, “como viver em sociedade” hoje, necessitam considerar nossa vida individual e coletiva, nossos modos de produzir e reproduzir a vida, nossas relações com o planeta, nossas instituições, normas regulamentos, a partir das possibilidades da vida que emergem neste horizonte digital. Nele as TIs são entendidas como elementos fundamentais para a estruturação da sociedade contemporânea e para a nova ordem mundial. Daí, essa forma societária poder ser definida em termos de rede, isto é, em termos de comunicação. No âmbito da mundialização, os papéis das tecnologias de informação e comunicação, da informação e da comunicação tornaram-se extremamente relevantes, pois sem os meios de comunicação digitais esse processo global não seria possível. O objetivo do artigo é discutir aspectos do controle social presentes neste contexto. Para tanto, em primeiro lugar haverá a pontuação de elementos da sociedade marcada pelas TIs e a seguir será discutida a questão do controle social na sociedade contemporânea por alguns parâmetros.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologias de Informação e comunicação. Sociedade em rede. Redes digitais. Poder.

Rezumo

Jen sur la supozo ke, malgraŭ la malsamaj legadoj de la statuso de la tn informo revolucio kaj la teknika-sciencia-informa medio, estas certe, por trakti la nunan soci-politika kunteksto, informo ŝlosilan elementon al ilia priskribo kaj kompreno. Dum la 20a jarcento, laŭ Mezaros (2002), la reorganizo de la reprodukta ciklo de ĉefurbo sekvis la logikon de la orientiĝo de akumulado kaj ekspansio. La ŝanĝoj okazantaj en la kunteksto de produktado promociita la redukto de grandeco de la areno bataloj, sed tiuj ŝanĝoj ne nur marki la tagordo de la alfrontoj kaj la konkero por fari. Ankaŭ en la produktado kaj reproduktado de vivo okazis radikalajn ŝanĝojn pro la alveno kaj laŭgrada tutmondiĝo de informo kaj komunikado teknologio (IT) kiuj, kiam ili malfermas tutan spektron de progresoj kaj evoluoj kampoj de kiel nanoteknologio ili, la artefarita inteligenteco, distribuita komputado teknologio (inter aliaj), enfeixam homoj kaj ne-homaj bestoj kaj la planedo en la ebloj de dividis mondon ĉe la horizonto de ĝi. La baza demando "Kiu estas ni", "kiel por vivi en socio" hodiaŭ, devas konsideri niajn individuajn kaj kolektivajn vivoj, niaj manieroj produkti kaj reprodukti vivo, nia rilato kun la planedo, nia institucioj, normoj, reguloj, de la ebloj de vivo, kiu aperas en ĉi tiu cifereca horizonto. Ĝi estas komprenataj kiel fundamentaj elementoj por la strukturigo de nuntempa socio kaj por la nova monda ordo. Sekve, ĉi tiu kompania formo povas esti difinita laŭ la reto, tio estas, laŭ komunikado. En la kunteksto de



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

tutmondigo, la roloj de informoj kaj komunikado, informoj kaj komunikado fariĝis ekstreme gravaj, ĉar sen ciferecaj rimedoj ĉi tiu tutmonda procezo ne eblus. La celo de ĉi tiu artikolo estas diskuti aspektojn de socia kontrolo en ĉi tiu kunteksto. Sekve, unue estos dekojn da elementoj de socio markita de IT kaj tiam la demando de socia kontrolo estos diskutita en la nuntempa socio por kelkaj parametroj.

Ŝlosilvortoj: *Informoj kaj komunikado. Reto socio. Cifereca retoj. Potenco.*

Abstract

It is assumed that, despite the different readings of the statute of the so-called information revolution and the technical-scientific-informational environment, the right is to approach the current social-political context, information is a fundamental element for its description and understanding. During the twentieth century, according to Mézaros (2002), the reorganization of the reproductive cycle of capital followed the logic of the orientation through accumulation and expansion. The transformations that took place within the scope of production promoted the re-dimensioning of the arena of the struggles, but such changes not only mark the agenda of the clashes and the conquest to be made. Equally in the context of production and reproduction of life, radical changes have occurred due to the advent and gradual globalization of information and communication technologies (TIS) which, by opening up a whole spectrum of advances and developments in fields such as nanotechnology, artificial intelligence, ubiquitous computing (among others), bundle human and non-human animals and the entire planet into the possibilities of the shared world on the horizon of TIS. The elementary questions "who are we", "how to live in society" today, need to consider our individual and collective life, our ways of producing and reproducing life, our relations with the planet, our institutions, norms regulations, from the possibilities of life that emerge in this digital horizon. In it TIS are understood as fundamental elements for the structuring of contemporary society and for the new world order. Hence, this corporate form can be defined in terms of network, i.e. in terms of communication. In the context of globalization, the roles of information and communication technologies, information and communication have become extremely relevant, because without digital media this global process would not be possible. The purpose of this article is to discuss aspects of social control in this context. Firstly there will be the score of elements of the society marked by the ITs and then will be discussed the issue of social control.

Keywords: *Information and communication technologies. Networked society. Digital networks. Power.*



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Introdução

Durante o século XX, conforme Mézaros (2002), a reorganização do ciclo reprodutivo do capital seguiu a lógica da orientação pela acumulação e pela expansão. As transformações ocorridas no âmbito da produção promoveu o redimensionamento do arena das lutas, mas tais mudanças não marcam somente a agenda dos embates e a da conquista a se fazer. Igualmente no âmbito da produção e reprodução da vida ocorreram transformações radicais devido ao advento e à paulatina mundialização das tecnologias de informação e de comunicação (Tis) que, ao abrirem todo um espectro de avanços e desenvolvimentos de campos como os da nanotecnologia, da inteligência artificial, da tecnologia computacional distribuída (dentre outros), enfeixam os animais humanos e os não humanos e todo o planeta nas possibilidades da vida num mundo compartilhado no horizonte das Tis. A pergunta elementar por “quem somos nós”, hoje, necessita considerar nossa vida individual e coletiva, nossos modos de produzir e reproduzir a vida, nossas relações com o planeta, nossas instituições, normas regulamentos, a partir das possibilidades da vida que emergem neste horizonte digital. Nele as Tis são entendidas como elementos fundamentais para a estruturação da sociedade contemporânea e para a nova ordem mundial. Daí, essa forma societária poder ser definida em termos de rede, i.e., em termos de comunicação. No âmbito da mundialização, os papéis das tecnologias de informação e comunicação, da informação e da comunicação tornaram-se extremamente relevantes, pois sem os meios de comunicação teleinformáticos esse processo global não seria possível.

O objetivo do artigo é discutir aspectos do controle social presentes neste contexto. Para tanto, em primeiro lugar haverá a pontuação de elementos da



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

sociedade marcada pelas TIs e a seguir será discutida a questão do controle social ao relacioná-la às tecnologias de informação e comunicação (TIs).

O meio técnico-científico informacional e as TIs

Apesar das diferentes perspectivas acerca do estatuto da chamada revolução informacional e do meio técnico-científico-informacional, um aspecto aparece como consensual, o pressuposto de que para diagnosticar e entender o contexto sócio-político atual, a informação constitui um elemento fundamental.

Mesmo ao se reconhecer a arbitrariedade presente nas delimitações históricas, é aceita a demarcação de pelo menos três fases no desenvolvimento da revolução industrial: a primeira foi dos fins do século XVIII até 1870; a segunda iniciou por volta de 1870 e se encerrou na década de 1960 e pode ser designada de revolução científico-tecnológica; a terceira etapa começou em torno dos anos de 1960 e é marcada pela revolução proporcionada pelas invenções ligadas à microeletrônica e à linguagem digital, que estão na base do crescimento vertiginoso dos setores de serviços e de comunicações e informações. Ela promoveu, ademais, o advento e expansão dos usos público e privado, institucional e individual das tecnologias de informação e comunicação, sendo que a utilização crescente de técnicas de armazenamento e transmissão de dados e informações a baixo custo tem colaborado essencialmente para as transformações organizacionais, sociais, legais e culturais ora em curso.

Para Manuel Castells, à diferença das outras revoluções (a primeira fase da revolução industrial e a revolução científico-tecnológica), por um lado, a que hoje presenciamos tem seu núcleo nas tecnologias de informação e no processamento e



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

comunicação, uma vez que o decisivo tem sido a “aplicação dos conhecimentos e das informações para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso.” (CASTELLS, 2005, p. 69) Assim,

[...] a tecnologia da informação é para esta revolução o que as novas fontes de energia foram para as revoluções industriais sucessivas, do motor a vapor à eletricidade, aos combustíveis fósseis e até mesmo à energia nuclear, visto que a geração e a distribuição de energia foi o elemento principal na base da sociedade industrial (CASTELLS, 2005, p. 68).

Por outro, a rápida difusão planetária é outro aspecto diferenciador. A transformação tecnológica marcada pelas tecnologias de informação e comunicação (TIs), entre as décadas de 1970 e 1990, foram difundidas por vastas regiões do planeta “com a velocidade da luz, por meio de uma lógica que [...] é a característica dessa revolução tecnológica: a aplicação imediata no próprio desenvolvimento da tecnologia gerada, conectando o mundo através da tecnologia da informação.” (CASTELLS, 2005, p. 70) Mesmo reportando que essa difusão, apesar de ampla, é desigual e deixa desconectada do sistema tecnológico mundial parte considerável da população mundial, Castells observa que, acentuadamente, “mais atividades, grupos sociais e territórios dominantes, por todo o globo estão conectados, na aurora do século XXI, em um novo sistema tecnológico que, como tal, começou a tomar forma somente na década de 1970.” (CASTELLS, 2005, p. 70)

Milton Santos desenvolveu diagnóstico próximo ao de Castells ao entender o tempo presente como o meio geográfico técnico-científico-informacional, marcado pela interação simbiótica entre ciência e técnica e pelo fato de que os objetos técnicos são também informacionais, pois “graças à extrema intencionalidade de sua



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação.” (SANTOS, 1996, p. 191) Para ele, este momento do meio técnico-científico-informacional é algo novo, sendo que nele a ciência, a tecnologia e a informação, juntas, acham-se na base da “produção, da utilização e do funcionamento do espaço e tendem a constituir seu substrato” (idem, p. 192). Este meio abrange igualmente as áreas urbanas e as rurais e é marcado pela fluidez de ideias, produtos, mensagens ou dinheiro que transitam pelas redes como informações ubíquas e instantâneas. Por fim, ele afirmou que o espaço geográfico do meio técnico-científico-informacional é a face geográfica da globalização, pois a lógica global tende a se impor a todos os territórios, e “mesmo onde se manifesta pontualmente, ele assegura o funcionamento dos processos encadeados a que se está chamando de globalização”. (idem, p.193). Nele

[...] **a informação** não apenas está presente nas coisas, nos objetos técnicos, que formam o espaço, como ela **é necessária à ação realizada sobre essas coisas. A informação é o vetor fundamental do processo social e os territórios são, desse modo, equipados para facilitar a sua circulação.** Pode-se falar, como S. Gertel (1993), de inevitabilidade do "nexo informacional". (SANTOS, 1996, p. 193 - **grifo nosso**)

Kumar (2006, p. 45) foi um dos teóricos que chamou atenção para o fato de que “a informação, como conceito, chega ao mundo trazendo consigo nuvens de glória” e também um de seus críticos ao apontar a vigência do discurso triunfalista do pensamento único relativo à sociedade em rede. Naquela discursividade, a nova fase de desenvolvimento social foi chamada de “aldeia global”, “ágora digital”, “sociedade do conhecimento”, “sociedade da informação” - expressões reveladoras da promessa de novos tempos, novos rumos. Kumar, dentre outros analistas, indicou que naquele



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

campo interpretativo a “sociedade de informação” consistiria em uma construção ideológica para fortalecer o projeto da sociedade liberal burguesa capitalista, que concebe e usa a informação de modo instrumental e sempre associada ao aumento da produção e da acumulação do capital, à competitividade e a inovação voltada para os negócios.

A abordagem de Giddens (2001) pode ser utilizada para tensionar o diagnóstico de Castells e Santos quanto à novidade que poderia haver na informação enquanto instância fundamental para a sociedade contemporânea. Para o sociólogo inglês, todas as diferentes modalidades de Estado foram, em última instância, ‘sociedade de informação’ porque “[...] a geração de poder de Estado sempre supõe um sistema de reprodução reflexivamente monitorado, envolvendo a reunião regularizada, armazenamento e controle da informação voltados para fins administrativos. [...]” (GIDDENS, 2001, p. 199) Porém, no Estado-nação essa situação foi potencializada e o indicou a importância da separação da comunicação da informação dos seus meios de transportes para a consolidação desse Estado, especialmente nos fins do século XIX e início do XX. Nesse processo, as tecnologias de comunicação e informação antigas (como os diferentes tipos de telégrafos, a estrada de ferro, o telefone, por exemplo) foram fundamentais para a instauração do Estado moderno. A invenção da imprensa foi o primeiro passo para a mecanização da comunicação e a disponibilidade de materiais impressos baratos e fáceis levou a uma ampliação da esfera do ‘político’. Giddens chamou a atenção para as relações necessárias entre o uso da imprensa, ainda no âmbito do absolutismo, e o aumento do poder administrativo do Estado, uma vez que ela possibilitou o desenvolvimento e aprofundamento nas operações de vigilância do Estado. Desde então, registros, relatórios e coleta rotineira de dados tornaram-se atividades diárias do Estado. A



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

importância da coleta sistemática de ‘estatísticas oficiais’, no início, se deu em duas áreas: impostos e finanças e, ainda, dados sobre a população. A primeira atesta a importância do gerenciamento fiscal. A segunda indica a preocupação do Estado com a manutenção da ordem interna em relação à vadiagem, ao crime e à rebelião. Assim, os dados da estatística oficial do Estado são constitutivos do Estado-nação, que não teria desenvolvido seu poder administrativo sem a base de informação “[...] que são os meios de sua auto-regulação reflexiva. [...]” (GIDDENS, 2001, p. 201) A partir da indicação de Giddens, torna-se possível propor e argumentar que a sociedade contemporânea é mais uma “sociedade de informação”. Em verdade, é um tipo peculiar de estrutura sócio-político-econômica-cultural em que as informações circulam global e instantaneamente graças às novas tecnologias de informação e comunicação presentes no meio técnico-científico-informacional.

Alguns elementos relacionados ao controle social e informação serão pontuados a seguir.

Controle social, disciplina e biopoder

Marcados pela temporalidade e historicidade, os seres humanos tornam-se sujeitos mediante o processo de assujeitamento (no sentido de tornar-se sujeito e de ser submetido a algo). Assim, as nossas vidas são atravessadas e formatadas pelos saberes e poderes que dão sentido ao nosso mundo e que por isso determinam cada época e sociedade. Contemporaneamente, o processo de assujeitamento ocorre em meio às grandes transformações que discutimos anteriormente.

Quando se pensa a questão do controle social acoplado à questão informacional, uma das primeiras referências é Deleuze que apresentou, em diálogo com Michel Foucault, alguns aspectos que poderiam distinguir a sociedade

*IΦ-Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

disciplinar da sociedade de controle.

Por sua vez, um dos temas que atravessa a obra de Foucault é o do poder, especialmente em sua relação com o corpo. Foucault se distanciou de modos clássicos de compreensão desse tema, em geral associado à dimensão jurídica do Estado, a um ponto central emanador 'das ondas do poder' e à percepção negativa e repressora. Ele assumiu como premissa o fato de as sociedades serem condicionadas por diferentes lógicas políticas e visou entender o poder em sua dinâmica e em seus mecanismos, técnicas e instrumentos locais e específicos, que estariam para além das regras jurídicas. Interessou a ele encontrar os dispositivos pelos quais o poder é exercido, como ele escoava local e institucionalmente, na dimensão micro, até alcançar as pessoas. Neste sentido, enfocou os mecanismos, os instrumentos, as técnicas do poder impostos e delimitados pelo direito, por um lado, e, por outro, pela verdade. Na percepção foucaultiana, portanto, o poder agiria para a institucionalização da verdade mediante determinados mecanismos, como a confissão e a inquirição. A verdade, por sua vez, atuaria como norma, e os discursos considerados verdadeiros em uma época julgam, classificam, coagem, obrigam, punem, ou seja, eles portam efeitos específicos de poder.

Na sociedade moderna, ao longo dos séculos XVII, XVIII, inúmeras transformações ocorreram. A Foucault interessou a substituição lenta do poder da soberania pelo poder disciplinar, o que fez com que as sociedades monárquicas passassem a funcionar como sociedades disciplinares, graças à multiplicação de instituições de disciplinas por todo o corpo social, tais como, oficinas, fábricas, escolas, prisões, hospitais. Para ele, pois, a sociedade disciplinar estaria situada aproximadamente entre o século XVIII até meados do século XX e, após a Segunda Guerra Mundial, o declínio deste tipo societário se tornou mais visível bem como a



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

ascensão de outro tipo, a sociedade de controle.

Para o advento do poder disciplinar, o confisco não foi suprimido, mas passou a ser um dos elementos da lógica do exercício do poder, que, ao lado da vigilância, do reforço, do controle, da organização das forças assujeitadas, passaram a gerir a vida, a causar a vida, aumentando-lhe a potência a partir de duas novas técnicas de poder, a disciplina (século XVII) e os controles reguladores (metade do século XVIII). A característica fundamental do poder disciplinar está no fato de ele não se materializar na figura do rei e sim, nos corpos individualizados dos sujeitos assujeitados pelas técnicas disciplinares. A disciplina, segundo Foucault, é um tipo específico de mecanismo do poder que alcança o indivíduo em seu corpo, separando, examinando, analisando, e abarca um conjunto de instrumentos, técnicas e procedimentos a cargo de instituições especializadas em seu exercício, especialmente a escola, a fábrica, a caserna, o hospital. O exercício do poder disciplinar requer, pois, o confinamento dos indivíduos em instituições nas quais se produziria a disciplina. Tais instituições são espaços fechados – são territórios – em que o tempo é ordenado. Esta anátomo-política fez-se necessária para a eficácia física do corpo humano no nascimento da revolução industrial, que demandava um corpo capaz e condizente com a economia de ações e de tempo da era industrial; para tanto era preciso a disciplinarização do corpo, no sentido de torná-lo dócil e apto ao novo sistema de produção. Os procedimentos que caracterizam as disciplinas, ou *anátomo-política do corpo*, visaram o corpo individual como se fosse uma máquina, adestrando-o, ampliando suas aptidões, explorando suas forças, concentrando-se, assim, na sua docilidade e utilidade, além da sua integração em sistemas de controle eficazes. Portanto, ele propôs a disciplina como uma técnica de fabricação de indivíduos úteis e dóceis, que teria três objetivos: baixar os custos



IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

políticos e econômicos do exercício do poder, intensificar e maximizar os efeitos do poder, ampliar a docilidade e utilidade dos indivíduos assujeitados.

Por volta da segunda metade do século XVIII, o poder disciplinar passou a ser complementado e coadjuvado por outra técnica de poder, cujos procedimentos foram subsumidos nos controles reguladores, nomeados por Foucault de bio-política da população. Tais processos centraram-se no “corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar.” (FOUCAULT, 2005, p. 113)

A especificidade do biopoder acha-se no fato de ele ser aplicado às vidas dos indivíduos e não aos seus corpos, como no caso do poder disciplinar. Ademais, se este individualiza cada pessoa, aquele se dirige à população em geral, sendo que seus efeitos são percebidos na coletividade, ou seja, nos processos que implicam a vida das pessoas: os nascimentos, as doenças, as mortes são exemplos deste tipo de poder. Paralelo ao exercício desse tipo de poder há também uma vasta produção de saber. Aí se fazem presentes, por excelência, as ciências exatas e biológicas, como a Estatística, a Biologia, a Medicina, saberes relevantes para o tratamento das endemias, para as políticas de natalidade, para as políticas demográficas, para a higiene pública, dentre outras questões.

No poder soberano e no disciplinar, a população e a metrópole não eram motivo de preocupação e nem se constituíam como noções. Já no biopoder, a população e a cidade passaram a ser problemas epistemológicos e políticos, abarcados pela esfera do poder e caberia ao biopoder intervir nos problemas e fenômenos coletivos, medindo, coletando dados, calculando, prevendo. Para tanto, fizeram-se necessários novos mecanismos reguladores mediante os quais o



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

biopoder pudesse realizar o que lhe cabe fazer, por exemplo, aumentar a longevidade, diminuir a mortalidade ou a taxa de certas doenças.

De certa maneira, implícito na obra foucaultiana esteve a passagem de uma sociedade disciplinar para a chamada sociedade de controle, cuja articulação foi retomada por Deleuze. Esta forma societária está em fase de estruturação e relaciona-se às formas de produção e reprodução da vida não mais do capitalismo industrial e, sim, do que é chamado, neste momento, por diferentes nomes como pós-fordismo, pós-industrial, pós-história, os quais referem-se, em última instância à sociedade em rede transpassada pelas tecnologias de informação e de comunicação.

Controle social e sociedade em rede

De acordo com NEGRI e HARDT (p. 42/43)

“Devemos entender a sociedade de controle, [...], como aquela (que se desenvolve nos limites da modernidade e se abre para a pós-modernidade) na qual mecanismos de comando se tornam cada vez mais ‘democráticos’, cada vez mais imanentes ao campo social, distribuídos por corpos e cérebros dos cidadãos. [...] A sociedade de controle pode, [...], ser caracterizada por uma intensificação e uma síntese dos aparelhos de normalização de disciplinariedade que animam nossas práticas diárias e comuns, mas, em contraste com a disciplina, **esse controle estende bem para fora os locais estruturados de instituições sociais mediante redes flexíveis e flutuantes.** (grifo nosso)

Numa entrevista a Toni Negri, em 1990, Deleuze (1992) explicou que o confinamento e a vigilância marcaram a sociedade disciplinar. Na sociedade do enclausuramento, os indivíduos são repartidos em espaços fechados (fábricas, indústrias, hospitais, escolas, prisão, por exemplo), cuja imagem e estrutura emblemática é o panóptico de J. Bentham. Nestes espaços, um mesmo processo fixo



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

de moldagem é aplicado nas diversas formas sociais: o indivíduo modela seu comportamento diante da possibilidade de estar sendo vigiado por outrem. O capitalismo industrial engendrou, por necessidade, e também se beneficiou com a formação da sociedade disciplinar.

Contemporaneamente, para Deleuze, as sociedades de controle não funcionariam tanto mais pelo confinamento, apesar destes persistirem, mas pelo controle contínuo e comunicação instantânea. Ele indicou que nesta sociedade o controle operaria a partir da suposta ausência de limites definidos (a rede), pois os espaços perderiam as fronteiras rígidas e se interpenetram, por um lado. Sintoma desta situação é o fato de não vermos os limites dos programas dos computadores. Por outro, também transcorreria pela implantação de um tempo contínuo no qual os indivíduos nada terminam porque estão continuamente em formação e em dívida permanente e impagável. Ademais, o controle da comunicação instantânea se deveria ao fato de a sociedade em rede permitir a passagem mais ágil dos comandos do que no contexto da comunicação analógica.

Se a sociedade disciplinar foi caracterizada pela assinatura que individualizava o indivíduo e pelo número da matrícula que o posicionava na massa,

“o essencial não seria mais a assinatura nem um número, mas uma cifra: a cifra é uma *senha* [...] A linguagem digital do controle é feita de cifras, que marcam o acesso à informação ou a rejeição. Não se está mais diante do par massa-indivíduo. Os indivíduos tornaram-se individuais, divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados, *bancos*.” (DELEUZE, 1992, p. 222)

Ou seja, a comprovação da singularidade, na sociedade disciplinar, era fornecida pela assinatura e pelo número de alguma matrícula; na sociedade que se instala, é a senha que singulariza e que pode ser aceita ou não. Deleuze indicou



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

mudança na relação entre a cifra (o código intransferível) e a identidade pessoal. O indivíduo deixou de ser indivisível e passou a ser divisível, *dividual*, resultante do fato de ser mais um elemento de qualquer base de dado (amostra, massa populacional, estatística financeira ou de política pública, por exemplo), cuja senha ora pode ser aceita ora não. As massas, por sua vez, tornaram-se amostras, informações de bases de dados, mercados que necessitam ser rastreados, analisados tendo em vista a percepção de padrões de comportamento a ser capturados pelo mercado. No lugar de indivíduo e de massa – pares conceituais do Estado-nação da era industrial – aparecem outras figuras, como *divíduo*, consumidor, multidão, perfis, amostras, nichos de mercado, segmentos de público, *targets*, bases de dados. Para tanto são criados permanentemente programas que capturam os dados essenciais para o mercado. A liberdade modulada e não apenas vigiada implica o apelo à extrema individualização, uma vez que os indivíduos são acompanhados, parametrizados, classificados nos seus objetivos e até mesmo nas mudanças de humor.

A faceta do capitalismo desta fase da história assenta-se sobre as TIs e não somente instilando o medo da vigilância, uma vez que ele necessita de outro tipo de liberdade, agora modulada mediante estas tecnologias que modulam, inclusive, a liberdade.

A morfologia atual da sociedade, sociedade em rede, foi estruturada a partir das tecnologias de manipulação, armazenamento e distribuição de informações, fato que provocou a maior importância dos mercados simbólicos e os bens imateriais frente aos mercados de bens materiais. Assim, as redes de comunicação digital constituem o eixo central, tal como as redes energéticas sustentaram a sociedade industrial. Neste tipo societário, os padrões e os protocolos de comunicação são



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

necessariamente aceitos quando se está na rede. Neste sentido, o poder é exercido segundo a imposição das regras de inclusão e não pela exclusão das redes. Para apreender os sentidos do controle, que cresce a despeito de todo discurso e sensação de liberdade e liberalidade presentes na rede, é necessário frisar que ele se dá na comunicação, nos comportamentos interativos e também nos (des)conhecimentos dos códigos, necessários à convivência. Assim, no controle vigora também uma biopolítica que agencia e gerencia o tratamento digital dos processos sociais. Entender este controle implica encontrar, reconhecer e descrever os protocolos e a malha de intermediários da comunicação, que permitem a quem controla (humanos, máquinas ou algoritmos) o acesso (ou não) às informações que transitam pela rede e ao conhecimento elaborado a partir destas, dentro da configuração da economia do conhecimento.

A internet, nos seus primeiros anos, anunciou um novo mundo em que os governos pouco podiam para controlar os fluxos circulantes pelas infovias. A própria tecnologia da internet, baseada em protocolos, interpretava a censura como falha técnica, o que dificultava o controle. Mas a necessidade de ganhar dinheiro com a internet e com a informação digital implicava a identificação para assegurar a comunicação na internet. Como afirmou Castells (*Galáxia internet*, p. 141), “a necessidade de proteger os direitos de propriedade intelectual nela levaram ao desenvolvimento de novas arquiteturas de software que permitem o controle da comunicação pelo computador. Governos pelo mundo toleram essas tecnologias de vigilância ou as adotam avidamente para recuperar parte do poder que estavam perdendo.” Neste sentido, há um jogo em disputa entre o vigor da faceta “tecnologias de liberdade” e o da faceta “tecnologias do controle”.

As tecnologias de controle surgiram da comunhão entre governos e o



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

comércio. As tecnologias de identificação, vigilância e de investigação baseiam-se em dois pressupostos: a assimetria no conhecimento dos códigos da rede e a capacidade de estabelecer um espaço determinado de comunicação suscetível de controle. As tecnologias de controle assumem os seguintes tipos: de *identificação* (senhas, *cookies*, procedimentos de identificação), de *autenticação* (as assinaturas digitais que permitem que os computadores identifiquem a origem e as características para a interação entre as máquinas), de *vigilância* (permitem a identificação do usuário individual mediante marcadores para o rastreamento dos fluxos comunicacionais e sua interceptação, a partir da localização e monitoramento das máquinas), de *investigação* (ligados à construção de bases de dados por meio da vigilância e armazenamento de informações, uma vez que os dados coletados, que formam as bases, podem ser combinados e recombinaados para formar perfis informacionais agregados).

Tais tecnologias operacionalizam seus controles por meio de duas condições: a) os controladores conhecem os códigos, mas os controlados não; exemplo é o fato de os softwares comerciais serem confidenciais e patenteados e o usuário acaba aprisionado por esta arquitetura; b) os controles são exercidos em espaços definidos na rede, como por exemplo, o de uma universidade, de agência governamental, de uma empresa, de um provedor; assim, a internet é rede global (www), mas os pontos de acesso a ela não, o que faz com que a existência de filtros no acesso tenda a transformar a liberdade em submissão. Ademais, nos locais de trabalho persistem e são ampliadas práticas de vigilância na internet. Mas o fundamental para este quadro foi, sem dúvida, o desenvolvimento de tecnologias de coletas de dados associados ao comércio eletrônico que permitiram colher informação a cada clique em algum website, fato que abriu a possibilidade de um sistema eletrônico de



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

vigilância. E, segundo Castells (2003, p. 145), para a efetivação desta possibilidade, “as firmas da internet, de ideologia ardorosamente libertária, forneceram a tecnologia para a quebra do anonimato e a redução da privacidade, e foram as primeiras a usá-la.”

Uma questão relevante é como os dispositivos de controle lidam com as informações produzidas pelos indivíduos, uma vez que a sociedade disciplinar e a de controle trabalham a informação de modos diferentes. Na sociedade disciplinar, a informação é, por um lado, organizada vertical e hierarquicamente e o acesso a ela confunde-se com a posição do indivíduo na hierarquia (antiguidade, posto, exercício de função, por exemplo); por outro lado, as informações estão compartimentalizadas, o que faz com que cada instituição possua seu elenco de informações, guardado em seu espaço físico. Este fato gera, como afirma Rogério da Costa (2004, p. 162),

“uma associação profunda entre o local, o espaço físico e o sentido de propriedade dos bens imateriais. Há uma intensa regulação dos fluxos imateriais no interior dos edifícios e entre eles, de tal maneira que a resposta à pergunta “onde está?” parece indicar ao mesmo tempo o lugar físico e a propriedade da informação”.

Neste sentido, a sociedade disciplinar opera na polarização opacidade do poder e transparência dos indivíduos, tão bem visto na metáfora do panóptico: uma arquitetura que mantém o poder longe do olhar daqueles que são vigiados no seu interior. A resistência neste tipo de situação implica na luta por maior transparência do poder para que seja possível perceber aqueles que nos vigiam e controlam.

Um ponto central é se esta situação de resistência pode ser transposta para a sociedade de controle, comunicacional e informacionalmente interconectada. Apesar da propalada e defendida transparência da web, a situação tornou-se mais complexa, uma vez que a natureza do poder neste tipo societário cada vez é menos hierárquico



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

ao se difundir na rede planetária, tornando-se até difuso, por um lado. Por outro, em última instância as organizações governamentais e as grandes corporações informacionais tornam-se, acentuadamente, os grandes sujeitos que detêm a posse das estruturas físicas das infovias, e assim podem controlar continuamente e por comunicação instantânea. Em curso assiste-se a implantação de aparatos e algoritmos de rastreamento de padrões de comportamento no contexto marcado não apenas pela regulação dos fluxos do desejo pelo marketing, dos fluxos sociais para o controle do fluxo financeiro ou para a instilação ao consumo, mas, sobretudo, pelo crescimento exponencial das trocas informacionais-comunicacionais. Ou seja, na nossa atualidade nenhuma outra forma de poder parece ser tão

“sofisticada quanto aquela que regula os elementos imateriais da sociedade: informação, conhecimento, comunicação [...] Na sociedade de controle, estaríamos passando das estratégias de interceptação de mensagens ao rastreamento dos padrões de comportamento”, a partir da vigilância sobre a dinâmica geral da comunicação (numa rede que liga pessoas-empresas-serviços online-sistema financeiro-entretenimento) e não apenas sobre a troca de mensagens entre as pessoas (COSTA, 2004, p. 163)

Tudo indica que no momento da não coisa (a informação para Villém Flusser), os anéis da serpente tornam-se mais complexos e demandam a compreensão da realidade social por categorias que contemplem a sociedade interconectada e interativa, cuja ponta do iceberg são os computadores e a web. Nesta sociedade que acentuadamente se vê como da informação, da comunicação, ou por categorias outras que indicam a centralidade dos processos comunicativos-informacionais, acentuadamente, nos tornamos partes do maquinário de circulação de informação e extração de conhecimento, especialmente na forma de padrões de comportamento para alimentar o mercado e reprodução do capital.

IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Considerações finais

No tempo presente assistimos ao desenvolvimento crescente dos controles sociais implicados na sociedade em rede; a fabricação de um novo sujeito, de novos corpos e subjetividades; o alargamento da experiência vital que passou a abranger também as infovias e o nosso trânsito por elas; o tempo marcado pelo prefixo *pós*, que indica simultaneamente o “não mais e o ainda não”. Um tempo assinalado pela crise das instituições modelares da sociedade disciplinar e de elaboração de novos dispositivos, sofisticados, ágeis, flexíveis, transparentes, pulverizados, dispersos, que são veículos e aparatos do biopoder e do controle social.

Hoje, parte da vida se passa também dentro das redes, das bases e dos bancos de dados, das estradas da informação, uma vez que estamos enfeixados num horizonte informacional. Num banco de dados, o acúmulo maciço de informações acrescido a cada uso do cartão eletrônico, por exemplo, gera uma situação em que os consumidores entregam voluntariamente seus dados à vigilância e ao controle, pois parece que acentuadamente estamos aprendendo a amar a transparência, a visibilidade, o voyeurismo, a sociedade *non-stop* do consumo e produção 24 horas, sete dias por semana (24/7). Esta aprendizagem faz parte dos parâmetros presentes na construção de subjetividades condizentes com os novos tempos. Nesta estrutura, por um lado, de modo mais ou menos visível quem mais utiliza os aparatos, as ferramentas, os programas são as empresas de marketing e de crédito, que procuram a credibilidade das pessoas listadas pelos arquivos. Estar incluído num desses arquivos é condição de credibilidade, pois as bases de dados cadastram consumidores confiáveis, dignos de crédito e descartam ou outros, i.e., aqueles que não jogam o jogo do consumo de modo confiável pelas regras do mercado. Então,



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

ninguém entra num banco de dados sem ter as credenciais adequadas. Por outro, as ações de figuras como Julien Assange e Edward Snowden revelaram ao mundo os meandros da vigilância e do controle, até então secretos, presentes na possibilidade de coleta e de armazenamento de dados de cidadãos, empresas e até governos, realizados por governos e grandes corporações. E mais recentemente explodiu o escândalo em torno do Facebook, pois usuários do sistema tiveram os dados explorados pela *Cambridge Analytica*. Este evento, ainda em curso, novamente mostrou as implicações políticas do uso de dados de usuários de redes sociais.

O horror ao controle tão bem apresentado em obras contra-hegemônicas da cultura de massa (*Invasores de corpos, 1984, Brazil, Admirável mundo novo*) parece que ficou para trás. Talvez porque aquele controle implicasse resistência a uma entidade visível e fixa como o Estado, a classe; talvez pela supremacia de uma concepção de poder que apresentou o poder como algo que nos anulava e controlaria de “cima para baixo”. Mas os tempos são outros e novas formas de resistir precisam ser construídas. Daí a importância de a filosofia adensar sua tarefa de pensar o tempo presente ao incorporar a multifacetada questão informacional para deslindar e destrinchar os nós da rede.

Referências

- COSTA, Rogério da. “Sociedade de controle” In **São Paulo em Perspectiva**. v.18, n.1, janeiro/março de 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392004000100019&script=sci_arttext. Acesso em 25.06.2004.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 8 ed. ampliada e revisada. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- _____. **A Galáxia Internet: reflexões sobre internet, negócios e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2003.
- DAY, Ronald. *The modern invention of information: discourse, history and power*.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Carbondale: *Southern Illinois University*, 2001.

DELEUZE, G. "Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle" In **Conversações**. Rio de Janeiro: 34 Editora, 1992

_____. "Controle e Devir" In **Conversações**. Rio de Janeiro: 34 Editora, 1992

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, NAU Editora, 2003

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GIDDENS, Anthony. **O Estado-Nação e a Violência**: segundo volume de uma Crítica Contemporânea ao Materialismo Histórico. São Paulo: EDUSP, 2001.

KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

NEGRI, A., HARDT, Michael. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Técnica, espaço e tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

ÉTICA E ESTRUTURA DE DIREITOS DO MEIO AMBIENTE NATURAL E ARTIFICIAL.
O MEIO AMBIENTE É OBJETO OU SUJEITO DE DIREITOS?
UMA REFLEXÃO FULCRADA NA ÉTICA E NA FILOSOFIA DAS CIÊNCIAS NATURAIS.

Por: Aldo Muro Júnior.¹²
aldomuro@outlook.com

RESUMO

Apesar das incessantes preocupações com o Direito Ambiental, este ramo jurídico ainda encontra-se embrionário de sorte a conseguir uma tutela eficaz do meio ambiente. Uma das razões deve-se, dentro de uma análise filosófica aplicada ao direito a questão da interpretação do meio ambiente de forma antropocêntrica ao invés de ecocêntrica.

PALAVRAS-CHAVE: Meio ambiente; Ecocentrismo; Antropocentrismo; Filosofia do Direito aplicado ao meio ambiente.

RESUMO

Malgraŭ la senĉesa maltrankvilo kun Media Leĝo, ĉi tiu jura branĉo ankoraŭ estas embriaca por atingi efikan protekton de la medio. Unu el la kialoj estas, ene de filozofia analizo, kiu aplikas al la leĝo la demandon pri la leĝo de la medio en antropocentra pli ol ekocentra maniero.

Ŝlosilvorto: *Medio; Ekocentrismo; Antropocentrismo; Filozofio de Juro aplikis la medion.*

Abstract

Despite the incessant worries about environmental law, the legal sector is still embryonic lucky to get an effective protection of the environment. One reason is due within a philosophical analysis applied to the right to question the interpretation of the environment so anthropocentric rather than ecocentric.

KEYWORDS: *Environment; Ecocentrism; Anthropocentrism; Philosophy of Law*

¹² Visiting Professor Università di Pisa. Professor Titular do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás – IFG. Financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

applied to the environment.

Introdução

As ultrapassadas e demagógicas afirmações bíblico-cristãs de “*E Deus os abençoou, e lhes disse: Sê-de fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a, dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todo o animal que rasteje sobre a terra*¹³” - fizeram com que o homem desbravasse tanto a fauna e a flora, que se tornou um ser diferente daquilo que era – um ser superficial, dependente de recursos tecnológicos para suprir suas fraquezas, enfim, ficou sem lugar na natureza.

A extrema capacidade do ser humano em compensar sua deficiência em relação aos outros seres vivos com os quais convive para conseguir sobrepujá-los até, justifica a cura dos males pela cultura e pela tecnologia, fato que vem a corroborar o antigo entendimento grego de otimismo em relação ao ser humano, sobretudo em relação à natureza.

A citada cura dos males humanos pela cultura fez o homem agarrar-se a ferramentas e a abrir mão de muitas coisas para gerar o desenvolvimento que se pode encontrar até os dias atuais.

Todavia, o crescimento e a evolução humana, naturalmente, não se fizeram jejunos de ônus para o meio em que eles se inserem. Conflitos de poder e apego à propriedade, gênese da demonstração de poder e senhorio humano sobre o meio natural, inicialmente e, sobre seus pares conseqüentemente, fizeram com que se relegasse o meio ambiente a um bem esquecido até pouco, quando radicais concomitantemente ao movimento *hippie* fizeram com que toda a humanidade abrisse seus olhos para a problemática da destruição ambiental e seu holocausto para a

¹³ Gênesis, 1:28



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

humanidade futura – em uma visão mais catastrófica e pessimista – própria dos radicais, conseguiu dar uma tendência mais amena para a cultura da valorização do passivo ambiental a ser agregado ao desenvolvimento tecnológico que se atingiu e, sem ele não se retornará às origens, mas sim se sucumbirá às forças naturais latentes.

Assim, pois, não há mais como retroceder da atual situação humana. Deve-se relativizar o destino por meio da cultura para que se distancie do que profetizou Rousseau de que: *o homem seria bom por natureza e que a propriedade o destruirá*¹⁴¹⁵; afim de tender-se mais para uma visão Socrática de que o mal não lhe seria inerente, imanente ou afetável, mas sim voluntário¹⁶.

Assim, como não se pode mais retroceder e, tampouco retirar a tecnologia do ser humano, somente resta agregar-lhe valores de conhecimento, cultura e de educação para a convivência harmoniosa com o único meio ambiente natural que resta e, principalmente, de forma a dar-lhe consistência capaz de superar os problemas hodiernos do meio ambiente artificial – cultural, patrimonial, social e do trabalho – principal meio de educação do ser humano adulto, para uma convivência e crescimento harmoniosos para os dias vindouros.

Direito versus meio ambiente natural e artificial

Discussões acerca de ética.

Por mais que a ética moderna seja antropocêntrica, não se pode relegar os demais seres que convivem com o ser humano ao léu do esquecimento filosófico e,

¹⁴ ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

¹⁵ _____ Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

¹⁶ COTRIM, Gilberto. Fundamento da Filosofia, 2000.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

principalmente jurídico, vez que toda a base jurídica tem sua gênese em conceitos filosófico-sociais, basta lembrar do que sintetizou Bentham, através dos seus círculos concêntricos¹⁷.

Kant e o Cristianismo interessado em conquistas *brancas* propugnavam que os animais e os silvícolas (inclusos, aí, os negros africanos), não possuíam alma, daí a carência de direitos sobre estes seres, relegando-lhes à toda sorte de mal tratos, comercialização de seus corpos e invasão de suas almas por catequese cristã– vez que inexistente o liame com Deus destes seres nascidos no infortúnio do domínio do homem branco¹⁸.

Todavia, a evolução na consciência humana legou-nos com quatro princípios éticos com arcabouços não-antropológicos que foram capazes de tutelar os objetos naturais e os animais de direitos, onde se discutirá adiante, acerca da existência ou não da tutela jurídica do meio ambiente natural e artificial como objeto ou sujeitos de direito, na óptica do Direito pátrio.

Os quatro princípios em tela são:

i) *A ética da natureza*, que traz à baila o antigo conceito grego de que o homem somente estará feliz se em perfeita harmonia e sintonia com o Cosmos e com a Natureza, isto é, propõe um retorno do enquadramento humano à moral oriunda da natureza.

ii) *A ética do direito*, a qual coloca o ser humano no centro da natureza em que está inserido, dessarte, a tutela do bem natural somente encontraria fundamentação

¹⁷ REALE, Miguel, *Filosofia do direito* / Miguel Reale. – 19ª. ed. - São Paulo, Saraiva, 1999.

¹⁸ KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. *E-book*: Membros do grupo de discussão Acrópolis (Filosofia). In.: <http://br.egroups.com/group/acropolis/>.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

tipificadora legal, se embasada em esteio de uso pelo ser humano, em outras palavras, as **coisas naturais seriam objeto de direitos e o homem sujeito das coisas e, por conseguinte sujeito e senhor das coisas.**

iii) *A ética ecológica* da razão não diferiria em relação à do direito quanto à colocação da natureza e dos bens naturais como objetos de direito, somente aproximaria-se mais do Jusnaturalismo onde a natureza teria direitos imanentes do dever-ser, ao invés do ser em questão, porventura encontrado no ser humano intrinsecamente.

iv) *A ética da ponderação* é uma ética que consubstanciou a terceira geração de direitos fundamentais, ética da prudência, da mais valia, neste conceito ético não há a figura do dever-ser. Este princípio ético é o cerne das declarações de direitos (os *writs* norte-americanos), portadores da teorias das vantagens de *Stuart Newton*, operando a correlação dos interesses humanos com a *práxis* moderna e da atual forma de viver do ser humano.

A qual delas se filiou o Direito pátrio?

A qual delas se pode usar no intuito de tutelar o bem natural ou artificial, capaz de garantir a sobrevivência humana *Por mais zil anos?* (parafraçando Caetano)!

A resposta é muito simples, basta que o princípio ético, independentemente do que for usado, não vire retórica filosófica, aliás, como vem sendo feito há muito.

a) *Discussões acerca do acesso filosófico à natureza.*

Para que a ética não vire objeto de retórica e a natureza e o meio ambiente criado pela criatura humana – meio ambiente artificial -, fique jejuno de tutela jurídica, mister se faz a conceituação normativa de direitos sobre o meio ambiente.

Estes direitos são necessários para bem refrear o desenvolvimento humano exagerado carreado de interesses econômicos que não vislumbram – nem de longe – a



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

preservação da natureza ou do meio ambiente artificial utilizado, quer seja ele patrimonial, histórico, social e até mesmo do trabalho – via seus agentes laboradores, quem de fato esteia o desenvolvimento econômico.

A ética ecológica, portanto, faz-se necessária, então, para o surgimento de direitos que tutelem o meio ambiente em todas as formas e, no plano das Ciências Ambientais pode ser traduzida como descritiva; teleológica e moral.

a) A primeira, **a ética descritiva**, seria como um pensamento Newtoniano, isto é, descreve a natureza, *isso é assim por natureza...*, como se o fim do homem fosse o conceito Aristotélico de viver bem e se reproduzir, carente, portanto, do que se chama *vontade e liberdade*, um recrudescimento ao pensamento grego, os quais, como se sabe, não tinham bem desenvolvidos estes dois conceitos. Deste conceito não se conseguiria extrair nenhum princípio normativo capaz de tutelar o meio ambiente, uma vez que o conceito traduz a idéia de natureza fática à uma questão simplesmente de ética e, poderia levar, por exemplo, a substituição da natureza por alterações genéticas!!!

b) Em sentido *teleológico*, a natureza ditaria os fins do homem, isto é, ela seria algo alheio aos dispositivos humanos. Rejeitado, esse sentido pelo Critianismo, uma vez que ele repele veementemente a natureza em sua forma natural, pois seria uma forma de perversão, não ganhou força capaz de impulsionar um raciocínio que pudesse traduzir em tutela ao meio ambiente. O conhecimento consistiria em saber qual é o fim do que é natural, daí a tônica Aristotélica a que sempre se insurge quando se trata de questões ambientais. Quando se coloca a VONTADE, cai por terra o sentido teleológico, haja vista que o homem daria o fim ao invés da natureza o ditar. O problema como meio ambiente é que o homem dá a primazia à sua vontade a invés de dá-la ao meio ambiente, novamente, volvendo-se aos conceitos Aristotélicos.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

c) Por fim, o *plano normativo*, fulcra-se no Jusnaturalismo, onde a Justiça é algo que disciplina a vontade do ser humano, aliás, como não poderia deixar de ser: o homem é o único animal que consegue incluir dentro de seu tirocínio a idéia do justo e do injusto, confundindo-se até com conceitos de moral, ética, religiosidade e, às vezes, de lei que ele próprio as criou!

O problema é que as três posições analisadas deixaram de lado o ser – isto é: a razão e a vontade – inerentes e imanentes ao ser humano. A natureza não pode ser contemplada via nenhuma ordem intrínseca de valores.

Conclusões

Deve ser incentivada uma nova ética ecológica, não ética e não jurídica – “*estética-plástica*”, capaz de se amoldar o Direito à natureza de forma constante.

O conceito transindividual inserto em nossa Carta Política de 88¹⁹, aliás, grife-se a primeira constituição pátria que se preocupou com o meio ambiente, erigindo, inclusive o meio ambiente artificial como meio ambiente – tutelado, portanto, foi uma evolução para a construção jurídico-normativa brasileira.

Caso haja inclusões legais de tutela ao meio ambiente, dificilmente se conseguirá protegê-lo de interesses econômicos vis e individualistas, haja vista que a fiel obediência à lei escrita é a tônica à morosidade da tutela de qualquer bem, como se vê no direito civil e processual, onde para se desenvolver um processo dentro do escopo da legalidade, são necessárias algumas décadas para o ato judicial terminativo – o trânsito em julgado da composição da lide.

A estética e plasticidade mencionadas referem-se a uma construção de um

¹⁹ BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em [HTTP://www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

sistema normativo capaz de se amoldar às alterações sociais constantes no meio ambiente natural e artificial.

Sim! Pois que as necessidades do ser humano variam, lembrando que à época do nacional desenvolvimentismo falar em tutela ambientalista seria o mesmo que ser posto às galeras como Comunista (jargão adrede utilizado para todos que se opunham ao sistema cogente).

Assim, conclui-se que a teoria de direito transindividual dada ao meio ambiente o colocou como um direito de terceira geração que sobrepuja até os demais direitos civis, pois ao pertencer a todos e a ninguém simultaneamente, está além do direito difuso, pois todos além de ter o direito a gozar do meio ambiente natural ou artificial saudável, detém a OBRIGAÇÃO de defende-lo diuturnamente, quer seja por meio de ações individuais, coletivas, metas empresariais de inclusão de recomposição do meio ambiente em seu patrimônio – o denominado passivo ambiental, ou até, em última análise, quando tudo o mais foi em vão e insuficiente – a tutela judicial do meio ambiente; em clara conclusão de que o meio ambiente – atualmente – é, de forma ululante, um sujeito de direitos.

Referências

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em [HTTP://www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br).

COTRIM, Gilberto. **Fundamento da Filosofia**, São Paulo. 2000.

KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. *E-book*: Membros do grupo de discussão Acrópolis (Filosofia). In.: <http://br.egroups.com/group/acropolis/>.

REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. São Paulo: Saraiva, 1999.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

**IΦ-Sophia**

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

A Crítica de Benjamin ao caráter coercitivo da lei e a vinculação entre a violência mítica e o direito

Por: Luciano Gomes Brazil²⁰

luciano.brazil@ifg.edu.br

Resumo

Walter Benjamin, em seu ensaio *Zur Kritik der Gewalt*, faz uma crítica ao direito à medida que faz uma crítica da violência. Precisamente importante são as distinções entre violência instauradora e violência mantenedora do direito, e entre a violência mítica e violência divina. Em nosso artigo, salientamos a presença da violência mítica, tal como uma herança, na instauração e na manutenção do direito. Do ponto de vista da crítica de Benjamin, essa herança se sustenta enquanto relação de poder, o que impede que o direito se conceba a partir de uma ética possível. Inicialmente percorremos o trajeto do autor do ensaio, mostrando os pontos cegos tanto do direito positivo quanto do direito natural, em suas respectivas instrumentalizações da violência, mais em específico o direito positivo, como relação de justificação dos meios. A partir daí seguimos uma discussão que pretende mostrar o vínculo entre o mítico e a instauração e manutenção do direito.

Palavras-chave: Ética; Benjamin; Violência; Direito; Poder.

Resumo

Walter Benjamin, en sia provo Zur Kritik der Gewalt, kritikas la leĝon dum ĝi kritikas perforton. Ĝuste gravaj estas la distingoj inter instigado de perforto kaj leĝo, kaj inter mítica perforto kaj dia perforto. En nia artikolo ni emfazas la ĉeston de mítica perforto,

²⁰ É doutorando em Filosofia na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, é Mestre em Filosofia pela mesma instituição, é Graduado e Licenciado em Filosofia pela mesma instituição e é Graduado em Filosofia pelo Instituto Metodista Bennett – IBM. É servidor público federal, docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – EBTT, lotado no campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG, campus da cidade de Itumbiara- GO. É autor de artigos científicos na mídia especializada nacional. É autor dos livros: “Filosofia em debate: questões de ética, educação e política” (2016) e “Rangeríase” (2014).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

kiel heredaĵo, en la starigo kaj bontenado de la leĝo. De la vidpunkto de la kritiko de Benjamin, ĉi tiu heredaĵo estas subtenita kiel rilato de potenco, kiu malhelpas la leĝon koncipi sin de ebla etiko. Komence, ni trarigardis la trajektorion de la aŭtoro de la provo, montrante la blindajn makulojn de pozitiva leĝo kaj naturaj leĝoj, en iliaj respektivaj instrumentoj de perforto, pli specife pozitiva leĝo, kiel rilato de pravigo de la rimedoj. De ĉi tio ni sekvas diskuton, kiu provas montri la ligan inter la mítico kaj la starigo kaj bontenado de la leĝo.

Ŝlosilvortoj: *Etiko; Benjamin; Perforto; Dekstra; Potenco.*

Abstract:

Walter Benjamin, in his essay Zur Kritik der Gewalt, criticizes the Right as long as he makes a criticism of the violence. Precisely important are the distinctions between lawmaking and law-preserving violence, and between mythical violence and divine violence. In our article, we stress the presence of the mythical violence, just as a heritage, in the lawmaking and law-preserving of the Right. From the Benjamin's criticism point of view, this heritage sustains itself as a power relation, what prevents that the Right conceives itself from a possible ethic. Initially we go through the author's path, showing the blind spots of the positive law and natural law, and its respective instrumentalization of violence, more specifically the positive law, as a relation of justification of means. Thence force, we follow the discussion that intend to show the link between the mythical and the lawmaking and law-preserving violence.

Keywords: *Ethic; Benjamin; Violence; Right; Power.*

*Wie viel Blute und Grausen ist auf dem
grunde aller "Gute Dinge"
Quanto sangue e horror estão no fundo
de todas as "coisas boas".
Nietzsche, Genealogia da Moral*



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

O ensaio escrito em 1921 por Walter Benjamin (1892-1940), *Zur Kritik der Gewalt*, possui importantes reflexões, as quais algumas discutiremos aqui. No intuito de se fazer, como o título já indica, uma crítica da violência, Benjamin estabelece um ponto cego nas relações de direito para essa possível crítica, o que indica a insuficiência inerente ao direito para concebê-la. E não apenas que esse ponto cego revele que o direito não possa ele mesmo estabelecer uma crítica à violência, as reflexões deste ensaio indicarão que a crítica da violência mostra a incompatibilidade desta reflexão com o próprio direito, o que sugere em última instância, que questões éticas não são concernentes a este, e sim que a concernência dessas questões vige fora dele.

Benjamin, assim, traça uma reflexão para fora ou além do direito (Barbosa, 2017, p.151) na medida em que sua crítica da violência irá demonstrar não apenas a insuficiência na aporia ou no ponto cego, mas também que no interior dessas relações há “algo de podre no direito” (Benjamin, 2011b, p.134), que diz respeito ao monopólio do uso da violência como meio, a violência instrumental, de uso político. De tal maneira que, podemos afirmar, não é que Benjamin recuse o vocabulário e as relações de direito para fazer uma crítica, antes, partindo de dentro do próprio direito, o nosso autor demonstrará como se dá essa relação, e salientará uma necessidade de se buscar fora dela uma crítica possível que apontará nele, no direito, ou, melhor dizendo, na instauração e na manutenção do direito, relações de culpa, advindas do mito – contrariando a ideia geral do direito positivo de que suas leis são baseadas na razão -, e que propriamente aí se instala uma autoridade, um poder cuja eticidade já se perdeu. Além disso, mostrando que no decorrer da história direito e justiça se confundiram (Chaves, 1994, p.18).

O ponto de partida no âmbito do direito está nas relações entre meios e fins.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Lançando mão da violência como um meio, a sua justificação fica dada em função de fins justos, o que não é, de modo algum, uma crítica da sua concepção, mas apenas um critério de sua aplicação: “Permaneceria ainda sempre aberta a questão se a violência em geral, enquanto princípio, é ética, mesmo como meio para fins justos” (Benjamin, 2011b, p.122). Essa última citação é peça central de alguns dos questionamentos que queremos desenvolver aqui. Ainda no âmbito do vocabulário e da concepção jurídicas, Benjamin traça duas possíveis maneiras do direito se relacionar com a violência, uma que está no âmbito do direito natural, em que se “justificam os meios pela justiça dos fins”, e outra que está no âmbito do direito positivo, que através de uma “justificação dos meios visa garantir a justiça dos fins” (Benjamin, 2011b, p.124). Vale citar todo o trecho:

(...) sem prejuízo desta oposição, as duas escolas se encontram num dogma comum fundamental: fins justos podem ser alcançados por meios justificados, meios justificados podem ser aplicados para fins justos. (...) A antinomia se mostraria insolúvel se o pressuposto dogmático comum fosse falso; se, por um lado, meios justificados, e, por outro, fins justos se encontrassem num conflito inconciliável. (BENJAMIN, 2011b, p.124)

Em função desta antinomia aparentemente sem solução, Benjamin precisa escolher um caminho que conduza a uma crítica da violência, não somente à sua possibilidade de aplicação. Nesta reflexão sobre seu critério, no âmbito do direito, no entanto, ele já encontrou os pontos cegos de ambas as concepções. Falta ao direito positivo uma crítica a um sistema de fins, ao “caráter incondicional dos fins”, enquanto para o direito natural falta uma crítica a um “caráter condicional dos meios”. O direito positivo, entretanto, do ponto de vista da crítica a se fazer, possui uma vantagem, que se dá justamente na sua limitação intrínseca. É que através do seu critério de aplicação



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

da violência, o que Benjamin nomeou por “caráter condicional dos meios”, o direito positivo distingue duas violências: aquelas sancionadas e aquelas outras não sancionadas por lei. Ainda que o direito positivo não possa traçar uma crítica da violência a partir dessa diferenciação, o critério de sua diferenciação torna possível uma perspectiva externa ao direito: Benjamin propõe um ponto de partida histórico-filosófico.

O passo seguinte é fundamental. Torna-se evidente o caráter relativo da permissividade da violência do direito. Quais os casos em que a violência é permitida pelo direito? Quais os casos em que não é permitida? Não é difícil a partir daí entender que o direito só é permissivo com a violência praticada pelo próprio direito, mas não por indivíduos enquanto sujeitos do direito. Certamente, se o direito permitisse que alguns fins, mesmo os naturais, fossem praticados por indivíduos mediante a violência, o próprio direito estaria em risco:

Talvez se devesse levar em conta a possibilidade surpreendente de que o interesse do direito em monopolizar a violência com relação aos indivíduos não se explicaria pela intenção de garantir os fins de direito mas, isso sim, pela intenção de garantir o próprio direito. (BENJAMIN, 2011b, p.127)

A partir daí é possível a Benjamin fazer uma distinção importante. Toda violência é ou instauração de um direito, ou manutenção de um direito preexistente. Há um momento de entrada das relações de direito, da Instituição, se assim podemos dizer, que se dá através de uma violência instauradora, e há um momento, ou momentos, no interior dessas relações de direito em que essa, acima nomeada Instituição, se mantém senão por meio ou através também de uma violência, mas que se distingue daquela não por instaurar uma relação de direito, e sim por manter



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

aquela. Ela é, assim, violência mantenedora. Essa distinção é importante no contexto da crítica de Benjamin, é ela que permite ao autor berlinense criticar a violência do direito.

Derrida em *Força de Lei* problematiza essa diferenciação, que para ele não pode ser tão heterogênea assim. O ponto da crítica do autor magrebino é a de que o instaurado desde o momento de sua instauração já requer uma manutenção, ou em outras palavras, de que a manutenção não se distingue totalmente da instauração. Cito Derrida: “a própria violência da fundação ou da *instauração do direito* deve envolver a violência da *conservação do direito e não pode romper com ela.*” (Derrida, 2007, p.89) Essa violência “pura” da instauração não pode ser contraposta a outra violência, ela já é constitutiva desta. Toda violência instauradora já é também mantenedora do direito, ou de algum tipo de direito, poderíamos assim formular a concepção derridiana²¹.

Mas precisamente em que incide a contra crítica de Derrida à distinção

²¹ De tal forma que a cada vez que essa instauração é reprimida, diz Derrida páginas mais adiante, pela representação e manutenção, a própria relação de direito se enfraqueceria, destruiria a si própria (Benjamin também alude ao mesmo enfraquecimento na relação dialética entre instauração e manutenção, mas é que sua conclusão diverge da de Derrida, o que interessa a Benjamin é a destituição do direito: “É na ruptura desse círculo atado magicamente nas formas míticas do direito, na destituição do direito e de todas as violências das quais ele depende, e que dependem dele, em última instância, então, na destituição da violência do Estado, que se funda uma nova era histórica. (Benjamin, 2011, p.155)). O autor magrebino fala aqui da “lei de Iterabilidade” que de algum modo mantém indistinto o originário do pós-originário, o que nesse caso seria a impossibilidade de conceber a violência fundadora distinta de sua manutenção. Pensando na direção contrária, para que essas relações de direito se mantenham e não se enfraqueçam, é necessário reconhecer um mecanismo que repita a instauração em sua manutenção. Mas cabe salientar que não se trata de qualquer instauração, mas tão somente a reinstauração daquilo que já fora instaurado, o que dificulta ainda mais a distinção entre instauração e manutenção. É nesse ponto que a reflexão sobre aquelas instituições de função híbrida, tal como a polícia, tem a sua importância. Butler (2017, p.78) nos lembra que essas instituições de função híbrida, reafirmam, de maneira regrada, o caráter veiculante do ato fundador. Podemos talvez tirar a conclusão de que ela pense na direção contrária à concepção de Derrida, para quem a instauração já é a sua manutenção. Butler entende que há algo de instauração sempre e a cada vez que uma violência de manutenção da lei é exercida.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

benjaminiana? Quais as consequências de se pensar que não é possível distinguir exatamente a instauração da manutenção das relações de direito? Deixemos por enquanto essas perguntas em aberto.

Já Hannah Arendt não reconhece que violência e poder possam ser sinônimos. Ainda que em seu livro especificamente sobre a violência ela não cite abertamente este ensaio de Benjamin, é possível traçar paralelos. De fato, a palavra violência em alemão, *Gewalt*, possui esta ambiguidade explorada por nosso autor, a qual, por sua vez Arendt irá dizer que se opõem uma e outra. Sua concepção defende que “o que nunca pode nascer daí [da violência] é o poder” (Arendt, 1972, p.130), e de que tudo depende do poder que há por trás da violência, algo que remonta à questão do poder (e não da violência), de que ele não precisa de justificativas, mas sim de legitimidade. O poder que perde sua legitimidade, aí sim está sujeito às relações de violência. De modo que somos levados a crer que a manutenção por si própria nas relações de direito não seria, nesse sentido, uma reafirmação da violência que instaura direito, mas sim uma questão da legitimidade do poder em exercício.

Tomando pontos de partida diversos, Derrida e Arendt concordam quanto à defesa das relações de direito, que é precisamente onde se dá, ou de onde parte a crítica de Benjamin. Arendt é bem direta ao aludir a “uma outra tradição” e a “outro vocabulário”:

Quando a cidade-estado de Atenas chamou sua constituição de isonomia, ou quando os romanos disseram ser a *civitas* sua forma de governo, tinham em mente um conceito de poder e lei cuja essência não se fiava na relação ordem-obediência e não identificava poder com domínio ou lei com ordens. Os revolucionários do século dezoito recorreram a estes exemplos quando revistaram os arquivos da antiguidade e constituíram uma forma de governo, uma república, onde o domínio da lei, repousando no poder do povo, poria um fim



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

ao domínio do homem sobre o homem (...). Infelizmente eles também se referiram à obediência – obediência às leis em vez de aos homens (...) (ARENDDT, 1972, 120)

Sem fazer alusão direta à violência, mas também sem poder se esquivar de termos como “revolução”, que de algum modo se constitui em violência, Hannah Arendt está propondo, na citação acima, que existe uma tradição no direito que se concebe não a partir da relação de obediência, e que foi essa tradição que inspirou as novas formas de governo do mundo moderno. Mas a própria Arendt reconhece que esses próprios instauradores modernos ainda falavam em obediência, muito embora obediência não a homens, mas à lei²².

Embora seja bastante visível que, tendo escrito tal ensaio na segunda década do

²² A discussão não termina aí. A defesa de Arendt remonta à ideia de que o domínio da lei na modernidade é constituída a partir de uma coletividade. Nesse domínio, ainda que se fale em obediência, esta não é incondicional, como o é na relação violenta de um criminoso que assalta com uma faca. Com isso ela quer afastar a noção de que a violência constitui esse domínio da lei. No apêndice indicado em nota no parágrafo do qual tiramos nossa citação acima, Arendt, citando Passerin d'Entrèves, indica que, havendo leis mais 'diretivas' que 'imperativas', podemos conceber estas leis como regras de um jogo, e que, menos do que uma relação violenta, jogar com as regras do jogo, desejá-las, é idêntico ao desejo de viver: “Todo homem nasce numa comunidade com leis pré-existentes às quais ele “obedece” em primeiro lugar porque não há outro meio de ele entrar no grande jogo do mundo. Posso querer mudar as regras do jogo, como fazem os revolucionários, ou abrir uma exceção para mim, como fazem os criminosos; mas negá-las em princípio não significa simples “desobediência”, mas a recusa a entrar para a comunidade humana.” (ARENDDT, 1972, Apêndice XI, p.165). Diante do estado de coisas que ela coloca, devemos perguntar, uma vez ela mesmo fazendo alusão ao termo exceção: será mesmo que se trata de em certos casos, ou, para não dizer, em todos os casos, que essa escolha entre a possibilidade de jogar ou não um jogo cujas regras são pré-estabelecidas seja de fato uma escolha? Há escolha? Em casos extremos, p.ex. como em certas comunidades que são invadidas por uma lei que não lhes diz respeito, que sequer se trata de uma lei em sua própria língua, como as comunidades indígenas, ou então mesmo aqueles que vivem em favelas e periferias, será que eles têm essa escolha? Por que essa autora, que perdeu a sua cidadania alemã com a ascensão do partido nacional socialista, acredita nas instituições? Talvez tenha faltado à sua concepção de direito olhar a lei pela lógica da exceção, para fazer mostrar que o mesmo mecanismo que a fez perder a cidadania alemã é o que sustenta o estado de direito de todas as constituições ocidentais. Deixemos essa questão em aberto.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

século XX, após o final da Primeira Guerra Mundial, em um momento politicamente conturbado, e embora, por sua vez, Benjamin tenha em vista esses acontecimentos sob o prisma de um ceticismo quanto às políticas de estado e da constituição de seu país, sua leitura transborda esses contextos. Salta aos olhos a proficuidade do tema sob a lógica da exceção, amplamente pesquisado por Giorgio Agamben (2004), cuja tarefa é amplamente tributária a Benjamin, sem sombra de dúvida.

A polêmica com a qual nosso texto se envolve é a seguinte: há uma ética possível dentro das relações de direito? Ou será que o direito não se dá apenas através das relações de poder e violência? Vimos acima que a crítica de Benjamin começa com a configuração da violência como meio, violência instrumental, que é como o direito a concebe. O direito positivo, com seu critério de aplicação de meios justificados reconhece que há violências sancionadas por lei e outras não sancionadas, mas é incapaz de fazer um questionamento sobre sua aplicação segundo seu valor, isto é, nos casos em que o direito positivo se vale da violência como meio para fins não há aí qualquer crítica possível do ponto de vista da lei. Vimos que Derrida não reconhece a separação entre o momento da instauração e o(s) momento(s) da manutenção do Direito. Ao não reconhecer isto, parece se tornar inválida a posição e o procedimento crítico de Benjamin. Arendt por sua vez diferencia violência e poder, que no texto do nosso autor aparece sob o substantivo ambíguo *Gewalt*. Ao estabelecer a distinção entre ambos, ela delimita a violência ao uso instrumental e não se engaja no procedimento crítico de Benjamin, que é o que veremos na sequência. Mas o que ambos, Derrida e Arendt, talvez esta de maneira mais enfática que aquele, fazem em contraste com o nosso autor é o de reconhecer a Instituição do Direito como âmbito possível de realização ética.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Para o nosso autor “há algo de podre no direito” (Benjamin, 2011b, p.134)²³, cabendo ao entendimento, através da crítica, se aproximar das condições que perfazem o surgimento e a manutenção do direito. É a partir daí que Benjamin sobrepõe ainda outra distinção. Além desta entre violência instauradora do direito e violência mantenedora do direito, ele estabelece a distinção entre a violência mítica e a violência divina.

Do que se trata falar em violência mítica? O exemplo paradigmático utilizado pelo autor é o mito de Níobe: uma mortal, que desdenha da fertilidade da deusa Leto. Níobe é mãe de quatorze filhos (sete homens e sete mulheres), e a deusa possui apenas dois, os deuses Apolo e a deusa Ártemis. Ao sofrer o insulto, a deusa ordena que seus filhos se vinguem dela, matando a flechadas os sete filhos homens da mortal. Níobe desdenha da deusa ainda uma segunda vez, mostrando que mesmo tendo matado sete de seus filhos, ela ainda possui mais filhos que Leto. Ao terminar de proferir tal desdém, mais flechas caíram matando suas filhas, fazendo com que restasse apenas uma. Níobe, em desespero, implora que deixem apenas aquela última. Mas antes que ela terminasse de implorar, uma flecha já lançada mata sua última filha.

Nessa discussão que pretende assegurar uma distinção entre os tipos de violência e em relações de direito, Benjamin estabelece que a violência mítica, em seu aparecimento não é mediata, não possui uma relação de meio para fins: ela não é meio, mas sim manifestação. O assassinato dos filhos de Níobe é essa manifestação.

Precisamos a partir daqui observar dois pontos. O primeiro delas é que ao

²³ É importante salientar que para Benjamin o direito só é instaurado a partir da violência, e é isso que não torna possível falar em igualdade. Cito nosso autor: “da perspectiva da violência, **a única que pode garantir o direito**, não existe igualdade; na melhor das hipóteses, violências de mesma grandeza”. (Benjamin, 2011b, p.149, grifo nosso)



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

estabelecer uma violência que se dê como manifestação, antes de ser algo instrumental, ou um meio para fins, Benjamin efetiva “o ponto de vista externo à filosofia do direito positivo, mas também externo ao direito natural” (Benjamin, 2011b, p.125), efetiva, portanto, uma “reflexão histórico-filosófica”. Nosso autor faz então algo surpreendente, segundo ponto da observação: ele relaciona a violência mítica com o direito. É precisamente este ponto da crítica no contexto desse ensaio que precisamos salientar: fazer mostrar que o direito possui uma herança mítica, que a sua violência instauradora estabelece nas relações de direito um “círculo atado magicamente” no que ele chama de “formas míticas do direito” (Benjamin, 2011b, p.155). As relações da instauração do direito através da violência mítica circunscrevem pontos dessa crítica que não podemos deixar passar e que aparentemente não estão presentes nem no texto de Derrida, nem no texto da Arendt.

Como aludimos acima, as questões de direito vigem daquela violência mítica, da “ambiguidade mítica das leis” (Benjamin, 2011b, p.149). Em outro ensaio escrito nessa mesma época, *Destino e Caráter*, o autor berlinense demonstra como a ligação entre o Destino, de ordem religiosa, é estranhamente relacionado ao Caráter, “sendo o caráter considerado uma causa do destino” (Benjamin, 2011a, p.89). Neste intrincado jogo de separação entre o interno, caráter, e o externo, destino, o que é mais acessível não é uma separação, e sim uma co-incidência (Benjamin, 2011a, p.91). A fim de evitar os erros possíveis na concepção de ambos os termos, nosso autor começa por mostrar como o destino sempre foi atribuído à infelicidade e à culpa. Nesse texto, Benjamin não nos dá maiores detalhes dessa concepção de destino, ele apenas informa que há um entrelaçamento com o sentido religioso: “para nomear um caso típico, a infelicidade fatídica é vista como a resposta de Deus ou dos deuses a uma culpabilidade religiosa”



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

(Benjamin, 2011a, p.92). Assim, é tangível notar o imbricamento que duas esferas distintas, a ética e a religião, acabam tendo, qual seja, através do imbricamento entre caráter e destino. Mas antes de, algumas linhas mais abaixo, Benjamin mostrar a relação que destino e caráter possuem com o direito, ele nota que falta à “clássica formulação grega” uma atribuição entre destino e felicidade, ou entre destino e inocência, e que ao contrário, estas são muito mais uma libertação daquela, o que nos sugere pensar no destino como uma condenação. É por essa via que Benjamin afirma que “uma ordenação cujos únicos conceitos constitutivos são os de infelicidade e culpa” sem nenhuma “via pensável de libertação”, não pode ser religiosa, sendo necessário procurar em outro domínio, onde apenas culpa e infelicidade sejam válidas: “uma balança, na qual bem aventura e inocência se encontram demasiado leves e se elevam no ar. Essa balança é o direito” (Benjamin, 2011a, p.93). Temos aqui já condição de fazer ligação com a crítica da violência. Ernani Chaves, em um artigo seu de 1994, nos diz que “violência e direito são irmãos siameses”, pois o direito é a “perpetuação da ordem mítica nas sociedades que pensavam tê-la eliminado”. A crítica da violência ao direito é também a crítica ao seu racionalismo.

Sua crítica [a de Benjamin] ao direito, portanto, atinge dois alvos ao mesmo tempo: ela serve tanto para desmascarar a ‘troca enganosa’ que nos faz confundir direito e justiça, quanto nossa crença de que o direito é uma elevada elaboração racional. (CHAVES, 1994, p.18-19)

Há no direito uma necessária relação entre “ação do destino”, “aparecimento da culpa” e sua “inevitável expiação”. Estas três, contudo, são provindas do âmbito do mito, e não da construção racional. Em outros textos, Benjamin parece trabalhar a temporalidade do mito, ao invés do destino, mas que ambos possuem relação com o direito. Também na temporalidade do mito a culpa faz repetir o tempo passado



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

suspendendo a distinção entre passado, presente e futuro e suspendendo toda possível ação da liberdade, pois submetida à repetição²⁴.

O assassinato dos filhos de Níobe é pura manifestação colérica da violência. Se o entendêssemos como um meio, poderíamos conceber o assassinato como uma punição. Por esse caminho precisaríamos notar que se matar os filhos de Níobe foi um ato de punição por parte dos filhos da deusa Leto, haveria antes da ação desdenhosa de Níobe uma regra instaurada, uma lei, a qual ela houvesse transgredido. Mas Benjamin salienta que a ação de Níobe não foi uma transgressão, mas um desafio, e a violência que se seguiu está muito mais aparentada com uma instauração do direito. Isto quer dizer que antes desse ato punitivo, não havia relações de direito, e que Níobe não estava “condenada”, ou seja, ela não tinha um destino, conforme vimos acima:

É verdade que a ação de Apolo e Ártemis pode parecer apenas um castigo. Mas a violência deles é muito mais instauração de um direito do que o castigo pela transgressão de um direito existente. O orgulho de Níobe atrai sobre si a fatalidade não porque fere o direito, mas porque desafia o destino – para uma luta na qual o destino deve vencer, engendrando, somente nessa vitória, um direito. (BENJAMIN, 2011b, p.147)

Qual é então a importância de salientar a instauração violenta do direito? É o de mostrar que essa instituição está amarrada às formas míticas, e que dela não aboliu, antes, a endossou. Está amarrado às formas míticas, em primeiro lugar não porque pune, mas porque institui um poder. E porque institui um poder, pune. Mas todo esse estado de coisas não quer dizer outra coisa senão que o direito, as relações de direito,

²⁴ Embora nossa proposta aqui não seja a de se fazer uma “hermenêutica” das fases da obra de Benjamin, aludimos à J.M Gagnebin que afirma ser a obra de Benjamin atravessada por “motivos-chave”. A temporalidade que se repete é um dos motivos-chave de Benjamin, também o encontramos em obras mais avançadas de sua produção, bem como o tema do messianismo.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

e sua instauração e manutenção, nada tem a ver com justiça, afinal a justificação sempre é posterior à instauração, o que nos leva a concluir que a própria instauração é arbitrária.

(...) a violência na instauração do direito tem uma função dupla, no sentido de que a instauração do direito almeja como seu fim usando a violência como meio, *aquilo* que é instaurado como direito, mas no momento da instauração constitui a violência em violência instauradora do direito – num sentido rigoroso, isto é, de maneira imediata – porque estabelece não um fim livre e independente da violência (*Gewalt*), mas um fim necessário e intimamente vinculado a ela, e o instaura enquanto direito sob o nome de poder (*Macht*). **A instauração do direito é instauração de poder e, enquanto tal, um ato de manifestação imediata da violência.** (BENJAMIN, 2011b, p.148, grifo nosso)

A violência instauradora possui uma relação *ad hoc* com o poder. Cito Butler:

Os atos pelos quais o direito é instituído não são em si justificados por outro direito ou pelo recurso a uma justificação racional que preceda a codificação do direito: o direito tampouco se forma de maneira orgânica, com o lento desenvolvimento de costumes e normas culturais em direito positivo. Pelo contrário, a instauração da lei cria as condições para que se deem os procedimentos justificativos e as deliberações justificativas. Isso acontece por decreto, por assim dizer, e isso faz parte do que se pretende com a violência desse ato fundador. Com efeito, a *violência* da violência que instaura o direito é resumida na afirmação de que “isso vai ser lei”, ou, mais enfaticamente, “isso agora é lei”. (BUTLER, 2017, 77)

A ausência de uma justificativa prévia e externa à instauração e ao instaurado é aquilo que determina as relações de direito: toda justificativa se dá sempre após a instauração. O ato performativo da fúria divina que aniquila os filhos de Níobe não são algum tipo de punição, pois se o fosse, estaríamos dizendo que havia um “sistema de códigos” anterior ao ato. Este é uma instauração, através da pura manifestação da



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

violência, de uma relação de direito, que tem como característica fundamental estabelecer fronteiras. No mito de Níobe, essa fronteira é tão unicamente aquela que separa deuses e homens. A ação “inocente” dessa mortal, que, portanto, desafia o destino, foi o de se orgulhar de sua fertilidade, desdenhando da deusa. É essa estrutura mítica da demarcação de um poder o que Benjamin aponta como inerente à instauração do direito, pois que sua manifestação não ocorre por justiça nenhuma.

Mas – podemos nos perguntar - o que acontece com Níobe depois da morte de seus filhos? A partir daqui há algo interessante: a petrificação de Níobe. Após a morte dos filhos, o mito nos conta, Níobe verteu-se em rocha, porém uma rocha a chorar constantemente, formando uma nascente de um rio. Butler comenta essa transformação: “embora Níobe continue viva, ela está paralisada nesse viver: torna-se permanentemente culpada, e a culpa transforma em rocha o sujeito que a carrega.” (Butler, 2017, p.84)²⁵

Temos aqui uma vinculação entre direito, culpa e punição. Mesmo que o ato da

²⁵ Vale sempre a pena, ao se ler essas conclusões, voltar à *Genealogia da Moral*, mais especificamente à Segunda Dissertação, cujo título é “Culpa, Má Consciência e Coisas Afins”. Essa Segunda Dissertação é genial em fazer mostrar como por trás das boas intenções das instituições há sempre “vontade de poder” e tão só. Nietzsche, assim como Benjamin, é um autor desejoso em restaurar a alegria à história, mas acontece que precisamente aí eles discordam bastante. Para Nietzsche alegria é sempre poder *sobre* algo. O fato de haver má consciência no mundo se dá justamente através daqueles que foram submetidos a uma dominação, mas é do próprio impulso de dominação sequer haver qualquer sentimento de responsabilidade por essas “consciências ruins”, o que sugere haver sempre esse movimento inerente à própria história, qual seja, de uma subsequente dominação da má consciência sobre aqueles que lhe exerceram domínio a partir de um espírito de vingança. A restauração da alegria que Nietzsche almeja parece muito mais a restauração dessa alegria irresponsável, sem relação com a consciência, uma alegria criativa, despreocupada com a moral. Ao contrário do que salienta Benjamin através do mito de Níobe, a consciência da culpa se origina, segundo a opinião de Nietzsche, a partir do próprio dominado ao invés de ser imposta “de fora”, do dominador. Valeria a pena, num estudo comparado, buscarmos entender melhor como é a formulação nietzschiana do processo do surgimento da culpa, pois parece que a noção benjaminiana de manutenção do direito, que está intrinsecamente ligada à culpa psicológica, diverge frontalmente.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

instauração de direito através da violência mítica não possa ser entendido como uma punição a Níobe, temos nessa relação petrificada uma punição através da culpa. Assim, o ato da instauração não pode referir a uma necessária transgressão, pois ainda não se havia estabelecido um direito. Culpa e Penitência parecem estar *vinculadas à manutenção* do direito. “A punição produz o sujeito vinculado pelo direito – responsabilizável, punível e punido” (Butler, 2017, p.84). Butler enfatiza que o ato da instauração é externo: não foi Níobe quem matou seus filhos, mas ela se sente culpada tal qual houvesse os matado:

Pode parecer, assim, que a transformação de Níobe em sujeito legal envolva definir a violência exercida pelo destino como uma violência que se segue da própria ação de Níobe, e pela qual ela, como sujeito, assume responsabilidade direta”. (BUTLER, 2017, p.85)

Há uma dobra dessa violência instauradora em sua manutenção, que outra coisa não é que a presença não necessariamente assumida, no sujeito de direito, de uma “responsabilidade”²⁶. Benjamin associa essa dobra ao destino, na medida em que através da violência mantenedora, vincula-se a pessoa ao direito, “colocando o sujeito como única causa do que sofre e mergulhando-o numa forma de responsabilização dominada pela culpa” (Butler, 2017, p.85). De tal maneira que a relação entre destino e ação não é ética, mas coercitiva. O sujeito do direito não age eticamente, mas em virtude da força da lei que o pune em caso de transgressão. Não estamos a falar coisas óbvias, pois o que colocamos aqui nos obriga a repensar no que constitui propriamente o que é ético. Voltaremos a esse assunto.

A manutenção do direito se dá através da culpa e sua instauração se dá sem

²⁶ Qualquer possibilidade de se discernir conceitualmente Culpa e Responsabilidade, nós adiaremos por hora.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

justificação. Não é sem razão que dentre os grandes escritores constantes nos textos de Benjamin seja Kafka, afinal suas obras nos remetem sempre a cenários enclausurados dos prédios públicos, de uma justiça sempre precária e burocrática, cujos personagens parecem percorrer uma trama sem fim, em processos sem fim. “O mundo das chancelarias e dos arquivos, das salas mofadas, escuras, decadentes, é o mundo de Kafka” (Benjamin, 1994, p.138). Mas por que aludimos a Kafka se antes falávamos da herança mítica do direito? É que em Kafka mais de que nunca o sem sentido do direito aparece numa profusão aterradora. E se de um lado falamos dos cenários de sua obra, de um mundo decadente, as personagens de Kafka dramatizam esse sem sentido. Por isso é possível falar que Kafka remete a um “mundo primitivo”, anterior às leis escritas, afinal todos os códigos são secretos. (Benjamin, 1994, p.140), assim como nunca se sabe se a acusação é injusta ou não. “A beleza só aparece no mundo de Kafka nos lugares mais obscuros: entre os acusados, por exemplo” (Benjamin, 1994, p.141). Nas histórias kafkianas, os processos aderem ao corpo: “*gieng dann (...) müde und gedankenlos nachause*”, “então foi (...) para casa, cansado e sem pensamentos” (Kafka, 1990, p.81). Na literatura desse judeu de Praga o mundo é uma estrutura jurídica sem sentido, em processos intermináveis, de uma lei vazia, e não há nada que aponte para o lado de fora dessa lei e dessa estrutura jurídica.

Havíamos perguntado acima sobre a possibilidade de, no interior da lei, estabelecer relações éticas. Mas vimos que a estrutura jurídica é tributária de uma herança mítica, e que ela é cega para os questionamentos éticos porque a sua própria instauração é arbitrária. O fim visado pela lei é a obediência. Por outro lado desde o início do ensaio Benjamin sinaliza para uma esfera de questionamentos éticos: “qualquer que seja o modo como atua uma causa, ela só se transforma em violência



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

(...), quando interfere em relações éticas” (Benjamin, 2011b, p.121). Se o direito e a justiça são a esfera dessas relações, e aceitando-se que toda essa exposição acerca do direito esmiúce que o estado de coisas das relações de direito se dê fora do âmbito ético, ou antes, pelo contrário, de que para chegarmos a uma compreensão ética precisamos sair do círculo do direito, podemos certamente aceitar que a alusão de Benjamin à abolição do direito vem para cumprir uma demanda ética de sua crítica. Cabe dizer que nas linhas reservadas a tais reflexões, que tem como ponto de partida a paradoxal Violência Divina, Benjamin aponta os mandamentos divinos, o mandamento “não matarás” em específico, porém não como algo a simplesmente se obedecer. Na interpretação de Benjamin os mandamentos não são de obediência:

“O mandamento não existe como medida de julgamento e sim como diretriz de ação para a pessoa ou comunidade que age, as quais, na sua solidão, têm de se confrontar com ele e assumir, em casos extremos, a responsabilidade de não leva-lo em conta”. (BENJAMIN, 2011b, p.153)

É preciso pensar que violência divina seja o contrário da violência mítica. Mas não é só um contrário meramente lógico, tal como um polo contrário, onde uma é positiva e outra é negativa. Mas uma contrariedade imensurável: violência divina é tudo o que a violência mítica *não pode* ser. Nessa oposição, e tendo concluído que o ético não está do lado da lei (e da obediência), mas do mandamento, algumas questões poder surgir daí. Talvez, sobretudo, a questão principal seja acerca do que constitui o ético, por assim dizer. Mas este é um capítulo inteiramente à parte, que envolve uma posição singular de nosso filósofo com a mística judaica, e, por fim, com a história.

Referências

TEXTOS DE BENJAMIN:



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

BENJAMIN, Walter. **Destino e Caráter** *in* **Escritos sobre Mito e Linguagem** (1915-1921). São Paulo: Duas Cidades, 2011a (Coleção Espírito Crítico)

_____. **Para uma Crítica da Violência** *in* **Escritos sobre Mito e Linguagem** (1915-1921). São Paulo: Duas Cidades, 2011b (Coleção Espírito Crítico)

_____. **Franz Kafka: A Propósito dos dez anos de sua morte** *in* **Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Obras Escolhidas v.1)

OUTROS AUTORES:

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004

ARENDRT, Hanna. **O que é Política?**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 240 p.

_____. **Da a Violência** *in* **Crises da República**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972

_____. “O Declínio do Estado Nação e o fim dos direitos do homem” *In* **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989

BARBOSA, Jonnefer F.. “A Crítica da Violência de Walter Benjamin: implicações histórico-temporais do conceito de *reine Gewalt*” *In*. **Revista de Filosofia Aurora**, Curitiba, v. 37, n. 25, p.151-169, 2013. Semestral. Disponível em: <www2.pucpr.br/reol/index.php/RF?dd1=12322&dd99=pd>. Acesso em: 14 jul. 2017.

BUTLER, Judith. **Caminhos Divergentes: judaicidade e crítica do sionismo**. São Paulo: Boitempo, 2017

CHAVES, Ernani. “Mito e Política: notas sobre o Conceito de Destino no “Jovem” Benjamin”. *In* **Trans/Form/Ação**, São Paulo, V.17, p.15-30, 1994b. <http://www.scielo.br/pdf/trans/v17/v17a02.pdf> Acessado em 08 de agosto de 2017.

CANTINHO, Maria João. “Walter Benjamin e a História Messiânica: Contra a visão histórica do progresso”. *In* **Philosophica**, Lisboa, v. 37, p.177-195, 2011c. Disponível em: <[http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/24245/1/Maria João Cantinho 177-195.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/24245/1/Maria%20Jo%C3%A3o%20Cantinho%20177-195.pdf)>. Acesso em: 14 jul. 2017.

DERRIDA, Jacques. **Força de Lei: O Fundamento Místico da Autoridade**. São Paulo: Martins Fontes, 2007

GAGNEBIN, Jeanne-marie. “Teologia e Messianismo no pensamento de Walter Benjamin” *In* **Limiar, Aura, Rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin**. São Paulo: editora 34, 2014. P.179-196

_____. “Mito e Culpa nos escritos de juventude de Walter Benjamin” *In* **Limiar, Aura, Rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin**. São Paulo: editora 34, 2014

KAFKA, Franz. **Der Process**. Frankfurt a.M: Reclam, 1990



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral: uma polêmica**. São Paulo: Companhia das Letras 1998

_____. **Zur Genealogie der Moral: eine Streitschrift**. Ditzingen: Reclam, 1997

RODRIGUES, Carla. "Kafka, Benjamin e Derrida: diante da lei" *In. Terceira Margem*, n. 28, ano XVII, julho-dezembro de 2013

[https://www.academia.edu/10997960/Kafka Benjamin e Derrida diante da lei](https://www.academia.edu/10997960/Kafka_Benjamin_e_Derrida_diante_da_lei)

último acesso em 31 de julho de 2017.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

A Manutenção da Desigualdade entre os Homens

Por: Sandro Rinaldi Feliciano²⁷
filososandro@gmail.com

“Todo o poder emana do povo...”

“ Todos são iguais perante a lei...”

(BRASIL, 1988)

Resumo

Estes pequenos trechos, respectivamente do Parágrafo Único do Artigo 1º e do Artigo 5º da constituição brasileira de 1988 não foram redigidos por acaso, ou porque os legisladores assim quiseram, pois acharam que soaria bem; e nem porque de fato acreditavam nisso, mesmo enquanto representantes escolhidos pelo povo, quando de sua promulgação. O Brasil como membro fundador da Organização das Nações Unidas, incorporou em sua constituição diversos pontos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UN), 1948). Em 1992, o Brasil se torna signatário da Convenção Americana Sobre Direitos Humanos (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OAS), 1969), (também conhecido como Pacto de San José da Costa Rica) que existia desde 1969, e que provavelmente não fora ratificado antes devido ao, vamos chamar assim, Estado de Exceção (1964 a 1985). A teoria é que estes tratados permitam uma maior igualdade entre as pessoas, se agreguem à política e às agendas de seus países signatários, e de alguma forma, tenham valor de lei ou ao

²⁷ É Graduado e Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal do ABC – UFABC, é Graduado em Ciências e Humanidades pela Universidade Federal do ABC - UFABC e Técnico em Química pela Escola SENAI Mário Amato – SP. É pesquisador na Linha de Pesquisa sobre Marx e Fenomenologia na Universidade Federal do ABC – UFABC. É servidor público estadual, lotado na Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, na cidade de Pinheiros – SP. Recebeu o prêmio *Homage for conduct activities for evaluation of geek culture in the town of São Paulo*.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

menos de referência em questões legais. Em última instância, se alguma lei local não tiver como decidir por algo, recorre-se aos tratados internacionais. A ideia por trás deste artigo é analisar o viés individualista destas cartas, remetendo sua origem a Hobbes e Rousseau, mostrando a manutenção da desigualdade entre os homens. Vale ressaltar, no entanto, que seus artigos – são 30 no da ONU, e 82 no da OEA - transpassam, perpassam e unem diversas obras, de forma que fica impossível tratar de apenas um autor ou obra específica nos trechos analisados.

Palavras chave: Rousseau; Hobbes; Direitos Humanos; Política; Desigualdade.

Resumo

Ĉi tiuj malgrandaj porcioj, respektive, de la Sole Paragrafo de Artikolo 1 kaj Artikolo 5 de la brazila 1988 konstitucio ne estis skribita de hazardo, aŭ ĉar la leĝdonantoj tiel volis, ĉar ili pensis ke estus sonas bone; nek, cxar vere kredis gxin, kiel reprezentantoj elektitaj de la popolo, kiam ĝia leĝigo. Brazilo estas fondinta membro de la Unuiĝintaj Nacioj, ĝi korpigis en lia konstitucio pluraj punktoj de la Universala Deklaro de Homaj Rajtoj (UN (UN), 1948). En 1992, Brazilo iĝis subskribinto de la Usona Konvencio pri Homaj Rajtoj (OEA), 1969 (ankaŭ konata kiel la Interkonsento de Sankta José de Kostariko) kiu ekzistis ekde 1969, kaj kiu probable ne estis ratifikita antaŭe Pro tio, ni nomas ĝin Ŝtato de Escepto (1964 ĝis 1985). La teorio estas ke ĉi tiuj traktatoj permesas pli grandan egalecon inter homoj, por aldoni al la politiko kaj la tagordoj de ilia landoj firmantes, kaj iel havas valoron de leĝo aŭ almenaŭ referenco en leĝaj aferoj. Finfine, se iu loka leĝo havas nenian manieron decidi por io, internaciaj traktatoj estas uzataj. La ideo malantaŭ ĉi tiu artikolo estas analizi la individualistas emo de tiuj leteroj, raportante iliajn originon al Hobbes kaj Rousseau, montrante konservo de malegaleco inter la homoj. Estas rimarkinde, ke via artikoloj - 30 estas en la UN, kaj 82 de la OEA - Penetras, tranĉi trans kaj unuigi diversajn verkojn, tiel ke estas neeble trakti nur unu aŭtoro aŭ specifa laboro en la analizita sekcioj.

Ŝlosilvortoj: Rousseau; Hobbes; Homaj Rajtoj; Politiko; Neegaleco.

Abstract

These little excerpts from first and fifth paragraphs of 1988 Brazilian constitution (free English translation) was not written without purpose, or the legislators just like to put in because sounds fine and either because they blind believed in it, even as representatives chosen by the people when the chart was enacted. Brazil as founding member of United Nations incorporated in his constitution of several points of Universal



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Declaration of Human Rights (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UN), 1948). In 1992 Brazil becomes signatory of American Convention on Human Rights (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OAS), 1969), (also known as San José pact) that exists since 1969, and probably was not signed before due to State of Exception (from 1964 to 1985). Theory behind these treaties is that they allow greater equality and at some point they join the policy and the signatory countries agendas, and somehow, are considered part of law or at least a spotlight for legal matters, so if some local laws do not have how to decide in a question, these treaties should be consulted. The idea behind this article are analyze some items from both Human Right charts, digging your origin in political-philosophical works like Hobbes and Rousseau and verify if it has a power-individualistic bias and this maintains the inequality between men, even while trying to treat humanity as one big party. There are 30 articles in UM chart, and 82 in OAS's pass through and unite various works, and this make impossible comment such articles from only one point of view.

Keywords: Human Rights; Rousseau; Hobbes; Politics; Inequality.

Das liberdades

“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.” “Todos são iguais perante a lei “ (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UN), 1948)

“Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UN), 1948)

“Reafirmando seu propósito de consolidar neste Continente, dentro do quadro das instituições democráticas, um regime de liberdade pessoal (...)” (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OAS), 1969)

“Toda pessoa tem direito à liberdade e à segurança pessoais.” (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OAS), 1969)



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Toda pessoa tem direito à liberdade de consciência e de religião, de pensamento e expressão, de associação. Todas as pessoas são iguais perante a lei. (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OAS), 1969)

O primeiro trecho acima parece ter origem tanto em Rousseau como em Hobbes. Rousseau tem dois momentos de reflexão sobre a liberdade. No primeiro, “Todo homem nasce livre” (ROUSSEAU, 1978), seria o homem em seu estado natural Já no segundo “Teria desejado viver e morrer livre, isto é, de tal modo submetido às leis” (ROUSSEAU, 1978), tem mais sentido como liberdade civil, ou seja, submetida às leis enquanto. Já Hobbes diz que “Por natureza todos os homens são iguais” (HOBBS, 2002), e esta igualdade ganha na contemporaneidade um valor também jurídico.

A formação da sociedade e do contrato social, embora tenha como preâmbulo a proteção coletiva tanto em Hobbes, quanto em Rousseau, trás diferenças significativas entre estes. Para Hobbes, o homem em seu estado de natureza está em constante estado de guerra, por serem fortes, as leis da natureza não serem suficientes para a manutenção da paz. A guerra é adversa à conservação do homem. Assim o contrato hobbesiano é uma forma de proteção entre os indivíduos, de autoconservação. Rousseau, diz que esta posição de Hobbes é contraditória, pois no estado de natureza o homem não pode ser robusto (mau) e ao mesmo tempo dependente. Para Rousseau, a associação que gerou as primeiras comunidades aconteceu para proteção das pessoas e dos bens das pessoas, porque elas são na verdade fracas. (ROUSSEAU, 1978)

Para Aristóteles, o homem que nasce livre, é livre. Aquele que nasce escravo, é escravo, e um escravo é um bem vivo. O escravo é assim, pois seu corpo foi moldado pela natureza para ser assim. (ARISTÓTELES, 1998)



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Dos direitos políticos

“Todo ser humano tem o direito de tomar parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UN), 1948)

“Todos os cidadãos devem gozar dos seguintes direitos e oportunidades:

- a) de participar na direção dos assuntos públicos, diretamente ou por meio de representantes livremente eleitos;
- b) de votar e ser eleitos em eleições periódicas autênticas, realizadas por sufrágio universal e igual e por voto secreto que garanta a livre expressão da vontade dos eleitores; e
- c) de ter acesso, em condições gerais de igualdade, às funções públicas de seu país.” (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OAS), 1969)

Ambas as cartas tratam de sociedades democráticas. A da ONU no artigo 29 § 2, e a da OEA em diversos artigos, notadamente 15, 22, 32.

Para tratar de Direitos políticos, temos que definir o cidadão. Para Aristóteles, o cidadão de um regime democrático é aquele que tem direito à cidadania, e esta é a “capacidade de participar na administração da justiça e no governo” (ARISTÓTELES, 1998). Aristóteles coloca a diferença entre a oligarquia e a democracia, dizendo que a primeira é quando os ricos governam, e o segundo quando os pobres governam. No entanto estes governos não são o ideal, pois não são baseadas em leis, e estas leis devem ser de acordo com o regime. Um regime baseado em leis é um regime constitucional, e para Aristóteles, uma decisão tomada por muitos medianos, que podemos chamar de parlamento, é melhor do que uma decisão tomada por um único



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

especialista. Para Aristóteles, é necessário que todas as decisões visem o bem comum.

Hobbes elege a monarquia como provavelmente o melhor regime de governo. Em uma monarquia, não há eleição para o que o próprio chama de “poder supremo”. No entanto hoje, não é difícil que em nações não ditatoriais, qualquer que seja a forma de governo, existe alguma forma de acesso dos cidadãos aos cargos públicos. O Poder para Hobbes, em quaisquer dos regimes quando há a transferência do poder a um soberano, este tem que ser absoluto, de forma que o mesmo não possa ser punido pelos seus atos (HOBBS, 2002). Acredito que esta é uma forma simplista encontrada pelo autor para que quando haja uma punição por um desrespeito ao contrato, o soberano não seja punido por ter ordenado a punição. Seria como condenar um policial por homicídio doloso em uma troca de tiros. Por outro lado, por sua teoria, a autoridade policial poderia cometer qualquer homicídio, sem que exista alguma punição, apenas pelo “poder absoluto” que lhe foi entregue.

Para Rousseau, não: “(...) que ninguém do Estado pudesse considerar-se acima da lei (...) se encontrarmos um único homem que não se submeta à lei, todos estarão certamente à discrição dele.” (ROUSSEAU, 1978). Rousseau é totalmente contra a ideia de um poder absoluto, pois para ele “só as vontade geral pode dirigir as forças do estado de acordo com a finalidade de sua instituição, que é o bem comum...” (ROUSSEAU, 1978). Assim como Aristóteles, Rousseau define que o ideal é que exista uma vontade geral que seria, grosso modo, a intersecção das vontades de todos. Já a vontade de todos, é a soma de todas as vontades individuais e gerais.

Interessante notar, que na Utopia morusiana, existe eleição para o príncipe (MORUS, 2011), embora este cargo seja vitalício, a menos que este príncipe tente se tornar um tirano.



IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Da propriedade privada.

“Todo ser humano tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros”.
(ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UN), 1948)

“Toda pessoa tem direito ao uso e gozo dos seus bens. A lei pode subordinar esse uso e gozo ao interesse social.” (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OAS), 1969)

Ambas as cartas são diretas quanto à propriedade privada, não limitando qual seja, nem o seu tamanho, e também não questionando, a princípio, sua origem, e ainda de forma genérica, diz que não podem ser suprimidas de forma arbitrária. Mesmo se dissermos que é em “sociedade com outros”, cada um terá direito a uma parte que é sua monetariamente. Qual seria a fundamentação para a propriedade privada?

Uma *Polis* era um agrupamento de *Oikos* e esta última era a unidade familiar para Aristóteles. Consistia no senhor, cidadão, sua família e seus escravos. Como citado anteriormente, o escravo é um bem vivo, e nasce desta forma por natureza. O trabalho variava: havia aqueles que subsistiam diretamente de seu trabalho, pois seu alimento não dependia de barganha, como pescadores e agricultores. (ARISTÓTELES, 1998). E havia aqueles que tinham escravos para cultivo. Aristóteles entende que o uso de recursos naturais, como coleta é aquisição de propriedade dada pela natureza, e compara a coleta com a pilhagem, dizendo que “(...) a arte da guerra será, num certo sentido, um modo natural de aquisição...” (ARISTÓTELES, 1998); ou seja, a guerra é uma forma natural de coleta.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Hobbes naturaliza as propriedades privadas (HOBBS, 2002). A posse daquilo que não pode ser dividido, deve ser feito por sorteio, naturalmente. O sorteio tem duas formas, uma natural e uma arbitral. O sorteio arbitrário é simplesmente sorte. É possível fazer um paralelo com os sorteios de casas de programas sociais que existem hoje, e a outra forma é a posse primeira, e depois a herança. Esta segunda forma lembra a “meritocracia” que vemos hoje por aqui. De qualquer forma, a propriedade privada só é possível segundo Hobbes, após o pacto que cria a sociedade civil, pois só com esta última, pois haverá, em caso de conflito o árbitro.

Rousseau acredita que a perfectibilidade, ou seja, a capacidade de aperfeiçoar-se (ROUSSEAU, 1978), levou a humanidade a diversos progressos e em contrapartida, também trouxe a “capacidade” do homem se tornar imbecil que seria o retorno ao seu estado mais primitivo. Ele acredita que o surgimento da propriedade privada como fundamento primeiro para fundação da sociedade civil.

O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer isto é meu e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, guerras, assassinios, misérias e horrores não poupariam ao gênero humano aquele, que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: “Defendei-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém!” (ROUSSEAU, 1978)

Rousseau resume neste pequeno trecho seu pensamento quanto à propriedade privada, sendo ela a origem da desigualdade entre os homens. Talvez a visão rousseuista da fundação da sociedade civil não seja a mais precisa, pois se os assentamentos vieram primeiro, a sociedade civil sugerida por Rousseau já existia, uma vez que o instinto de autopreservação estaria no homem natural.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Conclusão

Os trechos foram escolhidos de propósito por serem os mais pertinentes ao coletivo, e é possível notar que em nenhuma das cartas a humanidade como coletivo é citada como agente de alguma coisa a ser realizada, mas apenas como sujeito passivo. Enquanto a carta da ONU informa em seu preâmbulo que foi pensada “Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da humanidade”, a carta da OEA em seu Artigo 32 parágrafo 1 escreve “Toda pessoa tem deveres para com a família, a comunidade e a humanidade”, estes são os únicos momentos em que a “humanidade” é citada. Não existe absolutamente nenhum artigo que diga que a humanidade deve fazer algo em conjunto para sua própria evolução ou proteção.

O Estado na carta da ONU aparece algumas vezes como defensor de algo juntamente com a sociedade, mas com uma organização política, como no artigo 16, parágrafo 3º, “3. A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.” e geograficamente, como no artigo 13, parágrafo 1º “Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.”. Já na carta da OEA, Estado é visto majoritariamente como membro signatário, ou membro parte. Ou seja, é uma organização política, sendo mencionado também como espaço geográfico.

Se contarmos sociedade, esta é citada nos artigos 17 e 19 da carta da OEA, ambas como agente de proteção, primeiramente à família, e depois à criança. Todas as outras citações de sociedade nesta carta são meramente descritivas como “sociedade democrática” Sociedade na carta da ONU aparece como agente de reconhecimento da



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

mesma no preâmbulo, e no artigo 16, também como agente de proteção à família.

O indivíduo é algo permanente em ambas as cartas, em ambas sempre se trata do indivíduo, no singular. “toda pessoa” (30 aparições) é uma unanimidade na carta da OEA, e “todo ser humano” (também 30 aparições) na carta da ONU.

Se olharmos, e não precisa ser com muito esmero é perceptível que ambas partem do princípio que as pessoas já possuem algum bem. Não há nenhuma forma ativa de equalização ou distribuição, senão por parte do estado, que para cumprir estas regras tem que alimentar e dar saúde (direito à vida) e dar educação (somente na carta da ONU). A pergunta que fica é: qual a qualidade?

Toda legislação é criada por legisladores que são políticos e que, embora às vezes não se portem como tal, são pessoas. A conclusão que chegamos ao fim desta jornada, é que se apenas o indivíduo é priorizado nas leis, mesmo naquelas que deveriam ser mais generalistas, e abranger a humanidade de forma mais global e chamada de DIREITOS HUMANOS, por efeito de cascata nas legislações regionais, como é o caso da carta da OEA, e nas locais, como é o caso da Constituição da República Federativa do Brasil, esse culto à pessoa do indivíduo se perpetuará.

Assim, jamais haverá diminuição da desigualdade, seja esta entre povos, entre nações ou entre indivíduos, sem uma legislação que permita a redistribuição justa de recursos, se as principais cartas ditas de direitos humanos apenas servem para preservar uma condição já estabelecida.

E pelo que vemos neste país, nem a Constituição é respeitada a, em, e como princípio.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Referências

- ARISTÓTELES. **Política**. Lisboa: Vega, 1998.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 01 dez. 2017.
- CONSTANT, B. “Da Liberdade dos Antigos Comparada à dos Modernos” In **Revista Filosofia política**, Porto Alegre, n. 2, 1985.
- HOBBS, T. **Do Cidadão**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- MORUS, T. **A Utopia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UN). **Universal Declaration of Human Rights**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm>. Acesso em: 1 dez. 2017.
- ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OAS). Convenção Americana sobre Direitos Humanos. **Comissão Interamericana de Direitos Humanos**, 1969. Disponível em: <http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm>. Acesso em: 5 dez. 2017.
- PIVA, P. J. L.; TAMIRAZI, F. “Benjamin Constant e a liberdade rousseauista” In **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, v. 1, n. 16, p. 188-207, 2010.
- ROUSSEAU, J.-J. **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- ROUSSEAU, J.-J. **s Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Um estudo de caso sobre o abandono da escola por alunos do Ensino Médio em Boa Vista - Roraima: O papel da escola no século XXI.

Por: Antônio Lisboa²⁸
antonio_lisboa_jr@hotmail.com

29

Resumo:

Este trabalho discute sobre os alunos de ensino médio que trocaram a escola regular pelos cursinhos preparatórios para o ENEM e vestibulares. Esses alunos, ao tirar uma nota de 450 pontos em cada uma das quatro provas objetivas e 500 na redação do ENEM, adquirem a certificação de nível médio e acabam ingressando no nível superior. Para isso, consideramos algumas possíveis dificuldades sociais encontradas nas escolas públicas, tais como o *bullying*, preconceito, currículo e estrutura física das escolas. Portanto, um questionário foi elaborado para coletar os possíveis motivos que fazem os alunos a tomarem essa decisão de sair da escola antes de acabar o ciclo do ensino médio. Os resultados, além de servirem como instrumento para uma reflexão, servirá, também, como uma ideia para possíveis políticas públicas para ensino público brasileiro, e, pertinentemente, em Boa Vista, Roraima.

Palavras-chave: Política Educacional; Gestão; Escola.

Resumo

Ĉi tiu artikolo diskutas altlernejajn studentojn, kiuj ŝanĝis de regula lernejo al ENEM-prepaj kursoj kaj altlernejaj ekzamenoj. Ĉi tiuj studentoj, prenante gradon de 450 poentoj en ĉiu el la kvar objektivaj provoj kaj 500 en la redakcio de la ENEM, akiras la ateston de meznivela nivelo kaj finiĝas enirante en la supra nivelo. Por ĉi tio, ni konsideras iujn eblajn sociajn malfacilaĵojn trovitajn en publikaj lernejoj, kiel bullying, antaŭjuĝo, lerneja kaj fizika strukturo de lernejoj. Sekve, demandaro estis desegnita por kolekti la eblajn kialojn, kial lernantoj decidis forlasi lernejon antaŭ fini

²⁸ Professor Substituto de Língua Inglesa pela Universidade Federal de Roraima e discente do curso de Especialização em Língua Inglesa pela Universidade Estadual de Roraima.

²⁹ Discente do curso de Especialização em Ensino de Línguas em Contexto – pela Universidade Estadual de Roraima.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

mezlernejon. La rezultoj, krom servi kiel instrumento por spegulbildo, ankaŭ servos kiel ideo por eblaj publikaj politikoj por brazila publika edukado, kaj, konvene, en Boa Vista, Roraima.

Ŝlosilvortoj: Edukada Politiko; Administrado; Lernejo.

Abstract:

This paper discusses high school students who have switched from regular school to ENEM prep courses and college entrance exams. These students, taking a grade of 450 points in each of the four objective tests and 500 in the writing of the ENEM, acquire the certification of average level and end up entering the upper level. For this, we consider some possible social difficulties found in public schools, such as bullying, prejudice, curriculum and physical structure of schools. Therefore, a questionnaire was designed to collect the possible reasons why students make this decision to leave school before finishing high school. The results, besides serving as an instrument for reflection, will also serve as an idea for possible public policies for Brazilian public education, and, properly, in Boa Vista, Roraima.

Palavras-chave: Educational Policy; Management; School.

Introdução

No site Uol Educação³⁰ saiu uma pesquisa sobre a evasão de alunos integrantes do ensino médio na escola. “As metas previstas no Plano Nacional de Educação (PNE) para o ensino médio não serão cumpridas se o país mantiver o atual ritmo de inclusão de estudantes e de adequação de idade com a série cursada” na matéria ainda é relatado que “De acordo com projeção feita pelo Instituto Aytron Senna, até o final da vigência da lei, em 2024, mantido o cenário atual, o Brasil ainda terá que incluir mais de 10% dos jovens na etapa” e complementa afirmando que “para cumprir as metas, o principal desafio é tornar a escola mais atrativa”.

Como podemos cumprir as metas do PNE considerando as brechas que os alunos encontram para “fugir” da escola? Este trabalho visa relatar motivos/razões

³⁰ <http://educacao.uol.com.br/noticias/2016/06/27/no-ritmo-atual-metas-do-pne-para-ensino-medio-nao-serao-cumpridas.htm>



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

pelo qual os alunos sujeitos desta pesquisa não decidiram não cumprir o ciclo completo do ensino básico e encaminharam-se para o nível superior. Estes alunos eram discentes de escolas públicas da cidade de Boa Vista - Roraima.

Este trabalho trabalhará com a Análise por Triangulação de Métodos (MINAYO, 2010), que, em seu processo avaliativo trabalhamos a “combinação e cruzamentos de múltiplos pontos de vista” (MINAYO, 2010, p. 29). Para isso, é necessário termos avaliadores internos e externo e que, preferencialmente, tenham ideias distintas para que seja possível fazer a combinação e cruzamentos das informações.

Neste trabalho foi aplicado questionários pelo modelo assimétrico (FLICK, 2012). Este modelo visa quebrar com o tipo tradicionalista de fazer pesquisa. O modelo assimétrico de aplicação de questionário o aplicador e o participante não precisam estar conectados ao mesmo tempo para ser realizada, por isso que, como ferramenta, é utilizado *e-mail* e *messeger* do *facebook*.

A pesquisa, a priori, contava com 08 participantes, porém, apenas 03 responderam o questionário, todos atualmente cursando nível superior (aprovados pelo ENEM). Esta foi a primeira etapa do processo, a reunião e organização dos dados da pesquisa, em seguida, veio a avaliação do conteúdo para servir como referencial teórico. As entrevistas surgiram para sanar as dúvidas advindas dos pressupostos identificados pelos pesquisadores: dificuldades sociais entre alunos, principalmente no ensino público, tais como o *bullying*, preconceito, currículo e estrutura física das escolas.

Na análise dos dados coletados foram trabalhados o sentido de reflexão, contextualização, exemplificação para elucidar as diversas dimensões do estudo realizado.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Escola sem rótulos

O termo bullying vem do inglês *bully*, que significa valentão, brigão. Não tem uma definição em português, assim é mantido sem tradução, porém, é entendido como ameaça, tirania, opressão, intimidação, humilhação e maltrato.

Bullying "É uma das formas de violência que mais cresce no mundo" segundo Cléo Fante (2005) em sua obra *Fenômeno Bullying: Como Prevenir a Violência nas Escolas e Educar para a Paz*.

Atualmente é muito comum encontrar campanhas nas escolas sobre o combate ao bullying. É mais ocorrente as campanhas acontecerem nas escolas, pois é lá que o aluno aprende a conviver com múltiplas personalidades e culturas (o surdo, o índio o homossexual e todos os demais rótulos que costumamos presenciar).

Olhar a especificidade da diferença é instigá-la e vê-la no plano da coletividade. Pensar numa escola pública de qualidade é pensar na perspectiva de uma educação inclusiva. É questionar o cotidiano escolar, compreender e respeitar o jeito de ser negro, estudar a história do negro e assumir que a nossa sociedade é racista. Construir um currículo multicultural é respeitar as diferenças raciais, culturais, étnicas, de gêneros e outros. Pensar num currículo multicultural é opor-se ao etnocentrismo e preservar valores básicos de nossa sociedade (OLIVEIRA, 2001).

Lidar com as diferenças não é uma tarefa fácil para o professor. Para trabalhar com elas é necessário compreender como a diversidade se manifesta e em que contexto. Às vezes, o professor por não viver nesse contexto discriminatório, acaba não abrindo os olhos para fatores de preconceito em sua aula. Portanto, ainda



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

segundo OLIVEIRA (2001), “pensar uma educação escolar que integre as questões étnico-raciais significa progredir na discussão a respeito das desigualdades sociais, das diferenças raciais e outros níveis e no direito de ser diferente”, assim podemos afirmar que estaremos educando crianças a não por rótulos em pessoas pertencentes a outra cultura ou com deficiência, por exemplo, e sim, seres humanos capazes de respeitar as diferenças, aprendendo a dar direito igual e, principalmente, aprender que discriminar nem sempre tem valor pejorativo, mas que para muitas minorias (entendo suas culturas) é um meio de lutar pelos direitos de igualdade.

Currículo, cultura e respeito

Começo este tópico com a concepção de cultura elaborada por Geertz (1989), no qual afirma que é “um padrão de significados, transmitidos historicamente, incorporados em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam-se, perpetuam-se, desenvolvem seu conhecimento sobre a vida e definem sua atitude em relação a ela”. No Brasil é comum vermos diferentes culturas organizadas por grupos sociais localizados em diferentes partes do país. Temos, por exemplo, a cultura gaúcha ao sul do Brasil que é reproduzida pelo tipo de música, vestes, tipo de comida diferente do Nordeste, onde encontramos o acarajé, tão diferente do gosto forte do chimarrão e que não combina com o açaí com tapioca da região norte, no nordeste temos o carnaval que ferve com axé e frevo, lembra um pouco nas cores do Boi do nrote, porém diferente da música nativista sul-rio-grandense. Segundo Sahlins (2003, p. 7) “a cultura é historicamente reproduzida na ação.” Por isso tão destacada em seu povo.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Ainda Sahlins (2003) afirma “Por outro lado, entretanto, como as circunstâncias contingentes da ação não se conformam necessariamente aos significados que lhes são atribuídos por grupos específicos, sabe-se que os homens criativamente repensam seus esquemas convencionais”. Será que, em um país tão grande e formado com culturas tão diferentes temos como ter um currículo homogêneo?

Segundo Moreira e Candau na obra currículo, conhecimento e cultura, o texto traz elementos “que permitem a reflexão e a discussão de questões que consideramos significativas para o desenvolvimento do currículo em nossas escolas, na perspectiva da promoção de uma educação de qualidade para todos e todas, democrática, relevante do ponto de vista da construção do conhecimento escolar e multiculturalmente orientada”.

É pertinente ensinar e respeitar a democratização na educação escolar como afirma Freitas (2012):

[...] Em decorrência de leis que garantem direitos educacionais iguais à pessoas diferentes, não se pode mais fechar os olhos à realidade extremamente heterogênea que está à nossa frente e que, em muitos casos, restringe-se ao papel, resultando em professores e técnicos em educação cada vez mais angustiados e cheios de questionamentos. Assim, a discussão da diversidade e da inclusão vai ganhando mais adeptos e forçando o alargamento da pesquisa científica de forma a tentar entender estes processos e assim servir de subsídio a uma proposta educacional efetivamente mais justa e democrática. (FREITAS, 2012, Pgs 47 e 48)

No Brasil, muito se fala dessa mistura que os educadores encontram nas instituições educacionais e a importância de termos ciência de oferecer direito de igualdade dentre as desigualdades, como foi mencionado na seção anterior, respeitando as ações afirmativas e os direitos adquiridos por todas as classes sociais



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

desfavorecidas. Este respeito se dá pela oferta de um currículo que faça os alunos trabalhar com algo perto de sua realidade e que sirva para sua reflexão como membro integrado de sua sociedade, entendendo como seu grupo foi formado, respeitando as capacidades de outros grupos e, principalmente, aprender a respeitar e ser respeitado, saber buscar seus direitos e ser consciente sobre a realidade regional e de mundo.

A pesquisa

Foi enviado um questionário aos participantes desta pesquisa com o intuito de coletar dados relacionados ao seu percurso educacional e, principalmente, o que lhe motivou a se afastar da escola e se aproximar dos cursinhos preparatórios. O questionário possuía questões dissertativas e de múltiplas escolhas.

A primeira pergunta foi sobre as escolas que os participantes já haviam frequentado e foi identificado que todos apenas frequentaram escolas de ensino público. Como garante a Lei de Diretrizes e Bases da Educação a obrigatoriedade da Educação Básica para a população.

A segunda pergunta, os participantes responderam se acreditam/acreditavam que a escola colabora/colaborava com suas necessidades de aprendizado e o porquê. Trabalhamos com nomes fictícios para garantir a identidade dos participantes. Começo com o participante Capricórnio. Em seu questionário foi identificado sua preferência pela escola municipal:



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Da 1ª a 4ª série a escola tinha uma boa estrutura o que colaborava bastante para a qualidade do ensino, além disso, os professores eram excelentes profissionais. A escola de todas as formas supria minhas necessidades de aprendizado. Ela tinha diversos programas que envolviam variados aspectos da educação, desde aulas de dança, coral a aulas de informática [...] (Questionário).

O aluno demonstra interesse nos programas com aulas de dança, coral e informática. É importante perceber que o desenvolvimento de programas que motivem a participação entre o aluno e o seio escolar.

Os outros dois entrevistados apenas afirmaram que a escola servia para oferecer-lhes conteúdos no qual os ajudavam com os estudos, principalmente com o vestibular.

Afinal, qual seria o papel da escola? Educar para o vestibular? Desenvolver programas para os alunos com que objetivo?

[...]uma escola em que seja dada à criança a possibilidade de formar-se, de tornar-se um homem, de adquirir os critérios gerais que sirvam ao desenvolvimento do caráter (...) uma escola que não hipoteque o futuro da criança e constranja a sua vontade, sua inteligência, sua consciência em formação a mover-se dentro de uma bitola, [...] uma escola de liberdade e de livre iniciativa e não uma escola de escravidão e mecanicidade (Gramsci apud Mochcovitch, 2001, p. 57).

A escola educa e desenvolve as habilidades do pensar crítico, a escola que não motiva não está fazendo o papel da escola.

Na pergunta posterior foi questionado sobre a estrutura física da escola. Esta questão foi abordada após a experiência no Programa Institucional de Bolsas e Incentivo a Docência - PIBID dos organizadores deste artigo que refletem sobre as condições físicas das escolas públicas.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Foi identificado nas três entrevistas que as condições físicas não atrapalhavam no aprendizado, foi relatado que as salas eram climatizadas, inclusive.

Sobre o currículo, foi verificado se os conteúdos curriculares eram suficientes. Afinal, o que é currículo? Segundo Silva (1996, p. 23):

“O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais.”

Este currículo que caminha dentro das escolas que estão localizadas em diferentes partes do Brasil e refletem diferente culturas e ideologias.

Esta questão foi abordada para verificar o fio condutor entre o currículo e os participantes desta pesquisa.

Na coleta, foi identificado em dois participantes a satisfação em relação aos conteúdos abordados na escola. Uma participante de uma escola técnica, Aires, relatou uma problemática por ser aluna de escola técnica :

Por ter feito um curso técnico, alguns conteúdos do ensino médio regular eram deixados de lado. Parte do conteúdo de história geral é um exemplo daquilo que não víamos por não estar na ementa. (Questionário)

Assim, refletimos com Barbosa (2014, pg. 53):

Hoje, assistimos à escola se apresentar à sociedade de várias maneiras, tais como: escolas para as elites e escolas para os pobres, escolas para a preparação tecnológica e escolas para os conhecimentos gerais, escolas que dão prioridade à formação técnica e escolas que procuram uma harmonia entre o técnico e o



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

humanístico. Todas elas têm algo em comum: os conteúdos curriculares mínimos exigidos pela legislação, onde ainda se priorizam o Português e a Matemática e se fazem referências quanto ao conhecimento do mundo físico e natural, à realidade social e política, especialmente do Brasil. Referências à Arte, à Educação Física e à História são tratadas com certo descaso camuflado.

O que podemos analisar com a citação de Barbosa e a resposta do questionário de Luisa um foco maior na parte técnica do seu curso passamos pelo pressuposto que foi deixado de lado o conteúdo mínimo da disciplina de História por ter sido destacado na percepção da aluna.

O próximo tópico analisado na pesquisa foi sobre o tipo de avaliação que era realizada na escola. Mas a pior, para que serve uma avaliação? Segundo Barbosa (2004), a avaliação evidencia um bojo de interesses. É ela que expressa as práticas do ambiente escolar quando o professor delimita uma atividade como um instrumento avaliativo e espera um determinado resultado dos alunos, cria expectativas, às vezes, dentro de uma resposta única. Afirma também que estes modelos de testes são utilizados como instrumentos para verificar aprendizagem e acabam os padronizando.

Dois dos entrevistados relataram ser avaliados apenas por provas. Luisa destacou que suas avaliações eram feitas por provas, realização de resumos e resenhas e participação em projetos. Este tipo de trabalho demonstra mais a preocupação da instituição no desenvolvimento da reflexão do aluno como indivíduo, não sendo uma escola tradicionalista, que bata na mesma tecla em seguir teorias que digam que avaliações por provas sejam os melhores meios de avaliação do



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

desempenho do aluno.

A próxima pergunta questionada foi sobre o preconceito/ bullying enfrentado na escola. Dois entrevistados disseram não ter nenhum problema em relação a temática, porém um deles afirmou dizendo que era chamado de “baixo e gay” e, ainda, disse que na 7^a série jogaram-no uma cadeira!

É triste vermos tal fato no espaço que devemos amadurecer, para muitos parece que ir à escola é sobreviver a uma guerra, de fato, campanhas feitas nas escolas e medidas afirmativas ofertado pelo governo (principalmente o federal) vem, a cada dia mais, abrindo espaços para as minorias, que surpreendentemente demonstram, segundo Santos (2012), o maior índice de aproveitamento, com maiores notas das pessoas que necessitam de amparo para sobressair do preconceito e desigualdades.

Com a intenção de verificar se algo deveria ser mudado na escola, todos foram questionados se haveria algo que eles gostariam de mudar na escola, tendo em vista o preconceito existente vivenciado por um dos participantes, ou sobre a estrutura física e curricular na escola. Assim, obtive as seguintes respostas:

Na resposta do entrevistado Touro: Acredito que a escola deveria assumir seu papel na educação dos alunos, tentando ao máximo mostrar o conteúdo de forma aplicável no cotidiano, gerando o interesse do estudante por aquilo que aprende. Saber aplicar o conhecimento é essencial para entender a importância dele, por que não, então, fazê-lo? (Questionário)



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Na resposta de Aires podemos analisar um pequeno contraste na resposta:

Acho que não seria bem uma mudança, seria um acréscimo ao que já existe. A escola precisaria ter um foco maior nos vestibulares para que o aluno não precise fazer cursinho, pois quando o aluno frequenta cursinho e escola sobra pouco tempo para realmente estudar. O estudante fica muito tempo assistindo aula e pouco tempo estudando o que dificulta a aprendizagem e fixação da matéria. (Questionário)

No questionário do aluno Capricórnio percebemos uma forte crítica sobre o modo de avaliação da escola:

Principalmente a forma que os alunos são avaliados. Ninguém merece fazer prova de 15 disciplinas diferentes, em 1 ou 2 duas semanas. (Questionário)

Percebemos que ainda está enraizado o foco do vestibular e o modelo de avaliação feito pela escola, a ânsia de um aluno que gostaria que o ensino fosse dedicado as suas necessidade pessoais e que tomassem em de conta dos aperfeiçoamentos voltado ao cotidiano. É pertinente verificar o que Gomes (2007) retrata sobre a educação para nos ajudar a refletir sobre como deveria ser. É triste vermos a educação robotizando os jovens para tipos de avaliações subjetivas e que deveriam ser revistas. Não podemos confundir educar com sistematizar:

A educação de uma maneira geral é um processo constituinte da experiência humana, por isso se faz presente em toda e qualquer sociedade. A escolarização, em específico, é um dos recortes do processo educativo mais amplo. Durante toda a nossa vida realizamos aprendizagens de naturezas mais



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

diferentes. Nesse processo, marcado pela interação contínua entre o ser humano e o meio, no contexto das relações sociais, é que construímos nosso conhecimento, valores, representações e identidades. Sendo assim, tanto o desenvolvimento biológico, quanto o domínio das práticas culturais existentes no nosso meio são imprescindíveis para a realização do acontecer humano. Este último, enquanto uma experiência que atravessa toda sociedade e toda cultura, não se caracteriza somente pela unidade do gênero humano, mas, sobretudo, pela riqueza da diversidade (GOMES, Nilma L. Indagações sobre currículo: diversidade e currículo, pg. 18, 2007)

Com essa falta de sincronia entre escolas fica visível neste artigo a variação de pontos de vista entre os alunos entrevistados. Além de políticas anti-discriminatórias, projetos educacionais que motivem a participação dos alunos dentro da escola é saliente perceber a importância das escolas andarem de mãos dadas, não para fazerem exatamente o mesmo processo de atividades na escola, mas seria interessante uniformizar para que todos os alunos tivessem a mesma qualidade de ensinamentos nas escolas.

A decisão de adiamento do ensino médio:

Após todo o percurso de análise para tentar encontrar algum fator comum que pudesse dar conta de explicar reais motivos que levaram os alunos habitantes da cidade de Boa Vista em Roraima a adiarem suas entradas em nível superior foi coletado que nenhuma das hipóteses pesquisadas motivaram tal decisão, mas sim a

*IΦ-Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

grande possibilidade de realizar a prova do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e, caso tivessem 18 anos, e com uma nota consideravelmente boa para sua entrada no nível superior, os entrevistados acreditam que foi pertinente aproveitar a nota e ingressar na universidade. O Ensino médio dá continuidade ao aprendizado do aluno que vem do ensino fundamental, a educação superior se constitui o mais elevado nível da educação brasileira. De acordo com as finalidades da educação superior, postas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu art. 43 cabe a esse grau de ensino fomentar “a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo”.

Conclusão

Foi concluído neste trabalho que os casos de bullying, estrutura da escola, modelo de currículo não são elementos que possam levar o aluno do ensino médio público a tomar a decisão de ingressar no nível superior sem ao menos concluir o ciclo do ensino médio, mas sim uma possibilidade ofertada pelo Governo Federal Brasileiro dos alunos acima dos 18 anos e que alcancem a média para participar da seleção SISU (Sistema de Seleção Unificada). Se o sistema avaliativo de seleção ao nível superior acha suficiente o modelo atual, realmente percebemos que não há freios que levem estes alunos a não tomar este tipo de atitude.

Dois participantes deste artigo são acadêmicos de nível superior ofertado pela Universidade Federal de Roraima – UFRR, apenas um deles, a aluna Luisa Lyra, que no atual momento não frequenta mais a escola pública e se dedica dia a dia a estudar nos cursinhos para traçar o mesmo caminho dos demais.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Referências

- BARBOSA, Márcia S. S. **O papel da escola: Obstáculos e desafios para uma educação transformadora.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Movimentos Sociais e Educação – TRAMSE. Porto Alegre, 2004.
- FREITAS, D. de B. A. P., CARDOSO, S. M. da S. “Inclusão e diferenças: Ressignificando conceitos e práticas” *In* FREITAS, D. de B. A. P. **A pesquisa sobre a escolarização de minorias linguísticas: A surdez em debate.** Editora UFRR, 2012
- OLIVEIRA, Eliane de. “Identidade, intolerância e as diferenças no espaço escolar: questões para debate” *In* **Revista espaço acadêmico** . Maringá: UEM, Ano I – Nº 7 – Dezembro de 2001. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/007/07oliveira.htm>>. Último acesso em: 02/08/2016.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 1989
- MOCHOCOVTCH, Luna Galano. **Gramsci e a Escola.** São Paulo: Ática, 2001.
- SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003
- SANTOS, Jocélio T. dos. “Ações afirmativas e educação superior no Brasil: um balanço crítico da produção” *In* **Revista brasileira de estudos pedagógicos,** Brasília, v. 93, n. 234, [número especial], p. 401-422, maio/ago. 2012.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política.** Petrópolis: Vozes, 1996.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Ética e moral: elementos propulsores para uma Ética da Libertação na filosofia de Enrique Dussel

Por: Luis Fernando de Carvalho Souza

luisffilo@hotmail.com

Resumo

O presente artigo visa tratar da ética e da moral como elementos para se projetar a libertação ética na filosofia de Enrique Dussel. O filósofo propõe um projeto arrojado de pensar e fazer filosofia partindo da alteridade e criticando os sistemas de exclusão, denominado totalidade. Em sua proposta filosófica Dussel articula várias categorias, dentre as quais destacamos nesse artigo a ética e a moral para pensar a libertação desde a condição de outro. O artigo apresenta a proposta de Dussel e sua crítica à ética liberal.

Palavras-chave: Ética da Libertação; Outro; Alteridade; Ética; Moral.

Resumo

La nuna artikolo celas trakti etikon kaj moralecon kiel elementojn por projekti etikan liberigon en la filozofio de Henriko Dussel. La filozofo proponas aŭdacan projekton de pensado kaj farante filozofion komencante de aliaĵo kaj kritikanta la sistemojn de forigo, nomitaj totalo. En sia filozofia propono Dussel artikas plurajn kategoriojn, inter kiuj ni emfazas en ĉi tiu artikolo la etikon kaj la moralan penson de liberigo de la kondiĉo de alia. La artikolo prezentas la proponon de Dussel kaj sian kritikon pri liberala etiko.

Ŝlosilvortoj: *Etiko de Liberigo; Aliaj; Aliaj; Etiko; Moralo.*

Abstract

The present article aims at dealing with ethics and morality as elements for projecting ethical liberation in the philosophy of Enrique Dussel. The philosopher proposes a bold project of thinking and doing philosophy starting from otherness and criticizing the systems of exclusion, called totality. In his philosophical proposal Dussel articulates several categories, among which we highlight in this article the ethics and the moral to think the liberation from the condition of another. The article presents Dussel's proposal and his critique of liberal ethics

Keywords: *Ethics of Liberation; Other; Otherness; Ethics; Morality.*



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Introdução

À primeira vista pode causar estranhamento ao leitor a proposta de fundamentação filosófica política em conceitos como ética e moral. Isso ganha contornos ainda mais suspeitos no momento político conturbado em que o Brasil vive nos últimos anos, pois o avanço de determinadas frentes conservadoras e suas respectivas propostas têm despertado preocupação em diversos setores da sociedade. Longe do “moralismo” e de uma ética comprometida com valores conservadores e nocivos ao avanço democrático, a proposta de Dussel é concatenar conceitos filosóficos, e conseqüentemente a proposta de libertação, às necessidades e valores concretos da vida. Sendo esse elemento, a vida, o valor absoluto defendido pelo autor ao longo de sua formulação filosófica. Por isso em inúmeras passagens de *Ética de la Liberación* (1998) defende que sua proposta se dá em torno da manutenção, promoção e desenvolvimento da vida. Nosso intuito é mostrar como ética e moral servem como suporte para projetar a Ética da Libertação.

Em busca de um fundamento ético da Ética da Libertação

Dentre os vários elementos considerados como essenciais para se projetar uma filosofia orientada para a libertação, Dussel elege dois que sem dúvidas são eixos articuladores centrais de sua proposta: a ética e a moral. A empreitada de Dussel em relacionar ambos os elementos se faz por que um ajuda ao outro na fundamentação de ação libertadora: a práxis. Por práxis deve-se entender ação dinâmica que vislumbra o horizonte de libertação e superação das vicissitudes impostas pelos sistemas de totalidade fechada, isto é, em que não há espaço para a alteridade.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Qual é a finalidade de distinguir ética e moral em Dussel? O autor responde da seguinte maneira: “Em nossa exposição, distinguimos entre consciência *ética* (meta-física, trans-versal ou voz-do-Outro) e a consciência moral (ôntica; interiorização da anterior e que desempenha seu papel dentro da Totalidade)” (DUSSEL, 1977). Por que Dussel faz essa distinção? De acordo com o autor, a consciência ética possibilita a consciência moral - que fundamenta a práxis (DUSSEL, 2016).

Partindo da premissa da ética da alteridade em que há responsabilidade do eu em relação ao outro a crítica que se faz é que, em determinados sistemas em que a totalidade é fechada, não se abre a possibilidade para tal relação. O motivo pelo qual isso se dá é a impossibilidade de se ouvir a voz do outro, uma vez que, nos sistemas de totalidade insuperáveis não se permitem a interação com os que não fazem parte de sua estrutura.

Para exemplificar a abertura ao ouvir a voz, Dussel utiliza-se de exemplos da tradição semita e traz para a discussão o verbo hebraico *shamáh*, que pode ser traduzido por: chamar, ouvir, escutar e compreender (DUSSEL, 1977). Nesse sentido, a consciência ética do sujeito somente pode ser despertada quando se abre para a possibilidade de interação com o outro pelo ouvir de sua voz. Isso faz com que se vislumbre um ambiente diferente da totalidade e interaja com o distinto do eu.

O ético é instaurado quando a palavra do outro é ouvida fora do mundo fechado, ou seja, transcendentemente (entendido com além de si). Dessa maneira, a consciência ética centra-se no ouvir a provocação desde sua condição de “fora”. Como salienta Dussel: “A *vocatio* (a chamada, a vocação) é o primeiro, é a interpelação que emerge desde a indignação e o sofrimento das vítimas [...], ante ao qual o ator futuro é, todavia, passivo; é o que escuta, obedece, anterior a toda práxis



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

libertadora”³¹ (DUSSEL, 2016, p.132 – tradução nossa).

Para tanto, o sujeito depende de uma sensibilidade ética diante do outro que sofre como vítima e interpela pela provocação de uma ação libertadora mediante sua condição sofrente. Há, portanto, que se abrir a necessidade e condição do distinto. A interpelação abre o horizonte para uma consciência que se pretenda ética e se oriente para a libertação.

Para Novoa, *Enrique Dussel en la filosofía latinoamericana y frente a la filosofía eurocéntrica* (2011), a formação da consciência ética trata de um momento metafísico pelo fato de a revelação do outro se dar num âmbito em que a fenomenologia ontológica se situa e pode ser criticada, uma vez que, a revelação do outro por meio de sua voz desperta a consciência para que se possa problematizar a ordem injusta e recuperar o rosto que foi ocultado. Sendo esta a principal condição para libertação: “Para Dussel, a libertação começa com a consciência ética, que consiste na capacidade de escutar e aceitar quem irrompe desde o trans-ontológico”³² (NOVOA, 2011, p.159 – tradução nossa).

É diante desse ouvir e da abertura ao outro que se estabelece a crítica a totalidade. Dussel (1977) afirma que, na exposição sobre a abertura de uma consciência ética, é impossível refletir a partir do pensamento grego (base da formação cultural ocidental). A indagação que se faz é: Por quê? Ao que Dussel responde: “O mundo indo-europeu, encerrado numa totalidade insuperável, não pode ouvir uma voz, um chamado (*vocativo*) que se interrompesse interpelando a partir de “fora” (DUSSEL, 1977, p.61).

³¹La *vocatio* (la llamada, la vocación) es lo primero, es la interpelación que emerge desde la indignación y el sufrimiento de la víctima [...], ante la cual el actor futuro es todavía passivo; es el que escucha, odebece, anterior a toda praxis libertadora.

³²Para Dussel, la liberación comienza con la conciencia ética, que consiste en la capacidad de escuchar y aceptar a quien irrumpe desde lo trans-ontológico.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Por isso, a justificativa de se partir do pensamento semita, pois esse abre a possibilidade do outro interpelar a totalidade por sua palavra. Descrita da seguinte maneira: “Esta *palavra* do Outro (*thot*, em egípcio, *logos*, em grego, e *davar*, em hebraico) que se ouve como lamento se faz subjetividade [...]”³³ (DUSSEL, 2016, p.133 – tradução nossa). A opção por se partir do pensamento semita se faz pelo fato de, nele, a “palavra se faz carne”³⁴ (DUSSEL, 2016, p.133 – tradução nossa); a palavra é acolhida e tem condições de se fazer empírica; relacionar-se de forma concreta com a realidade e, uma vez, encarnada no sujeito, impinge a este uma responsabilidade e concomitantemente a palavra encarnada torna-se a estrutura ética do mundo criativo semita.

No que diz respeito ao sistema produtor de vítimas, como a palavra do outro pode mudar a realidade do sujeito estruturado dentro da totalidade? A função da palavra do outro (e da própria vítima) é provocar uma ação ética que opte pela vida e responsabilidade; que esteja comprometida com a mudança da situação vivida pelo sujeito oprimido. Sendo assim, Dussel salienta:

A palavra do Outro é a *interpelação* que comove o que adota e muda radicalmente o transcurso de sua vida. Desde o *nada* (a liberdade incondicionada do que assume a nova responsabilidade) se criará um *novo* mundo: criação de o *nada*. É a fonte criadora ética de todo sistema histórico empírico³⁵ (DUSSEL, 2016, p.133 – tradução nossa).

³³Esta *palavra* del Otro, no (*thot* en egipicio, *lógos* em griego, *dabar* en hebreo) que se oye como lamento se hace subjetividade [...].

³⁴Palabra se hace carne.

³⁵La palabra del Otro es *interpelación* que conmueve al que al adopta y cambia radicalmente el transcurso de su vida. Desde la *nada* (la libertad incondicionada del que assume la nueva responsabilidad) se creará un *nuevo* mundo: creación de la nada. Es la fuente creadora de todo sistema histórico empírico.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

No encontro com o outro (a vítima) se reestrutura a própria consciência desde uma totalidade fechada para uma dinâmica de uma ética voltada para a alteridade. Isso faz que não somente o outro seja ouvido, mas que sua palavra seja encarnada e assumida como responsabilidade ética, possibilitando sua integração ao sistema fechado que lhe negava.

A falta de uma consciência ética que contemple o outro como tal é a prescrição de sua morte, pois pressupõe seu silêncio, sua aniquilação como sujeito. Como destaca Dussel: “[...] não ter consciência ética significa ter matado o Outro, e é o mesmo que dizer que o Outro guarda “silêncio”. (DUSSEL, 1977, p. 69). Não é que o outro guarde silêncio *per se*, mas é a tendência da totalidade fechada que lhe nega a palavra; não se abre a sua condição de alteridade e torna-se, portanto, incapaz de transcender em sua direção para que, a partir de sua realidade, se possa repensar a ordem injusta produtora de vítimas e encobridora do outro.

A manutenção do silêncio do outro e seu concomitante encobrimento lhe nega a possibilidade de viver. Por isso, a consciência ética apresenta-se como um imperativo expresso pela frase: *dever-ser ético*. O que contempla tal dever? A manutenção e o desenvolvimento da vida que, a partir da consciência de que preservá-la de maneira justa e digna é uma função que impele o sujeito à responsabilidade e vontade autônoma de viver. O risco que se corre é que, pelos meios de ocultação da realidade e dissimulação, no que tange à produção das vítimas, o sujeito perca a sensibilidade em relação à situação hostil do outro e haja um suicídio coletivo como salienta Dussel.

Se a humanidade perder esta consciência ética - e parece que a está perdendo, como pode observar-se pela insensibilidade frente ao assassinato do Outro, frente à miséria da maioria de seus membros no Sul do planeta Terra - pode precipitar-se em um suicídio



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

coletivo³⁶ (DUSSEL, 1998, p.139 – tradução nossa).

A consciência ética, portanto, deve desenvolver-se na perspectiva da promoção e afirmação da vida. Isso implica em afirmar que uma consciência que se pretenda, minimamente ética, necessita assumir um papel crítico frente aos sistemas produtores de vítimas, dissimuladores dos conflitos sociais reais e, conseqüentemente, negadores da vida³⁷.

Quando se trata da consciência ética do ouvir o outro como condição precípua para tal, é necessário ressaltar que isso só é possível problematizando a totalidade. Como isso se dá? Estabelecendo, de fato, a distinção entre quem está salvaguardado, inserido no sistema (tendo seus direitos e necessidades básicas contempladas) e quem não os tem.

A proposta econômica do liberalismo com estímulo ao livre mercado pode ser considerada como totalidade fechada, pois não se inclina em relação ao outro. Sua intenção é manter o mercado e promover o desenvolvimento e “progresso”. A manutenção, promoção e desenvolvimento da vida não se constituem em prioridades.

Vejamos o que dizem os economistas de mercado, como, por exemplo, Milton Friedman e Rose Friedman, que procuram fundamentar seu pensamento sobre liberdade e igualdade partindo do pressuposto de que todos possuem as mesmas condições:

³⁶Si la humanidad perdiera esta conciencia etica -y pareciera que la va perdiendo, como puede observarse por la insensibilidad ante el asesinato del Otro, ante la miseria de la mayoría de sus miembros em el Sur del planeta Tierra-, puede precipitarse en un suicidio colectivo.

³⁷ A dissimulação da realidade, juntamente com o ocultamento dos conflitos sociais são expressos pelo termo: fetiche. Dussel entende o fetiche como produto de um sistema totalizado que não se permite fazer auto-crítica (DUSSEL, 1977); (DUSSEL, 2016).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Se você quer assegurar a seu (sua) filho(a) uma renda maior na vida, você pode fazer isso de várias maneiras. Pode comprar para ele(a) uma educação que o(a) preparará para seguir uma carreira que lhe proporcione uma renda alta; ou pode abrir-lhe uma empresa que proporcionará uma renda mais alta do que se estivesse como empregado(a) assalariado(a); ou pode lhe deixar bens com cuja renda ele(a) poderá ter um padrão de vida melhor. Há alguma diferença ética entre esses três modos de usar seus bens? (FRIEDMAN; FRIEDMAN, p. 153, 2015).

O desenvolvimento do pensamento de Friedman é no sentido de pressupor uma igualdade de condições e uma liberdade de escolha diante do mercado. Mas, e quando já se nasce em condições desiguais? Quando se está na exterioridade do sistema? Quando se é o outro que clama por justiça? Na teoria dos economistas de mercado, tais indagações ficam sem resposta ou são respondidas no âmbito da meritocracia e do desenvolvimento de habilidades alternativas que compensem as injustiças do sistema, como, por exemplo, investimento em bolsa de valores ou estímulo ao empreendedorismo, uma vez que, não possibilitam a problematização da totalidade de forma a promover um sistema justo e digno para todas as pessoas. O que há é a constatação das injustiças e o estímulo ao desenvolvimento de maneiras alternativas que estimulem a criação de mecanismos que se beneficiem do sistema. Como podemos observar:

A vida não é justa. É tentador acreditar que o governo possa corrigir o que a natureza gerou. Mas também é importante reconhecer o quanto nos beneficiamos da própria injustiça que deploramos.

Não há nada de justo no fato de Marlene Dietrich ter nascido com belas pernas que todos nós queremos olhar; ou no de Mohamed Ali ter nascido com a destreza que o transformou em um grande lutador. Mas, por outro lado, milhões de pessoas que apreciaram olhar as pernas de Dietrich ou assistir a uma das lutas de Ali se



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

beneficiaram com o fato de a natureza ter sido injusta ao produzir uma Marlene Dietrich ou um Mohamed Ali. Que tipo de mundo seria este se todos fossem uma duplicata de todos os outros? (FRIEDMAN; FRIEDMAN, 2015, p.154).

Diante da dinâmica de uma totalidade fechada e “normatizadora”, há a aceitação passiva da injustiça, tendo em vista que, o silêncio em relação ao outro e a “naturalização” de sua condição na exterioridade, não promovendo sua inserção de forma justa, são os movimentos que regem o sistema. Quais são as alternativas para o rompimento dessa estrutura em favor do outro? Dentro da perspectiva dusseliana, há alguns pontos a serem considerados para que se rompa com tal dinâmica. Primeiramente, não se pode acreditar no sistema e em sua verossimilidade, pois o mesmo se vale de mecanismos que ocultam a realidade dos conflitos sociais e apresentam-se como elementos fetichizados - causando falsas impressões sobre a estrutura. Há também que se respeitar a alteridade de vítima - outro metafisicamente livre - as condições de liberdade e de direitos devem contemplar as necessidades de maneira proporcional. Isso implica em contrapor a teoria dos economistas de mercado, por exemplo, que pressupõe a igualdade de oportunidades. Isso não corresponde à realidade da maioria da população mundial, que não desfruta de direitos, mínimos, básicos; por isso, na aceitação do outro há que se promover sua igualdade perante o sistema. Como eu “ouço a voz do outro”? Pelo silêncio. Não o silêncio que o deseja calar, mas o silêncio da totalidade em relação à exterioridade; nesse sentido, há que se romper metafisicamente para ouvir, ouvir a voz da vítima. Por fim, a consciência ética deve pautar-se pela responsabilidade em relação ao outro.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

A moral como elemento orientador da Ética da Libertação

A consciência formatada no indivíduo reflete sua ação no mundo, assim como, suas orientações para ações interventoras nesse mundo em que o sujeito se insere. O termo *moral* liga-se diretamente à práxis dos sujeitos. Dussel defende que a própria existência no mundo pressupõe a moral “O *ser no mundo* é moral, prático”³⁸ (DUSSEL, 2016, p.37 – tradução nossa). Por que Dussel fundamenta a moral na existência do ser humano? Pelo fato de ser no ente fundando que se fala o que é bom ou o que é mal “que tem ou não a pretensão de bondade, de justiça”³⁹ (DUSSEL, 2016, p.37 – tradução nossa).

O fundamento moral orienta a práxis. Por esse motivo, Dussel faz distinção das duas maneiras de práxis, uma dominadora e outra libertadora. A primeira liga-se aos sistemas opressores sob a perspectiva da totalidade, como destaca: “Se a práxis, que realizando as necessidades que fundam um pro-jeto, e segundo as leis significa a atualidade no mundo como Totalidade cumprida, é práxis dominadora” (DUSSEL, 1977, p.89).

O fundamento da consciência moral é determinante na interação do sujeito com o mundo. Dessa relação, constrói-se uma práxis orientada para a ação desse sujeito. Isso pode ser melhor observado quando se analisa teóricos que defendem estruturas que trazem em seu bojo o fundamento de um pressuposto de desigualdade e manutenção de uma ordem de exploração, como ocorre, por exemplo, na obra *O Caminho da servidão* (2010), de Friedrich Hayek:

A doutrina liberal é a favor do emprego mais efetivo das forças da concorrência como um meio de coordenar os esforços humanos, e

³⁸El *ser en mundo* es moral, práctico.

³⁹Que tiene o no la pretensión de bondade, de justicia.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

não de deixar as coisas como estão. Baseia-se na convicção de que, onde exista a concorrência efetiva, ela sempre se revelará a melhor maneira de orientar os esforços individuais (HAYEK, 2010, p.58).

Qual é o pressuposto do fundamento defendido por Hayek? O de que, quanto mais concorrências e mais liberdade individual, melhor será a vida do indivíduo na sociedade em que se insere. Entretanto, quando se observa a desigualdade de condições em que se dão as relações sociais; a gama imensa de pessoas vítimas do sistema capitalista e as condições díspares em que as pessoas concorrem, por exemplo, na economia, observa-se que o projeto de uma economia liberal tende a justificar uma práxis de dominação. Por quê? Por que se fundamenta em uma moral burguesa com pressupostos individualistas que tendem a reduzir o outro ao mesmo dentro da dinâmica da totalidade.

Dussel salienta que: “A práxis que se funda num projeto *fechado* ao Outro ou totalizado (não-ao-Outro do §21) é escravidão da Totalidade como totalizada; é a totalização mesma como atividade absolutizante” (DUSSEL, 1977, p.90). Um projeto que em nome do lucro do empreendedor e do sacrifício do trabalhador - que sem opção participa do sistema tendo sua condição de outro desrespeitada e subsumida pelo sistema - é um projeto de dominação.

Para Dussel, trata-se de uma questão ontológica, pois, para ele, fundamentar os pressupostos moralmente é um ato humano; isto é, fundamenta-se no ser humano. Por isso salienta que “É desde ele, do ente fundado, do que se fala que é bom ou mal, que tem ou não a pretensão de bondade e justiça. Negativamente, o ato pode ser mal, expressar a injustiça, a dominação”⁴⁰ (DUSSEL, 2016, p.37 - tradução

⁴⁰Es de él, del ente fundado, del que se predica que es bueno o malo, que tiene pretensión de bondad e justicia. Negativamente, el acto puede ser malo, expresar la injusticia, la dominación.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

nossa).

As ações que justificam a sobrevivência do mercado em detrimento do desenvolvimento de uma consciência que tenha por intuito pensar e refletir a partir do outro podem ser descritas como estruturas de dominação erigidas sob argumentos moralmente comprometidos com o *locus* em que é produzido: sistema de dominação que não leva em conta a condição do outro, uma vez que, não apontam para a questão da libertação, do respeito à alteridade e da formatação de uma consciência orientada para a liberdade responsável do sujeito. Vejamos como se posiciona Hayek:

Com efeito, uma das principais justificativas da concorrência é que ela dispensa a necessidade de um “controle social consciente” e oferece aos indivíduos a oportunidade de decidir se as perspectivas de determinada ocupação são suficientes para compensar as desvantagens e riscos que a acompanham. (HAYEK, 2010, p.58).

Por “controle social consciente” pode-se entender orientação moral responsável ou intervenção estatal? De qualquer maneira, a posição de Hayek é justificar a concorrência e a economia de mercado favorecendo o lucro e a manutenção do *status quo*. Seja qual for a resposta, a práxis pela qual se orienta Hayek é a da manutenção de um sistema que, no mínimo, negligencia a produção das vítimas do sistema capitalista. Sua opção moral é uma moral liberal, comprometida com os valores do mercado e do livre comércio.

Franz Hinkelammert em *Crítica a la razón utópica* (1989), analisando a proposta de Hayek, chega à conclusão de que a orientação que rege o pensamento do referido economista é que o mercado está em perigo e que é necessário salvá-lo de um possível colapso. Baseado nesse pressuposto da moral liberal - livre



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

concorrência - as relações sociais devem estabelecer-se de modo a manter o sistema funcionando, não importando os sacrifícios para tal empreitada.

De acordo com Hinkelammert, a proposta de Hayek é sintetizada da seguinte maneira:

Há que sacrificar vidas individuais hoje, para que amanhã possam viver muito mais. Por que amanhã isso valerá igual: haverá que sacrificar vidas, para que passado amanhã vivam mais e assim sucessivamente. *A aproximação ao mercado total se transforma em um grande sacrifício de vidas humanas*⁴¹(HINKELAMMERT, 1989, p. 89 – tradução nossa).

Não se pode negar que há uma práxis no pensamento de Hayek. Entretanto, a questão é saber para onde ela é orientada. Hinkelammert consegue desvelar o verdadeiro conteúdo da liberdade e concorrência propostas por Hayek: o sacrifício de vida em prol do desenvolvimento e manutenção do mercado. Nesse sentido, a moral proposta não visa a preservação da vida nem contemplar a alteridade e a condição das vítimas.

Para Dussel, a moralidade da práxis ou está à serviço de um ideologia de opressão ou trabalha em prol de uma consciência de libertação. Ela não é meramente uma formulação teórica ou algo desconexo com a realidade concreta do sujeito.

Como se constitui a moral para Dussel? A moral é constituída por meio da presença do ser humano no mundo e da relação concreta que ele estabelece com o real. Como se pode observar:

⁴¹Hay que sacrificar vidas individuales hoy, para que mañana puedan vivir muchos más. Pero mañana eso valdrá igual: habrá que sacrificar vidas, para que pasado mañana vivan y así sucesivamente. *La aproximación al mercado total se transforma en un gran sacrificio de vidas humanas.*



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

A moral tem assim uma referência necessária ao ato humano, que expressa o ser humano no mundo, o sujeito da moral. O ser-no-mundo é em si abstrato, não real. Somente pelas mediações, pelo ato humano, devém real. A vontade livre, indeterminada, é o ser. Quando se põe em um ato humano devém real, objetivo, observável⁴²(DUSSEL, 2016, p.37 – tradução nossa).

De fato, os entes se relacionam com o ser humano de forma prática, incidindo na realidade concreta e interagindo com ela. À medida que o ser humano constrói seus relacionamentos, vislumbra possibilidades de agir de diversas maneiras, de forma que, sua ação pode orientar-se em consonância com a totalidade ou em posição crítica a ela.

Dussel propõe que o ser humano deve orientar-se pela *possibilidade* prática. No que se constitui essa praticidade? A praticidade constitui-se na orientação do ser humano para a manutenção e o desenvolvimento da vida a partir de seus atos. Isso determina a relação que se estabelece com os entes a partir de uma consciência moral orientada para a preservação da vida. Como o ser humano deve sanar, por exemplo, sua necessidade de beber água? Dussel exemplifica da seguinte maneira:

O ato humano deve interpretar-se como *possibilidade* prática, como o que se manifesta como um modo de realização do ser humano. O beber como possibilidade de saciar a sede, dentro de uma cadeia de meios práticos para afirmar a vida do mesmo ser humano. O ato humano é, então, a *possibilidade* ontológica que maneja todos os entes [...]⁴³(DUSSEL, 2016, p.38 – tradução nossa).

⁴²La moral tiene así una referencia necesaria al acto humano, que expresa el ser humano en el mundo, el sujeto de la moral. El ser-en-e-mundo en sí es abstracto, no real. Solo por las mediaciones, por el acto humano, deviene real. La voluntad libre, indeterminada es el ser. Cuando se pone en un acto humano deviene real, objetivo, observable.

⁴³El acto debe interpretarse como *posibilidad* práctica, como lo que manifiesta como un modo de la realización del mismo ser humano. El acto humano es, entonces, la *posibilidad* ontológica que maneja todos los entes.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Pode-se observar que o fundamento moral do ser humano deve orientá-lo para a vida e para a liberdade de forma responsável. Tal mentalidade confronta-se com os pressupostos de Hayek, por exemplo, que propõem o relacionamento do ser humano com os entes de forma a preservar o mercado, a liberdade (de comércio) e a suposta liberdade individual, uma vez que, para se propor a liberdade individual, as condições de existência devem ser as mesmas, mas isso não ocorre no sistema capitalista, pois, em sua gênese, este produz vítimas em condições subumanas de existência.

A consciência moral deve fundamentar-se por um princípio. Qual é esse princípio? Da reprodução e desenvolvimento da vida do sujeito humano. E deve visar à participação autônoma, livre e responsável desse sujeito na sociedade (DUSSEL, 1998). Isso implica uma mudança na concepção das relações e interação com os entes, uma vez que, a ideologia veiculada pelo sistema capitalista é a de manter o sistema e relacionar de modo a preservar o mercado e o desenvolvimento de novas tecnologias.

Para Dussel, trata-se, portanto, de uma decisão que sinaliza para uma práxis. Como pontua:

A <<decisão>> da norma última, juízo moral ou enunciado normativo concreto, e a <<realização>> ou integração real do juízo na efetuação do ato ou da práxis humana [...] é a unidade material (uma mediação com <<verdade prática>> desde o princípio de reprodução e desenvolvimento da vida do sujeito humano)⁴⁴(DUSSEL, 1998, p.215 – 216 – tradução nossa).

⁴⁴La <<decisión>> de la norma última, juicio moral o enunciado normativo concreto, y la <<realización>> o integración real del juicio elegido en la efectución del acto o la praxis humana (institución, estructura histórica, valores, etc.) es la unidad de lo material (una mediación con <<verdad práctica>> desde el principio de la reproducción y desarrollo de la vida del sujeto humano).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Como explicar a posição que visa à manutenção do sistema produtor de vítimas? Isso pode ser explicado pelo fato de se tratar de uma consciência fechada em si, ou seja, em que não se ouve a voz do outro como vítima, pois a consciência centra-se em ouvir o mesmo. Dussel destaca que o sistema que, fechado em si, “[...] deixa de *ouvir*, para ouvir o próprio *uno*, o autêntico, *eu-mesmo*” (DUSSEL, 1977, p.67). Trata-se de uma totalidade fechada que não cede espaço à alteridade.

A moralidade da consciência é despertada, de acordo com Dussel, quando se abre ao outro, ou seja, quando se rompe com a totalidade fechada e se abre espaço para a alteridade da vítima que reivindica sua posição no sistema desde sua exterioridade. Como destaca: “A voz-do-Outro como outro re-voca pretensão de absoluto que tem a Totalidade e a con-voca em sua in-vocação a a-vocar-se a causa do Outro, na provocação da justiça” (DUSSEL, 1977, p. 63). Nesse sentido, para Dussel, há sempre a moralidade da práxis estando ela comprometida com o projeto de libertação em prol da vida ou na manutenção e estruturação do sistema de dominação que produz vítimas em escala mundial. Dessa maneira, a moralidade da consciência está em ouvir as vítimas e utilizar os entes para a promoção da justiça em relação a elas.

Conclusão

A Ética da Libertação possui um compromisso ético com a vida do sujeito oprimido, o outro, que se encontra em condições desfavoráveis de acesso aos elementos básicos para sobreviver, produzir e desfrutar da vida com dignidade. Por isso faz de elementos com ética e moral articuladores na empreitada de libertação e



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

superação dos dilemas impostos pela totalidade.

Ética e moral são então elementos *sine qua non* para compreender a Filosofia da Libertação e sua proposta ética. É mister, salientar que tal posição é diametralmente oposta à defendida, por exemplo, pelos economistas de mercado em seu viés liberal. Há compromissos éticos e morais de ambos os lados. Entretanto, enquanto o proposto por Dussel centra-se na vida; seu desenvolvimento e manutenção o proposto pelos economistas preocupa-se no desenvolvimento do mercado e do “progresso”, ainda que, seja necessário o sacrifício de vidas para tal.

Referências:

DUSSEL, Enrique. **Para uma ética da libertação latino-americana I: acesso ao ponto de partida da ética**. Loyola: São Paulo, 1977;

_____. **Ética de la liberación: en la edad de la globalización y de la exclusión**. Madrid: Editorial Trota, 1998.

_____. **14 tesis de ética: hacia la esencia del pensamiento crítico**. Madrid: Editorial Trota, 2016.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. **Livre para escolher**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

HAYEK, Friedrich. A. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HINKELAMMERT, Franz J. **Crítica a la razón utópica**. San José. DEI. 1989.

NOVOA, Gildardo D. **Enrique Dussel en la filosofía latinoamericana y frente a la filosofía eurocéntrica**, 2011. Tese de doutorado em Filosofia. Valladolid. Universidade de Valladolid.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Linguagem proibida: as gírias

Por: Rodrigo Mazer Etto⁴⁵
etto.rodrigo@gmail.com

RESUMO:

Partindo da necessidade de uma maior conscientização sobre os efeitos nocivos de uma política linguística brasileira, que prega uma prática monolíngue por meio da prescrição da norma padrão, e que, por desconsiderar o aspecto heterogêneo das línguas, favorece a ocorrência de atitudes de discriminação e preconceito linguístico, o objetivo deste artigo, utilizando a metodologia de revisão bibliográfica, é propor uma reflexão sobre as variações linguísticas conhecidas como gírias (CABELLO, 1991; PRETI, 1984, 1998; SERRA, 2005), através das definições de gíria de alguns gramáticos e dicionários de Língua Portuguesa (CEGALLA, 1985; BECHARA, 1999; MICHAELIS, 2008; HOUAISS, 2009). Também serão analisadas as teorias de alguns estudiosos sobre o fenômeno do preconceito linguístico (BAGNO, 2004; MONTEIRO, 2000), em relação às variedades de língua que fogem à regra imposta pela norma culta e padrão (BAGNO, 2002; FARACO, 2002, 2008).

Palavras-chave: Gíria; Preconceito; Monolinguismo.

Resumo

Komencante de la neceso de granda konscio de la malutilaj efektoj de brazila lingvopolitiko, kiu predikas unulingva praktiko tra normo normo recepton, kaj ke, per malatentante la heterogena aspekto de lingvoj, ĝi favoras la aperon de diskriminacio kaj antaŭjuĝo sintenoj lingvo, la celo de ĉi tiu artikolo, uzante la metodiko de pristudo estas proponi interkonsiliĝon sur la lingva variaĵoj konata kiel slangon (Haro, 1991;

⁴⁵ É Mestre em Linguagem, Identidade e Subjetividade pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, é Especialista em Língua Portuguesa e Literaturas pela Sociedade e Cultural Amélia – SECAL e Graduado e Licenciado em Letras Português-Inglês pelo Centro Universitário de Adamantina – UNIFAI. Atua junto a Linha de Pesquisa sobre Pluralidade, identidade e ensino, com os Projetos de Pesquisa de Ensino de línguas: pluralidade e identidade; sobre Variação linguística e ensino: pluralidade e identidade; sobre Linguagem proibida: a influência de fatores sociais na linguagem dos adolescentes em regime de privação de liberdade e sobre Pluralidade, identidade e ensino. É autor de artigos científicos na mídia especializada nacional. É coautor dos livros: “A relação entre fatores sociais e a linguagem dos internos do CENSE” (2018); “Definição e estigmas” (2017); “Feliz ano velho: a crise do sistema penitenciário brasileiro em 2017” (2017) e “A marginalidade social em ‘A polaquinha’ e ‘Stella Manhattan’” (2017).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Preti, 1984, 1998; SERRA, 2005), tra la slango difinoj de iuj gramatikistoj kaj Portugala Lingvo Vortaroj (CEGALLA, 1985; BECHARA, 1999; MICHAELIS, 2008; HOUAISS, 2009). Ĉu ankaŭ analizos la teorioj de iuj kleruloj en la lingva diskriminacio fenomeno (Bagno, 2004; Monteiro, 2000), rilate al lingvo varioj, kiuj estas preter la regulo postulitaj de la klera kaj normo normo (Bagno, 2002; FARACO, 2002, 2008).

Ŝlosilvortoj: *Lingvo; Antaŭjuĝo; Monolingismo.*

Abstract

Starting from the need for greater awareness of the harmful effects of a Brazilian language policy, which preaches a monolingual practice through standard standard prescription, and that, by disregarding the heterogeneous aspect of language, favors the occurrence of discrimination and prejudice attitudes language, the purpose of this article, using the methodology of literature review is to propose a reflection on the linguistic variations known as slang (CABELLO, 1991; PRETI 1984, 1998, SERRA, 2005), through the slang definitions of some grammarians and dictionary Portuguese (CEGALLA, 1985; BECHARA, 1999; MICHAELIS, 2008; HOUAISS, 2009). Will also be analyzed the theories of some scholars on the linguistic discrimination phenomenon (BAGNO, 2004; MONTEIRO, 2000), in relation to language varieties that are beyond the rule imposed by the cultured and standard standard (BAGNO, 2002; FARACO, 2002 2008).

Key words: *Slang; Preconception; Monolingualism.*

Introdução

O papel da língua é fundamental nas relações humanas, considerando-se que qualquer sociedade depende da língua para divulgar suas informações, para construir um sistema literário e cultural, para desenvolver tecnologias, enfim, para perpetuar-se. De acordo com Émile Benveniste (1989) a língua torna possível a sociedade, fundamenta todas as relações sociais e possibilita a interação entre o indivíduo e o seu meio social. Para esse linguista não se pode dissociar a estrutura interna da língua dos aspectos externos, pois a estrutura interna está intimamente ligada ao aspecto social, indicando que a linguagem sempre se realiza dentro de uma língua, inseparável de uma sociedade.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

A perspectiva de língua como interação social, também é defendida por Mikhail Bakhtin (1995), que a vê como uma atividade que proporciona uma interação entre os falantes, que leva em conta os sujeitos e o espaço social de sua produção, e considera a língua um produto da vida social, não estático, em constante processo de desenvolvimento e que segue a evolução da sociedade. Esse autor pretende entender o exercício da linguagem humana por parte dos indivíduos que a utilizam, sendo para ele, o exercício da fala, o único objeto real e material para entender a linguagem humana, pois a língua falada nas ruas, no comércio, nas casas e repartições é o que existe de mais consistente, materialmente falando, para o estudo da língua. Para essa concepção de língua como interação, o falante, ao usar a língua, não somente exterioriza seu pensamento ou transmite informações, mas também realiza ações e atua sobre o interlocutor, seja ele um leitor ou ouvinte.

As sociedades aceitam ou rejeitam determinados usos linguísticos, pois é através da língua que os falantes revelam suas visões de mundo em suas comunidades, e tais visões, muitas vezes, contrariam interesses hegemônicos e dominantes.

Segundo Faraco (2008), uma característica de todas as línguas é a capacidade de sofrerem variações, pois uma língua é constituída por um conjunto de variedades, sendo que o rótulo de variação linguística engloba coisas muito diferentes, como a variação dialetal de pronúncia, como na fala baiana, na gaúcha e outras, incluindo também as gírias, que são variações da língua relacionadas ao contexto cultural, econômico, político e social.

Silva e Moura (2000) confirmam o caráter intrínseco das variações linguísticas

[...] a variação é inerente às línguas, porque as sociedades são



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

divididas em grupos: há os mais jovens e os mais velhos, os que habitam numa região ou outra, os que têm esta ou aquela profissão, os que são de uma ou outra classe social e assim por diante. O uso de determinada variedade linguística serve para marcar a inclusão num desses grupos, dá uma identidade para seus membros (SILVA E MOURA, 2000, p. 27-28).

Segundo a Sociolinguística, variação linguística é a forma diversificada de um indivíduo se expressar, influenciada por variáveis linguísticas e sociais, isto é, por fatores ligados ao falante, ao grupo a que ele pertence, à situação de uso da língua; e também por fatores como o gênero do falante, sua faixa etária e nível de escolaridade.

Em seus estudos sobre a relação do aspecto social com as línguas, William Labov (2008, p. 313) afirma que “a variação social e estilística pressupõe a opção de dizer a mesma coisa de várias maneiras diferentes, isto é, em valor de verdade, as variantes são idênticas, mas se opõem em sua significação social e/ou estilística”.

A falta de compreensão dos fenômenos da variação linguística é responsável por crenças e valores equivocados, como por exemplo, a que desconsidera a heterogeneidade da língua, colaborando para atitudes que reforçam o ideal monolíngue, o qual tem como principal efeito o surgimento de atitudes discriminatórias e do preconceito linguístico. No uso das variações linguísticas os falantes retratam seus valores socioculturais, suas ideologias, necessidades e anseios particulares e coletivos.

Mussalin e Bentes (2009) acreditam que toda língua falada no mundo está em constante processo de variação e mudança, as quais não são sentidas imediatamente pelos falantes, devido a essas transformações serem lentas e graduais.

Utilizando a metodologia de revisão bibliográfica, em que serão levantados



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

apontamentos de alguns teóricos que tratam dos temas de padronização da língua, gíria e preconceito linguístico, este trabalho se divide em quatro partes, sendo que a primeira oferece a visão de alguns teóricos sobre conceitos de norma culta e norma padrão; a segunda parte apresenta definições de alguns pesquisadores sobre o fenômeno do preconceito linguístico em relação às variações linguísticas que fogem à regra do ideal monolíngue, baseado na norma padrão; a terceira traz uma breve abordagem da gíria segundo alguns gramáticos e dicionários e a quarta parte realiza uma discussão e análise sobre a maneira que essa variação é abordada em alguns manuais de gramática e dicionários de língua portuguesa.

Norma padrão e norma culta

Tanto as gírias quanto as demais variedades linguísticas convivem paralelamente e conflituosamente com a norma culta e com a norma considerada padrão.

Faraco (2008) afirma que uma língua é constituída por um conjunto de variedades, não sendo apenas uma unidade da linguagem, e sim uma entidade cultural e política. Essa concepção de língua confere com a definição de norma dada por Coseriu (1973, *apud* CARVALHO, 2003, p. 65) que define essa expressão como aquela de “como se diz” e não a de “como se deve dizer”. De acordo com esse pensamento pode-se considerar norma como um conjunto de fatores linguísticos que caracterizam o modo como normalmente falam as pessoas de uma comunidade, e não regras que determinem como se deve falar (FARACO, 2008, p. 40).

Norma culta é um conjunto de fenômenos linguísticos que ocorrem habitualmente no uso dos falantes letrados em situações mais monitoradas de fala e escrita e designa a variedade utilizada pelas pessoas que possuem mais contato com



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

a cultura escrita (FARACO, 2002). No Brasil, comumente, são consideradas falantes de norma culta, as pessoas que cursaram e se formaram no Ensino Superior (BAGNO, 2002, p. 185; LUCCHESI, 2002, p. 65).

A norma padrão no Brasil teve sua origem no século XIX, quando a elite dominante da sociedade, desejando criar um país branco e europeizado, intencionou “neutralizar e controlar a variação linguística” desconsiderando a variedade multicultural e dialetal que compunha a população brasileira (FARACO, 2002, p. 40).

Nesse intuito de estabelecer o padrão, foi determinado que essa norma teria como modelo a língua utilizada por escritores portugueses, o que indica que essa escolha não foi apenas linguística, foi uma escolha ideológica e política, pois usar uma variante do português de Portugal significaria afastar-se da “mestiçagem e do primitivismo” do Brasil.

Essa repulsa da elite brasileira por seu próprio modo de falar demonstra a perpetuação no tempo desse espírito colonialista, que se recusa a valorizar o que é “autóctone”, que é considerado como primitivo e incivilizado (BAGNO, 2002, p. 180).

A norma padrão é carregada de preconceitos em relação às demais variedades e tem como objetivo – como o próprio nome diz – a padronização da língua, considerando tudo o que é diferente a ela como errado (FARACO, 2002). Essa norma favorece a permanência de uma política linguística monolíngue, pois

É uma codificação relativamente abstrata, uma baliza extraída do uso real para servir de referência, em sociedades marcadas por acentuada dialeção, a projetos políticos de uniformização linguística (FARACO, 2008, p. 73).

Historicamente, a tentativa de padronizar a língua teve início na Grécia antiga, no século III a. C. Nesse período a padronização da língua tinha o objetivo de preservá-la das mudanças pelas quais o grego estava passando ao longo do tempo e



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

nos lugares em que era utilizado (BAGNO, 2004).O estabelecimento da norma padrão foi feito sob dois equívocos: primeiro, a supervalorização da escrita em detrimento da fala, a qual representa o uso real da língua; e segundo, encarar as mudanças linguísticas como deterioramento e corrupção da língua ao invés de simples mudanças.

A imposição da norma padrão favorece o surgimento do processo de exclusão social através da linguagem, pois

[...] o prescritivismo tradicional acha-se associado à sobrevivência de estruturas sociais e esquemas de valores autoritários e discriminatórios e repousa num emaranhado de preconceitos que afinal convertem a variedade padrão num elemento chave da hegemonia e do controle em mãos de um grupo de prestígio e a tornam um pesado fardo de exclusão sociocultural (MONTEAGUDO, 2004).

O linguista Marcos Bagno (2002, p. 185) afirma que há no Brasil a “norma padrão luzitanizante”, usada como instrumento de repressão, policiamento e prescrição dos usos linguísticos, que desconsidera toda variação que não siga as regras impostas pela padronização.

O preconceito linguístico

Algumas variações regionais de pronúncia, especialmente as praticadas por falantes nordestinos e as gírias de grupo são consideradas de menor prestígio e relacionadas a estratos sociais menos privilegiados, o que reforça a discriminação típica de sociedades hierarquizadas. Esses tipos de variações acabam sofrendo duplamente o preconceito, o linguístico e o social, sendo que essa marca de discriminação termina por influenciar negativamente a identidade dos seus falantes.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

A gíria, por ser relacionada a classes pouco cultas e a grupos marginalizados, sempre foi cercada por preconceito linguístico, decorrente de um problema mais amplo, o preconceito social (BAGNO, 2004), advindo do pouco prestígio social que gozam os supostos falantes de gíria (detentos, moradores de rua, toxicômanos, pessoas iletradas, entre outros).

Devido à hierarquia dos grupos sociais, as variedades linguísticas destacam a posição social de seus falantes, consideradas superiores ou inferiores, e a diferença de posições no tabuleiro social faz surgir atitudes e comportamentos preconceituosos em relação a variedades da língua que fogem à regra padrão. Segundo Marcos Bagno:

O preconceito linguístico se baseia na crença de que só existe, uma única língua portuguesa digna de ser aceita, ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas normativas e catalogadas nos dicionários e qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico, errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente (BAGNO, 2004, p. 38).

Monteiro (2000, p. 65) aponta o fato de que “um dos preconceitos mais fortes numa sociedade de classes é o que se instaura nos usos da linguagem” e reforça que uma variação linguística pressupõe valor social, ou seja, variantes empregadas por falantes de estratos mais baixos da população em grande parte são estigmatizadas; todavia, à proporção que essas variantes passam a ser usadas por outros grupos, o estigma vai diminuindo até deixar de existir completamente, se aceita pela classe dominante.

A gíria

Todas as línguas mudam gradualmente com o tempo, de forma que o falante,



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

às vezes, nem percebe essa mudança. Por exemplo, antigamente, não era frequente o uso de gírias e os indivíduos sempre utilizavam uma fala mais polida, mais formal. Atualmente com o excesso de informação presente na sociedade, a fala está cada vez mais reduzida, pois os avanços tecnológicos estão inseridos em todos os afazeres do indivíduo e, desta forma, o sujeito procura sempre utilizar formas reduzidas e signos diferentes para a comunicação diária, na compreensão e fluidez da fala. É a chamada economia linguística, que segundo Bagno (2011) é um termo que engloba uma gama de processos que se caracterizam por representar mecanismos de mudança que tentam reagir positivamente a dois impulsos: (a) poupar a memória, o processamento mental e a realização física da língua, eliminando os aspectos redundantes e as articulações mais exigentes; (b) preencher lacunas na gramática da língua, de modo a torná-la mais eficiente como instrumento de interação sociocomunicativa.

Por se encontrar à margem do que se considera norma padrão ou culta, a gíria é uma das variações de língua que mais sofre discriminação e preconceito linguístico, e seu uso tem fins diversos: o falante pode usá-la para se entender no interior do grupo, ser entendido e identificado pela sua comunidade ou para a realização pessoal, dando ao seu grupo uma autoafirmação (PRETI, 1984, 1998). É como se o falante criasse uma identidade linguística para diferenciar o seu grupo.

Esse tipo de variação é um fenômeno linguístico que abrange dois tipos de linguagem: a gíria de grupo e a gíria comum. A primeira é utilizada por grupos fechados que têm um comportamento diferente dos demais: quem não pertence a esse grupo não compreende os signos linguísticos usados, cuja finalidade é justamente resguardar a identidade linguística do grupo. São termos criados a partir de um vocabulário comum, com alteração de sentido, que permitem que este grupo



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

expresse oposição aos valores tradicionais da sociedade, tornando seus termos um jogo de adivinhação às pessoas externas ao grupo (PRETI, 1984,1998).

A gíria comum ocorre quando uma gíria de grupo se expande e passa a fazer parte do léxico popular, sendo usada para passar uma imagem de modernidade, quebrando a formalidade e possibilitando uma identificação com os falantes jovens. Este tipo de gíria é usado por todas as camadas sociais e faixas etárias, deixando de ser vistas como ignorância, falta de leitura ou falta de escolaridade do falante (PRETI, 1984).

Além de serem caracterizadas pela apropriação de determinadas palavras com significados diferentes do sentido original, através do uso de metáforas, as gírias também são fonte de produção de palavras novas, neologismos⁴⁶, ou atribuem novas significações a palavras já existentes.

Os membros de um determinado grupo fechado buscam nessa linguagem uma forma de impor diferenças entre o seu meio social e os demais meios da comunidade, como um mecanismo de defesa e de identificação de grupos (PRETI, 1984, 1998), sendo que a exclusão social está intimamente relacionada com o maior uso de gírias, pois

[...] quando se trata da história da gíria, conhecê-la significa penetrar no mundo da marginalidade, na vida dos grupos excluídos da sociedade pela sua própria condição de pobreza ou pelas suas atividades peculiares (não raro ilícitas), os quais buscam com a criação de um vocabulário criptológico uma forma de defesa de suas comunidades restritas. Mas, por outro lado, historicamente, são os mesmos motivos de preservação e segurança que fizeram com que comerciantes ambulantes, mascates, na Idade Média, criassem seus próprios códigos secretos de identificação. E essa gíria da

⁴⁶Neologia lexical é a possibilidade de criação de novas unidades lexicais em virtude das regras de produção incluídas no sistema lexical.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

marginalidade e do comércio se mistura também à de um povo surgido na Índia, historicamente discriminado, os ciganos, que, com sua vida nômade, espalharam seu vocabulário em várias áreas da Europa e, posteriormente, da América (PRETI, 2006, p. 242).

Para Cabello (1991, p. 19) a gíria “não é uma linguagem independente, mas uma forma parasitária da língua comum” e suas maiores alterações se dão no aspecto semântico pelo uso de metáforas, sendo uma das suas características principais a tematização em torno dos problemas humanos e das preocupações em relação ao cotidiano da vida dos falantes.

Consideradas como signo de grupo fechado, algumas gírias e seus falantes são comumente estigmatizados e postos à margem da sociedade. Presidiários, trabalhadores de portos, grupos armados criminosos, moradores de rua, viciados em drogas, traficantes, grupos de apreciadores do rap, do funk, são alguns exemplos de grupos que utilizam as gírias como forma de comunicação do cotidiano e que acabam sendo identificados pelo uso social que fazem da linguagem.

No dicionário Houaiss (HOUISS, A., & VILLAR, M. D. S., 2009, p. 971), gíria, em sua primeira acepção, significa “linguagem informal caracterizada por um vocabulário rico em idiomatismos metafóricos, jocosos, elípticos, ágeis e mais efêmeros que os da língua tradicional”. Na terceira definição de gíria, este dicionário a considera como “língua de marginais[...]”.

O dicionário Aurélio (FERREIRA, 2010, p. 379) aborda a gíria, em sua primeira acepção, como “linguagem de malfeitores e malandros” e na segunda definição se refere a “linguagem que, nascida em certo grupo social, termina estendendo-se à linguagem familiar”.

Antenor Nascentes em seu Dicionário Básico do português do Brasil (NASCENTES, 1949, p. 350) também define gíria como “linguagem dos malfeitores,



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

dos malandros”.

O Dicionário escolar de língua portuguesa Michaelis (MICHAELIS, C. W.; MICHAELIS, 2008, p. 418) a conceitua como “língua especial usada por certos grupos sociais pertencentes a uma classe ou a uma profissão; jargão”.

Antônio Geraldo da Cunha no seu Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa (DA CUNHA, 1997, p. 386) trata esse tipo de variação como “língua peculiar a um grupo (profissional, etário, socioeconômico), a qual se caracteriza pela plasticidade e informalidade”.

Trask (TRASK, 2004, p. 124), em seu Dicionário de Linguagem e Linguística, assinala que a gíria é “uma forma linguística informal e frequentemente efêmera”. Além disso, é exposto pelo autor que “as expressões de gíria costumam ser introduzidas por membros de um grupo social particular; podem continuar sendo típicas desse grupo e servir como uma de suas marcas de identidade ou, ao contrário, tornar-se mais amplamente conhecidas e usadas”.

A Novíssima Gramática da Língua Portuguesa (CEGALLA, 1985, p. 535) aborda a gíria na categoria de língua popular, definindo-a como um tipo de fala espontânea e fluente, que se apresenta sempre rebelde à disciplina gramatical e composta de termos vulgares. Essa gramática considera que quanto mais incultos os falantes, mais incorretas são as expressões desse tipo de linguagem.

A Gramática Normativa da Língua portuguesa (DA ROCHA LIMA, 1972, p. 4-5) trata o termo gíria como “língua especial” de grupos socialmente organizados, com uma “educação idiomática deficiente”.

Evanildo Bechara em sua Moderna Gramática Portuguesa (BECHARA, 1999, p. 351) conceitua gíria como um fenômeno de renovação lexical, em que uma dada comunidade linguística toma de empréstimo palavras de outra comunidade dentro de



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

uma mesma língua.

Resultados e discussão

Ao abordar a gíria, Cegalla (CEGALLA, 1985, p. 535) a trata como um tipo de linguagem espontânea, natural, dentro de uma categoria de linguagem considerada popular, e incompatível com as normas gramaticais. Esse autor, ao considerar essa variação linguística como relacionada a classes incultas, acaba favorecendo a ideia de gíria como uma espécie de linguagem inferior à norma padrão, o que pode vir a colaborar para que a aura de preconceito e discriminação ainda vigore em torno dos falantes desse tipo de linguagem.

Da Rocha Lima (DA ROCHA LIMA, 1972, p. 4-5) define o termo gíria de uma forma menos estigmatizada ao tratá-la como “língua especial” de determinados grupos sociais, ou seja, como mais um tipo de variação linguística do português, mas ao utilizar o termo “educação idiomática deficiente”, esse autor também favorece que a discriminação e o preconceito ainda vigorem em torno desse tipo de linguagem, pois o termo “deficiente” sugere que haja uma eficiência esperada no uso da linguagem, eficiência essa relacionada ao domínio e uso da norma culta ou padrão.

Na Moderna Gramática Portuguesa, Bechara (BECHARA, 1999, p. 351) aborda a gíria de uma maneira menos estigmatizada, pois considera essa variação como parte de um processo de surgimento de novas palavras, em que um grupo de falantes adquire outras formas de expressão vindas de outros grupos de falantes.

O dicionário Houaiss (HOUAISS, A., & VILLAR, M. D. S., 2009, p. 971), ao conceituar gíria, considera o processo de formação desse tipo de linguagem, ao utilizar o termo “idiomatismos metafóricos”, pois de acordo com Cabello (1991) “as

*IΦ-Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

maiores alterações da gíria se dão no aspecto semântico pelo uso de metáforas” e uma das suas características principais é a tematização em torno dos problemas humanos e das preocupações em relação ao cotidiano da vida dos falantes. Este Dicionário só apresenta o conceito de gíria como linguagem de malfeitores em sua terceira acepção diferentemente do Aurélio, que a coloca como primeira acepção e só apresenta a ideia de gíria como dialeto de um grupo social, sem uma conotação pejorativa, em sua segunda acepção.

A primeira definição de gíria segundo o Dicionário Aurélio (FERREIRA, 2010, p. 379) oferece uma visão desse tipo de linguagem diretamente relacionada à criminalidade e marginalidade social quando a trata como “linguagem de malfeitores e malandros”, que utilizam tal linguagem como um código para não ser decifrado por outros grupos. Esse tipo de definição contribui para que persistam em torno da gíria atitudes de discriminação e preconceito linguístico, pois relaciona esse tipo de linguagem com grupos mal vistos e transgressores da ordem social.

O Dicionário de Linguagem e Linguística (TRASK, 2004, p 124) trata do tema pelo viés informal do uso desse tipo de variação e caracteriza a gíria como uma linguagem passageira, de curta duração, normalmente originada no interior de certos grupos e que pode ultrapassar os limites desse grupo e alcançar outros grupos de falantes, perdendo a característica de gíria de grupo, e ao tornar-se léxico popular, adquire a característica de linguagem comum.

O Dicionário de Antenor Nascentes (NASCENTES, 1949, p. 350) trata a gíria da mesma forma que o Dicionário Aurélio (FERREIRA, 2010, p. 379) ao defini-la como linguagem de pessoas de má vida, o que pode contribuir para reforçar o estigma que essa linguagem carrega.

A abordagem do Dicionário Michaelis (MICHAELIS, C. W.; MICHAELIS 2008,



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

p. 418) se aproxima da definição do Dicionário Etimológico (DA CUNHA, 1997, p. 386), pois ambos os dicionários relacionam esse tipo de linguagem a um determinado grupo social ou profissional, sendo que o segundo evidencia o aspecto informal de seu uso e destaca a maleabilidade dessa linguagem. Ambas as abordagens não apresentam um viés de inferioridade ou pejorativo da gíria.

Das três Gramáticas consultadas apenas Bechara (BECHARA, 1999, p. 351) trata a gíria como um tipo de variação relacionada ao processo de formação de novas palavras, não conferindo a essa linguagem um valor inferior com relação à norma padrão da língua portuguesa.

Os outros dois gramáticos (CEGALLA, 1985, DA ROCHA LIMA, 1972), ao relacioná-la a classes incultas e à educação idiomática deficiente, contribuem para que a gíria continue sendo tratada com uma linguagem relacionada à falta de cultura e proficiência de seus falantes, colaborando com isso para a ideia de existe uma língua ideal, correta, que esteja acima dos demais tipos de variações, reforçando uma política de monolinguismo, que tradicionalmente sempre valorizou o estudo e uso da língua padrão, aquela regida pelas normas gramaticais, não deixando espaço para esse tipo de variação linguística, pois alguns estudiosos da língua como linguistas, gramáticos, filólogos, ensaístas, doutores e bacharéis em letras ainda a consideram como linguagem sem expressão.

Dos seis dicionários consultados, Trask (TRASK, 2004), o etimológico (DA CUNHA, 1997) e Michaelis (MICHAELIS, C. W.; MICHAELIS 2008) não apresentaram uma definição estigmatizada de gíria como um tipo linguagem inferior às demais variações de língua, e por outro lado, Aurélio (FERREIRA, 2010), Nascentes (NASCENTES, 1949) e Houaiss (HOUISS, A., & VILLAR, M. D. S., 2009) a trataram como diretamente relacionada a grupos infratores da ordem e da lei.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Percebe-se que dentre os autores comparados, os mais tradicionalistas situam a gíria numa posição marginal, inferior às regras impostas pela norma padrão e culta, o que demonstra uma visão de língua como sistema imutável, que desconsidera e discrimina as variedades que não correspondem ao seu ideal de língua.

Através das definições acima, percebe-se que a gíria continua sofrendo os efeitos do processo de marginalização, recebendo um tratamento estigmatizado por muitos estudiosos. Para o estudioso da gíria João Bosco Serra (2005) a importância da gíria é ignorada pelos estudiosos, que fingem desconhecer que esse tipo de variação é a segunda língua dos brasileiros.

Mesmo tratada por alguns estudiosos como uma forma da língua praticada por grupos marginais, a gíria é fundamental para atender as necessidades de um grupo da sociedade cujos elementos tenham interesses afins, pois segundo Marcos Bagno (2004), uma sociedade democrática não pode desconsiderar que modos de falar dos diferentes grupos sociais constituem elementos fundamentais da identidade cultural da comunidade e dos indivíduos.

Considerações finais

A língua tem grande importância na identificação de um povo, por representar a realidade da comunidade que a utiliza e não fica mais pobre com as variações, pelo contrário, mais rica fica uma língua quanto mais falada ela é, quanto mais atender às necessidades dos falantes, pois vai se transformando de acordo com os fenômenos sociais e com as exigências da comunidade.

Como a língua reflete as transformações sociais de uma comunidade e a parte da língua mais sensível a esse dinamismo é o léxico, o fato de uma grande quantidade



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

de gírias de grupo migrarem para a linguagem comum reflete certa flexibilização dos costumes sociais e, uma maior integração entre os interlocutores é cada vez mais usada na comunicação, principalmente se o caráter da interlocução é descontraído.

O entendimento da relação entre língua e fatores sociais favorece a compreensão sobre a origem e uso das variações linguísticas, permitindo a desconstrução de preconceitos e uma mudança de postura em relação à predominância de uma política monolíngue que prega o uso da norma padrão, e pode contribuir para a elaboração de futuras políticas linguísticas que levem em consideração o caráter pluricultural e multilíngue da sociedade atual e a coexistência entre variantes linguísticas e normas padrão e culta.

Para a Sociolinguística, não existe um único código linguístico absoluto que deva nortear a fala de todos porque a própria variedade linguística reflete a variedade social, e dentro de uma variação, uma sentença pode não estar de acordo com as normas gramaticais propostas pela norma padrão, mas pode estar linguisticamente correta, pois realiza uma comunicação efetiva. Nesse sentido, os estudos sociolinguísticos oferecem valiosa contribuição no sentido de destruir preconceitos e de relativizar a noção de erro, ao buscar descrever o padrão real que a escola, por exemplo, procura desqualificar e banir como expressão linguística natural e legítima (MOLLICA, 2003).

O que é chamado de erro, em muitas ocasiões, nada mais é que um processo de transformação da língua, que realiza a substituição de uma forma tradicional, regida pela norma padrão, por outra mais simplificada, que atenda melhor as necessidades sociais dos falantes. A concepção de línguas como realidades homogêneas e estáticas há muito foi abandonada, pois estudos mostram que, ao contrário, as línguas são dinâmicas, sofrem variações e se transformam com o



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

tempo, com o uso e, apesar de estarem sempre em movimento, as línguas continuam oferecendo recursos capazes de atender plenamente às necessidades do falantes, sem perder o caráter de sistema estruturado e organizado (FARACO, 2005).

Portanto, fica clara a necessidade de se desfazer os comportamentos preconceituosos e discriminatórios com relação aos usos da língua, sendo as consequências destes, nocivas à cultura brasileira e ao ensino de qualidade, pois tratar da norma culta e padrão, não significa dizer que se deve escrever como se fala, e sim, escrever de acordo com os diversos contextos sociais relacionados aos vários tipos de usos da língua, levando-se em conta a dinamicidade e a evolução presente em todas as línguas que permitem inúmeras possibilidades aos falantes.

Espera-se que este trabalho possa contribuir para a luta contra o preconceito e discriminação social pela linguagem, possibilitando reconhecer que os falantes de diferentes variedades linguísticas têm o direito de conhecer a norma padrão sem, contudo, deixar de praticar as variedades de suas culturas. E que isso possa favorecer sua maior participação na vida pública e política, pois a gíria é mais um recurso que o falante pode utilizar na comunicação diária, por favorecer a aproximação dos interlocutores em uma dada interação e possibilitar obtenção do efeito semântico desejado.

Referências

- BAGNO, M. **Linguística da norma**. Edições Loyola, 2002.
- _____. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 2004.
- _____. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- BAKHTIN, M. "Língua, fala e enunciação" *In Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa: Edição revista e ampliada** Lucerna, 1999, p. 351.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

- BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral II**. São Paulo: Pontes, 1989.
- CABELLO, A.R.G. "Processo de formação da gíria brasileira" *In Alfa: Revista de Linguística*, p.19 -53,1991.
- CARVALHO, C. D. **Para compreender Saussure: fundamentos e visão crítica**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa, com numerosos exercícios: para os alunos do curso fundamental (5a./8a. séries do ensino de 1o grau) e para todos os estudiosos da língua nacional**. Companhia Editora Nacional, 1985, p. 535.
- DA CUNHA, A. G. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 386.
- DA ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Ed. José Olympio, 1972, p. 4-5.
- FARACO, C. A. **Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, p. 37-61, 2002.
- _____. **Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- _____. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- FERREIRA, A. B. D. H. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2010, p. 379.
- HOUAISS, A., & VILLAR, M. D. S. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, p. 971.
- LUCCHESI, D. "Norma linguística e realidade social" *In BAGNO, M. (Org.). Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002, p. 63-92.
- MATTOS E SILVA, R. V. "Variação, mudança e norma: movimentos no interior do português brasileiro" *In BAGNO, M. Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2001, p. 291-316.
- MICHAELIS, C. W.; MICHAELIS. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2008, p. 418.
- MONTEAGUDO, H. "Variação e norma linguística: Subsídios para uma (re)visão" *In BAGNO, M., LAGARES, X. C. (Orgs.). Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola, 2011, p. 43.
- MOLLICA, M. C. "Fundamentação teórica: conceituação e delimitação" *In MOLLICA, M. C. e BRAGA, M. L. (Orgs.). Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 9-14.
- MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. Ed.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Cortez, 2009.

NASCENTES, A. **Dicionário básico do português do Brasil**. Livraria Martins Ed, São Paulo, 1949, p. 350.

PRETI, D. **A gíria e outros termos**. São Paulo: Queiroz Edusp, 1984.

_____. "A gíria na sociedade contemporânea" *In Língua, linguística e literatura*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

_____. **Fala e escrita em questão**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas. Vol. 4, 2006, p. 241-255.

SERRA, J. B. **Dicionário de gíria: modismo linguístico o equipamento falado do brasileiro**. HMP Comunicação, 2005.

SILVA, F. D. e MOURA, H. M. D. M. **O direito à fala: a questão do preconceito linguístico**. Florianópolis: Insular, 2000b. 128p.

TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e linguística**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 124.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Da ditadura militar à democracia: história e perspectiva do Ensino de Filosofia no Brasil

Por: Francisco de Assis Severo⁴⁷

assissevero@gmail.com

Resumo

O artigo busca apresentar o histórico da disciplina de filosofia no Brasil desde a ditadura militar ao período democrático, sua importância está voltada para a formação de jovens autônomos intelectualmente, a luta pela reincorporação de tal saber como componente curricular do ensino médio e os novos desafios que se apresentam para a construção do saber filosófico em sala de aula, cujo objetivo foi proporcionar uma reflexão a cerca da importância da filosofia para a formação do homem enquanto cidadão e analisar historicamente o papel da filosofia no cumprimento de tal função, apresentando as lutas sócio-políticas para que a disciplina de filosofia se apresente hoje como um saber autônomo construtor de opiniões e liberdade, buscando enfatizar a importância do professor enquanto filósofo e mediador da construção da autonomia filosófica em sala de aula. Pretende-se enfatizar a importância de situar o aluno num espaço duplo de construção do saber com o objetivo de proporcionar ao educando subsídios para questionar as estruturas sociais que servem de sustentáculos para a realidade produzida e entendida como padrão, tornando-os responsáveis e conscientes de seus procedimentos e consequências, levando-os a um patamar de abertura que os

⁴⁷ É mestrando em História na Universidade Federal da Paraíba – UFPB, é Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Federal do Ceará – UFC, é Especialista no Ensino de Filosofia pela Universidade Federal do Ceará – UFC, é Especialista em História pela Faculdade de Juazeiro do Norte – FJN e Graduado e Licenciado em História pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. É servidor público estadual do Ceará, docente de História da Escola Estadual Leopoldina Gonçalves Quezado, na cidade de Aurora – CE. Atua no Projeto de pesquisa sobre A voz da memória: registrando a história de Aurora.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

proporcione a correção, capaz de desenvolver em si uma criticidade libertadora de opiniões, das obrigações, da preguiça e do medo.

Palavras-chave: Histórico; Ensino de Filosofia; Construção; Autonomia.

Resumo

La artikolo celas prezenti la historion de la disciplino de filozofio en Brazilo ekde la milita diktatoreco al demokratia periodo, lia graveco estas rilatigita kun la formado de memstara junulara intelekto, la lukto por reincorporarão de scioj kiel curriculares komponanto de la mezlernejo kaj la nova defioj Ili estas prezentitaj por la konstruo de filozofia scio en la klasĉambro, kies celo estis havigi konsidero pri la graveco de la filozofio por la formado de la homo kiel burgxo kaj historie analizi la rolo de filozofio en plenumante tiu funkcio, kun la luktoj socio- por substreki la gravecon de la instruisto kiel filozofo kaj interulo de la konstruado de filozofia aŭtonomeco en la klasĉambro. Ĝi celas substreki la gravecon de meti la studento en konstruaĵo duobla spaco de scio, por provizi la lernanto subvenciojn por pridubi la sociajn strukturojn kiuj utilas la fundamenton por la realaĵo produktitaj kaj komprenis kiel normo, igante ilin respondecaj kaj konscia lia proceduroj kaj konsekvencoj, kondukante ilin al malfermo nivelo kiu havigas la precizeco, povis evoluigi mem liberiga kritikaj opinioj de la devoj, pigreco kaj timo.

Ŝlosilvortoj: Historio; Instruado de Filozofio; Konstruo; Aŭtonomeco.

Abstract

The article seeks to present the history of the discipline of philosophy in Brazil from military dictatorship to the democratic period, its importance is focused on the formation of autonomous young people intellectually, the struggle to reincorporate this knowledge as a component of high school curriculum and the new challenges that are presented for the construction of philosophical knowledge in the classroom, whose objective was to provide a reflection about the importance of philosophy for the formation of man as a citizen and to analyze historically the role of philosophy in the fulfillment of such function, presenting the socio- in order to emphasize the importance of the teacher as a philosopher and mediator of the construction of philosophical autonomy in the classroom. The intention is to emphasize the importance of situating the student in a double space of knowledge construction with the objective of providing the learner with subsidies to question the social structures that serve as support for the reality produced and understood as standard, making them responsible and aware of their procedures and consequences, leading them to a



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

level of openness that provides them with correction, capable of developing in themselves a criticism liberating opinions, obligations, laziness and fear.

Keywords: History; Teaching Philosophy; Construction; Autonomy.

Introdução

Ao longo dos anos 1960 a filosofia foi tida como perigosa. Isso assustou a elite “pensante” que preferiu marginalizar a filosofia num período em que se fazia necessário discutir os rumos de nosso país, a saber, o período militar (1964-1985). Durante mais de três décadas a filosofia foi afastada das massas. Fazendo com que uma geração inteira se tornasse estranha da filosofia, deste modo, os dominantes garantiram o domínio das massas, e governaram suprimindo a liberdade e a razão.

Por mais de 30 anos de nossa história, a filosofia figurou como marginal no ambiente escolar, isso deu margem a uma série de lutas e protestos em favor de tal saber. O povo brasileiro se mostrou ativo lutando pela liberdade de expressão e autonomia, exigindo por parte dos governantes o retorno da filosofia ao ambiente escolar. Tal luta resultou em um conjunto de leis que paulatinamente garantiu ao povo o direito de pensar e debater a sociedade e o próprio ser no ambiente escolar por meio da filosofia.

Quando enfim a filosofia ressurgiu, ela veio desconectada da realidade, pois para toda uma geração era desconhecida. Assim, ela entrou nas salas de aulas do Brasil com uma difícil missão: reconquistar um povo que sabia de sua importância, afinal lutara por ela durante três décadas, mas de fato não sabia o que ela significava. Coube então aos professores mal formados incutir um amor que nem eles mesmos, em sua maioria advinda da geração ditadura, sabiam ao certo o que era.

**IΦ-Sophia**

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

No entanto, ao longo da última década uma gama enorme de subsídios tem se apresentado aos professores de filosofia com o intuito de ajudá-los em sua tarefa pedagógica, uma vez que o professor enquanto filósofo é o mediador da construção da autonomia filosófica em sala de aula, desta forma para que a filosofia alcance voos maiores e conquiste de vez seu espaço na escola e na sociedade, é fundamental o investimento na formação intelectual do profissional que a conduz entre os jovens, ou seja, o professor, por isso urge a necessidade de se pensar a o ensino de filosofia, e oferecer subsídios teóricos e práticos para a construção de novos olhares sobre a filosofia no nível médio, proporcionando assim o rompimento com as “correntes” (sociais, políticas e ideológicas), que mantêm presos professores e alunos, impedindo-os de construir para si a visão autônoma que os conduzirão à razão.

A filosofia do controle.

A sociedade brasileira aos poucos caminha para o abismo da ignorância, vivemos em uma época de escassez do conhecimento, num tempo em que o reproduzir e o imitar, é mais cômodo que o criar, somos seres passivos, incapazes de enxergar além do que nos é costumeiramente permitido. A nossa geração perdeu o dom do questionamento, pois ao longo dos últimos cinquenta anos os nossos jovens formam privados do ato de filosofar, medida esta imposta pela elite “pensante” do Brasil, haja vista que seres passivos são mais fáceis de controlar.

A partir da década de 1960 (com a lei n. 4.024/61) a filosofia começa a perder seu *status* de disciplina obrigatória na vida dos jovens brasileiros, historicamente nosso país vivia um período de conflitos, em que a população ansiava por reformas sociais e políticas. Era o período da bipolarização mundial,



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

onde o capitalismo e o socialismo mediam forças e disputavam territórios. Diante de toda essa conjuntura que exigia sensatez e principalmente criticidade para as tomadas de decisões, o povo foi colocado à margem dos processos decisórios e a filosofia foi afastada do currículo escolar, figurando apenas como disciplina optativa.

Em 1971 (com a lei n. 5.692/71) a filosofia desaparece de vez do ambiente escolar. Era o período da Ditadura Militar, governo autoritário supressor dos direitos individuais. Na visão elitista não era mais necessário discutir os rumos políticos do país, era necessário obedecer à nova ordem. No lugar da filosofia entra em cena disciplinas que buscaram atestar entre os jovens a legitimidade do governo, o amor pela pátria e aos seus governantes, como Educação Moral e Cívica, OSPB (Organização Social e Política Brasileira) e EPB (Estudos de Problemas Brasileiros)

Tais disciplinas tiveram papel fundamental para incutir entre os brasileiros a idéia de patriotismo e civismo orientadores das condutas individuais e grupais desejáveis aos governantes, de modo que não perturbassem o ideal autoritário exercido pelo governo militar. A Educação Moral e Cívica passou a ser ensinada nos três níveis de ensino, legitimando um governo ditatorial e criando cidadãos passivos. Era um período em que ideologicamente prevalecia a Doutrina da Segurança Nacional, aonde o inimigo maior não vinha de fora, mas sim de setores internos, assim para aniquilar o inimigo era necessário travar uma batalha interna. Tal batalha inicia-se na escola, afastado a ameaça maior, aquela que propõe o pensar: a filosofia, e busca-se a partir de então uma nova forma de fazer filosofia, a filosofia do controle.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

O Estado Autoritário fundamentou-se ideologicamente na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, em termos de intervenção política e econômica no processo histórico brasileiro. [...]

A DSNeD embasou ideologicamente as atividades de informação e contra-informação no Brasil durante a ditadura militar, embora não tenha tido capacidade de fundamentar um estrutura burocrática única, que desse conta das demandas de controle total sobre a população, especialmente aquela parcela (enorme, conforme a mesma doutrina) que se caracterizava como oposição real ou potencial. (FAJARDO, 1993, p.56, apud CORREIA, W 2007, p.492)

Desta forma o setor educacional foi alinhado a Doutrina de Segurança Nacional, e por um longo período da história a filosofia foi mantida distante do currículo escolar.

A filosofia tem fundamental importância para a formação cidadã dos jovens, pois ela ajuda os estudantes a pensar nas aflições da vida a partir do exercício racional e leva o homem a refletir o próprio ser.

[...] a partir de 1971, o desaparecimento progressivo da filosofia contribuiu para o empobrecimento da formação cultural da juventude, a diminuição de sua capacidade e visão global dos problemas, constituindo-se numa das maiores limitações de nosso sistema educacional. (ÁVILA, 1986, p. 48, apud CARMINATI, C. J, 2004, p.09).

Durante todo o período militar a filosofia era vista como uma inimiga do governo, pois, esse papel de emancipadora e questionadora atribuída à filosofia era uma ameaça ao poder da ditadura que prevalecia no Brasil e em grande parte do mundo. Assim o ato de filosofar aos poucos foi se tornando restrito. Apenas os



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

“subversivos” ousavam pensar e questionar a ordem vigente. Paulatinamente a filosofia foi perdendo seu *status* de libertadora e sua função pedagógica, pois ela não é útil para cumprir propósito que não o da liberdade de investigar, inquirir e formular perguntas e respostas, ainda que provisórias. Em tal período o amor pelo conhecimento perdeu sua utilidade, contrariado a própria essência da filosofia, pois como diz Marilena Chauí,

Se abandonar a ingenuidade e os preconceitos do senso comum for útil; se não se deixar guiar pela submissão às ideias dominantes e aos poderes estabelecidos for útil; se buscar compreender a significação do mundo, da cultura, da história for útil; se conhecer o sentido das criações humanas nas artes, nas ciências e na política for útil; se dar a cada um de nós e à nossa sociedade os meios para serem conscientes de si e de suas ações numa prática que deseja a liberdade e a felicidade para todos for útil, então podemos dizer que a filosofia é o mais útil de todos os saberes de que os seres humanos são capazes. (CHAUÍ, 1995, P. 18)

Durante mais de duas décadas a filosofia ficou a margem do ambiente escolar, no entanto a sua necessidade era evidente ante a conjuntura sócio-política do país. Era necessário pensar o Brasil em todas suas estruturas e, assim muitos o fizeram mesmo que às custas da liberdade e do direito sagrado de viver.

Direito de pensar: o retorno da filosofia ao ensino médio.

Com o fim do regime autoritário, em 1985, tem-se a necessidade de repensar o país, a partir de então se evidencia a necessidade de reincorporar a filosofia ao currículo escolar. A Lei de Diretrizes e Base da Educação (Lei n.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

9394/96) em seu artigo 36º determina que ao final do ensino médio todo estudante deverá “dominar os conhecimentos de filosofia e de sociologia necessário ao exercício da cidadania”. No entanto, não elucida como tais conhecimentos deveriam ser trabalhados na escola, assim em muitas instituições de ensino a filosofia continuou marginal figurando apenas como tema transversal, mal trabalhada e sem qualquer ligação com sua essência filosófica.

No entanto a LDB representou uma vitória para aqueles que defendiam a filosofia como saber pedagógico. A partir de tal lei, inúmeros debates surgiram em torno do ensino de filosofia, muitos deles voltados para defender sua transversalidade. Um desses argumentos dizia respeito à falta de profissionais com formação específica para o ensino de filosofia no nível médio em âmbito nacional. Outro argumento, ligado ao primeiro, dizia respeito aos problemas que a obrigatoriedade da disciplina em nível nacional poderia gerar aos estados e seus sistemas de ensino, especialmente em termos de investimentos. Por fim, havia os que se posicionam contrariamente a inserção da disciplina por criticarem o modelo disciplinar de escola. Estes defendiam que a inserção de mais uma disciplina escolar seria certamente uma medida infeliz, particularmente no caso da filosofia. De acordo com esse ponto de vista, se a filosofia deveria ser um exercício de pensamento crítico, ou lúdico, ou que visasse à autonomia, transformá-la em "matéria escolar" seria sujeitá-la aos rituais e tratamentos pedagógicos que os estudantes costumavam identificar, precisamente, como o oposto da crítica, do prazer, da autonomia.

Diante de todos esses debates, por cerca de três anos tramitou na Câmara e no Senado Federal um Projeto de Lei Complementar que substituía o citado artigo 36º da LDB, instituindo a obrigatoriedade das disciplinas Filosofia e Sociologia nos



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

currículos do ensino médio. Após aprovação nas duas instâncias do Poder Legislativo Federal, o projeto foi vetado em outubro de 2001 pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso. Os argumentos que sustentaram o veto foram basicamente dois, já mencionados: 1) a inclusão das disciplinas de filosofia e sociologia implicaria em incremento orçamentário impossível de ser arcado pelos Estados e Municípios; 2) não haveria suficientes professores formados para fazer frente às novas exigências da obrigatoriedade da disciplina.

Porem as justificativas apresentadas pelo presidente não convenceram os amantes da filosofia que julgaram tais argumentos falácias uma vez que a inclusão das novas disciplinas não implicaria necessariamente em aumento orçamentário, pois o que estava em jogo era um remanejamento da carga horária curricular e não seu aumento, além do mais no Brasil já existia um número significativo de pessoas já formadas e a presença disciplinar da filosofia na grade curricular tenderia a aumentar o interesse das pessoas e das instituições por uma formação adequada.

Diante desses argumentos aqueles que lutavam pela implantação da filosofia como disciplina obrigatória continuou a lutar. Em 24 de junho de 2003 foi realizada uma audiência pública sobre o retorno da filosofia e da sociologia no currículo do ensino médio, realizada pela comissão de educação, cultura e desporto da Câmara dos Deputados. A partir de tais discussões passou a tramitar no Congresso Nacional um Projeto de Lei com as mesmas características do anteriormente vetado, desta vez com apoio do Ministério de Educação. Os argumentos apresentados na justificativa do citado projeto de lei faziam referência à *Declaração de Paris pela Filosofia*:

A inclusão da Filosofia e da Sociologia no currículo do Ensino Médio é uma medida necessária para a consolidação dos objetivos



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

e finalidades da educação básica. Tal medida fundamenta-se no entendimento de que a Filosofia e a Sociologia possuem estatutos próprios e, enquanto disciplinas, são análogas a qualquer outra, com saberes, corpo teórico, lógicas internas, técnicas e terminologias específicos. Delas, os alunos têm muito que aprender e assimilar. A defesa da inclusão da Filosofia e da Sociologia no currículo não é recente. E, da mesma forma que se evidencia o escândalo teórico e político da sua retirada do núcleo comum do currículo (recorde-se a Lei 5.692, de agosto de 1971, que tenta, de forma ilegítima, substituir a Filosofia e a Sociologia introduzindo, respectivamente, as disciplinas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil) também se percebe a correlação de seu ensino com o avanço do processo democrático, tornando-se imperativo restaurar um pensamento crítico em educação. Compreende-se que seja assim, pois não há propriamente ofício filosófico (nem sociológico, *mutatis mutandis*) sem sujeitos democráticos e não há como atuar no campo político e cultural, consolidar a democracia, quando se perde o direito de pensar, a capacidade de discernimento, o uso autônomo da razão. Quem pensa opõe resistência.|| Mais à frente: —A presença da Filosofia e da Sociologia no currículo poderá contribuir para a ressignificação da experiência do aluno, tanto de seu posicionamento e intervenção no meio social, enquanto futuro construtor do processo histórico, como de leitura e constituição de um olhar mais consistente sobre a realidade. Esses planos se entrelaçam e voltam-se ao sujeito da aprendizagem, podendo ampliar sua visão de mundo, enriquecer sua existência, renovar seus projetos, tecer sua sociabilidade, fazer sentir sua liberdade. (BRASIL, 2003, p.2-3)

Em meio a toda essa luta em 2008, por consequência da Lei nº 11.684/2008, que altera a Lei Nº 9394/1996, a filosofia e a sociologia passam a figurar como disciplinas obrigatórias nas três séries do ensino médio. Porém com a vitória vem à seguinte pergunta: como a disciplina deverá ser conduzida no nível médio? Qual o papel do professor? Como o aluno receberá tal saber?_A elucidação



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

de tais questionamentos será imprescindível para um bom desenvolvimento da filosofia no ambiente escolar, pois:

[...] a filosofia tornou-se completamente desconhecida pelas novas gerações e considerada como uma forma de conhecimento ultrapassada, antiga, irreal, sem ter nada a ver com o ensino 'moderno', atual 'pragmático', 'produtivo' etc [...]. (SEAF, 1978, p. 12, apud CARMINATI, C. J, 2004, p.11).

A Filosofia e a Construção de sua Autonomia no Ensino Médio

O ensino de filosofia exige antes de tudo, por parte do professor, um constante exercício racional, pois ele é o responsável por fazer brotar na mente juvenil a semente da curiosidade, fazendo-o despertar da condição de indivíduo passivo para se tornar um agente social participativo e atuante, conhecedor de si próprio e do seu meio de inserção.

Assim, o papel do professor, enquanto agente de educação, deve partir do seguinte pressuposto: aplicar o *educatio* (o educar-se), o efeito de alterar hábitos, possibilitando ao educando às condições favoráveis para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades enquanto ser racional detentor de inteligência. Dessa forma, se faz necessário que o professor de filosofia antes de tomar para si tal responsabilidade busque desenvolver um senso crítico a respeito de si próprio enquanto docente e acerca da filosofia enquanto conteúdo necessário para o desenvolvimento intelectual do discente. Em tal processo reflexivo deverá o professor refletir com veemência o significado de tal ação antes de sentir-se em condições de decidir o que fazer em suas aulas e como fazê-lo, haja vista que no contexto escolar o ensino de filosofia para jovens envolvem muitas



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

complexibilidade, pois existem inúmeros objetivos educacionais possíveis que podem atribuir à filosofia, tantos fins filosóficos e as possíveis formas de alcançá-los. Assim aquele que se dedicar a dar aulas de filosofia deverá ter claro em sua mente e conduta uma razão definida do papel da filosofia na escola e na vida dos jovens. Ser capaz de entender a multiplicidade da filosofia, adequando-a ao interesse proposto no ambiente escolar levando em conta o mundo e as necessidades juvenis, buscando as melhores abordagens para que os educandos insiram-se na dimensão filosófica. Para Silvio Gallo,

A aula de filosofia deve funcionar como uma oficina de conceitos, um local onde os conceitos historicamente criados são experimentados, testados, desmontados, remontados, sempre frente aos nossos problemas vividos. E também um local onde se arrisque a criação de novos conceitos, por mais circunscritos e limitados que eles possam ser. (GALLO, 2003, p. 4).

Na visão kantiana não é possível ensinar filosofia, mas sim a filosofar, pois a filosofia é um saber que está sempre incompleto, está sempre em movimento, sempre aberto, sempre sendo feito e reinventado e por isso não pode ser capturado e ensinado. Diferentemente dos demais saberes produzidos em sala de aula a filosofia não pode ser compilada em um manual, pois o ato de filosofar parte das investigações filosóficas já existentes, assim o que deve ser feito no ambiente acadêmico é buscar encontrar novas razões, investigando os princípios em novas tentativas filosóficas, só assim se pode entender a filosofia. A isso não implica o desprezo da historiada filosofia, porem o conhecimento acerca da produção filosófica não pode e nem deve ser tomados por padrões ou verdades inquestionáveis, pois é justamente no questionar, confrontar e rejeitar que se



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

produz filosofia, ou seja, o filosofar. Assim, é requisito prévio ao professor, ser filósofo, pois, não é possível ensinar filosofia sem filosofar, haja vista que a filosofia separada do ato de filosofar é matéria morta, sem funcionalidade, e portanto inútil ao conhecimento.

A filosofia é inerente ao homem, no entanto não a praticamos cotidianamente, de tal forma cabe ao professor criar no contexto escolar um ambiente favorável para a prática do filosofar, tomando como pano de fundo a sua sociedade, pois o justo é educar para oferecer condições ao educando para que esse possa conquistar um pensamento autônomo, ciente de si e de seu papel na sociedade. O ensino de filosofia não pode se restringir ao conhecimento do pensamento filosófico e seus teóricos pensadores, o ato de filosofar deve proporcionar ao educando subsídios para questionar as estruturas sociais que servem de sustentáculos para a realidade produzida e entendida como padrão, nesse âmbito a filosofia deve proporcionar aos jovens condições favoráveis para que eles possam construir o pensamento e criar conceitos.

Se a filosofia consiste na atividade de criar conceitos, que é isso então que ela cria? Podemos dizer que o conceito é uma forma eminentemente racional de equacionar um problema ou conjunto de problemas, exprimindo com isso uma visão coerente do vivido. Sendo assim, o conceito não é abstrato nem transcendente, mas imanente, uma vez que parte necessariamente de problemas experimentados, isto é, na medida em que não se cria conceito no vazio (GALLO, 2003, p. 3-4).

A filosofia deve levar os discentes ao conhecimento de suas razões, tornando-os responsáveis e conscientes de seus procedimentos e consequências levando-os a um patamar de abertura que os proporcione a correção, capaz de



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

desenvolver em si uma criticidade libertadora de opiniões, das obrigações, da preguiça e do medo.

A principal questão da filosofia em sala de aula é: como conduzir o aluno a atingir esse estágio da razão, ou seja, como construir indivíduos autônomos? A grande estratégia é entender que a idéia da experiência filosófica deve partir da criatividade do próprio aluno, que ao ser solicitado por parte do professor, busca compreender, de modo compatível com a sua realidade social, as questões filosóficas. Neste sentido, pode se dizer que são enormes as possibilidades da filosofia ser aplicada nas resoluções de problemas detectados em seu meio social, sendo o diálogo em busca da criação de conceitos um caminho para a elucidação de tais problemas. A filosofia deve ser vivida e construída a partir das aflições humanas, tematizada a partir do incômodo com a ordem vigente da vida como ela nos aparece, servindo assim para que o discente busque julgar a realidade por meio da prática do questionamento filosófico e da construção de conceitos, por meio do exercício da criatividade e avaliação filosófica, conduzindo o aluno a ir além dos critérios e do modo de pensar da indústria, do consumismo ou da mídia, além dos critérios e do modo de pensar da tradição e da ciência para produzir uma idéia autônoma, construída a partir de suas próprias reflexões.

Vou afirmar que um professor de filosofia é aquele que, acima de tudo, consegue construir um espaço de problematização compartilhado com seus alunos. (...) Ensinar filosofia é antes de mais nada ensinar uma atitude em face da realidade, diante das coisas, e o professor de filosofia tem que ser, a todo momento, conseqüente com esta maneira de orientar o pensamento. (CERLETTI, 2003, p. 62, apud ASPIS, R. P. L., 2004, p.07)

*IΦ-Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

A função do professor de filosofia é construir problemas e orientar suas soluções. No entanto, no orientar soluções o docente jamais deverá imprimir suas verdades na construção do saber, pois os alunos deverão encontrar a partir do confronto com a realidade um saber próprio. Fazendo do ambiente escolar um lugar propício ao conhecimento, dessa maneira professores e alunos interagem filosoficamente num espaço duplo de construção do saber. Pois nas aulas de filosofia e no processo da construção filosófica, o professor não é aquele ser que detém o conhecimento, ele é antes um orientador, que em suas praticas pedagógicas disponibilizará aos alunos os instrumentos os instrumentos para uma disciplina filosófica no pensamento. Criando com os discentes uma unidade, uma equipe, cujos objetivos comuns são encontrar respostas para um problema elaborado por eles mesmo, de seu interesse, por meio da investigação e do estudo filosófico. Dessa maneira o professor também está sendo formado nesse processo, pois se o professor não for um dos participantes desse dialogo, estando aberto a transformar-se ele também por intermédio dos outros, as aulas de filosofia serão um faz de conta.

Conclusão.

A filosofia é emancipadora, pois ela trabalha com o questionamento criando conceitos, analisando e confrontado a realidade, daí a sua importância para formação dos jovens enquanto cidadãos. Por isso foi tão necessária e fundamental a luta pela reincorporação dessa disciplina ao currículo escolar, pois assim a escola pode abrir um espaço de discussão e análise da sociedade e das aflições que atingem o homem enquanto ser racional.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

No entanto, não basta apenas à obrigatoriedade deste saber, é necessário que ele seja tratado com responsabilidade pelos governantes, pelos sistemas educacionais, pela escola, pelos alunos e principalmente pelos professores, pois sem afincamento e dedicação a filosofia não cumpre seu papel de emancipar, de tal modo é fundamental o estudo e análise do ensino de filosofia realizado em nosso país, para que a partir das conclusões sejam oferecidos suportes para se criar a identidade da filosofia no Brasil.

Nesse sentido a filosofia pode contribuir na educação construindo um novo indivíduo a partir de si mesmo, isto significa que ela se lança ao desconhecido. Lançando mão de qualquer poder de controle de formação para apreciar aquilo que possa vir a ser criado. Assim o professor de filosofia não deve temer o desconhecido e sim apostar em novas possibilidades, mesmo que esta esteja desobedecendo à ordem das coisas, pois só assim se construirá um saber próprio, independente e autônomo condizente com a própria estrutura filosófica.

Referências

- ASPIS, Renata Pereira Lima. "O professor de filosofia: o ensino de filosofia no ensino médio como experiência filosófica". In **Cad. CEDES** [online]. 2004, vol.24, n.64, pp.305-320. ISSN 0101-3262. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622004000300004>.
- BRASIL. **Projeto de Lei, 2003. Altera dispositivos do artigo 36 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2003.
- CARMINATI, C. J. (Des) "Razões da retirada da Filosofia do Ensino Médio no Brasil" In *Revista Linhas* v. 5, n. 2 (2004)
- CHAUÍ, M. **Convite à filosofia.** São Paulo: Ática, 1995
- CORREIA, W.F. "A educação moral e cívica do regime militar brasileiro, 1964-1985: a filosofia do controle e o controle da filosofia" In. **EccoS**, São Paulo, v.9, n. 2, p. 489-500, jul./ dez. 2007.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

GALLO, Sílvio. CORNELLI, G. DANELON, M. (Orgs). **Filosofia do Ensino de Filosofia**, Petrópolis, Vozes, 2003.

KANT, Immanuel. **O Conflito das Faculdades**. Lisboa: Edições 70, 1993.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Morte: indivíduo e sociedade – uma leitura sobre a atitude humana diante da morte a partir de Martin Heidegger e Edgar Morin

Por: Marcelo Lopes Rosa⁴⁸

marcelo.rosa@ifpr.edu.br

Resumo

O presente artigo buscou compreender como a presença, ou o humano, torna-se autêntico diante de sua condição mais própria, irremissível, insuperável e certa. Heidegger ao pensar o ser-aí alerta que ele sempre está em busca, é projeto finito, de possibilidades finitas à espera de sua suprema possibilidade: sua morte. E para tal, é necessário se apossar de sua condição mais própria através do conhecimento de sua condição de finitude. Ao mesmo tempo, sua condição social o lança em uma fuga diante da morte.

Palavras-chave: Findar; Existencialismo; Antropologia; Morte.

Resumo

La nuna artikolo serĉis kompreni kiel la ĉeesto, aŭ la homa, iĝas aŭtentika antaŭ sia kondiĉo pli taŭga, neevitebla, senpaga kaj certa. Heidegger, kiam li pensas, ke li ĉiam serĉas ĝin, estas finita projekto, pri finaj ebloj atendante sian superan eblon: lia morto. Kaj por tio necesas akiri sian plej taŭgan kondiĉon per la scio de ĝia kondiĉo de

⁴⁸ É mestrando em Filosofia pela Universidade Estadual de Maringá – UEM, é Especialista em Gestão Escolar: Supervisão e Orientação pela Faculdades Integradas do Vale do Ivaí – UNIVALE-ESAP, é Especialista em Métodos e Técnicas de Ensino pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, é Graduado em Administração pela Faculdade Estadual de Educação, Ciência e Letras de Paranavaí – FAFIPA e é Graduado e Licenciado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR. É servidor público federal, docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – EBTT, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – IFPR, lotado no campus da cidade de Paranavaí-PR. Atua nas Linhas de Pesquisa sobre Sociedade, Educação e inovação tecnológica - NUSEINTEC, no Bildung e no Epistêmica. Atua como Coordenador no Projeto de pesquisa sobre Investigação no uso do cinema como metodologia de ensino. Atua como Coordenador do Projeto de Extensão sobre Laboratório Inter e Multidisciplinar de Ensino – LABIEN. Em 2017 foi eleito Paraninfo do curso Técnico em Informática no IFPR – Paranavaí.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

finfineco. Samtempe, lia socia kondiço lin mortigas.
Êlosilvortoj: *Fini; Ekzistecismo; Antropologio; Morto.*

Abstract

The present article sought to understand how the presence, or the human, it becomes authentic in the face of its most proper, irremissible, unsurpassed, and certain condition. Heidegger in thinking "dasein" warns that he is always in search, is finite project, of finite possibilities waiting for his supreme possibility: his death. And for this, it is necessary to get hold of its most proper condition through the knowledge of its condition of finitude. At the same time, his social condition casts him into an escape from death.

Key words: *Enden; Existentialism; Anthropology; Death.*

Introdução

Para Heidegger, ao ter-se consciência de sua própria morte e de seu morrer, tem-se, necessariamente, uma consciência individual que se sabe finita e de realizações finitas. Sabendo que tudo que tem e faz é finito pode-se viver de maneira mais autêntica, buscando viver os poucos e últimos instantes, podendo também se desesperar diante daquela que tolhe toda a sua liberdade e destrói qualquer tipo de realização sua. E a humanidade busca, no seu cotidiano, negar a sua condição mais própria que é a sua morte.

O homem, segundo Heidegger, é um ser-para-a-morte, não sendo ela um acontecimento que espera o homem ao final de um percurso, não lhe é algo exterior, ela nasce com o homem, que ao nascer já tem suficiente idade para morrer. Diferencia o findar, próprio da presença, do homem, com o finar do seres simplesmente dados. No finar a morte põe fim às possibilidades biológicas, no findar não é apenas biológica, ela retira do homem o seu poder-ser. Os existentes



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

reconhecem então uma “presença-ausente”, respeitando aquele que não é mais presente, prestando-lhe cerimônias fúnebres e até culto aos mortos. Enquanto ser-com, o homem presencia a morte constantemente, porém é a morte dos outros que ele presencia, uma experiência objetiva sendo experimentada apenas como perda.

A morte é experiência particular e intransferível. Dela não se escapa e diante disso, o homem ou a assume ou a entende apenas como morte dos outros, foge, distrai-se. Conscientizado de sua morte, o homem experimenta o seu poder-ser dentro de sua temporalidade finita, assume sua singularidade. Isso se “sente” através da angústia, um poder-ser que traz em si o seu já não poder-ser-mais e que se caracteriza por seu poder-ser ainda. Através da angústia a presença se percebe como uma clareira na floresta e que logo se fecha, reabsorvida pela floresta⁴⁹. A angústia é uma tonalidade afetiva da consciência da impossibilidade absoluta do possível. No cotidiano, o homem vive buscando escapar do seu ser-para-a-morte através da impessoalidade, tem uma fuga. O impessoal é estar sob o domínio dos outros, que são todos e ninguém, indeterminado, neutro, impessoal. A publicidade não se angustia diante da morte, pois já tem suas teorias, embora gastas. Ela pergunta quem morreu? Do que morreu? e se esquiva: não sou eu, encobrendo o seu ser-para-a-morte cotidiano, é tentador, tranquilizante, alienante. “Decadente o ser-para-a-morte cotidiano é uma permanente fuga dele mesmo” (HEIDEGGER, 2001, p.37).

49 Exemplo de Laporte e Volpe (2000), em *Existencialismo*.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

O Ser para a morte

O ser, para Heidegger, dá-se na temporalidade. Na cotidianidade ele se encontra de modo ôntico, mas: “a cotidianidade é justamente o ser ‘entre’ o nascimento e a morte” (Ibidem, p.11). Segundo ele, a presença deve proporcionar em seu ser a possibilidade e maneira de sua existência própria, não podendo ser imposta onticamente e nem “encontradas” ontologicamente. “O testemunho de um poder-ser próprio é fornecido pela consciência. Assim como a morte, esse fenômeno da presença exige uma interpretação existencial genuína. Esta leva à compreensão de que um poder-ser próprio da pre-sença reside no *querer-ter-consciência* (grifo do autor)” (Ibidem, p. 13). A possibilidade existenciária tende para uma determinação existenciária do ser-para-a-morte. O ser torna-se compreensível a partir das estruturas de temporalidade, mas a totalidade possível do ser está limitada pela morte, que põem fim no ser-no-mundo. A morte só é em um ser existenciário.

Heidegger procura elaborar em *Ser e tempo* uma “caracterização ontológica do ser-para-o-fim em sentido próprio da pre-sença e a conquista de um conceito existencial de morte” (Ibidem, p. 17) de modo inicial. Porém, algumas razões da constituição ontológica impedem que o ente dê acesso a todo o seu ser.

A presença ser-toda, por exemplo, contradiz-se com a cura, que significa “preceder a si mesma”, significando que pré-sença existe, e sendo, ela se relaciona com o seu poder-ser até o seu fim. Na cura há sempre algo que se encontra *pendente*⁵⁰, que ainda não é real, que ainda falta. Em sua essência reside, portanto,

50 “Essa expressão significa aquilo que, sem dúvida, ‘pertence’ a um ente, mas ainda falta” (HEIDEGGER, 2001, p. 23)



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

uma constante *inconclusão*. Quando a pré-sença “existe” de forma a não ter nenhum pendente mais ela é aniquilada, “não-está-mais-presente”, não podendo fazer a experiência com o ente. A impossibilidade de não se chegar a uma totalidade do ser, porém, não está na incapacidade da “faculdade do conhecimento”, seu impedimento se encontra no ser desse ente.

O outro morto

A presença mesmo morta não é simplesmente, mas é um finado. O cadáver é ainda um objeto possível de *anatomia patológica*, cuja tendência de compreensão se orienta pela ideia de vida. No ser simplesmente dado encontra-se algo não vivo que perdeu a vida.

A morte é entendida como perda, principalmente pelos que ficam. Não se pode morrer a morte do outro, no máximo se morre pelo outro no sentido de sacrificar-se por alguém, porém não se pode assumir a morte do outro. Na convivência do mundo pode-se até substituir a outrem enquanto ocupação de alguma coisa, mas cada pré-sença deve assumir a sua própria morte: “na medida em que ‘é’, a morte é essencialmente cada vez minha” (Ibidem, p. 20). O morrer não deve ser compreendido como dado e sim como fenômeno existencial de cada presença singular. Para Heidegger a certeza de morte não deve surgir a partir da constatação de morte dos outros.

Para ele, o “findar”⁵¹ constitui a totalidade da presença e deve ser entendido

51 “*Verenden* = finar; *enden* = findar. Essa diferença se refere ao modo de ser dos demais seres vivos. Reservou-se findar para exprimir o fim próprio da pré-sença e finar para os demais seres vivos.” (Ibidem, pp. 257-258).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

como fenômeno existencial de cada presença singular. Ou seja, o recurso que toma a morte dos outros para a análise existencial não leva em conta a impossibilidade da substituição de uma pré-sença.

Quanto a tentativa de análise existencial através da morte do outro, Heidegger diz que não foi de todo negativa pois reconheceu a morte como fenômeno existencial. No entanto, para uma análise mais profunda é necessário um conceito puramente existencial ou renunciar à compreensão ontológica⁵². No entanto, para Heidegger só se encontrará o fenômeno da morte quando determinar-se ontologicamente os fenômenos que constituem fim e totalidade. “O que cabe é buscar na própria pré-sença o sentido existencial de seu chegar-ao-fim e mostrar que esse ‘findar’ pode constituir *todo o ser* do ente que *existe*” (grifos do autor) (Ibidem, p. 22).

A pré-sença está numa “não-totalidade” de forma contínua e ineliminável, encontrando seu fim com a morte. Ela está pendente tendo suas partes que não estão ajuntadas, mas que quando algo é juntado, ela não se modifica, e é chamado de “soma”, por Heidegger, a conjunção ou disjunção que ocorre na pré-sença. Porém a disjunção que pertence a um modo de conjunção não garante a determinação ontológica do ainda-não, pois ele não é como algo que está à mão. A pré-sença existe enquanto que seu ainda-não lhe pertence, que não é uma simples forma de conjunção de coisas somadas ou atribuídas a seu ainda-não.

Heidegger toma dois exemplos para explicar o ainda-não da pré-sença: a lua e o fruto. Da lua pode-se dizer que o seu último quarto é pendente com relação à

52 Régis Jolivet, em *As doutrinas existencialistas*, esclarece: “A. de Waelhens observa com razão que nestas afirmações, há um grave equívoco. Heidegger não distingue o ‘morrer’ fenômeno existencial (acontecimento individual concreto da morte, fim de toda existência)”. (JOLIVET, 1975, p. 126)



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

lua cheia, mas que não para aí, a lua cheia é pendente do minguante. Em seu ainda-não ela não é cheia somente enquanto percepção mas também enquanto não-ser mesmo. O problema não está numa apreensão do ainda não, mas em seu ser e não-ser, ou melhor, em seu devir. A maturidade e a imaturidade pertencem ao fruto. Enquanto seu ainda-não está na imaturidade nada que lhe é exterior garantirá a sua maturidade. Enquanto em processo de amadurecimento o fruto é sua própria imaturidade. Enquanto não é, a pré-sença é seu próprio ainda-não, mas a morte não vem a pré-sença em sua maturidade, prova disso é que quando ela chega muitas vezes a pré-sença se encontra em sua imaturidade ou na decrepitude. A pré-sença incompleta finda.

Findar não significa que a pré-sença se completou. O termo findar pode ser entendido como terminar, como a chuva e o caminho terminam, isto supõe uma completude como a última pincelada de um quadro, ou como o pão que findou, que foi consumido. Porém esses são modos de algo que está à mão e a pré-sença enquanto fim, não caracteriza a morte adequadamente por estes conceitos de findar, ela não é algo à mão. “Na morte, a pré-sença nem se completa, nem simplesmente desaparece nem acaba e nem pode estar disponível à mão” (Ibidem, p.26). E o findar significa o próprio “ser-para-o-fim”. O findar implica no ser-para-o-fim, não apenas estar-no-fim, mas a morte é um modo de ser ao que diz Ackermann da Bohemia, citado por Heidegger: “Para morrer basta estar vivo”⁵³ (Ibidem, p.26).

Somente enquanto ser-para-o-fim pode-se haver um esclarecimento ontológico, de maneira a fornecer a base suficiente para se delimitar o sentido

53 Em uma tradução diferente, Loparic (1990), em *Heidegger réu: um ensaio sobre a periculosidade da filosofia*, cita: “Na mesma hora em que começa viver, um homem já é bastante velho para morrer”, atribuindo à mesma citação de Heidegger à Ackermann. A tradução citada por Loparic aproxima-se da famosa frase, quase jargão, atribuída a Heidegger: “a partir do momento em que nascemos, temos suficiente idade para morrer”.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

possível em que se fala de uma totalidade da pré-sença, sendo totalidade constituída pela morte e entendida como fim. Compreender a totalidade não foi possível quando tomou por ponto de partida um esclarecimento do ainda-não e sua caracterização.

Sua interpretação analítica-existencial deve obedecer ao fio condutor da constituição fundamental da pré-sença, ao fenômeno da cura.

A morte é um fenômeno da vida, num modo de ser em que pertence a um ser-no-mundo. A pré-sença em um conceito bio-fisiológico, desliza para uma compreensão de sua morte como se concebe o mundo vegetal e animal. Surgindo daí conceitos de espécie de morte, as causas, os seus modos e meios. A essência da morte passa a ser definida através da essência da vida. No entanto, a pré-sença pode findar antes mesmo de morrer. “*Morrer, por sua vez, exprime o modo de ser em que a pré-sença é para a sua morte*” (Ibidem, p.28). Através de uma investigação médico-biológica pode-se alcançar resultados relevantes se estiver fundamentado em uma interpretação existencial da morte.

A interpretação existencial da morte precede a pesquisa histórica-bibliográfica, psico-etnológica e antropológica da morte. As apreensões acerca da morte dos primitivos os seus comportamentos diante dela na magia e no culto demonstram a compreensão da pré-sença e sua analítica existencial, bem como sua compreensão da morte.

Sobre a existência de um outro mundo, faz-se necessário conceber ontologicamente a morte em sua totalidade aqui neste mundo. Uma “metafísica da morte” faz-se impossível por ser necessário responder a questões como: quando a morte entrou no mundo ou se ela faz parte de algum malefício. Para tal, teria de se precisar ontologicamente o mal e a negatividade na totalidade dos entes.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Para analisar e capturar a estrutura ontológica da ideia de morte não se deve ater a uma mera leitura, deve-se ser guiado por uma caracterização ontológica do modo de ser da pré-sença. A análise existencial da morte baseia-se nas manifestações existenciais da pré-sença.

Heidegger alerta que tomar a morte como impendente pode incorrer em um erro ontológico, pois seria tomá-la como ser simplesmente dado. A morte faz com que a própria pré-sença se torne em impendente, no sentido de algo iminente, sendo algo que a pré-sença sempre tem de assumi-la, sua condição finita, “Sua morte é a possibilidade de poder não mais estar presente” (Ibidem, p. 32). É uma possibilidade que se desfaz em todas as remissões para o outro, e que, dependendo de seu ser mais próprio, é sua possibilidade extrema, a possibilidade da impossibilidade absoluta, sendo sua possibilidade *mais própria, irremissível e insuperável*. Para a pré-sença basta existir e ela já está lançada nesta sua possibilidade. Porém, na maior parte das vezes a pré-sença não tem consciência de sua morte de forma tematizada ou teórica, ela apenas é alcançada através do sentimento de angústia, que é angústia com o seu poder ser mais próprio e insuperável⁵⁴.

É através do humor, do sentimento que o ser-para-o-fim toma sua postura diante da morte. O fato de muitos não terem consciência da morte não quer dizer que ela não seja um fator pertencente à pré-sença, e sim, demonstra que o ser-para-a-morte se encobre na sua cotidianidade de sua possibilidade mais própria. Para Morin (1997), o fator primeiro que provoca o surgimento da consciência

54 “Não se deve confundir a angústia com a morte com o temor de deixar de viver. Enquanto disposição fundamental da pré-sença, a angústia não é um humor ‘fraco’, arbitrário e casual do indivíduo singular, mas sim a abertura do fato de que, como ser-lançado, a pré-sença existe *para seu fim*” (HEIDEGGER, 2001, p.33).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

humana de morte é o horror da decomposição dos cadáveres, que desperta o traumatismo de morte que significa perda de individualidade para o arcaico. É através de um primeiro sentimento de perda através do outro é que surge uma consciência de si para depois, sim, a sociedade poder vir aplacar este sentimento. Contudo, isto não se dá de forma tão metódica como foi descrito, mas acontece de forma complexa e muitas vezes ao mesmo tempo. O ser-para-a-morte deve ser comprovado na cotidianidade, mesmo que de modo ôntico inicialmente. “A sentença deve se fazer visível, sobretudo, na concretude mais imediata da pré-sença, a saber, em sua cotidianidade” (Ibidem, p.34).

O comportamento do ser-para-a-morte com ele mesmo como poder-ser privilegiado, mas na cotidianidade é o impessoal e o falatório que predominam, a compreensão sempre vai se moldar paralelo com o humor. A public-idade conhece a morte enquanto convivência com outros que morrem, vindo como um acontecimento já conhecido não sendo surpresa, como tudo que está disposto na impessoalidade. Ela possui seu discurso dizendo que um dia *se* morre. E é através desse *morre-se* que a cotidianidade entende o ser-para-a-morte cotidiano. Isto leva a compreensão pública a dizer que no *morre-se* “eu não morro” porque o impessoal é o ninguém. “A morte é sempre minha, de forma essencial e insubstituível, converte-se num acontecimento público, que vem ao encontro do impessoal” (Ibidem, p. 35). Assim, o discurso leva a pré-sença a encobrir sua irremissibilidade e insuperabilidade, o que faz com que se perca na impessoalidade quanto a sua posição privilegiada de ser-para-a-morte⁵⁵.

55 A public-idade que fala da morte e nela perde o seu sentido próprio da pré-sença pode ser descrita, de maneira poética, na poesia “Convívio” de Carlos Drummond de Andrade (1990):

“Pouco e mal que eles vivam, dentro
de nós, é vida não obstante.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

O encobrimento da morte pode ser constatado nos familiares diante de um moribundo tentando consolar-lhe de sua morte, buscando convencê-lo de que escapará dela e retornará à sua cotidianidade tranquila. A cotidianidade sempre busca tranquilizar diante da morte e esta tranquilidade vale não apenas para o “moribundo” mas, sobretudo, para aqueles que o consolam. Maranhão (1998), em seu livro *O que é morte*, adverte que muitas vezes o consolo que a família tentava fazer ao moribundo era para consolo de si próprio, ou melhor, desejando que o sofrimento do enfermo logo passasse para que eles também não sofressem mais. O impessoal regula o comportamento diante da morte não permitindo atitudes de coragem para assumir a sua angústia, pois ela converte a angústia em temor a um acontecimento que está prestes a vir. Daí surge uma busca de tranquilidade indiferente ao fato de que se morre, alienante de seu poder-ser mais próprio. “Decadente, o ser-para-a-morte cotidiano é uma permanente fuga dele mesmo” (HEIDEGGER, 2001, p. 37), pois a forma de tentação, tranquilização e alienação caracterizam a *de-cadência*.

Pleno conceito existencial

Não há dúvidas quanto ao “se” morre, todos os seres vivos morrem. Porém, isto traz um fato ambíguo que no afirmar do se morre não se admite de que o “eu” indivíduo possa morrer sendo uma afirmação que alivia o seu estar-lançado na

E já não enfrentamos a morte, de
sempre traze-la conosco”.

Edgar Morin (1997) também usa do exemplo do guerreiro que purga a sua morte na morte do inimigo abatido. Maranhão (1998) analisa que no hospital a morte e o doente são impessoalizados através de vocábulos como “expirar”, “perdeu-se na mesa de operação”, na guerra usa-se “o soldado deu baixa”, ou ainda, “o fulano tornou-se um presunto”. Jolivet (1975) aponta que quando Heidegger faz a análise do “se” morre ele incorre em uma confusão entre o ôntico e o ontológico, afirmação que se encontra na página 126 de sua obra aqui já referida.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

morte. O sentido encobridor não pode estar certo de sua morte, embora esteja. Pois a certeza pressupõe um teor por verdadeiro, estar na verdade. Enquanto abertura a pré-sença está essencialmente na verdade, e daí a certeza privilegiada da pré-sença⁵⁶, o estar-certo de sua morte. O encobrimento do ser-para-a-morte fundamenta a tese de que a pré-sença está fundada na não-verdade. Porém, a certeza do encobrimento deve ser entendida com um ter-por-verdadeiro inadequado, pois é uma certeza inadequada daquilo que ela está certa, e não uma certeza duvidosa, como poderia incorrer uma interpretação apressada. No cotidiano faz-se a experiência da morte dos outros, sendo um fato dado na experiência. Porém, a certeza “meramente” empírica do deixar de viver não decide em nada sobre a certeza de morte. O pleno conceito ontológico-existencial da morte pode agora se delimitar da seguinte maneira: “Enquanto fim da pré-sença, a morte é a possibilidade mais própria, irremissível, certa e, como tal indeterminada e insuperável da pré-sença. Enquanto fim da pré-sença, a morte é e está em seu ser-para o fim” (Ibidem, p. 41).

A constituição da pré-sença dá-se pela abertura, que é uma compreensão determinada por disposições. O ser em sentido próprio não foge e nem encobre seu ser para a morte, é elaborado de momentos de compreensão da morte.

Através da antecipação a possibilidade torna-se sempre maior, pois é a proximidade da possibilidade da impossibilidade absoluta de toda relação com. “O

56 “A morte é uma possibilidade privilegiada da pré-sença”. (HEIDEGGER, 2001, p. 30.) A preciosidade ou privilégio do homem pode ser encontrado na literatura de Jorge Luis Borges (1999, p. 603), em seu conto *O imortal*: “A morte (ou sua alusão) torna preciosos e patéticos os homens. Estes comovem por sua condição de fantasmas; cada ato que executam pode ser o último; não há rosto que não esteja por dissolver-se como o rosto de um sonho (...) Entre os Imortais, ao contrário, cada ato (e cada pensamento) é o eco de outros que no passado o antecederam, sem princípio visível, ou o fiel presságio de outros que no futuro o repetirão até a vertigem.”



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

ser-para-a-morte é antecipação do poder-ser de um ente cujo modo de ser é, em si mesmo, um antecipar” (Ibidem, p. 46).

Estar projetado no seu poder-ser mais próprio é poder se compreender no ser de um ente desentranhado, não sendo de outra forma senão existir. A antecipação é a forma de compreender seu ser-mais próprio. Porém, compreender significa compreender-se em suas possibilidades de ser, desentranhadas no projeto, e não somente um agarrar de sentido.

A morte como possibilidade mais própria possibilita que a presença seja desvencilhada do impessoal. Ela também é irremissível e a antecipação dessa sua possibilidade faz-lhe assumir seu próprio ser a partir de si mesmo e para si mesmo. A antecipação libera a pré-sença para o caráter de insuperabilidade da morte, levando-a a compreender e escolher em sentido próprio suas possibilidades finitas. O modo de ser certa da possibilidade da morte se determina a partir da verdade e lhe favorece a abertura do ser que lhe corresponde, tendo por verdade sempre e somente a sua própria morte e não a dos outros. A possibilidade mais própria, irremissível e certa é insuperável. Na antecipação da morte certa se a descobre indeterminada e isto abre uma ameaça que brota no seu presente: a morte pode lhe alcançar a qualquer momento. Então surge o papel da angústia que mantém aberta a pré-sença, porém a angústia leva a compreensão de si mesma.

Heidegger resume a caracterização do ser que se projeta para a morte em sentido próprio:

A antecipação desentranha para a pré-sença a perdição no próprio impessoal e, embora não sustentada primariamente na preocupação das ocupações, a coloca diante da possibilidade de ser ela própria: mas isso na LIBERDADE PARA A MORTE que, apaixonada, factual, certa de si



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

mesma e desembarcada das ilusões do impessoal, se angustia. (grifos do autor) (Ibidem, p.50).

Portanto, “a sociedade anula quase que completamente a morte, na medida em que se afirma em relação aos indivíduos. Mas a individualidade não está no mesmo nível para todos os membros de uma sociedade” (MORIN, 1997, p. 50). Edgar Morin fez uma análise voltada a alienação da individualidade através da guerra, do mito, da religião e da ciência, enfim, pelo social. Ao que Heidegger limita-se a dizer que a pré-sença é jogada no impessoal através do falatório e publicidade.

Em um enfoque um tanto mais antropológico, o indivíduo se forma no meio social e, em um segundo momento, este meio suprime a sua individualidade, sendo, em uma análise de terceiro plano, que a morte do outro, que primeiramente garantiria o dado triplo dialético, causa a impessoalidade do humano, ou melhor, do ser-aí, lançado.

O humano – que Heidegger perde se o uso desta palavra carregada pela metafísica tornar-se indevida pelos infundáveis “ismos” deturpadores que ele tanto criticou em *Sobre o humanismo* – que, estando lançado, é um ser de espera esperando a sua suprema possibilidade. Um ser de possibilidades, que se abre em direção ao ser mais próprio, mas que pode ser interrompido pelo impessoal. Um ser que não suporta estar sempre de forma ontológica, ou melhor, sempre na angústia ou ontológico, que muitas vezes se embrenha pelo ôntico. E esta incapacidade de estar sempre apropriado de si mesmo surge em Edgar Morin quando analisou o terceiro momento do surgimento da consciência humana, o



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

mito.

Enquanto está-se no impessoal não há a dimensão de preocupação com os outros ou com o que está-aí, em torno. O homem não se torna responsável por nada que ocorre ao seu redor. Buscar a autenticidade é algo que exige esforço individual.

Conclusão

A morte é a possibilidade que anula todas as possibilidades humanas. Fugir de sua possibilidade na publicidade, no purgar a morte como morte dos outros é também fugir de sua própria condição existencial. A consciência de que o outro morre e a de negação de que eu também morro lança o indivíduo na condição de que ele tudo pode, de que ele não é afetado pela morte. A consciência própria do indivíduo em direção a sua autenticidade passa por sua percepção de finitude. Há uma possibilidade ética nesta consciência que o presente artigo ainda não foi capaz de explorar. Heidegger e Edgar Morin divergem quanto a consciência humana diante da morte. Na concepção heideggeriana a consciência de que o outro morre não me fornece uma consciência autêntica de mim mesmo. Edgar Morin parte da consciência da morte do outro para a consciência do indivíduo. Os dois autores aproximam-se apenas na percepção de que a consciência de que o outro morre é uma forma de fugir da consciência de que a morte do indivíduo é a sua possibilidade mais própria.

Referências

- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Antologia poética**. Rio de Janeiro: Record, 1990.
- BORGES, Jorge Luis. **Obras completas de Jorge Luis Borges**. v.1. São Paulo: Globo, 1999.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 2001, v. II.
- _____. "Sobre o humanismo: carta a Jean Beaufret" *In Os pensadores*. v.45. São



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Paulo: Abril Cultural, 1973.

JOLIVET, Régis. **As doutrinas existencialistas: de Kierkegaard a Sartre**. Porto: Cultrix, 1975.

LAPORTE, Anna Maria; VOLPE, Neusa Vendramin. **Existencialismo**. Curitiba: Juruá, 2000.

LOPARIC, Zeljko. **Heidegger réu: um ensaio sobre a periculosidade da filosofia**. Campinas: Papyrus, 1990.

MARANHÃO, José Luiz de Souza. **O que é morte. Coleção Primeiros Passos**, n.150.. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MORIN, Edgar. **O homem e a morte**. TradRio de Janeiro: Imago, 1997.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Leitura e Literatura: experiência estética ou experiência concreta de condutas morais

Por: Rafael Lucas Santos da Silva

i3rafael@hotmail.com

Resumo

Além do trabalho artístico, Ana Maria Machado possui diversas produções críticas nas quais a capacidade da criação verbal das ficções literárias em proporcionar um refinamento cognoscitivo do leitor em relação ao seu próprio mundo intersubjetivo, e aos conflitos provocados pela realidade cotidiana que implicam valorações éticas. Partindo da sua concepção de leitura literária, procuramos construir uma análise sobre a possibilidade da literatura servir como bússola ética para o progresso humano e cultural, tendo como contraste as indagações do crítico britânico George Steiner e as análises sociológicas sobre o Holocausto de Zygmunt Bauman, as quais torna-se um veto ao projeto literário da autora.

Palavras-chave: Leitura literária; Ética; Experiência Moral.

Resumo

Krom arta laboro, Ana Maria Machado havas plurajn kritikajn produktadojn, en kiuj la kapablo de parola kreado de literaturaj fikcioj provizas cognitivan rafinadon de la leganto rilate sian propran intersubjetan mondon kaj la konfliktojn provokitajn de ĉiutaga realaĵo, kiuj implicas etikajn valorojn. Surbaze de lia koncepto pri literatura legado, ni provis konstrui analizon pri la ebleco de literaturo, kiu funkcias kiel etika kompasso por homa kaj kultura progreso, kontraste kun la enketoj de la kritikisto pri la brita kritikisto George Steiner kaj Zygmunt Bauman pri la Holokaŭsto. kiu iĝas vetoo al la literatura projekto de la aŭtoro.

Ŝlosilvortoj: Literatura legado; Etiko; Morala Sperto.

Abstract

In addition to artistic work, Ana Maria Machado has several critical productions in which the capacity of verbal creation of literary fictions to provide a cognitive refinement of the reader in relation to their own intersubjective world, and the conflicts provoked by everyday reality that imply ethical values. Based on his conception of literary reading, we sought to construct an analysis of the possibility of literature serving as an ethical compass for human and cultural progress, in contrast



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

to the inquiries of British critic George Steiner and Zygmunt Bauman's sociological analyzes of the Holocaust. which becomes a veto to the author's literary project.

Keywords: *Literary reading; Ethic; Moral Experience.*

Resumen

Además del trabajo artístico, Ana Maria Machado posee diversas producciones críticas en las cuales reconoce la capacidad de la creación verbal de las ficciones literarias en proporcionar un refinamiento cognoscitivo del lector en relación a su propio mundo intersubjetivo, ya los conflictos provocados por la realidad cotidiana que implican valoraciones éticas. A partir de su concepción de lectura literaria, buscamos construir un análisis sobre la posibilidad de la literatura servir como brújula ética para el progreso humano y cultural, teniendo como contraste las indagaciones del crítico británico George Steiner y los análisis sociológicos sobre el Holocausto de Zygmunt Bauman, que se convierte en un veto al proyecto literario de la autora.

Palabras-clave: *Lectura literaria; la ética; Experiencia moral.*

Introdução

Reconhece-se atualmente a capacidade da criação verbal das ficções literárias em proporcionar um refinamento cognoscitivo do leitor em relação ao seu próprio mundo intersubjetivo, e aos conflitos provocados pela realidade cotidiana que implicam valorações éticas. Sem pretender diminuir a importância das causas desse reconhecimento, pode-se evocar o caso da ávida leitora Emma Bovary, retratada por Flaubert como uma leitora cuja individualidade fora construída a partir das ficções literárias, por isso, cessa por se deslocar da realidade cotidiana, procurando somente materializar suas fantasias; em seu mundo intersubjetivo existe uma visão mais agônica do mundo como resultado dos fracassos de realizar essas fantasias que ruíram em frustrações e ilusões: “E procurava saber qual era, afinal, o significado certo, nesta vida, das palavras “felicidade”, “paixão” e “embriaguez”, que nos livros pareciam tão belas” (FLAUBERT, 1970, p. 32).

É lugar-comum evocações a desventura da protagonista do romance *Madame*



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Bovary, e no entanto se justifica devido sua inserção em um conflito intelectual marcado desde a Antiguidade. Com isso, quero trazer um confronto polêmico, cujo desenvolvimento integra parte considerável da história cultural do ocidente; e que possui como símbolo o episódio da expulsão dos poetas da *polis* por Platão, com a alegação de que na República não há lugar para “obras deste gênero [que] arruinam o espírito dos que as escutam” (PLATÃO, 2006, p. 398). O cidadão teria, então, seu espírito arruinado devido ao afastamento do *real* a partir do contato com a literatura (PLATÃO, 2006, p. 412).

A respeito desse cenário conflituoso, pretendeu-se destacar a contribuição da ficção literária para a experiência moral do sujeito. Assim, a deixa para a argumentação crítica que a seguir apresentamos no presente artigo proveio desta passagem afirmativa de Ana Maria Machado: “a leitura [de ficção literária] é fundamental para a democracia. [...] Ensina a tolerância a cada indivíduo e nos facilita o convívio com a diversidade cultural e social” (MACHADO, 2011, p. 27).

Essa concepção da leitura de ficções literárias como projeto de tolerância que contribuirá de maneira inestimável para o bem-estar humano, posto que o leitor estará mais propenso a compreender que as necessidade humanas fazem exigências conflitantes e, por isso, terá mais moralidade para lidar com os conflitos de valores ao invés de cair em fundamentalismos, foi analisada no primeiro capítulo, *A leitura literária contra a vulnerabilidade moral*, a partir da proposta de Ana Maria Machado em seus livros *Silenciosa Algazarra* (2011) e *Texturas* (2001).

No segundo capítulo, *A ruína da inteligência moral pela brutalidade política*, contrastou-se a possibilidade de refinamento cognoscitivo da experiência moral pela literatura, conforme atribuído por Machado, com as indagações de George Steiner segundo o qual não é possível argumentar sobre cultura literária e humanística sem



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

tratar do episódio do Holocausto e as outras opressões e sofrimentos que a sociedade infligiu aos indivíduos no século XX. Com efeito, nosso objetivo consistiu em compreender se de fato a literatura, essa importante atividade humana que exercita nosso imaginário pela linguagem, pode servir como bússola ética para o progresso humano e cultural.

A Leitura Literária contra a Vulnerabilidade Moral

A sociedade é a forma da aventura da existência privada dos indivíduos que a compõe, por isso, o senso moral é condição básica do indivíduo para a vida em sociedade, a fim de que haja zelo pelo bem comum na vida pública, como justiça, liberdade e igualdade. Sem o aperfeiçoamento do senso moral, pois não é algo de ordem natural, ocorrerá o estiolamento da ordem social. Como assinala Fonseca, “a ordem social é produto da interação dos indivíduos que a constituem. O caráter e a estabilidade da ordem dependem da qualidade da interação” (Fonseca, 1993, p. 91).

Atualmente, *a qualidade da interação* do senso moral entre os indivíduos está em declínio, conforme o apontamento das reflexões e investigações do filósofo Gilles Lipovetsky. Na obra *O Crepúsculo do Dever*, o autor denominou nossa época contemporânea de *sociedade pós-moralista*, devido ser uma época de repúdio ao dever moral; que as aspirações e projetos de melhoramento da ordem social acabam suplantados pelos objetivos narcísicos individuais (LIPOVETSKY, 2005). Conforme Lipovetsky (2005), a crise moral ocorre, justamente, em razão dos indivíduos carecerem do senso moral, o que os afastam do sentimento de obrigatoriedade com o dever público:

Sociedade pós-moralista é a designação de uma época em que o sentido do dever é edulcorado e debilitado, em que a noção de sacrifício pessoal perdeu sua justificação social, em que os direitos subjetivos preponderam sobre os mandamentos imperativos, em



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

que as lições de moral são encobertas pelo fulgor de uma vida melhor, do irradiante sol das férias de verão, do banal passatempo das mídias (LIPOVETSKY, 2005, p. 171).

Apesar disso, entretanto, não é possível apenas esperar as consequências caracterológicas dessa interação social vigente, é preciso propor substancialmente determinados modos que estimulem condutas individuais orientadas pelo esforço moral. É o que tem procurado realizar Ana Maria Machado, com sua obra ensaística que contempla o mal-estar da prática de leitura de literatura na sociedade, deste modo ocorreu as publicações de *Contracorrente* (1997), *Texturas* (2001), *Como e por que ler os clássicos desde cedo* (2002), *Balaio* (2007) e *Silenciosa Algarra* (2011), das quais derivam as investigações da leitura como responsabilidade social, a literatura como construção do leitor cidadão e a mudança do agir social mediante a leitura literária.

Contra essa vacância mórbida do sentimento moral, Machado estimula a importância da leitura de literatura, não como rol das exigências mínimas do exercício da cidadania, mas com o argumento de que somente a leitura de literatura aprimora o agir social dos indivíduos, devido a possibilidade de fazer o leitor levar em conta nas situações sociais cotidianas os outros indivíduos como seus semelhantes. O grau de interesse e o grau de intimidade aumentaria em relação as experiências sociais, permitindo os indivíduos leitores serem menos anônimos na vida cotidiana por agora estarem cientes de que suas ações atingem outro ser humano concreto. Esses modos de relação entre os indivíduos na sociedade vão fortalecendo a moral da ordem social progressivamente, à medida que aumenta a qualidade da interação entre os indivíduos.

Essa argumentação ajuda-nos a perceber o modo como a leitura de literatura



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

está apropriada a tornar-se uma bússola ética para a sociedade; tal finalidade para Machado não é uma conjectura arbitrária, mas, em vez disso, uma condição completamente aplicável a estrutura social:

Só a possibilidade de leitura de literatura, distribuída pelo maior número possível de cidadãos, poderá reforçar a coletividade diante da manipulação do mercado, dos interesses políticos, dos fundamentalismos religiosos, das ambições pessoais de ditadores (MACHADO, 2011, p. 45).

Compreende-se, pois, se não houver amplo desenvolvimento de leitores, a sociedade continuará consumada na vulnerabilização das interações sociais, visto que

Sem a constituição de uma consciência analítica, desenvolvida pela leitura de bons textos [...] a pessoa corre o risco de se tornar refém de interesses que nem ao menos percebe, inteiramente sujeita a todo tipo de influência ou manobra (MACHADO, 2011, p. 44).

Essa feição humanizada da sociedade, contida na argumentação de Machado, representa um desenvolvimento intensificador da expressividade moral de cada indivíduo, e que estaria de acordo com os versos de Fernando Pessoa — “torna-me humano, fraterno e solícito/ só humanitariamente é que se pode viver/ só amando os homens, as ações, a banalidade dos trabalhos” — só poderia concretizar-se com o refinamento cognoscitivo do leitor em relação aos conflitos provocados pela realidade cotidiana que implicam valorações éticas.

De acordo com Machado, esse refinamento cognoscitivo que a literatura realiza no leitor, permitindo-o aperfeiçoar seu comportamento por uma perspectiva crítico-moral, resulta do fato da literatura “nos permitir vivenciar experiências que não são as nossas, a leitura de literatura nos dá uma estupenda oportunidade de estar



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

na pele dos outros” (MACHADO, 2011, p. 27). Desconsiderando a advertência de Heródoto, de que "a felicidade entre os homens jamais permanece por longo tempo no mesmo sítio" (HERÓDOTO, 1988, p. 44), Machado está decidida que uma sociedade leitora de literatura será uma conquista civilizatória da humanidade (MACHADO, 2011, p. 45).

A Ruína da Inteligência Moral pela Brutalidade Política

Nem sempre a ficção literária ocupou um papel tão fundamental para conferir progresso moral a ordem social. Otimistas como Diderot, que anunciava o progresso na era Iluminista do século XVIII, desconfiava que as ficções literárias contribuíssem para a experiência moral dos cidadãos. Diderot argumentava que por mais que as ficções literárias traziam ao leitor, ou ao expectador de teatro, condições circunstanciais de julgamento moral, ainda assim não exercitavam a autoconsciência:

É sobretudo quando tudo é falso que se ama o verdadeiro, é sobretudo quando tudo está corrompido que o espetáculo é mais depurado. O cidadão que se apresenta à entrada da Comédie deixa aí todos os seus vícios, a fim de retomá-los apenas à saída. Lá dentro ele é justo, imparcial, bom pai, bom amigo, amigo da virtude; vi muitas vezes a meu lado malvados profundamente indignados contra ações que não deixariam de cometer se se encontrassem nas mesmas circunstâncias em que o poeta situava o personagem que abominavam (DIDEROT, 1966, p. 200 *apud* Fonseca, 2005, p. 34).

A ideia que findo o espetáculo, ou finda a leitura, o indivíduo volta a sua realidade cotidiana com seus vícios morais e mesquinhas é completamente oposta a tese de Machado, segundo a qual as ficções literárias “são fundamentais na transmissão de valores éticos” (MACHADO, 2011, p. 44). Assim, o exemplo de



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Diderot é significativo porque se direciona aos questionamentos do ensaísta e crítico literário George Steiner, que defende não ser possível argumentar sobre cultura literária e humanística sem tratar do episódio do Holocausto e as outras opressões e sofrimentos que a sociedade infligiu aos indivíduos no século XX. Contudo, como salienta o autor de *No Castelo do Barba Azul*, não houve quase nenhuma tentativa de relacionar essas práticas inúmeras com a cultura humanística:

Não consigo ver de que modo alguma discussão sobre a definição de cultura, sobre a viabilidade do conceito de valores morais, possa evitar essas questões. Parece-me irresponsável uma teoria da cultura, uma análise de nossas presentes circunstâncias, que não tenha como eixo a consideração dos modos do terror que causou, por meio da guerra, da fome e do massacre deliberado, a morte de cerca de 70 milhões de pessoas na Europa e na Rússia, entre o início da Primeira Guerra Mundial e o final da Segunda (STEINER, 1991, p. 40).

Em consequência da demonstração de que a índole da cultura humanística da Europa conviveu ao lado dessa “erupção da barbárie” (STEINER, 1988, p. 14), essa questão das relações entre os episódios de massacre e a literatura tornou-se fulcral para Steiner (1988), pois, podem comprovar que leitores de ficções literárias são determinados pelos mesmos processos de rotinização e trivialização, da realidade cotidiana, como os indivíduos que não são leitores; logo, não haveria validade cognoscitiva em experiência moral aos leitores, permitindo-os seguir condutas menos vulneráveis frente as dificuldades que podem surgir. Conforme explica Steiner: “nós viemos depois. Sabemos agora que uma pessoa pode ler Goethe ou Rilke à noite, que pode tocar Bach e Schubert e cumprir a rotina de trabalho em Auschwitz pela manhã” (STEINER, 1988, p. 15).

De modo sumário, podemos dizer que o episódio do Holocausto, atualmente, é



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

uma fato, uma memória, que poucos querem encarar de frente; é um episódio teste para a modernidade, como assinalou o sociólogo Bauman (1998), pois não se trata de uma aberração histórica, mas “que o Holocausto pode ter meramente revelado um reverso da mesma sociedade moderna cujo verso, mais familiar, tanto admiramos. E que as duas faces estão presas confortavelmente e de forma perfeita ao mesmo corpo” (BAUMAN, 1998, p 26). Dessa forma, o episódio do Holocausto torna-se um veto ao argumento de Machado sobre as potencialidades morais a serem desenvolvidas com a leitura de literatura, e que “sociedades menos acostumadas à leitura ficam muito mais vulneráveis e expostas” (MACHADO, 2011, p. 45), posto que o terror nazista fez surgir uma *crise de paradigma* na sociologia, exigindo que essa adotasse outras metodologias, das quais “fenômenos como o Holocausto devem ser reconhecidos como resultados legítimos da tendência civilizadora e seu potencial constante” (BAUMAN, 1998, p. 48).

Nas grandes linhas do curso histórico da sociedade moderna, Steiner demonstra haver “pouquíssima evidência sólida de que os estudos literários contribuem efetivamente para enriquecer ou estabilizar a percepção moral, de que *humanizam*” (STEINER, 1988, p. 81, grifo do autor), e com o exemplo extremo do Holocausto, o autor de *Linguagem e Silêncio* defende, com pesar, a existência de um “elo oculto e traiçoeiro entre o cultivo da reação estética e o potencial de desumanização pessoal” (STEINER, 1988, p. 81-82). Embora escrevendo antes da pungente obra de Bauman sobre a *modernidade e holocausto*, essa defesa de Steiner está de acordo com a conclusão do sociólogo em relação a responsabilidade moral de cada indivíduo com seus semelhantes:

“O outro” como *categoria abstrata* simplesmente não se comunica com “o outro” que *eu conheço*. Este pertence ao reino da moralidade, do qual aquele está firmemente excluído. O segundo



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

reside no universo semântico do bom e do mau, que teimosamente recusa a se subordinar ao discurso da eficiência e da escolha racional (BAUMAN, 1988, p. 217, grifos do autor).

Assim, a rigor, a reação estética do leitor ocorre com os personagens, que se referem a um outro como categoria abstrata e, por conseguinte, nada implica que suas compreensões de valorações éticas obtidas na leitura sejam racionalizadas e aplicadas na realidade cotidiana (como o exemplo de Diderot supracitado).

A literatura como experiência estética das condutas morais: uma conclusão

O argumento reconstruído e discutido neste artigo, sob a luz da possibilidade das ficções literárias contribuírem para o enriquecimento da experiência moral dos leitores, nos permitiu derivar algumas conclusões. Essa questão, longamente discutida na história cultural do ocidente, é rica em matéria de reflexão filosófica ou de pesquisa sociológica. Nosso fio condutor foi as reflexões da ensaísta Ana Maria Machado, segundo a qual a leitura de ficções literária está apropriada a tornar-se uma bússola ética para a sociedade, posto que a literatura realiza um refinamento cognoscitivo do leitor em relação aos conflitos provocados pela realidade cotidiana que implicam valorações éticas.

Ocorreu, porém, que ao contrastar seus argumentos com o episódio do Holocausto, levando em consideração a proposta de George Steiner, surgiu uma dupla condição de experiência moral provocada ao leitor pela literatura. A primeira, e falível, é a proposta da ficção literária proporcionar uma experiência concreta da conduta moral; a segunda, é que a experiência moral obtida pelo leitor é estética. A abordagem do episódio do Holocausto, realizada a partir do sociólogo Bauman



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

(1998), possibilitou compreender que a índole da cultura humanística da Europa conviveu ao lado dessa “erupção da barbárie”, comprovando, portanto, a dificuldade — até impossibilidade — da literatura ser bússola ética para a sociedade, devido a experiência estética de condutas morais se darem em categorias abstratas.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- FLAUBERT, Gustave. **Madame Bovary**. São Paulo, Abril Cultural, 1970.
- FONSECA, EDUARDO GIANNETTI DA. **Vícios privados, benefícios públicos?: A ética na riqueza das nações**. São Paulo: Companhia das letras, 1993.
- _____. **Auto-engano**. São Paulo: Companhia das letras, 2005.
- HORÓDOTO. **História**. Brasília: UNB, 1988.
- LIPOVETSKY, Gilles. “A Metamorfose da Virtude” In _____. **A Sociedade pós-moralista: o crepúsculo do dever e a ética dos novos tempos democráticos**. São Paulo: Manole, 2005.
- MACHADO, Ana Maria. **Silenciosa Algazarra: reflexões sobre livros e práticas de leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. **Silenciosa Algazarra: reflexões sobre livros e práticas de leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- MACHADO, Ana Maria. **Texturas: sobre leitura e escritos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- STEINER, George. **No Castelo do Barba Azul: Algumas notas para a redefinição da cultura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- _____. **Linguagem e Silêncio: Ensaios sobre a crise da palavra**. São Paulo: Companhia das letras, 1988.
- PLATÃO. **A República**. Martins Fontes: São Paulo, 2006.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

As representações sociais sobre evasão, manutenção e permanência escolar: tecendo considerações

Por: Clayton Pereira de Sá⁵⁷

clayton.sa@ifpr.edu.br

&

Leila Cleuri Pryjma⁵⁸

leila.pryjma@ifpr.edu.br

Resumo

⁵⁷ É Especialista em Gestão de Recursos Humanos pelas Faculdades São Braz – FSB e Graduado em Administração pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – UNICENTRO. É servidor público federal, docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – EBTT de Administração, lotado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – IFPR, campus da cidade de Pitanga – PR. Atua nas Linhas de Pesquisa sobre Ciências Sociais Aplicadas; Um levantamento e um novo olhar sob a educação fiscal no município de Pitanga: desenvolvimento do jogo trilha do saber e O impacto do programa Bolsa de Inclusão Social no IFPR.

⁵⁸ É Doutora em Educação pela Universidade Estadual de São Paulo – UNESP, é Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Londrina – UEL, é especializanda em *Coaching* Educacional pelo Instituto Rhema Educação – IRE, é Especialista em Psicopedagogia Educacional, Institucional e Clínica pelo Instituto de Estudos Avançados e Pós-graduação – ESAP, é Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR, é graduanda em Pedagogia pela UNINTER e é Graduada e Licenciada em Letras pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR. É servidora pública federal, docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – EBTT, lotada junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – IFPR, na cidade de Pitanga – PR. Atua na Linha de Pesquisa sobre As representações sociais do IFPR por Docentes, Discentes e Comunidade. Atua como Coordenadora do Projeto de Pesquisa sobre A identidade do IFPR sob múltiplos olhares e o Projeto de Pesquisa sobre Ser professor: em busca de uma identidade docente sob a perspectiva da teoria das representações sociais. Atua como Participante no Projeto de Pesquisa sobre Profissão docente: formação, identidade e representações sociais. Atua como Integrante no Projeto de Extensão sobre Fazendo arte e o Projeto de Extensão sobre Ser IFPR é ser cidadão. É autora de artigos científicos na mídia especializada nacional. É autora dos seguintes livros: “Representações sociais, Educação e Saúde” (2017) e “Representações sociais de professores” (2015). É coautora nos seguintes livros: “Fenômenos sociais e Direito” (2017) e “Políticas educacionais, representações sociais e docência na interface com a escola” (2017).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Este artigo apresenta os resultados da pesquisa sobre evasão escolar no Instituto Federal do Paraná – Campus Pitanga. A pesquisa tematiza a identidade dos alunos da referida instituição, buscando identificar através das representações sociais as possíveis causas que podem levar à evasão escolar. Ao tomar a identidade como um dos temas que envolvem as tensões e os desafios presentes neste tema coloca-se em discussão as especificidades da mudança de identidade desses alunos. Neste contexto, indaga-se: Os alunos que recebem a bolsa PBIS se beneficiam intelectualmente desse valor? Quais são as possíveis causas de evasão para alunos bolsistas e não bolsistas? O estudo fundamenta-se na identidade social e na Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 1978, 2003, 2011) articulada com a Teoria do Núcleo Central (ABRIC, 2001). Dessa forma, o referido estudo fundamentou-se na análise das interfaces entre a visão acerca de questionamentos sobre a prática discente e as representações sociais dos participantes da pesquisa frente ao cenário das Bolsas de Inclusão Social. Para tanto, foram utilizados como protocolos de pesquisa um questionário de identificação discente; um teste de associação livre de palavras e um questionário, com escala Likert com questões pertinentes à prática. Para análise de dados foram utilizados dois softwares o EVOC, que gera o quadro de quatro casas e o IRAMUTEQ, que prepara a análise de similitude das respostas dos participantes. Além disso, a literatura científica pertinente para o desenvolvimento desta pesquisa também fundamenta o processo de interpretação das representações.

Palavras – chave: Representações Sociais; Evasão Escolar; Bolsas; Causas; Políticas.

Resumo

Tiu artikolo prezentas la rezultojn de esploro sur Lernej-evitado en Federacia Instituto de Paranao - Kampuso Pitanga. La esploro studas la identecon de la institucio studentoj por identigi tra sociaj reprezentoj de la eblaj kaŭzas ke ili povas konduki al Lernej-evitado. Prenante identecon kiel unu el la temoj implikante la streĉiĝoj kaj defioj ĉeestas en ĉi tiu temo metas sub diskuto la specifaj detaloj de la ŝanĝo de identeco de ĉi tiuj studentoj. En ĉi tiu kunteksto, ĝi asks-: Studentoj kiuj ricevas la stipendion PBIS profiti intelekte ke valoro? Kio estas la eblaj kaŭzoj de evitado por kamaradoj kaj nekamaradoj? La studo baziĝas sur socia identeco kaj la Teorio de Socia Prezentoj (Moscovici, 1978, 2003, 2011) kombinita kun la Centra Kerno Teorio (Abric, 2001). Tiel, ĉi tiu studo estis bazita sur la analizo de interfacoj inter vizio pri demandoj pri la studento praktiko kaj sociaj reprezentoj de enketo partoprenantoj trans la scenejon de Stipendio Socia Inkludo. Tiucele estis uzitaj kiel esploro protokoloj identiganta rekrutadon demandaron; libera asocio testi vorton kaj demandaron kun Likert skalo kun demandoj rilataj al praktiki. Por datumoj analizo ni uzis du programaro la EVOC, kiu



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

generas la kvar-kadro domoj kaj IRAMUTEQ, kiu preparas la simileco analizo de la respondoj de la partoprenantoj. Krome, la fakliteraturo por la disvolviĝo de ĉi tiu esploro ankaŭ subyace la procezo de lego de reprezentoj.

Ŝlosilvortoj: Sociaj Reprezentoj; Lernejo Evasion; Sako; Kaŭzoj; Politiko.

Abstract

This article presents the results of the research on school evasion at the Federal Institute of Paraná - Pitanga Campus. The research thematizes the identity of the students of this institution, seeking to identify through social representations the possible causes that can lead to school dropout. Taking identity as one of the themes that involve the tensions and challenges present in this theme raises the question of the specificities of the identity change of these students. In this context, it is asked: Do the students who receive the PBIS scholarship benefit intellectually from this value? What are the possible causes of avoidance for fellows and non-fellows? The study is based on social identity and the Theory of Social Representations (MOSCOVICI, 1978, 2003, 2011) articulated with the Central Nucleus Theory (ABRIC, 2001). Thus, this study was based on the analysis of the interfaces between the vision about questions about the student practice and the social representations of the participants of the research in the scenario of the Social Inclusion Scholarships. For that, a questionnaire of student identification was used as research protocols; a free word association test and a Likert-scale questionnaire with questions pertinent to practice. For data analysis, two software were used: EVOC, which generates the four-house chart and IRAMUTEQ, which prepares the analysis of similarity of participants' responses. In addition, the scientific literature pertinent to the development of this research also bases the process of interpretation of the representations.

Keywords: Social representations; School Evasion; Handbags; Causes; Policies.

Introdução

O Brasil apresentou um expressivo índice de crescimento mundial do século XX, no entanto, observou-se que isso não se traduziu em diminuição das desigualdades sociais. Desta forma, este estudo busca refletir sobre estes aspectos a partir das Políticas Públicas, em especial o Programa de Bolsa de Inclusão Social ofertado pelo IFPR, cuja finalidade é garantir a permanência deste aluno no Instituto, apesar de sua

*IΦ-Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

vulnerabilidade social. De modo geral, sabemos que o quadro das desigualdades sociais dificulta o acesso das pessoas aos serviços básicos de saúde e educação.

A natureza do objeto deste trabalho é o conjunto de inquietações pelo qual atravessam os discentes do IFPR- CAMPUS PITANGA. Assim, este estudo pode auxiliar os gestores da instituição a identificarem os fatores que limitam a permanência do aluno na escola. Portanto, futuramente poderemos propor alguma ação de formação e análise. Tal fato encaminha-nos para a realização de uma pesquisa exploratória de natureza quali-quantitativa de cunho interpretativo. O Teste de Associação Livre de Palavras viabiliza a obtenção de informações que configuram o Núcleo Central e o Sistema Periférico das representações sociais. Como tal, é uma ferramenta que permite ao pesquisador estruturar as respostas apresentadas a um estímulo verbal indutor, em situações de evocação espontânea e imediata, bem como de que ele possa identificar os universos semânticos relacionados a esse indutor. No Brasil, esse teste tem sido utilizado em pesquisas, por exemplo, por Pedra (2001); Pereira (1997); Schulze (1995); Rangel (1997); Almeida e Costa (1999), Pryjma (2011); Alves-Mazzotti (2007); Menandro e Souza (2010); Machado e Aniceto (2010) e tantos outros pesquisadores. No caso da presente pesquisa será utilizado como frase indutora :

Metodologia e resultados da pesquisa

Esse projeto foi desenvolvido em parceria com o Grupo de Pesquisa Representação Social Subjetividade e Identidade, e consiste em uma pesquisa aplicada aos alunos do Instituto Federal do Paraná – Campus Pitanga, no ano de 2017.

Inicialmente, foi elaborado um protocolo de pesquisa com quatro fontes de dados. A primeira fonte de dados foi o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual constavam os objetivos da pesquisa e uma breve descrição do projeto. Neste, o participante deveria informar seu nome e data, e fornecer sua assinatura, se assim



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

aceitasse participar da pesquisa. Com a primeira parte devidamente preenchida, o participante se direcionaria para a pesquisa em si, onde se encontrava a segunda fonte de dados, o Teste de Associação Livre de Palavras com um termo indutor, que deveria ser respondido cinco vezes, com cinco palavras diferentes, e em seguida enumeradas de 1 a 5 por ordem de importância, sendo 1 a de maior importância e 5 a de menor importância. Logo após, o participante deveria justificar o porquê de ter escolhido a palavra que enumerou com o número 1. Assim como demonstra a Figura 01.

No caso da presente pesquisa foi utilizado como frase indutora:

Levando em consideração o conhecimento que você possui do IFPR (sob o seu olhar) que termos, para você, completam a frase:

“O que leva você a estudar no IFPR?”

- () _____
 () _____
 () _____
 () _____
 () _____

Use os espaços () para ordenar as palavras por importância (utilize 1 para a mais importante e assim sucessivamente).

Por que você escolheu a palavra que colocou como número 1? [Por que para você o IFPR garante a preservação de seus alunos (palavra elencada como número 01?)]

Figura 01 – Teste de Associação Livre de Palavras

Fonte: Os autores

Com a segunda parte da pesquisa já encaminhada, o participante então deveria responder a uma pergunta, que por sua vez nos mostraria os reais motivos sobre a permanência de cada aluno na instituição. A pergunta trata-se de “O que mais o motiva a estudar no IFPR?”

Com todos os passos anteriores encerrados, o discente participante chegava a



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

quarta e última parte da pesquisa, a Escala Likert. Uma vez aqui, o entrevistado deveria dar sua opinião em diversas questões utilizando somente o seguinte código numérico:

01 – CONCORDO FORTEMENTE
02 – CONCORDO
03 – NÃO ESTOU CERTO (A)
04 – DISCORDO
05 – DISCORDO FORTEMENTE

As questões contidas no teste eram:



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

ENUNCIADO	CÓDIGO
01. Eu me sinto totalmente preparado(a) para estudar.	
02. Sou um(a) aluno(a) motivado (a).	
03. A bolsa auxilia a minha permanência no IFPR.	
04. Quando eu terminar o ensino médio quero fazer uma faculdade.	
05. O IFPR me preparou para uma faculdade.	
06. A bolsa é suficiente para suprir minhas necessidades (caso você não receba, imagine se ela seria suficiente).	
07. Quando tenho dúvidas sobre uma matéria, encontro ajuda da equipe de docentes.	
08. Estou contente com as bolsas oferecidas pelo IFPR.	
09. Com a bolsa eu ajudo ou poderia ajudar em casa.	
10. Eu uso ou usaria o valor da bolsa como eu quiser.	
11. A participação num projeto de pesquisa foi ou seria muito importante para mim.	
12. Eu concordo com a frase: “Os alunos de hoje em dia não querem nada com nada.”.	
13. A cada ano está mais difícil estudar.	
14. Sem a bolsa eu pararia de estudar e precisaria trabalhar.	
15. Eu gosto de estudar.	
16. Meus colegas me admiram por estudar no IFPR.	
17. Eu gosto de ler livros.	



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

18. Eu acredito que a educação do Brasil esteja ruim por causa do sistema.	
19. Eu acredito que a educação do Brasil esteja ruim por causa dos alunos.	
20. Eu acredito que a educação do Brasil esteja ruim por causa dos professores.	
21. A bolsa é essencial para me manter na escola.	

Figura 02 – Questionário de afirmações e identificação.

Fonte: Os autores

O conjunto de dados e participantes foi possível através da aplicação dos protocolos de pesquisa aos alunos do Campus de Pitanga. A junção das respostas dos participantes e a coleta de dados foram trabalhadas com auxílio de dois softwares EVOC e IRAMUTEQ. O EVOC, que trabalha as palavras apresentadas e gera o quadro de quatro casas:

<i>Frequência média</i>	1º quadrante Elementos do Núcleo Central prontamente evocados + alta frequência	2º quadrante Elementos da 1ª periferia tardiamente evocados + alta frequência
	3º quadrante Elementos de contraste prontamente evocados + baixa frequência	4º quadrante Elementos da 2ª periferia tardiamente evocados + baixa frequência

Figura 03 - Matriz do EVOC: distribuição por quadrante das palavras evocadas (VERGÈS,1994).

Foram coletados 119 protocolos de pesquisa com os alunos dos primeiros,



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

segundo e terceiro ano do Instituto Federal do Paraná Campus Pitanga que frequentam o curso técnico integrado de Cooperativismo. Todos os alunos que aceitaram participar responderam ao protocolo, seguindo a metodologia da pesquisa. Após a coleta de dados, os pesquisadores passaram a se reunir para a preparação dos dados científicos. Estes foram digitalizados no Excel preparados em planilhas, substituindo as palavras semelhantes (lematização), separados em OMI (Ordem Média de Importância), OME (Ordem Média de Evocação), e as Justificativas das palavras consideradas mais importantes. Em seguida foram rodados no software Evoc e salvos os arquivos do Listvoc, Aidecat e Randgraf e Rangmot. Depois foram arrumados e preparados para o Iramuteq, a fim de se criar a árvore magna e uma nuvem de palavras com a análise de similitude. O conjunto dos dados pretende ser usado para traçar um caminho que nos ajude a evitar a evasão dos alunos do Campus, por meio de suas próprias opiniões sobre o motivo ao qual eles permanecem ou deixam a instituição.

Os dados, depois de trabalhados no EVOC, geraram o quadro de quatro casas, que vem apresentado a seguir, assim como outros dados como a análise de similitude (software Iramuteq) e nuvem de palavras (metadados).

Em 1994, Jean-Claude Abric retoma alguns trechos do texto da tese que defendeu em 1976, para esclarecer o que entende por núcleo central das representações sociais, dos quais transcrevemos:

A organização de uma representação apresenta uma característica particular, específica: os elementos da representação não são apenas hierarquizados, mas além disso toda representação é organizada em torno de um núcleo central, constituído de um ou de alguns elementos que dão à representação o seu significado. (ABRIC, 1994, p. 19)

Por conseguinte, em suas obras, Abric (1993; 1994; 2000; 2001) diferencia dois



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

núcleos/sistemas constituintes das representações sociais: o periférico, que abriga os elementos passíveis de mudança mais rápida, por isso considerados bem mais flexíveis do que aqueles que constituem o núcleo central da representação. Ambos contribuem para o indivíduo interpretar a realidade e determinam seus comportamentos e práticas.

As sumarizações apresentadas em quadros por Abric (2000, p. 31 e 34) permitem a visualização esquemática das características e funções do sistema central e do sistema periférico, identificadas a partir dos resultados de muitos anos de pesquisa na abordagem estrutural. Foram as análises desses resultados que deram suporte para a conclusão de que qualquer “representação é organizada em torno de um núcleo central” (ABRIC, 1994, p. 21), cujos elementos são significado à representação. Este núcleo desempenha duas funções principais: a de ser geradora e organizadora. Enquanto a primeira função possibilita que “se crie, ou se transforme o significado dos outros elementos constitutivos da representação, [...] e que outros elementos ganhem um sentido, um valor” (ABRIC, 2000, p. 31), a função organizadora “determina a natureza dos elos, unindo entre si os elementos da representação” (ABRIC, 2000, p. 31). Conforme Abric (2000, p. 31), o núcleo central “é o elemento unificador e estabilizador da representação.” Por sua vez, três são as funções dos elementos periféricos de quaisquer representações sociais: concretização; regulação; defesa (ABRIC, 2000). Vejamos o Quadro com a caracterização geral do núcleo central e periférico das RS:



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

NÚCLEO CENTRAL	NÚCLEO PERIFÉRICO
Ligado à memória coletiva e à história do Grupo	Permite a integração das experiências e histórias individuais
Consensual; define a homogeneidade do grupo; estável	Suporta a heterogeneidade do grupo
Estável; resistente à mudança; coerente	Flexível; suporta as contradições
Pouco sensível ao contexto imediato	Sensível ao contexto imediato

Quadro 01: Caracterização geral do núcleo central e periférico das representações sociais.

Fonte: Abric (1994, *apud* Sá, 2002, p.74)

Abric (1994; 2000) salienta a importância e desdobramentos do trabalho de Claude Flament, porquanto que esses “constituem um avanço importante na análise do papel deste sistema periférico.” (ABRIC, 1994, p. 26), ao proporem os elementos periféricos como esquemas, organizados pelo núcleo central. Ao assim fazê-lo, Flament entende que eles garantem “de modo instantâneo o funcionamento da representação como guia de leitura de uma situação” (1989, *apud* Abric 2000, p. 32). Apoiando-se na proposição de Flament quanto à importância desses esquemas para o funcionamento das representações, Abric (1994; 2000) resgata as características propostas por esse autor, quais sejam a de serem prescritoras de comportamentos, moduladoras personalizadas das representações e das condutas a elas associadas, e protetoras do núcleo.

Em suma, segundo a proposição de Jean-Claude Abric, as representações sociais comportam um duplo sistema, uma central e um periférico, com características e funções diferentes, ao passo que o núcleo central congrega os elementos que apresentam maior resistência à mudança, que perduram por mais tempo, os elementos que



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

constituem o núcleo periférico possibilitam a interface entre a representação elaborada e os efeitos das experiências individuais (vide Quadro 3 e Quadro 4). Por isso respondem duplamente pelas possibilidades de maior variação e de menor resistência a mudanças.

O software IRAMUTEQ por sua vez, foi desenvolvido por Pierre Ratinaud e proporciona o desenvolvimento de técnicas de análise de dados conforme Camarto e Justo (2013)

O IRAMUTEQ é um software gratuito e com fonte aberta, desenvolvido por Pierre Rainaud [...] e licenciado por GNU GPL(v2), que permite fazer análises estatísticas sobre corpus textuais e sobre tabelas indivíduos/palavras. Ele ancora-se no software R (www.r-project.org) e na linguagem Python (www.python.org).

O programa possui especificidades quanto à elaboração do corpus, que precisa ser minuciosamente preparado pelo pesquisador, porém, sua eficácia é muito boa, gerando tanto a árvore máxima quanto a nuvem de palavras para a análise do pesquisador.

A junção destes dados permite a visão formada pelas representações sociais que os participantes da pesquisa trazem e sugere encaminhamentos futuros, principalmente para o IFPR – Pitanga, que precisa se estruturar na cidade por se tratar de um Campus Novo.

Resultados da pesquisa:

O resultado da associação livre foi uma lista com 595 palavras, sendo que destas 205 eram diferentes. Observamos que a palavra “qualidade” apareceu com o maior número de evocações (76) e em segundo lugar a palavra “futuro” (47). Nos quatro



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

quadros de quatro casas o quadrante superior esquerdo, denominado núcleo central, comporta as palavras que apresentaram maior frequência e foram mais prontamente evocadas, constituindo-se na parte mais estável e permanente de uma representação, conferindo-lhe sentido. O quadrante inferior esquerdo, denominado zona de contraste, abarca as palavras que apresentaram menores frequências e foram também prontamente evocadas, podendo demonstrar variações da centralidade da representação para grupos específicos. Os dois quadrantes à direita (superior e inferior) comportam palavras que apresentaram menor prontidão de evocação e maiores ou menores frequências, sendo denominadas de primeira e segunda periferia. A zona periférica expressa os elementos representacionais associados ao contexto imediato de vida, à realidade cotidiana e às práticas sociais, sendo, portanto, instáveis, permitindo a variabilidade interindividual da representação. No quadro 02, oferecido pelo EVOC, estão distribuídos os termos evocados na presente pesquisa.

PROVÁVEL NÚCLEO CENTRAL				1ª PERIFERIA			
Cas ou la Fréquence ≥ 12 et le Rang Moyen < 3				Cas ou la Fréquence ≥ 12 et le Rang Moyen ≥ 3			
VOCABULO	FREQUEN CIA	OME	OMI	VOCABULO	FREQUEN CIA	OME	OMI
CONHECIME NTO	27	2,519	2,577	AMIZADE	49	3,224	4,020
ENSINO	28	2,786	2,500	BOLSA	30	3,467	4,000
INCENTIVO	13	2,538	2,308	DEDICACAO	24	3,917	
OPORTUNIDA DE	40	2,775	2,585	ESTRUTURA	23	3,130	4,000
PROFESSOR	40	2,450	3,025	EXPERIENCIA	14	4,000	3,714



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

QUALIDADE	76	2,158	1,961	FUTURO	47	3,043	
DEDICACAO	24		2,917	PROJETO	25	3,360	3,840
FUTURO	47		2,426	RESPONSABILIDADE	24	3,375	3,417
				RIGIDO	13	3,692	3,615
2ª PERIFERIA (ZONA DE CONTRASTE) Cas ou la Fréquence < 12 et le Rang Moyen < 3				3ª PERIFERIA Cas ou la Fréquence < 12 et le Rang Moyen >= 3			
VOCABULO	FREQUEN CIA	OME	OMI	VOCABULO	FREQUEN CIA	OME	OMI
APRENDIZAG EM	11	2,727	2,364	ACOLHIMENT O	6	3,667	
EXCELENTE	7	2,429		BOM	7	4,000	4,286
PROFESSORE S	7	2,000	1,429	EDUCACAO	10	3,100	3,400
ACOLHIMENT O	6		2,833	FORMACAO- DOS- PROFESSORE S	7	3,286	3,143
				EXCELENTE	7		3,000

Quadro 02 – Quadro de Quatro casas resultado da pesquisa: As Representações Sociais Sobre Evasão, Manutenção E Permanência Escolar: Tecendo Considerações

Fonte: Os autores

O núcleo central apresenta termos que caracterizam as motivações dos alunos de



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

se mantiverem na instituição, sendo eles, em ordem de frequência:

QUALIDADE	76
FUTURO	47
PROFESSOR	40
OPORTUNIDAD E	40
ENSINO	28
CONHECIMEN TO	27
DEDICACAO	24
INCENTIVO	13

Quadro 03 – Possível Núcleo Central e frequência da pesquisa: As Representações Sociais Sobre Evasão, Manutenção E Permanência Escolar: Tecendo Considerações

Fonte: Os autores

O núcleo central é basicamente composto de termos subjetivos, vejamos que a motivação demonstrada correlaciona fatores que envolvem aspectos didáticos e metodológicos, pedagógicos e escolares e psicológicos, que podem ser assim divididos:

Aspectos didáticos	Aspectos pedagógicos e escolares	Aspectos psicológicos
professor ensino	qualidade oportunidade	futuro conhecimento dedicação incentivo

Quadro 04 – Categorização por aspectos do possível núcleo central da pesquisa: As Representações Sociais Sobre Evasão, Manutenção E Permanência Escolar: Tecendo Considerações

Fonte: Os autores



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

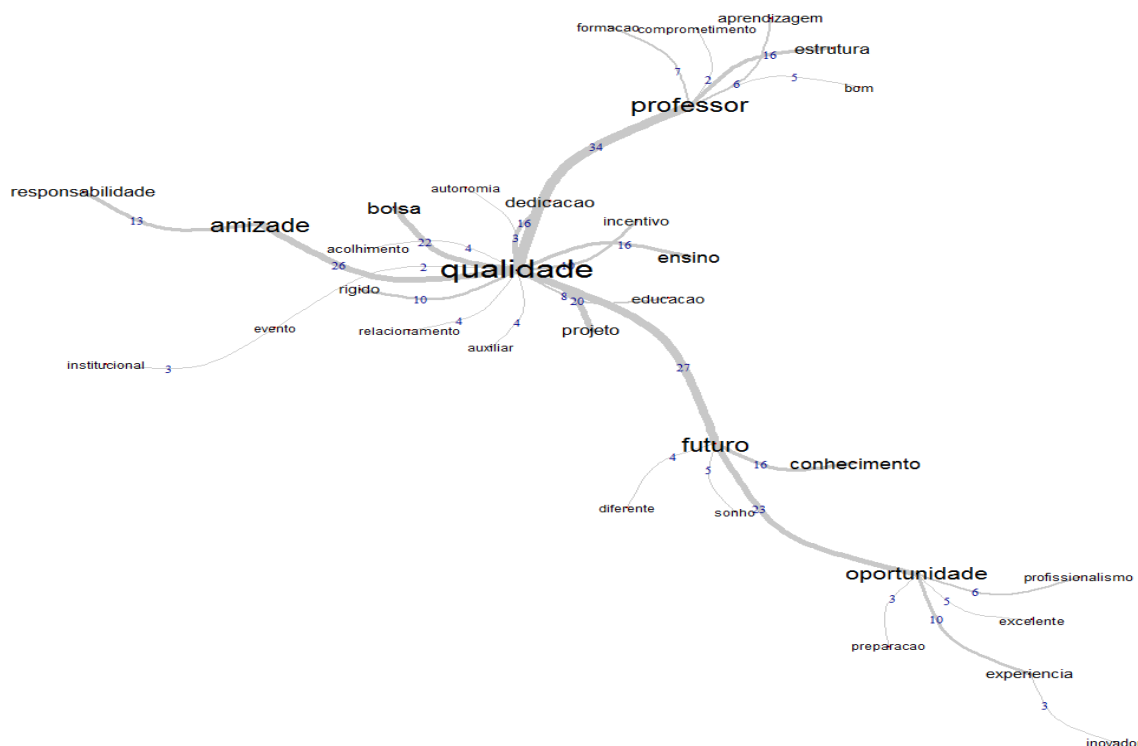


Figura 5: Árvore Máxima.
Fonte: Os autores

O possível núcleo central desta representação social está associado aos termos “Qualidade”, “Oportunidade”, “Conhecimento”, “Ensino”, e “Incentivo” e aos olhos dos pesquisadores confirmam-se como os principais motivos que levam os alunos a estudarem no IFPR – Campus Pitanga. Os demais elementos se fazem presentes na Ordem Média de Evocação (OME), mas não se confirmam na Ordem Média de Importância, ou vice-versa.

Quanto à similitude entre os termos da representação social, constituem-se com força os elementos “Qualidade” e “Professor” (34), nos mostrando que a qualidade do

*IΦ-Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

corpo docente do IFPR, está se fazendo notar por aqueles que dela usufruem, e se tornou um ponto crucial quando o assunto é motivos para se frequentar essa instituição.

Reter e compreender tais conhecimentos, não só podem nos ajudar a evitar evasões no campo institucional do Campus, como também nos proporciona a chance de entender como, e porque uma instituição como o IFPR funciona aos olhos de seu público alvo, os seus próprios alunos. Desse modo, essa nova visão pode ser incluída em todos os planejamentos, tanto de melhoramento, quanto reconhecimento da atual situação institucional. Saber que, por exemplo, “Oportunidade” se constituiu como uma das representações sociais do IFPR nos indica que não só o colégio está sendo visto de maneira positiva e esperançosa, como também está seguindo seus próprios conceitos de missão e visão institucional, visto ainda que tal representação está acompanhada de termos como, “Qualidade” e “Ensino”. Seja como for, os resultados não só cumprem com seus objetivos na pesquisa, como também se tornam luz quando tratamos de outras dúvidas provindas da questão.

Já quanto à terceira parte da pesquisa, o motivo pelo qual o participante frequenta a instituição, ou seja, o que o mantém nela, uma análise de similitude pode nos expressar de maneira correta, qual foi a lógica e qual a linha de raciocínio utilizada pelo discente para responder a questão.

Percebe-se pela análise de similitude que a palavra qualidade do ensino foi muito invocada pelos pesquisados. Portanto, nota-se que a qualidade do ensino influencia diretamente a tomada de decisão do estudante, ou seja, o aluno quer estudar no IFPR-CAMPUS PITANGA porque acredita que o ensino seja de qualidade. Outro fator relevante identificado na pesquisa diz respeito ao futuro. Os pesquisados acreditam que a instituição pode contribuir para um futuro melhor. É importante destacar que os participantes da pesquisa são adolescentes com idade entre 14 e 18 anos. A preocupação



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

com o futuro demonstra que estes jovens sabem avaliar o ambiente ao qual estão inseridos.

A palavra professor também apareceu com muito destaque na análise de similitude. O corpo docente é um fator importante para os estudantes, que acreditam que os mestres e doutores podem contribuir para melhorar ainda mais a qualidade do ensino. A palavra amizade também foi identificada na pesquisa como algo relevante. A instituição apresenta um ambiente agradável para os estudantes, potencializando a construção de relações de amizade que favorecem o aprendizado. A palavra bolsa aparece com certa frequência na pesquisa. Alguns alunos do IFPR-CAMPUS PITANGA estão em vulnerabilidade social, portanto, as bolsas para os estudantes são importantes para manter os alunos na escola. Apesar da importância da bolsa para estes estudantes, não é necessariamente a bolsa que influencia o aluno a tomar a decisão de estudar no IFPR CAMPUS PITANGA. A palavra ensino foi identificada com considerável frequência. Neste aspecto, pode-se fazer uma ligação com a palavra qualidade, isto é, como a instituição presta um serviço de educação, e a palavra ensino foi invocada, podendo ser analisada juntamente com a palavra qualidade. Outras palavras foram identificadas na pesquisa, porém, apresentaram menor frequência nos resultados do estudo. A instituição pode utilizar estas informações para conduzir campanhas de marketing mais eficientes e, ao mesmo tempo, atrair ainda mais estudantes para esse modelo de ensino tecnológico. Nesse sentido, as representações sociais auxiliam no processo de identificação do que é realmente relevante para as pessoas, para a comunidade acadêmica. As instituições de ensino são espaços que colaboram para formar cidadãos que interajam com a sociedade, formando uma construção coletiva do entendimento sobre algo. Este entendimento resulta na representação social sobre fatos, coisas, ambientes e pessoas. É neste aspecto que esta pesquisa colabora para identificar



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

o que fundamenta o alicerce institucional do IFPR-CAMPUS PITANGA. Portanto, identificar as representações sociais através da visão do discente sobre a evasão escolar, com certeza, traz um vetor que pode auxiliar os formuladores de políticas educacionais a melhorarem as ações de combate à evasão.

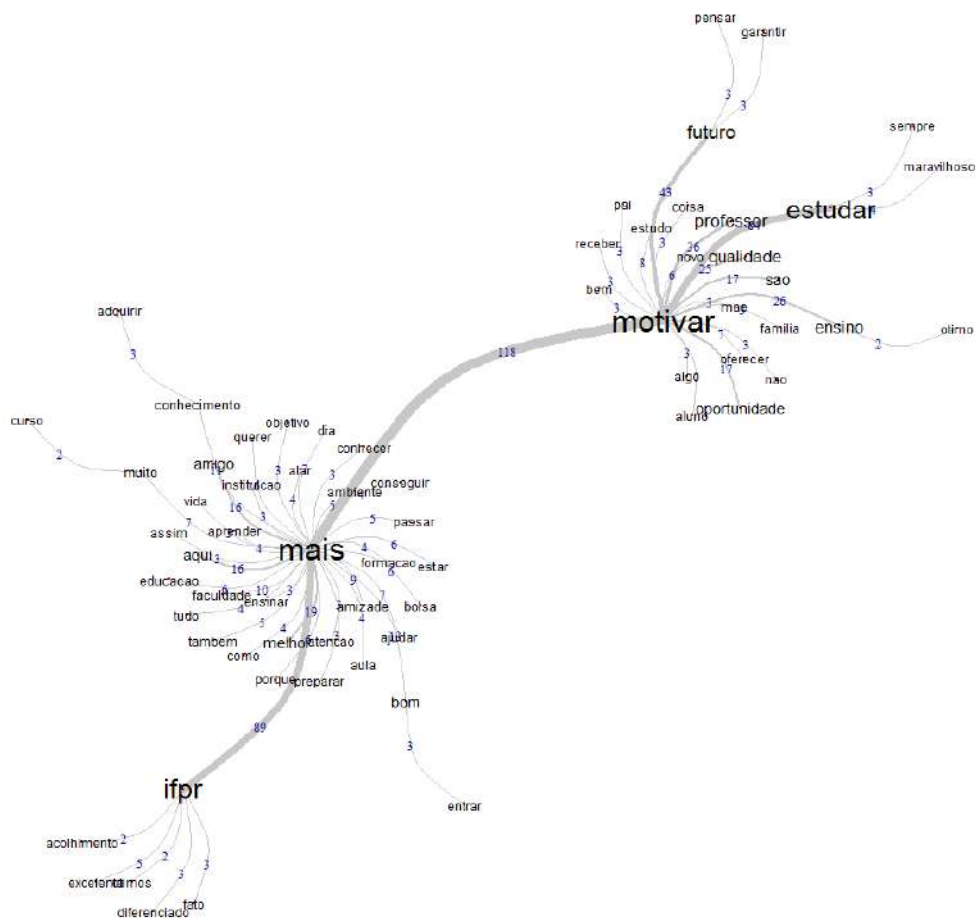


Figura 5: Árvore Máxima – Motivo de estudar no IFPR.
Fonte: Os autores



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Diferente da parte anterior da pesquisa, essa não busca entender o que levou o participante a frequentar o IFPR, mas sim o que o fez permanecer nela. Dessa forma, outra questão pode ser levantada, o que na instituição mantém quem a frequenta, e por que.

Analisando os dados, percebe-se que os participantes justificaram sua permanência com termos como: “Ótimo”, “Ensino”, “Família”, “Oportunidade”, “Professor”, entre outros. Isso nos mostra diversos motivos e características, que fazem do IFPR um ambiente agradável aos seus discentes, ao ponto de fazê-los continuar frequentando-o.

Outro ponto importante que também deve ser analisado é o fato de que não só o ensino e a qualidade profissional dos docentes que fazem do IFPR algo chamativo, mas também a vivência e o acolhimento que tal instituição proporciona, ponto esse levantado diversas vezes ao longo da pesquisa, e que com toda certeza auxiliam para que o número de evasões diminua, afinal, um ambiente convidativo e alegre, faz com que as coisas se tornem cada vez melhores e interessantes.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

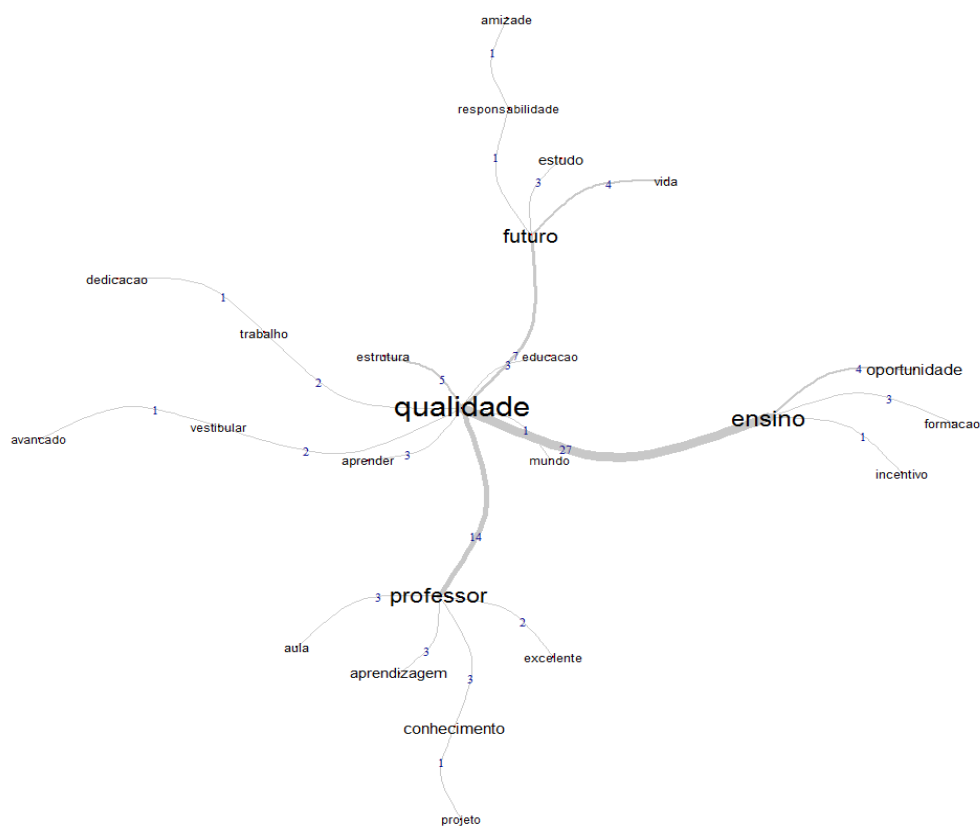


Figura 6: Árvore Máxima – Motivo de estudar no IFPR.
Fonte: Os autores



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

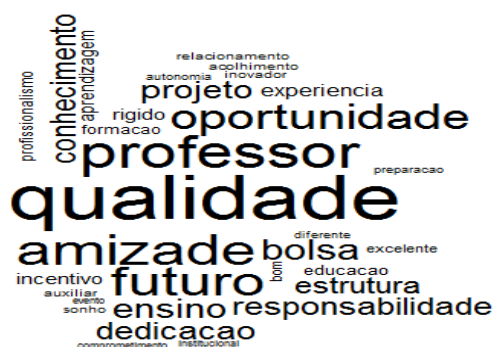


Figura 7: Nuvem de Palavras - metadados
Fonte: Os autores

Em resumo, pode-se concluir que as bolsas ofertadas para os estudantes não são relevantes para influenciar a representação social. Ou seja, o aluno não fica no IFPR-CAMPUS PITANGA pela bolsa. O indivíduo pesquisado avalia algo mais macro, avalia um contexto que passa pela excelência, qualidade e pelo diferencial que o método do IFPR apresenta no processo de ensino. A visão de que as bolsas de ensino são os aspectos mais relevantes para os estudantes não condiz com os resultados das representações sociais. No entanto, este estudo não tem o objetivo de negar a importância das bolsas sociais, mas encontrar questões que possam impactar na



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

formação da representação social do IFPR na visão discente. Neste aspecto, evidencia-se à luz dos dados levantados, que os alunos da referida instituição estão pensando em qualidade, visão de longo prazo que forme um indivíduo funcional e integrado. Parafraseando Frederick Herzberg: “dinheiro não necessariamente motiva as pessoas”. Dessa forma, a instituição pode utilizar sua expertise em ensino, pesquisa, extensão e inovação como formas de atrair ainda mais estudantes e, ao mesmo tempo, manter os alunos que já fazem parte do processo pedagógico. Ou seja, como o aluno do IFPR-CAMPUS PITANGA considera que a qualidade é um diferencial, é importante criar condições para que esses dimensionamentos identificados na pesquisa possam reduzir a evasão.

Referências

- ABRIC, Jean-Claude. “A abordagem estrutural das representações sociais” In MOREIRA, Antônia S. P. OLIVEIRA, Denise C. (Orgs.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 2000. p. 27-38.
- ABRIC, Jean-Claude. “A Zona Muda das Representações Sociais” In OLIVEIRA, Denize Cristina de; CAMPOS, Pedro Humberto Faria. **Representações Sociais – uma teoria sem fronteiras**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.
- ABRIC, Jean-Claude. “*La recherche du noyau central et de la zone muette des représentations sociales*” In: ABRIC, Jean-Claude (Org.) **Méthodes d'étude des représentations sociales**. Ramonville Saint-Agnes, 2003. p. 59-80.
- ABRIC, Jean-Claude. “*Les représentations sociales: aspects théoriques*” In ABRIC, Jean-Claude. (Ed.). **Pratiques sociales et représentations**. Paris: Presses Universitaires de France, 2.ed., p.11– 35. Paris, 1994.
- ABRIC, Jean-Claude. “**Central system, peripheral system: their functions and roles in the dynamics of social representations. Papers on Social Representations**, Paris, p.75-78, 1993.
- ALMEIDA, Ângela M. de O.; COSTA, Wilse A. da. “Teoria das representações sociais: uma abordagem alternativa para se compreender o comportamento cotidiano dos indivíduos e dos grupos sociais” In. **Revista Educ. Pública**. Cuiabá, v. 8, n13, p.250-280, jan./jun.1999.
- ALTET, Marguerite. “As competências do professor profissional: entre conhecimentos,



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

esquemas de ação e adaptação, saber analisar” In PAQUAY, Léopold et al. (Orgs.). **Formando professores profissionais: Quais estratégias? Quais competências?** Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 23-35.

_____. “As competências do professor profissional: entre conhecimentos, esquemas de ação e adaptação, saber analisar” In: PAQUAY, , Léopold et al. (Orgs.). **Formando professores profissionais: Quais estratégias? Quais competências?** Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 23-35.

Léopold et al. (Orgs.). **Formando professores profissionais: Quais estratégias? Quais competências?** Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 23-35.

ALVES, Cristovam et al. **Identidade profissional de professores: um referencial para pesquisa. Educação & Linguagem**, São Bernardo do Campo, SP, ano 10, n. 15 p. 269-283, jan.-jun. 2007.

ARRUDA, Angela. “Despertando do pesadelo: a interpretação” In MOREIRA, Antonia S.P.; CAMARGO, Brígido V.; JESUÍNO, Jorge. C.; NÓBREGA, Sheva. M. (Orgs.). **Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais**. João Pessoa: EdUFPB, 2005. p.229-258.

BORGES, Cecília; TARDIF, Maurice. **Apresentação. Educação & Sociedade**, Campinas. v.22, n.74, p. 11-26, 2001.

BRZEZINSKI, Iria. **Profissão professor: identidade e profissionalização docente**. Brasília: Plano, 2002.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

COHEN-SCALI, Valérie; MOLINER, Pascal. **Représentations sociales et identité: 'es relations complexes et multiples. L' Orientations scolaire et professionnelle** [online], v. 37, n. 4, p. 465-482, 2008. Disponível em <<http://osp.revues.org/1770>>. Acesso em 15 de março de 2016.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais..** Porto: Porto Editora, 2005.

ESTEVE, José M. “Mudanças sociais e função docente” In NÓVOA, António (Org.). **Profissão professor**. Porto: Porto Editora, 1995. p. 93-124

FLAMENT, Claude ; ROUQUETTE, Michel-Louis. **Anatomie des idées ordinaires. Comment étudier les représentations sociales**. Paris : Armand Colin/VUEF, 2003.

GOMES, Alberto A. **A profissão docente em construção: expectativas e conflitos do 'ser professor'. Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, [online], v. 3, p. 161-180, 2016. Disponível em:<<http://www.seer.ufms.br/index.php/persdia/article/view/943/1089>>. Acesso 09 de março 2016. GUARESCHI, Pedrinho & JOVCHELOVITCH , Sandra (Orgs). **Textos em representações sociais**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007

LIBÂNEO, José Carlos, PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de profissionais da**



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

educação: visão crítica e perspectiva de mudança. Educação & Sociedade, Campinas, v. 20, n. 68/especial, p. 239-278, dezembro de 1998.

_____. **Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança. Educação & Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 68/especial, p. 239-278, dezembro de 1999.

MARKOVÁ, Irvana. **Dialogicidade e representações sociais: a dinâmica da mente**. Petrópolis: Vozes, 2006. (Psicologia social)

MENANDRO, Maria Cristina S.; SOUZA, Luiz Gustavo S. **O que é ser bom aluno? O que é parar de estudar? Representações sociais de estudantes do ensino médio**, **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v.19, n.39, p. 75-94, 2010.

MENIN, Maria Suzana De Stefano; SHIMIZU, Alessandra de Moraes. “Educação e representação social: tendências de pesquisa na área: período de 2000 a 2003” *In* MENIN, Maria Suzana De Stefano; SHIMIZU, Alessandra de Moraes (Orgs.). **Experiência e representação social: questões teóricas e metodológicas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 93-130.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais. Investigações em psicologia social**. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis RJ: Vozes, 2010.

_____. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, Serge. *La psychanalyse, son image et son public*, Paris: PUF, [1961] 1976. NÓVOA, António. (Org.). *Profissão professor*. Porto: Porto Editora, 2000.

PEDRA, José. A. **Uma contribuição ao estudo da representação social da educação escolar no meio rural**. 1980. 220f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

PEREIRA, Ana. P. S. S. **Das representações sociais e das construções dos alunos acerca dos professores**. **Psicologia Educação e Cultura**, Carvalhos, n.1, p. 87-110, 1997.

PIMENTA, S.G. **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas**. São Paulo:Cortez,2002.

_____. “Formação de professores: identidade e saberes da docência” *In* PIMENTA, Selma G. (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 15-34.

PRYJMA, Leila Cleuri. **Leitura: representações sociais de uma rede municipal de ensino**. 2011. 145f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 2011.

RANGEL, Mary. “Das dimensões da representação do “bom professor” às dimensões do processo de ensino-aprendizagem” *In* TEVES, N.; RANGEL M. (Orgs.).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Representação social e educação: temas e enfoques contemporâneos de pesquisa.

Campinas: Papyrus, 1999. p. 47-78.

SÁ, Celso P.de. “A noção do objeto de pesquisa” *In* SÁ, Celso P.de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro:EdUERJ,1998. p.21-30.

SANTOS, Maria de Fátima.S. “A teoria das representações sociais” *In* SANTOS, Maria de Fátima.S.; ALMEIDA, Leda Maria (Orgs.). **Diálogos com a teoria das representações sociais**. Recife/Maceió: UFPE/UFAL, 2005. p.13-38.

SAVIANI, D. “Escola e Democracia ou a Teoria da Curvatura da Vara” *In* ANDE. **Revista da Associação Nacional de Educação**. Ano I, nº 1, 1981.

SCHULZE, Clélia M. N. “As representações sociais de pacientes portadores de câncer” *In*: SPINK, M. J. (Org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 266-279.

TARDIF, Maurice; GAUTHIER, Clermont. **Éléments pour une théorie de la pratique éducative: actions et saviors em education**. 1993.

VERGÈS, Pierre. “Representações sociais da economia: uma forma de conhecimento” *In* JODELET, Denise (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 343- 360.

VILLAS BOAS, Lúcia Pintor Santiso. **Uma abordagem da historicidade das representações sociais**. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 140, p. 379-405, Ago. 2010.

WACHELKE, João Fernando Rech; CAMARGO, Brígido Vizeu. **Representações sociais, representações individuais e comportamento**, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 379-390, dez. 2007.

WAGNER, Wolfgang. “História, memória e senso comum em representações sociais e interdisciplinaridade” *In* MOREIRA, A. S. P.; JESUÍNO, J. C. (Org.). **Representações sociais: teoria e prática**. 2. ed. rev. e ampl. João Pessoa: UFPB, 2003. p.15-28.

_____. “Sócio-gênese e características das representações sociais” *In* MOREIRA, Antonia S. P.; OLIVEIRA, Denize C. de. **Estudos interdisciplinares**



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Nação e nacionalismo numa perspectiva histórica

Por: Maxlander Dias Gonçalves⁵⁹

max.dias.goncalves@gmail.com

Resumo

O tema nação e nacionalismo tem ganhado relevância na atualidade em razão dos fluxos migratórios recentes. Conservadores e liberais, em especial, tinham pontos de vista diferentes sobre o mesmo assunto no século XIX e atualmente a questão parece estar longe de ser resolvida, apesar de urgente. As guerras étnicas e a falta de trabalho levam um contingente imenso de pessoas a migrarem, carregando consigo identidades culturais que abalam as estruturas seculares de nações desenvolvidas.

Palavras-chave: Identidade Nacional; Imigração; Cultura Nacionalista.

Resumo

La temo nacio kaj naciismo akiris gravecon nuntempe pro la freŝaj migraj fluoj. Konservativuloj kaj liberaluloj, en aparta, havis malsamajn opiniojn pri la sama temo en la 19a jarcento kaj hodiaŭ la afero ŝajnas malfrue solvita, kvankam urĝa. Etnaj militoj kaj manko de laboro kondukas al grandega kontingento de homoj migrantaj, portante kun ili kulturajn identecojn, kiuj skuas la sekularajn strukturojn de evoluintaj nacioj.

Ŝlosilvortoj: Nacia Identeco; Enmigrado; Naciisma Kulturo.

Abstract

The theme nation and nationalism has gained relevance in the present time, having as a reason the recent migratory flows. Conservatives and liberals, in particular, had

⁵⁹ É doutorando em História pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, é Mestre em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, é Graduado e Licenciado em História pela SERRAVIX, é Graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES e é graduando em Filosofia pela mesma instituição. É servidor público federal, docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – EBTT, lotado junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO, no campus da cidade de Ariquemes – RO. É autor do livro “Uma história do PT no discurso da Veja” (2018) e coautor dos livros: “Juventude e desenvolvimento: por uma nova ordem global” (2012) e “O PT na institucionalidade democrática brasileira” (2011).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

different views on the same subject in the nineteenth century and today the issue seems far from being resolved, though urgent. Ethnic wars and unemployment lead to an immense contingent of people migrating, carrying with them cultural identities that shake the secular structures of developed nations.

Keywords: *national identity, immigration, nationalist culture.*

Introdução

Podemos conceituar nação, a partir dos termos latinos *nasci* e *natio*, como sendo o laço que une as pessoas a partir do nascimento ou do local onde nascem. Há uma compreensão geral de que esse local de nascimento provê o fundamento para uma forma natural de associação humana o que está longe de ser um fato consumado. Na verdade o termo nação passou a ter um sentido político apenas na Europa do final do século XVIII e início do XIX (VINCENT, 1995, p.237).

Juntamente com a tentativa de uma conceituação mais precisa sobre o termo se consolidaram também as várias formas de se conceber e analisar o fenômeno nação. Esta palavra – que em si traz outros muitos conceitos difíceis de serem medidos tais como história, cultura, língua, lealdade, afeição em comum – denota algo de grande abrangência e muita controvérsia.

São vários os paradoxos presentes na discussão. Conforme Vincent, explicações conceituando nação e nacionalismo surgiram com o advento da democracia, em um contexto de avanço industrial e de múltiplas teorias sobre a base da soberania popular e desde então vem sendo mescladas a outras tantas formas de ideologia. Ao remontar um passado tribal e étnico algumas teorias nacionalistas buscam encontrar explicações identitárias em aspectos genéticos. “Escritores influenciados pela sociobiologia tendem a esta forma de interpretação, encarando o nacionalismo mais como uma categoria biológica do que normativa” (VINCENT,



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

1995, p.241).

Já Anthony Smith argumenta que é a partir do aprofundamento das relações e associações de uma dada etnia que as nações modernas passam a existir. Contudo, segundo Vincent, como início do nacionalismo “o ponto de origem mais plausível é o período imediatamente anterior e o posterior à Revolução Francesa” (1995, p.241).

De acordo com Oliveira, as doutrinas sobre a constituição da nação enfocam dois elementos principais: o político e o cultural. No primeiro a ação legislativa orienta o caráter nacional e no segundo todo o ideário nacionalista tende “a se contrapor à ideia de progresso” organizando sua ação numa constante reconstrução do passado (1990, p.29). A problemática candente reside na passagem do ser humano de um estado de natureza para o civil: a nação é um fundamento artificial ou uma estrutura natural?

Atribuir ao elemento cultural ou político uma explicação dogmática e definitiva acerca da união dos seres humanos em uma nação e a consequente ideologia nacionalista que emerge daí possibilita ao Estado justificar ações no campo das leis e dos costumes, todavia não desnuda o tema em sua complexidade. A questão nacionalista no século XXI ganha relevância na medida em que ondas migratórias acentuam problemáticas diversas, alimentadas por xenofobia, pela crescente pobreza e pelo desemprego em massa potencializando narrativas de cisão baseadas em políticas de identidade nacional.

Nação e nacionalismo sob distintas concepções teóricas

Duas premissas teóricas, em especial, buscam responder onde reside o fundamento da nação. Uma vem de Herder e a outra tem a marca de Rousseau. Herder circunscreve o homem dentro de uma cultura particular. Nela este ser



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

humano se origina. O seu modo de pensar, atravessado pela formação educacional, está carregado desta mesma cultura que, reforça, não é universalista, cosmopolita. Em sua ideia paira uma certa negação do homem iluminista desarraigado de uma comunidade (BERLIN, 1982, p.152). A linguagem comparece em Herder como um elemento destacado para a identificação cultural dos homens. Todavia, conforme Andrew Vincent, a língua não parece ser uma identificação clara para a condição de nação, entretanto ela constitui um dos elementos centrais da maioria dos movimentos nacionalistas até hoje (1995, p.260).

Jean-Jacques Rousseau vai caracterizar a política como este percurso que desembocará na constituição de um estado civil onde a natureza se submete à lei, invertendo a lógica natural, passando o forte a servir o fraco e o povo, em busca de sua felicidade, outorga poder a um ente que lhe possibilite felicidade real (1991, p.235).

Rousseau centra no indivíduo sua análise acerca da origem da desigualdade entre os homens e põe em movimento um exame da sociedade cujo estado nacional se estabelece em consonância com um conjunto de regras que objetivam manter uma ordem dentro de um território circunscrito. Mas é o ser humano que estabelece tal ordem que orienta uma nação e não o contrário. A democracia, por exemplo, se organizara na medida em que as desigualdades não eram tão desproporcionais, cujos homens “menos se tinham afastado do estado de natureza” (1991, p.276). Em Rousseau não há traço cultural que determine o pertencimento dos indivíduos, tampouco ordem que não deva ser superada quando o ser humano em estado civil está totalmente privado de sua liberdade.

Ademais, Ernest Renan define uma série de argumentos para que não se considere somente este ou aquele aspecto como essencial à constituição de uma



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

nação, pois, de fato, desvendá-los, por meio dos estudos históricos, pode até contribuir para pôr em perigo a nacionalidade (RENAN, 1999, p.147).

A verdade é que não há raça pura e que basear a política na análise etnográfica é colocá-la sobre uma quimera. Os países mais nobres, Inglaterra, França, Itália, são aqueles onde o sangue é mais misturado. A Alemanha é uma exceção? Ela é um país germânico puro? Que ilusão! (RENAN, 1999, p.152)

O pensamento do alemão Johann Gottfried von Herder contribuiu para a consolidação do que chamamos de ideal romântico acerca do caráter nacional. Seus pressupostos tinham por alicerce uma realocação do lugar do iluminismo na história e o respeito às tradições de cada povo. Segundo Finkielkraut, Herder estabeleceu uma singularidade para cada nação da terra, definindo que “tanto as mais abastadas quanto as mais humildes – têm uma maneira de ser única e insubstituível (1988, p.16)”. Dentre os exemplos utilizados por Herder para definir a importância da nação e conservar o seu núcleo de identidade está a Grécia. Apesar de reconhecer a importância dos grupos étnicos que a compusera, Herder afirma que os gregos criaram algo completamente novo.

Su carácter no conservó ningún rasgo oriental ni fenicio ni egipcio; se hizo griego, y en muchos aspectos estos rasgos llegaron a ser casi demasiado originales; revestían y transformaban todo a su modo. Todo lo demuestra; desde el más grande de los inventos y la historia más importante hasta la palabra y el signo. Paso a paso, en todas las naciones ocurre lo mismo (HERDER, 2007, p.47).

De outro modo constituíram-se os romanos, que mesmo em seu período áureo de expansão imperial não conseguiu destruir barreiras tão sólidas quanto às nacionais. Tendo ela mesma o fim que supusera em outros povos (HERDER, 2007, p.50). Com tais exemplos históricos Herder buscava explicitar os equívocos, em sua



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

opinião, das teorias universalistas e seus defensores como Hume e Voltaire – “¿qué sois vosotros a la luz de la verdad?” (2007, p.57) –, bem como o discurso liberal dos revolucionários franceses.

Não se pode também racionalizar o vir-a-ser, como os filósofos do século que se baseiam no progresso das Luzes, ou seja, no movimento paciente, contínuo e linear da civilização. Não é a história que é sensata ou mesmo racional, é a razão que é histórica (FINKIELKRAUT, 1988, p.18).

Este debate teórico dos alemães contra os franceses teve os intelectuais, os poetas e juristas como os grandes protagonistas. Eles prepararam toda sorte de literaturas para justificar seus valores como sendo autênticos e típicos do *Volk* alemão. Destarte, o âmbito da língua é essencial para forjar o nacionalismo sob o prisma conservador, apesar de, conforme Benedict Anderson, no caso das independências americanas e a constituição do seu caráter nacional particular, tal fator não foi relevante enquanto aspecto diferenciador. Na prática, as elites dirigentes que conduziram o processo de ruptura contra a metrópole compartilhavam a mesma linguagem e descendência com seus antigos colonizadores. “Na verdade, é justo que se diga que a língua nunca foi sequer um tema nessas antigas lutas pela libertação nacional” (ANDERSON, 1989, p.57).

Em sua obra *Nação e Consciência Nacional* Benedict Anderson vai descrever de que modo a linguagem impressa teve um papel preponderante para a unificação dos Estados-nação europeus entre os séculos XV e XVI, rompendo com a fictícia unidade do latim instaurada sobre a comunidade europeia como um legado da igreja romana. Com o advento da imprensa, criou-se um mercado editorial retroalimentado pelo avanço do protestantismo. Tais obras escritas em línguas francesas, inglesas, alemãs criaram uma comunidade imaginária sob uma insígnia



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

nacional. “O capitalismo editorial atribuiu nova fixidez à língua, que, a longo prazo, ajudou a construir aquela imagem de antiguidade, tão essencial à ideia subjetiva de nação” (ANDERSON, 1989, p.54).

A combinação não intencional e bastante explosiva entre o capitalismo, a tecnologia e a diversidade linguística possibilitou a emergência de elementos nacionalistas de diferenciação, bem como das nações em sua face moderna. Na América o advento do jornal e sua rápida expansão no século XVIII utilizou combinação idêntica criando uma comunidade imaginada entre “companheiros-leitores” que se uniam primordialmente pela nova posição ocupada sob os escombros da extinta sociedade colonial (ANDERSON, 1989, p.73).

Há, sem dúvida, um extenso debate acerca da validade do fator “língua” como item aglutinador nacionalista ou como elemento cultural inaugurador da nação, porém, conforme Finkelkraut, há no pensamento romântico uma definição de que a sociedade não nasce do homem, pois quando esse indivíduo vem ao mundo já existe uma comunidade constituída. Neste sentido ele está fadado a se inserir num sistema com regras diversas desde a linguagem até as leis. “O homem entra em um jogo no qual não lhe cabe fixar, mas aprender a respeitar as regras” (1988, p.24). Revoluções e transformações abruptas, por fim, tendem a por em risco as tradições, que é exatamente aquilo que o povo vem sustentando por longos séculos e que o mantém ligado como uma espécie de argamassa.

De modo inverso os liberais acreditam que o homem e seus valores devem ser submetidos à razão que é determinante para o avanço da história da humanidade. Através dela os indivíduos constituiriam novas formas de organizar politicamente o estado permitindo renovar a sociedade humana como um todo. No princípio liberal consagrado entre os franceses a “associação voluntária dos homens



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

[a um Estado-nação] não dependia de uma particularidade qualquer, seja de grupo, de cultura ou de tradição, mas estava aberta a todos os co-partícipes” (FONTES, 1998, p.06).

A nação nascida da Revolução Francesa tinha como referência primordial um conceito político territorial, cuja base era a existência de uma lei comum e da cidadania. Os fundamentos desta comunidade política residiam na vigência da lei que protegia todos os cidadãos, unidos no mesmo interesse e desfrutando dos direitos naturais do homem (LIPPI, 1990, p.30).

No contrato social estabelecido entre as partes, cujos indivíduos aceitam se submeter quando passam a viver sob aquele conjunto de leis, estão predispostas as questões para uma nação socialmente organizada. O homem livre pode escolher a que nação pertencer, que leis seguir. O homem vem antes da nação e as tradições culturais não seriam mais condicionantes. De acordo com Alain Renaut, mais do que um corpo a qual se pertence, a nação revolucionária é um edifício que se constrói a partir de um vínculo contratual. “No se nace, se hace uno francés por un acto de adhesión voluntaria [...] (1993, p.43)”.

La nación revolucionaria se piensa, pues, sobre el fondo de su propia desaparición como nación distinta de las demás cuando la comunidad democrática se haya extendido al conjunto de los pueblos: horizonte del cosmopolitanismo, pero también – y ambos temas son solidarios el uno del outro – horizonte de la paz perpetua (RENAUT, 1993, p.45).

A questão referente à universalidade é um dos pontos nevrálgicos para os liberais quando o assunto é o nacionalismo. A expansão do processo produtivo industrial em todo o mundo, a globalização e a ampliação da defesa sistemática da Declaração Universal dos Direitos Humanos não eliminou tradições culturais, tampouco garantiu a superação de formas milenares de opressão de determinados



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

grupos étnicos e de gênero, muito menos rompeu barreiras nacionalistas.

Num mesmo sentido, a experiência da revolução russa de inspiração marxista não conseguiu orientar uma política de classe que sobrepujasse as dinâmicas das nações que compunham a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Tanto que fora necessário para construir uma formação estatal duradoura fazer concessões de direitos com base nas nações, no entanto tais concessões não contemplaram todas elas com o registro de nacionalidade. Na ordem administrativa o idioma russo prevalecia sobre as demais linguagens e um projeto interno de imigração no período stalinista visava deslocar russos para outros territórios de origem étnicas diferentes, a fim de dirimir os tensionamentos de ordem política e cultural.

Em contraposição ao liberalismo político e ao socialismo soviético Hitler forjou o nacional socialismo. O seu conceito de economia planificada em prol da nação condenava a livre iniciativa e o individualismo. O romantismo alemão servira de algum modo como fator inspirador para o resgate de imagens do glorioso passado germânico. Uma inversão basilar do marxismo, tornando a luta de classes em luta de raças, foi primordial para a teoria hitlerista (DUMONT, 1985, p.143). Através dela o suposto inimigo comum da nação ganhou uma identidade nacional diferente – eis a premissa do discurso antissemita; o outro é tudo aquilo que eu por distinção não sou – esvaziando o conteúdo marxista em torno das divergências classistas e a função do Estado. Na lógica do *führer* o novo mundo em gestação teria os arianos como os únicos suficientemente adaptados para o porvir da espécie humana, numa clara alusão às teorias evolucionistas que influenciaram as ciências do século XIX.

A condição mais essencial, porém, para a formação e conservação de um Estado é a existência de um sentimento de solidariedade, baseado na identidade de raça, bem como a boa vontade de por ele sacrificar-se. [...] Na luta pela conservação serão submetidos ao jugo e assim mais cedo ou mais tarde sucumbirão os povos que



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

apresentarem menos virtudes heroicas ou que não estejam na altura da astúcia do parasita inimigo (HITLER, 2016, p.122).

Para Ernest Renan interessa perceber onde, quando e como determinadas convenções passam a fazer sentido para as pessoas na tarefa de se identificar com relação aos similares e em contraposição aos díspares. A formação de uma nação não depende apenas da constante lembrança dos elementos de unidade, mas pressupõe, outrossim, esquecimento por parte dos indivíduos que compõem a coletividade (1999, p.148).

Como a França persiste como nação, quando o principio que a criou desapareceu? Como a Suíça, que tem três línguas, duas religiões, três ou quatro raças, é uma nação, enquanto que a Toscana, por exemplo, que é tão homogênea, não é considerada uma nação? Por que a Áustria é um Estado, mas não é uma nação? (RENAN, 1999, p.149)

Identidade e Imigração no século XXI

Benedict Anderson afirma que “[...] nos últimos trinta anos, a escala e a velocidade da migração internacional de mão de obra, não apenas dentro, mas entre as fronteiras nacionais, têm-se acelerado, sem que haja sinais de retração” (1999, p.162). Essa configuração muito peculiar no século XXI que rompeu limites econômicos e barreiras geográficas, modificando a relação entre os indivíduos e, conseqüentemente, o cotidiano das nações, tem amplificado o debate político acerca da imigração em todo o planeta.

Há um fluxo intenso de pessoas em busca de oportunidades de trabalho e estudos sem que a fixação de moradia em um novo território, vivendo em meio a uma nova nação represente o abandono de raízes culturais e identidades históricas destes indivíduos. De acordo com Anderson, “pessoas são muito mais que apenas



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

trabalhadores; carregam consigo culturas, hábitos, músicas, culinárias, tradições e crenças religiosas” (1999, p.163). Estes *outsiders* tidos como humanos inferiores pelos estabelecidos⁶⁰ personificam a lógica de funcionamento da imigração no século XXI e reafirma a concretude do ideário nacionalista tão forte nos séculos passados e, só aparentemente, em decadência na sociedade globalizada.

A lógica da imigração segue rastros que remontam o processo de colonização da África e da Ásia por parte dos europeus ainda no século XIX. Num fluxo inverso, muitos ex-colonizados, em busca de oportunidades, ultrapassam de forma ilegal a linha que determina a circunscrição do que é nacional no âmbito geográfico e quem são os cidadãos que a compõe, problematizando o que fora a amplitude territorial do grande império europeu Oitocentista e o modo como se construíram as múltiplas identidades no correr dos séculos.

Conforme Hobsbawn há uma ruptura nesta rede que, costumeiramente, era aquilo que ligava as pessoas na sociedade. Neste sentido o estrangeiro torna-se o problema encarnado que parece afligir todas as nações. Por ser de fácil identificação, “eles’ são reconhecíveis como ‘não nós’, em geral pela cor ou por outros estigmas físicos, ou pela língua” (2000, p.279).

Em certo sentido, o que se defende é a ideia do “nós” como um corpo de pessoas unidas por um número incontável de coisas que “temos” em comum – um “estilo de vida”, no sentido mais amplo, um território comum de existência em que vivemos, e cuja paisagem nos é familiar e reconhecível. É a existência disso que fica ameaçada com a entrada do que vem de fora (HOBSBAWN, 2000, p.280).

⁶⁰ Conforme Norbert Elias, num estudo com uma pequena comunidade, buscando traçar aspectos universais a partir dos indicadores obtidos, fora possível perceber o quanto os recém-chegados, “depois de algum tempo, pareciam aceitar, com uma espécie de resignação e perplexidade, a ideia de pertencerem a um grupo de menor virtude e respeitabilidade” enquanto o grupo estabelecido “atribuía a seus membros características humanas superiores” (ELIAS, 2000, p.20)



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Neste tempo as barreiras legais e de identidade acentuam a semelhança e a diferença, realçando um medo recorrente de que a imigração e uma consequente miscigenação leve as nações a se esquecerem de quem são, de onde vieram, decretando o fim daquilo que se entende por comunidade nacional. Mesclam-se neste raciocínio famosas teorias eugenistas do século XIX e persistentes argumentos xenófobos do século XXI. A ampla imigração representa um desafio para os Estados Nacionais, constituídos historicamente sob uma política de influência iluminista e universalista marcantes no século XIX que, por conseguinte, não eliminou sedimentos culturais seculares pré-Oitocentos tornando em efemérides as caricaturas nacionalistas.

Referências

- ANDERSON, B. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. "As promessas do Estado-nação para o início do século XXI" In HELLER, A. [et al.]. **A crise dos paradigmas sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, p.156-170.
- BERLIN, I. **Vico e Herder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- DUMONT, L. **O Individualismo - uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro, Rocco, 1985.
- ELIAS, N. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FINKIELKRAUT, A. **A derrota do pensamento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- FONTES, V. "A questão nacional: alguns desafios para a reflexão histórica" In MENDONÇA, S.; MOTTA, M. (Org.). **Nação em crise: as dimensões da história**. Niterói: Eduff, 1998, p.1-21.
- HERDER, J. G. **Filosofia de la historia para la educación de la humanidad**. Buenos Aires: Nova, 2007.
- HITLER, A. **Minha Luta**. Brasília: Editora do Carmo, 2016.
- HOBSBAWN, E. "Etnia e Nacionalismo na Europa de Hoje" In BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000,



IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

p.271-282.

OLIVEIRA, L. L. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RENAN, E. "O que é uma nação?" In MELLO, Renato de. **A nação de Renan**. Revista Caligrama, Belo Horizonte, 1999, p.139-180.

RENAUT, A. "*Lógicas de la nación*" In: Gil Delannoi y Pierre-André Taguieff (comps.). **Teorías del nacionalismo**, Barcelona, Paidós, 1993, p.37-52.

ROUSSEAU, J. J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

VINCENT, A. **Ideologias políticas modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1995.



IF-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Política brasileira: um olhar para prática política

Por: Rafael Egídio Leal e Silva⁶¹

Rafael.silva@ifpr.edu.br

&

Tiago Valenciano Previatto Amaral⁶²

⁶¹ É Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá – UEM, é Especialista em Sociologia no Ensino Médio pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, é Especialista em História das Religiões pela Universidade Estadual de Maringá – UEM, é Especialista em Teoria Histórico-Cultural pela Universidade Estadual de Maringá – UEM, tem curso de Aperfeiçoamento Profissional em Epistemologia e Educação pela Universidade Estadual de Maringá – UEM, tem curso de Aperfeiçoamento Profissional em Direito pelo Centro de Estudos Jurídicos Professor Luíz Carlos de Oliveira – CPLC, é Graduado e Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá – UEM e é Graduado em Direito pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. É servidor público federal, docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – EBTT, lotado junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – IFPR, no campus da cidade de Umuarama. Ministra as disciplinas de Sociologia nos cursos Técnico em Química, Informática, Edificações, ministra a disciplina de Psicologia da Educação, Antropologia da Educação e Sociologia da Educação no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. Atua como Coordenador de Pesquisa e pesquisador-efetivo do Grupo de Pesquisa Filosofia, Ciência e Tecnologia – IFPR. É membro do Grupo de pesquisa sobre Psicologia Histórico-cultural e Educação – UEM e no Grupo de pesquisa sobre Interação humana e contemporaneidade – UEM. Atua no Grupo de pesquisa sobre Estudos Paranaenses – UFPR. Atua nas Linhas de Pesquisa sobre: 1. Laboratório de estudos e pesquisa sobre interação humana e contemporaneidade; 2. Psicologia Histórico-cultural e Educação; 3. História, sociedade e cultura e 4. Grupo de estudos em Educação. É Coordenador do Projeto de Pesquisa sobre Contribuições do materialismo dialético para a compreensão do sujeito da modernidade: consciência, arte e política. É Coordenador do Projeto de Pesquisa sobre A opressão de gênero na política e na história: dos fundamentos filosóficos às instituições brasileiras. É membro do Corpo Editorial dos seguintes periódicos científicos: Revista do Núcleo de Estudos Paranaenses – NEP; Revista Acadêmica da Câmara Municipal de Maringá; IF-Sophia: revista eletrônica de investigações Filosófica, Científica e Tecnológica e Instituto de Cultura Política. Em 2016 recebeu o Certificado de Mérito da turma do curso Técnico de Química do IFPR – Umuarama. É autor de artigos científicos na mídia especializada nacional. É co-autor do livro “Política brasileira: como entender o funcionamento do Brasil” (2015) e Co-organizador do livro “Investigações Filosóficas – Sophia Umuarama – Filosofia, Educação e autonomia” (2015). É co-autor dos livros “Teoria Social” (2016); “Estado dominante e parentesco no Paraná” (2015).

⁶² É Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, é Mestre em Ciências Sociais



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Resumo

O objetivo deste capítulo é discutir alguns aspectos sobre a política e a política brasileira entendida como campo próprio de estudo e prática. Apresentamos aspectos gerais da política, questionamos o caminho da cidadania brasileira e os traços característicos do comportamento do brasileiro no campo político. Buscamos contribuir didaticamente para o ensino da política em nosso Ensino Médio.

Palavras-Chave: Política Brasileira; Cidadania; Educação.

Resumo

La celo de ĉi tiu ĉapitro estas diskuti iujn aspektojn de brazila politiko kaj politiko komprenita kiel kampo de studado kaj praktiko. Ni prezentas ĝeneralajn aspektojn pri politiko, pridubas la vojon de brazila civitaneco kaj la karakterizajn trajtojn de brazila konduto en la politika kampo. Ni serĉas kontribui al la instruado de politiko en nia malĉefa lernejo.

Ŝlosilvortoj: brazila politiko; Civitaneco; Edukado.

Abstract

The aim of this chapter is to discuss some aspects of the policy and Brazilian politics understood as own field of study and practice. We present general aspects of policy, we question the way the Brazilian citizenship and the characteristic features of the Brazilian behavior in the political field. We seek to contribute didactically to the policy of education in our high school.

Keywords: Brazilian Policy. Citizenship. Education.

O objetivo deste capítulo é lançar, ainda que de modo inicial e breve, o debate

pela Universidade Estadual de Maringá – UEM e Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. É servidor público federal, lotado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – IFPR. É servidor público municipal da cidade de Maringá e é professor horista no Centro de Ensino Superior de Maringá – CESUMAR. Atua na Linha de Pesquisa sobre Instituições e poder. Atua como integrante do Projeto de Pesquisa sobre Max Weber (1864-1920) e o surgimento da Sociologia Compreensiva. Atua com membro do Corpo Editorial do Núcleo de Estudos Paranaenses – NEP. É autor de artigos científicos em periódicos nacionais. É autor do livro “A radiografia do poder: as elites políticas de Maringá (1997-2012)” (2013). É co-autor dos livros: “Direito eleitoral: teoria e prática” (2018); “Tribuna: discursos de Bento Munhoz da Rocha Neto” (2016); “Política brasileira: como entender o funcionamento do Brasil” (2015); “Cara de santo: as propagandas políticas do Paraná” (2014); “Teoria social” (2016); “Política e sociedade em cidade de porte médio: o caso de Maringá” (2015) e “Estado, classe dominante e parentesco no Paraná” (2015).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

acerca da prática política no Brasil. Considerando o momento atual do país, que vive um verdadeiro caos político, é tempo de se perguntar: Por que a política brasileira parece sempre imersa em crises atrás de crises? Por que nosso país não dá certo, principalmente no âmbito da política?

Sustentamos que a política é o campo próprio do conflito, aliás, como Maquiavel já previra n'**O príncipe** (1999): a política é a resultante do conflito entre o povo e os poderosos. Este quer dominar, aqueles não querem ser dominados. Desta forma, a construção política se opera necessariamente no conflito. Mas o comportamento do cidadão brasileiro é extremamente ambíguo nesta seara: ora é extremamente pacífico e alienado; ora é de uma violência e ódio que nos faz necessariamente pensar a respeito de nossa sociedade e dos rumos a que, politicamente, estamos todos sujeitos.

Acreditamos que o cidadão brasileiro, ainda que movido por estruturas históricas e sociais que pautam seu comportamento, é papel da educação e dos professores das áreas de Ciências Humanas a conscientização da forma que o cidadão brasileiro foi moldado ao longo dos séculos, mas também de se mostrar que o campo político é distinto pois as possibilidades estão em aberto, e que cada cidadão tem sua parcela de poder que deve ser exercido. Abdicar deste poder, pacífica e alienadamente, é abdicar de muitas discussões que somente virão à tona nos períodos de crise. Justificamos este texto, portanto, como forma de chamar a atenção dos educadores para a prática política em nosso país. Este capítulo é inspirado no livro **Política Brasileira: como entender o funcionamento do Brasil** (2015), publicado pelos autores com o objetivo de apresentar a política e as relações políticas pátrias de modo didático e acessível aos alunos do Ensino Médio.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Estruturamos o presente capítulo da seguinte forma: na primeiramente trataremos da política e seu campo próprio. Utilizaremos de noções simples para que professores e alunos compreendam o porquê a política é uma disciplina diferente, pois ela não é apenas um apanhado teórico, mas essencialmente prático. Na segunda parte deste texto, trataremos da prática política no Brasil, e como o comportamento do cidadão brasileiro faz com que nossa política seja própria. Uma terceira parte, concluindo o texto, tem o objetivo de questionar a ética do cidadão brasileiro e reforçar o papel da educação neste processo.

Como entender a política?

É normal que as pessoas questionem como funciona a política e como fazer para entendê-la. Comumente, o cidadão tem dificuldade para compreender o cotidiano da política, isto é, quais são as ações rotineiras que vão influenciar a vida das pessoas, como o valor dos impostos, a contrapartida do Estado em realizar obras e aperfeiçoamentos na administração pública, o preço do combustível, do arroz, do feijão, da água, entre outros. Tudo isto fica ainda mais complicado quando falamos de corrupção, desvios de verbas públicas e a possível “mordomia” que os políticos brasileiros em geral têm. Mas, de fato, o que eu, um simples cidadão brasileiro tenho que fazer para conhecer a política? Existe algum curso específico para melhor entendê-la? Só de acompanhar o noticiário eu consigo captar as discussões que passam na política? São estas e outras perguntas que pretendemos responder neste tópico, a fim de facilitar a compreensão desta que é uma arte, uma ciência e uma paixão.

Antes de continuarmos a falar sobre a política é importante fazermos um

*IΦ-Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

exercício simples e didático para melhor entender o jogo de interesses e poder que se convencionou creditar a ela: afastar os preconceitos, isto é, esquecer tudo (ou quase!) sobre o termo. Vemos em nossos dias que o próprio preconceito está na pauta política, e muita energia de nossos governantes e representantes são gastos em torno de uma sociedade menos preconceituosa. Se isto é exigido dos nossos governantes, também é exigido de qualquer um que queira ser uma pessoa letrada politicamente.

Mas como dissemos acima: devemos esquecer quase tudo para iniciar nossa caminhada ao labirinto da política. um dos textos mais evocados ao se tratar de política (e que busca chamar a atenção sobre a necessidade da política) é **O analfabeto político**, do teatrólogo alemão Bertold Brecht (1898-1956). Vemos que Brecht afirma que o pior analfabeto é o político, que é aquele que não ouve, não fala e não participa dos acontecimentos políticos. Podemos pensar que o analfabeto político é aquele que não participa da política. Mas não! O analfabeto político já é, por si, um analfabeto (ainda que letrado)! Antes da participação política, há a necessidade do entendimento sobre a mesma. Uma ação autônoma, onde o individuo seja um sujeito (e não se torne sujeito) demanda, necessariamente, do seu entendimento prévio. E, no caso da política, este entendimento deve ser absolutamente estratégico. Afinal, falamos aqui de poder e seus jogos.

O analfabetismo nos remete ao fato de uma pessoa não saber nem ler nem escrever, ou, se o fizer, o faz mecanicamente, sem conseguir entender sentenças escritas simples. Talvez aqui comece nossa ideia sobre a política: ela é uma espécie de arte ou habilidade com as palavras. Não é comum, aliás, pensarmos que apenas pessoas que saibam discursam e que saibam usar as palavras podem ser políticos. Mas como isto nos ajuda a entender a política?



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

É a partir desta figura mental sobre a política (a boa, apenas a que conhecemos no momento), que recorreremos a um importante teórico que mudou a visão da prática política de sua época: Nicolau Maquiavel (1469-1527). Com seu livro “**O Príncipe**”, Maquiavel passou a analisar o Estado moderno de um modo diferente, talvez muito mais pelas práticas adotadas pela classe política do que pelos autores do período, em alguns casos preocupados em idealizar algo que na prática não acontecia. A contribuição sobre a nossa “nova” definição de política é oriunda do entendimento da obra dele, uma vez que a política pode também ser conceituada como a “arte de conquistar, manter e exercer o poder e o governo”.

Aí começamos a diferenciar um pouco como os estudiosos pensam sobre a política. O primeiro destes pensamentos é a política como arte, a qual somente os habilidosos prosperam. Como toda arte, é necessário um dom especial – às vezes até mesmo “sobrenatural” – para que ela se materialize. O que se passa na cabeça do artista só se transforma em arte a partir do momento em que este a coloca em prática. E esta arte, a “arte da política” não é tão fácil assim de ser efetuada, pois depende do relacionamento interpessoal, da condução de problemas específicos do campo político até as disputas de vaidade, muito comuns no contexto da política. Assim, o “artista da política” é alguém que possui esta habilidade de conduzir situações e tê-las sempre a seu favor, angariando simpatizantes e transformando ideias em ações concretas, que de alguma forma devem mudar a vida das pessoas.

O segundo pensamento é ver a política como ciência. E é isto que um cientista político faz, uma profissão contemporânea e muito diferente. Afinal, o que estes profissionais estudam? A política enquanto ciência surgiu depois do estabelecimento das ciências sociais no campo de pesquisa, marcado basicamente pela filosofia e pela história até o início do Século XIX, quando houve a percepção de



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

que uma nova área de pesquisa necessitava surgir. A partir do início do Século XX, a ciência política passou a analisar a política após o nascimento da Idade Moderna e, com esta área de atuação, profissionais se graduam para analisar os processos e sistemas políticos em vigência, sobretudo em relação aos políticos, partidos e eleições como um todo. No Brasil, a ciência política é recente, com o estabelecimento da área da década de 1970 em diante e, sobretudo, com a efetivação dos trabalhos da ABCP – Associação Brasileira de Ciência Política, no início da década de 1990. Desta forma, a política é tratada como ciência, isto é, um campo específico do conhecimento direcionado à pesquisa e ao ensino sobre as maneiras de como a política se consolidou ao longo dos anos.

Nossa última parte da trilogia diz que a política também é paixão. Não deixa de ser. A paixão é um sentimento muito forte em relação a outra pessoa ou a um tema, por exemplo. E assim dividimos a paixão em duas ocasiões: sobre a política e a paixão política. A primeira normalmente é ocasionada pela própria atividade política, muito envolvente e, de fato, apaixonante. A partir dela se podem conhecer muitas pessoas, participar das mais variadas formas possíveis (como candidato, militante partidário, de uma causa ou bandeira, como fiscalizador do governo, como cidadão comum, entre outras), além de cada situação ser diferente uma da outra, exigindo uma habilidade no relacionamento interpessoal específica. Já a segunda é a mais preocupante e a que “vivenciamos” nas redes sociais, por exemplo: a paixão acerca de determinadas causas ou pessoas, que muitas vezes “cega” o horizonte em relação a temas passíveis de solução, mas que o viés apaixonado não faz que as pessoas enxerguem a resolução dos problemas, muitas vezes em defesa do seu ponto de vista (sempre o correto).

Explicamos até aqui que a política diz respeito aos assuntos relacionados ao



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Estado, além de ser arte, ciência e paixão. Mas ainda não nos esquecemos da derivação do pensamento de Nicolau Maquiavel (1999): a arte de conquistar, manter e exercer o poder e o governo. Incluímos o governo nesta definição porque possuímos maior facilidade de visualizar os processos políticos em que o governo está presente: as disputas eleitorais, as obras, os benefícios que a população espera, enfim, tudo aquilo que está intimamente ligado ao governo. Entretanto, tal interpretação pode ser esmiuçada em duas vertentes. A primeira vertente é a de conquistar, manter e exercer o poder.

Das questões sobre política, o exercício do poder é a mais complicada. Argumentamos neste sentido de que o poder não é mensurado, tampouco tem um estilo específico para ser executado: ele é único para cada ocasião, variando muito de acordo com o cenário político proposto, dos atores envolvidos, enfim, de uma determinada situação. Adiante vamos abordar um pouco mais sobre o que é o poder e como ele acontece em nosso cotidiano.

Por hora, incluímos o governo nesta explicação porque é a ocasião em que mais visualizamos a prática política, isto é, nas ações: 1) para a conquista do governo, como explicitado anteriormente; 2) para a manutenção do governo: os projetos, programas, as propostas veiculadas durante a campanha, os servidores trabalhando, o cidadão que paga os impostos, enfim, o funcionamento em si que manterá o governo de pé; 3) o exercício do poder em relação ao governo.

O fato é a impossibilidade de definirmos a política em poucas linhas ou páginas: cada autor a caracterizará de um modo peculiar – ainda que em geral ela tenha um corpo específico, as peculiaridades deste corpo serão conferidas por cada pessoa que decide estudá-la. Da mesma forma, cada pessoa envolvida na política a praticará seguindo suas convicções, sua razão ou até mesmo sua paixão, orientando-



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

se para os assuntos pertinentes conforme seus procedimentos. Nosso objetivo nesta primeira parte é, em linhas gerais, explicar – ou apontar caminhos – para a compreensão da política acadêmica (aquela, dos cientistas políticos) e a política do dia-a-dia, efetuada desde o cidadão comum até ao Presidente da República por exemplo. Há, como demonstramos, uma relação entre as duas: ainda que pareçam distantes, a teoria e a prática são interdependentes entre si e, por fim, a sentença que aprendemos vale para várias ocasiões do relacionamento humano: é muito difícil se livrar da política, pois ela se manifestará constantemente em nossas vidas.

Desta forma, na próxima parte deste texto, trataremos sobre a prática política no Brasil, enfocando o comportamento do cidadão brasileiro. Enfocaremos aqui não o comportamento dos “poderosos”, mas como a cidadania brasileira foi moldada por caminhos tortuosos e é exercida em nossos dias.

O caminho da cidadania no Brasil.

A escravidão implantada pela colonização lusitana no Brasil não teve apenas o objetivo de exploração econômica, mas de apropriação de outros povos, como penitência religiosa da expansão pela fé ultramarina portuguesa. Como nos diz Oliveira, a escravidão brasileira caracterizou-se pelas “cores fortes da violência sexual como apropriação do corpo e anulação do outro, na proibição dos cultos africanos como proibição da fala, no rigor dos castigos como proibição da reivindicação” (OLIVEIRA, 1999, p. 59). Muito mais que econômica, a escravidão moldou a cultura em nossa sociedade.

Podemos considerar o trabalho é forma de criação de relações humanas e durante a modernidade ocidental, especialmente na formação do capitalismo, onde a burguesia colocou o trabalho como um de seus fundamentos filosóficos para suas



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

reivindicações de liberdade e propriedade (e, portanto, de sua cidadania). Na escravidão, as relações de trabalho estão totalmente transfiguradas e fortemente violentadas. Podemos até dizer que na escravidão o trabalho retorna ao seu conceito original: o *tripalium*, o chicote que açoitava os escravos da antigüidade. O trabalho escravo não é um direito ou um dever: é uma propriedade que aniquila a humanidade do escravo transforma em divino o senhor, proprietário daquelas vidas. É interessante notarmos que a escravidão no Brasil Colônia significou muito mais que um padrão de produção: significou a elaboração de uma verdadeira cultura na sociedade brasileira.

Esta herança rural teria gerado, segundo Sérgio Buarque de Holanda, em seu clássico **Raízes do Brasil**, o “homem cordial”, que, significa não a cordialidade do trato, mas o agir de forma sentimental, como se estivesse no âmbito da família, a “organização de defesa ante a sociedade” (HOLANDA, 1995, p. 147) que o para o brasileiro, “a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo” (ibidem). Assim, o homem cordial, o indivíduo brasileiro, para viver em sociedade, no espaço público, precisa transformá-lo em espaço privado, como se fosse extensão de sua casa ou de sua família. Ao criar os laços emotivos, abandona a racionalidade e os direitos. Tal formação foi fundamental na constituição da cidadania no Brasil. Cidadão, em nossas terras, é o sujeito que “tem o gênio quebrado a paulada, é o indivíduo dobrado, amansado, moldado, enquadrado, ajustado a seu lugar. O bom cidadão que se sente livre e igual, é o que se encaixa na hierarquia que lhe é prescrita.” (CARVALHO, 2005, p. 307). A cidadania no Brasil teve um caminho completamente diferente do que em outros países. Onde podemos, assim, localizar essa diferença histórica? Com certeza, os séculos de escravidão explicam muito, pois a categoria trabalho, fundamental para a



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

formação do cidadão livre e igual da modernidade, foi completamente enviesada em nossas terras, com a utilização massiva e cultural da escravidão.

Pretendemos demonstrar esses ingredientes que a cidadania forjada no Brasil considerando os seguintes temas: personalismo, patrimonialismo, clientelismo, nepotismo. Estes são os principais pontos (em nossa visão) que demonstram como a teoria não se encaixa na prática no sistema político do Brasil.

Esta pequena viagem sobre o chamado “pensamento social brasileiro” nos envereda para ingredientes pouco considerados na teoria de quem faz a política cotidiana (assessores, políticos, funcionários públicos), mas que são facilmente percebidas por quem rege o sistema político brasileiro. Talvez na teoria estes atores não conheçam estes termos (nem o nosso leito), mas estas práticas são preponderantes para compreendermos a máquina eleitoral e pública do país.

O personalismo é algo facilmente notado, muito criticado e com pequenas alternativas no atual sistema político brasileiro. Definimos o personalismo como atribuir para si problemas dos outros e, ao resolvê-los, se colocar como o “salvador da pátria”, isto é, aquele que solucionou um grande problema de outra pessoa. Ao realizar esta prática, o foco da resolução da questão está na pessoa – e não na crença em um sistema formado para dar conta de possíveis problemas ocasionados por ele mesmo.

Com a crença na pessoa que resolveu o problema, o sistema político brasileiro acaba criando os “super-heróis”, capazes de resolver tudo o que chega às suas mãos. Ele se torna uma espécie de “sabe tudo” da política e realiza a ponte entre dois atores fundamentais: o problema e a solução dos seus problemas. Digamos que o sujeito conhece intimamente a máquina pública e, prevendo os possíveis problemas que ela pode ocasionar, ele vai lá e ataca com seus dotes sobrenaturais as



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

questões apresentadas, levando uma resolução plausível a quem acionou seus poderes com uma palavra mágica.

Assim é que se forma o personalismo político: um ente com poderes “sobrenaturais”, capaz de agilizar a vida das pessoas. Com esta aptidão para solução de problemas, quem se beneficia do personalismo tende a permanecer no campo da política, especializando-se cada vez mais em sua atividade profissional. O personalista amplia seus poderes, conseguindo feitiços e magias que um cidadão comum raramente irá dominar – muito em consequência do costumeiro desinteresse pela política e pela burocracia da máquina pública brasileira.

Existem dois tipos de personalistas. O primeiro deles – e mais famoso – é o político. Ele pode ser Vereador, Prefeito, Deputado, Senador, Governador ou Presidente. Não importa o cargo, mas sim sua capacidade de resolver os problemas alheios. Quanto maior o cargo, mais poder ele tem e, conseqüentemente, mais chances de solucionar as questões que chegam à sua mesa de trabalho.

Este traço personalista na política brasileira tem como pano de fundo o conceito de sebastianismo. Esta expressão é originária pela morte do rei D. Sebastião, durante a batalha de Alcácer-Quibir, no ano de 1578. Como D. Sebastião não possuía herdeiros, criou-se a lenda em Portugal que o rei um dia iria retornar, para afastar os intrusos da coroa e resolver todos os problemas do reinado de Filipe II. Mesmo que morto, D. Sebastião um dia voltaria e as pessoas passaram a acreditar nisso.

A partir desta lógica, “personalizamos” tudo o que acontece na política. Se o dólar sobe, a culpa é do Presidente. Se uma estrada não é asfaltada a culpa é do Governador. Se a creche não oferece merenda, a culpa é do Prefeito. Notem que o Poder Legislativo (por suas características próprias já elencadas) é absolvido das



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

críticas mais personalistas em algumas situações, uma vez que o Poder Executivo é o mais visado quando o assunto é eleição e, porque não, política.

O segundo tipo de personalista é o assessor do político. Há uma carreira de assessoria, que começa normalmente na primeira eleição e segue com a manutenção do político no poder. É muito difícil encontrar um assessor de fora do campo da política que domina toda a burocracia existente, capaz de dar conta de personalizar o problema alheio, resolvê-lo e transferir esta personalização ao político que o assessor serve. É um jogo complexo, mas muito natural para quem atua em assessorias políticas.

Por outro lado, o próprio político busca encaixar em sua equipe alguém que domina a máquina pública. São advogados de carreira político-eleitoral, jornalistas, secretárias, assessores que conhecem os trâmites da secretaria, dos três poderes, enfim, um grupo responsável por conduzir os rumos do mandato de determinado político. Observe que o assessor personalista tem mais chances de se manter no sistema do que aquele que não demonstra seus dotes pessoais ou que partilha os projetos com a equipe. Estes normalmente são facilmente catapultados pelos políticos, porque parece não demonstrar serviço.

Diante deste cenário personalista, é muito difícil enxergamos uma saída para este sistema. Codato (2005) argumenta que

a função política do personalismo nessa conjuntura, só pôde manter-se graças a duas fontes: pelo clientelismo parlamentar (antes representado pelo atendimento, legítimo, aliás, das emendas ao orçamento; agora diretamente sob a forma de mesada) e pela patronagem, características que derivam justamente de uma "relação direta" (i.e., não mediada pelas instituições) entre representantes-representantes e representantes-representados. (CODATO, 2005, p.1).



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

O segundo tópico de nossos indícios para a explicação dos motivos pelos quais o Brasil não dá certo é o patrimonialismo. Este fenômeno ocorre desde o Brasil Colônia e permanece até hoje na pauta de debates da política nacional. Mesmo que os políticos não assumam a prática do patrimonialismo, este surge e ressurge com força e vigor quando “novos” políticos assumem o poder. Mas, o que é este tal patrimonialismo?

Patrimonialismo é quando na há a separação entre o público e o privado, ou seja, quando os assuntos da máquina pública são misturados com os assuntos pessoais de quem está no poder. É o benefício do uso da máquina pública para fins estritamente pessoais, ganhando vantagens e utilizando da influência da política para êxito próprio.

O termo sugere que o Estado se torne um patrimônio próprio do governante, em que ele faz o que bem entende, sem distinção, utilizando-se da máquina pública para fins pessoais. Desta forma, há a apropriação dos bens públicos, incorporando ao patrimônio pessoal as prerrogativas concedidas pelo cargo que o político exerce. São inúmeros os exemplos de que o patrimonialismo ainda permanece na política brasileira, tanto na esfera municipal, estadual ou federal.

O nosso próximo ponto é o nepotismo: “A minha tese é simples. Família ainda importa. As estruturas de parentesco formaram parte da realidade social e política brasileira no século XXI” (OLIVEIRA, 2012). Com esta afirmação, Ricardo Costa de Oliveira dá início às discussões sobre um dos temas da moda na sociologia política brasileira: o nepotismo. Em **“Na teia do nepotismo – sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil”**, Oliveira pretende traçar um panorama geral sobre como o nepotismo surgiu, se desenvolveu e ainda perpetua nas diversas esferas de poder no país.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

A hierarquização do Estado brasileiro em seu princípio (pautado também por insígnias simbólicas) aliado à nobreza portuguesa contribui para que o nepotismo se desenvolvesse. Afinal, o poder nas câmaras municipais, dos padres das famílias e dos tabelionatos era geralmente concentrado nas mãos de poucas famílias. Além disso, frequentar espaços sociais comuns e o relacionamento intraclasse fizeram com que a miscigenação entre as famílias aumentasse nas vilas do país. Em outras palavras: os integrantes da nobreza procuravam perpetuar os laços familiares com membros de famílias da mesma linhagem social, postadas sempre nos altos estratos sociais. Estas foram as linhas gerais das origens do nepotismo no Brasil, descritas minuciosamente pelo autor, com citação de dados históricos e episódios que marcaram o início do domínio das famílias nas esferas de poder nacionais.

No segundo momento, há a valorização da estrutura social e os indícios de como o nepotismo se transformou em um processo condizente com a sociedade brasileira. Neste sentido, o autor argumenta que as famílias de origem portuguesa – chamadas de “quinhentões” são as que dominam as estruturas de poder, espalhando-se pelos principais postos de ação social. Prova disso são as propriedades escravistas em seus nomes, a atuação nas fazendas e nos engenhos, os proprietários de tabelionatos, representação de autoridade nas vilas, a extensão para os poderes legislativo, executivo e judiciário, enfim, uma ramificação socioestatal e Estado e sociedade amplamente difundida até os dias de hoje. Aliada a esta estrutura social brasileira surge a análise genealógica, ratificando a tese de Oliveira que família ainda importa: o Estado em que os poderosos mandam necessita de pesquisas sobre a genealogia e as redes de parentesco atuando em favor do poder.

Diante deste quadro, o nepotismo e seus tentáculos é, sobretudo, “um processo de produção e reprodução de desigualdades” e, segundo Oliveira, é



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

necessária a criação de um observatório para estudar o fenômeno – muitas vezes organizado por redes familiares em um dado espaço e tempo. Em seu estágio inicial o nepotismo ocorre através de uma rede de poder local, espalhando-se pelos poderes executivo, legislativo e judiciário abordados no texto. Além destes, o autor elege os cartórios, os tribunais de contas, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, os tribunais eleitorais e os conselhos das estatais para a execução de um detalhado exame do nepotismo no Brasil. Vale ressaltar ainda os fluxogramas apresentados, uma ferramenta primordial para entendimento do fenômeno nas principais esferas de poder do país.

No quarto momento, o nepotismo é retratado no Estado do Paraná a partir da emblemática figura de Aníbal Khury, Deputado Estadual que perpetuou seu poder a partir da segunda metade do século XX na Assembleia Legislativa do Paraná. Articulado, o legado deixado por Khury de clientelismo e patronagem no centro legislativo que leva seu nome é estudado pelo autor. A partir da figura central de Aníbal Khury, Oliveira destrincha o nepotismo no Paraná e a herança do fenômeno no poder legislativo, com os empresários nas relações do poder executivo, enfim, no cenário político paranaense do século XX e início do século XXI.

É a partir deste quarto momento que há uma das mais importantes contribuições do livro: as exatas 62 famílias que comandam o poder (nas diversas ramificações já citadas) no Estado do Paraná dos tempos de província até os dias de hoje. Oliveira conseguiu um grande achado em suas pesquisas ao afirmar categoricamente este número, além de apontar (com riqueza de dados) quem são, como são parentes e onde estão localizados as veias do nepotismo de cada família elencada.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

A ética do eleitor brasileiro

Se os conceitos de cidadania e trabalho possuem, em nossa formação, o contrário da cidadania em outros países como vimos, como então o eleitor se comporta? Ou melhor, como a ética política é exercida em nossa democracia, cujo “símbolo” de participação é o título de eleitor? Talvez uma das expressões da política brasileira seja a eleição. Realmente, nossa política parece renascer nos períodos eleitorais, para ficar em transe nos anos sem eleições. A eleição compulsória como parte de nossa cultura política (que não é regra nas democracias) gera o imaginário que política tem dois lados: ou você vota, ou você é votado. Na raiz da palavra eleitor está o latim *legere* (catar, colher). Desta palavra, foi derivada diretamente o **ler** em português. Ler é catar, colher, buscar nas palavras escritas o seu significado. Leitor é aquele que lê, ou aquele que colhe. Já a palavra **eleger** é o *legere* acrescido do prefixo *ex* (fora). Assim sendo, o eleitor é aquele que traz para fora a sua escolha. Se o leitor colhe, o eleitor escolhe. Mas deve se responsabilizar por esta escolha, pois para escolher, há necessariamente a presença de uma colheita, que somente virá com o processo de leitura. Um dos problemas de nossa democracia reside nisto: o processo eleitoral não está atrelado ao processo educativo brasileiro. E, por incrível que pareça, a eleição forçada tornou a leitura desobrigada, e a educação desnecessária. Vivemos um problema ético?

Tomaremos por ética o seu sentido mais radical, o *ethos* grego, que significava casa, morada. Como a casa era a unidade básica da sociedade escravocrata antiga, onde habitava a família (do latim *famulus*, servo ou escravo) era, portanto onde se cultivavam os “costumes”. Tomaremos o termo “ética” como uma síntese social de comportamentos, a fim de compreendermos o eleitor brasileiro e sua vivência democrática.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

E claro que somos motivados pela necessidade de compreender o ódio verificado nos dois últimos pleitos e que anima os dias atuais, os quais, diante dos resultados houve (e há) manifestações extremadas de aversão, segregacionistas, racistas e até mesmo grupos que pedem abertamente a implantação e intervenção militar no governo brasileiro. O que chama a atenção é o fato da completa passividade do eleitor durante os mandatos, para se transformar em um ser completamente ativo conforme se aproximam os dias das eleições. O espaço de tempo entre o primeiro e o segundo turno é uma panela de pressão de ódio, que foi abundantemente destilado nos dias que se seguiram ao resultado final. Como explicar tal contradição?

Temos então a necessidade de um olhar mais acurado sobre este fenômeno: quem são os grupos que se digladiam tão ferozmente? Observemos que são pessoas que constituem a mesma faixa de classe social: a classe média. É justamente o eleitor das classes sociais medianas e urbanas (tanto em termos de ganho, nível de escolaridade e ocupação) que se transforma no portador do *odium* eleitoral. Tanto as classes ricas (falamos das verdadeiramente ricas, e não a classe média que acredita ser rica) quanto as classes pobres, por terem projetos políticos mais claros e objetivos e também manobras políticas mais efetivas do que as ineficientes manifestações e mobilizações virtuais da classe média, ficam em silêncio com o resultado da eleição: para essas classes, política se faz com pressão política durante o mandato, e para atender aos seus interesses mais imediatos.

Claro que esta situação acontece também pelas opções históricas da forma e conteúdo da política. Optamos por uma democracia cujo voto é obrigatório. Optamos pelo esvaziamento político e ideológico capitaneado pelos partidos. Optamos por eleger os candidatos pela força da imagem, e não pela força das ideias. A vivência



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

democrática brasileira, mais que tardia, é vazia de sentido e repleta de imagens e de imaginação.

Diante de tal panorama, onde podemos fundamentar o comportamento do eleitor brasileiro? Onde reside sua ética? Por um lado, temos a precariedade das instituições democráticas, e por outro, temos o futebol como esporte e atividade social estruturante da sociedade no século XX. O brasileiro pode não ter se acostumado à vivência política, mas está plenamente assimilado à vida futebolística. Desta forma, seu padrão de conduta não é a do cidadão, mas do torcedor: aquele que grita, chora, ri, faz barulho, briga se for necessário. Mas quando chega em casa abre uma cerveja e se afunda no sofá.

Nossa política não tem cidadãos, mas sim torcedores. O problema é que esses “torcedores” infantilmente expressam simpatias por ideologias que já provaram ser destrutivas à humanidade, o que pode corroborar a implantação de tais regimes no futuro. Um sério debate se faz necessário, e urgente, e com certeza a escola é um de seus lugares principais. Como formar cidadãos que efetivamente comportem-se com plena consciência de seu papel histórico?

Referências Bibliográficas

CARVALHO, J. **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CODATO, A. “Reforma política: entre comportamentos e instituições” *In* Revista Espaço Acadêmico, Maringá: n. 55, dezembro de 2005. Disponível em http://www.espacoacademico.com.br/055/55pol_codato.htm. Acesso em 15.03.2016.

HOLANDA, S. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEAL E SILVA, R. & VALENCIANO, T. **Política brasileira: como entender o funcionamento do Brasil**. Astorga/PR: Sahar, 2015.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

OLIVEIRA, F. “Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal” *In*: OLIVEIRA, F. & PAOLI, M. C. (orgs.). **Os sentidos da democracia: políticas de dissenso e hegemonia global**. Petrópolis – RJ: Editora Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

OLIVEIRA, R. **Na teia do nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil**. Curitiba/PR: Insight, 2012.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Divulgação

As origens gregas do racionalismo popperiano

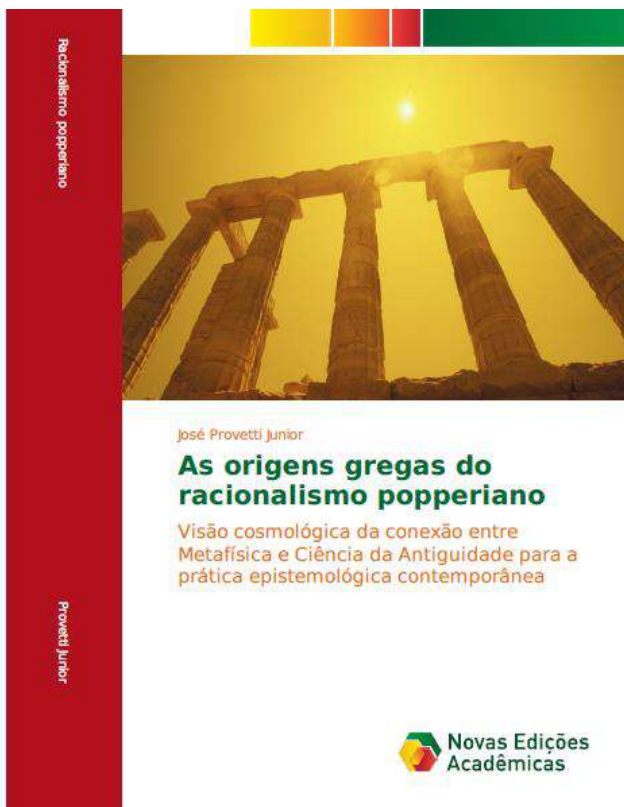
Iniciadores do modo discursivo racional inaugurado na Hélade Arcaica e que se mostram a fonte da rica matriz do desenvolvimento racional e científico posterior. Popper levanta a questão da crítica ao método indutivo da ciência positivista, localizando-o historicamente no que denominou "mito baconiano" e em certa tendenciosidade de Aristóteles ao criar o método indutivo com base no procedimento socrático do *elencho*. Supõe-se compreender a relevância do convite de Popper quanto ao regresso aos gregos e sua motivação originária quanto à cosmologia e à teoria do conhecimento, através da possibilidade de melhor compreender a lógica da investigação científica popperiana, investigando as bases histórico-filosóficas de sua argumentação que, conforme se acredita, está diretamente estabelecida no veio do pensamento pré-socrático.



É mestre em Filosofia Moderna e Contemporânea pela UNIOESTE e em Cognição e Linguagem pela UENF, é especialista em História, Arte e Cultura pela UEPG e em Saúde para professores e alunos dos Ensinos Fundamental e Médio pela UFPR, é graduado e licenciado em Filosofia pela UERJ. Servidor público federal, docente de Filosofia EBTN no IFPR.



978-613-0-16981-7



José Provetti Junior

As origens gregas do racionalismo popperiano

Visão cosmológica da conexão entre Metafísica e Ciência da Antiguidade para a prática epistemológica contemporânea

Novas Edições Acadêmicas

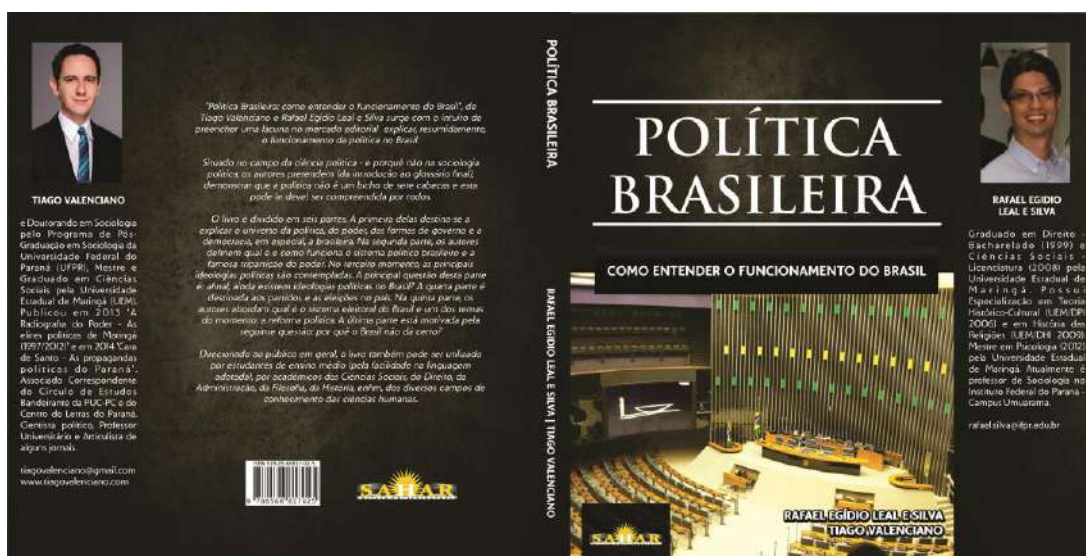
Por: José Provetti Junior É disse que fala a obra: propõe-se a apresentar os resultados de uma pesquisa em torno das bases filosóficas da visão popperiana do conhecimento, pois se supõe, através da obra de Popper, **O Mundo de Parmênides: ensaios sobre a ilustração pré-socrática (TWP)**, a ideia de retorno aos gregos no que respeita à atitude originária destes quanto à filosofia. Iniciadores do modo discursivo racional, inaugurado na Hélade Arcaica e que se mostraram a fonte da rica matriz do desenvolvimento racional e científico posterior. Popper levanta a questão da crítica ao método indutivo da ciência positivista, localizando-o historicamente, tanto no que denominou “mito baconiano” quanto em certa tendenciosidade de Aristóteles ao criar o método indutivo, com base no procedimento socrático do *elencho*.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Supõe-se compreender a relevância do convite de Popper quanto ao regresso aos gregos e sua motivação originária quanto à cosmologia e à teoria do conhecimento, através da possibilidade de melhor compreender a lógica da pesquisa científica popperiana, investigando as bases histórico-filosóficas de sua argumentação que, conforme se acredita, está diretamente estabelecida no veio do pensamento pré-socrático. O que possibilita compreender o conjunto da obra popperiana como sendo uma tentativa do filósofo em construir um sistema cosmológico autenticamente fundante, alinhado com o filosofar helênico arcaico, com vista aos desafios da filosofia e da ciência contemporâneos, no que se refere à Epistemologia.



Por: Tigo Valenciano & Rafael Egídio Leal e Silva

Vivenciamos na atualidade uma forte turbulência política em todos os âmbitos. Nunca a política esteve tão desacreditada como agora. Assistimos uma crise forte da qual ainda sabemos como será seus rumos e desdobramentos. Apesar deste mar revolto e de incertezas, o pensamento brasileiro é brindado com uma obra importante, fruto de profunda reflexão de seus autores, Tiago Valenciano e Rafael Egídio Leal e Silva.



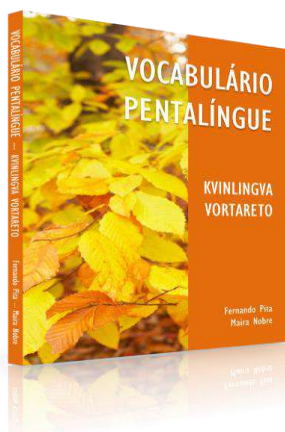
IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

O livro “Política Brasileira: como entender o funcionamento do Brasil”, nasce como o preenchimento de uma lacuna no mercado editorial e principalmente na ciência política. A obra dos escritores tenta explicar, de maneira resumida, como funciona a política no Brasil, dentro do âmbito da ciência política.

Tiago e Rafael pretendem, de maneira simples e objetiva, explicar desde a introdução ao glossário final, que a política não é um bicho de sete cabeças e que, apesar das incompreensões da atualidade, deve ser compreendida pelos brasileiros.

Esta obra é organizada em seis partes. A primeira destina-se a explicar o universo da política, do poder, das formas de governo e a democracia, em especial, a do Brasil. Na segunda parte, os autores Tiago e Rafael definem qual é e como funciona o sistema político brasileiro e a tripartição do poder. Na terceira parte, as principais ideologias políticas existentes são estudadas. E a principal questão discutida aberta nesta parte é: afinal, ainda existem ideologias políticas no Brasil? Na sequência, na quarta parte, os autores demonstram os partidos e as eleições no país. Na quinta, os autores abordam qual é o sistema eleitoral do Brasil e um dos temas do momento: a reforma política. A parte final tende a demonstrar porque a política no Brasil é algo tão complexo de ser compreendido. O trabalho é encerrado como um glossário com os principais conceitos abordados no livro.





IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

VOCABULÁRIO PENTALÍNGUE: *KVINLINGVA VORTARETO*

Por: Luiz Fernando Pita⁶³

&

Maira Nobre⁶⁴

Nossa prática pedagógica como professores de língua estrangeira mostra-nos que, a par das regras gramaticais, ortográficas e de pronúncia pelas quais os estudantes têm necessariamente de passar, um dos maiores empecilhos para um desenvolvimento mais rápido no idioma desejado é a aquisição de um vocabulário. Embora o aluno diversas vezes domine os conteúdos mencionados, faltam-lhes as palavras exatas para se expressarem.

Por isso, resolvemos trazer a público a presente obra, que, longe de ser completa, oferece ao estudante o vocabulário de uso mais frequente nas situações que um falante de língua estrangeira vivencia.

63 Doutor em Letras Português-Latim pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, é mestre em Literaturas Hispânicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e graduado em Letras Português-Espanhol pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. É pesquisador-efetivo e Coordenador de Pesquisa do Grupo de pesquisas Filosofia, Ciência e Tecnologias – IFPR, vinculado a Linha de Pesquisa de Idioma Internacional Neutro – Esperanto. É Diretor de Ensino da Associação Esperantista do Rio de Janeiro – AERJ.

64 É doutora em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, mestra em Ciência da Literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e graduada e licenciada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. É Diretora do Departamento de Divulgação da Associação Esperantista do Estado do Rio de Janeiro – AERJ e Primeira-Secretária da Cooperativa Cultural dos Esperantistas – CCE.



IF-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

JPJ Editor



Site do Grupo de pesquisas Filosofia, Ciência e Tecnologias – IFPR

<http://www.grupodepesquisafilosofiacienciaetecnologiasifpr.com/>

O **sítio do Grupo de pesquisas** foi elaborado para a veiculação das produções de ensino, pesquisa e extensão dos pesquisadores-efetivos, pesquisadores-colaboradores e pesquisadores-júniors da equipe investigativa.

Corresponde à demanda do Projeto de pesquisa, que visa a socialização e democratização de todos os saberes e conhecimentos produzidos pela equipe investigativa, nos moldes de geração de Filosofia, Ciência e Tecnologias sugerido pelo referencial teórico do Grupo, o filósofo e epistemólogo Karl Raymund Popper.

O sítio é composto por páginas de “Atualidades”, “Coordenações”, “Quem somos e o que pensamos”, “Lista de pesquisadores”, “JPJ Editor”, se subdividindo este site em: “Títulos”, “Vídeos-aula”, “Orientações para pedidos físicos de livros ou vídeos” e “Centro de análise de obras para publicação”.

O sítio do Grupo também possui o site para a “IF-Sophia: revista eletrônica de investigações filosófica, científica e tecnológicas”, órgão de divulgação científica do Grupo.

Há um link para Reportagens com professores e pesquisadores que já travaram conhecimento em alguma das atividades do Grupo de pesquisa. (Em construção). E um link para você se comunicar com a Coordenação Geral do Grupo

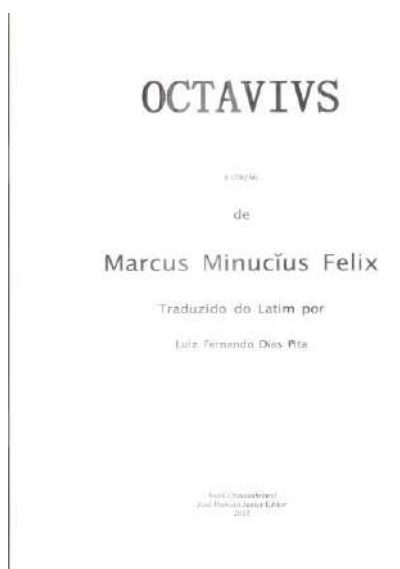


IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

de pesquisas e expor sua opinião e sugestões sobre o conteúdo do site.

Acesse e conheça os serviços públicos, estatais e gratuitos oferecidos pela equipe investigativa do Grupo de pesquisa Filosofia, Ciência e Tecnologias – IFPR!



OCTAVIUS

De Marcus Minucius Felix

Tradução do Latim por Luiz Fernando Dias Pita

OCTAVIUS foi escrito por Marco Minúcio Félix entre os anos de 175 e 190 d. C., e é apenas graças a um feliz acaso que podemos, hoje, contar com essa peça-chave para preencher os bastante desfalcados quebra-cabeças da evolução da literatura em língua latina e o da aculturação do Cristianismo nas porções ocidentais do Império Romano,



IΦ-*Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

pois a obra chegou até nós unicamente por um grato engano de algum copista medieval que, confundindo seu título com a palavra "*octauus*", isto é, "o oitavo", incluiu-o como o oitavo livro do *Aduersus nationes*, de Arnóbio.

A historiografia cristã nos ensina que o processo de divulgação do Cristianismo começa, ainda no século I, pelo trabalho dos apóstolos juntos às sinagogas espalhadas pelas cidades de expressão grega do Oriente do Império, conseguindo aí formar os primeiros núcleos cristãos. Tais convertidos eram, como o próprio São Paulo, judeus que, por força da convivência, vinham, há já algumas gerações, construindo um diálogo entre sua tradição religiosa e a cultura helenística presente nessas cidades.

É DISSO QUE TRATA essa obra: é um empolgante e profundo diálogo entre o autor, patricio romano cristão e seus melhores amigos, romanos, a respeito das bases e fundamentos filosóficos da então nova religião. Tão perseguida pelo governo e incompreendida pelos cidadãos, vítima de preconceitos e de sincretismos com outras seitas do Império. Quem é mais próprio? As ideias do carpinteiro galileu ou a religião civil de Roma?

A obra se encontra disponível, gratuitamente, no sítio <http://www.grupodepesquisafilosofiacienciaetecnologiasifpr.com/#!ttulos/ch3p>



IF-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica



Investigações Filosóficas-Sophia: Umuarama – 2012 – Filosofia, Educação e Autonomia

Organizado por:

Alan Rodrigo Padilha

Rafael Egídio Leal e Silva e

José Provetti Junior

Investigações Filosóficas-Sophia: Umuarama – 2012 – Filosofia, Educação e Autonomia é a transcrição dos seminários realizados durante o primeiro ano de realização do Projeto de extensão IF-Sophia, na cidade de Umuarama, versando sobre questões relacionadas a Filosofia enquanto processo de promoção da educação e autonomia humana.

É DISSO QUE TRATA esta obra: da análise crítica, por vários filósofos brasileiros, do papel dos saberes filosóficos na promoção da autonomia cidadã, através da educação, tendo como referência alguns dos importantes



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

pensadores contemporâneos da atualidade.

A obra se encontra disponível, gratuitamente, no sítio

<http://www.grupodepesquisafilosofiacienciaetecnologiasifpr.com/#!ttulos/ch3p>

Outros títulos da JPJ Editor



O dualismo em Platão

Por: José Provetto Junior

O **DUALISMO EM PLATÃO** tenta compreender as relações psyché-sôma (alma-corpo). Essa motivação se fundamenta nas dificuldades engendradas pela Filosofia da Mente para estudar, refutar ou justificar a mencionada relação. Para aproximação do assunto intentou-se analisar o que Platão compreende por alma (psyché) e corpo (sôma), nas seguintes obras: “Timeu”, “Fédon”, “Fedro”, a “República”, “Apologia de Sócrates”, “Mênon”, “Banquete”, “Sofista” e “Político”.

Embora seja uma pequena fração do conjunto das obras de Platão, acredita-se que essa amostragem seja



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

suficiente para tentar alcançar o mencionado objetivo.

A hipótese que se defende é que não é possível a um grego da época de Platão conceber uma separação diametralmente oposta e radicalmente incomunicável entre o que a tradição filosófica convencionou chamar de Mundo Sensível e Mundo Inteligível, ou em outras palavras, aquilo que viria a fundamentar a distinção atual na Filosofia da Mente entre o mental e o físico.

É DISSO QUE TRATA esta obra: da análise crítica de uma amostragem das obras de Platão a respeito dos conceitos de alma e corpo, suas relações, imbricações e consequências, sob o enfoque a História Psicológica, das Ideias e das Mentalidades envolta no problema contemporâneo do campo da Filosofia da Mente que tenta explicar o que é a mente humana e suas interações com o corpo.

A obra se encontra disponível, gratuitamente, no sítio

<http://www.grupodepesquisafilosofiacienciaetecnologiasifpr.com/#!ttulos/ch3p>



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica



A alma na Hélade: a origem da subjetividade Ocidental

Por: José Provetta Junior

TRADICIONALMENTE no campo filosófico, as concepções de indivíduo, interioridade, subjetividade e demais correlatos ao conceito de indivíduo são creditados a Descartes, que viveu no século XVII, com sua reflexão metafísica que conclui com o famoso “penso, logo existo” (1996: 265-275).

No entanto, ao historiador da filosofia cabe a tarefa de investigar as raízes históricas da famosa asserção cartesiana e remontando à tradição filosófica anterior ao pensador francês, percebe-se que é possível investigar a rede de filiações conceituais que eclodirão em Descartes, advindas dos inícios do pensamento filosófico, na Grécia, em especial, no que se refere ao conceito de alma e pelo que se entendia sobre isso no pensamento pré-socrático.

Nessa medida, “A Alma na Hélade: a origem da subjetividade ocidental” é um trabalho no qual procurou-se estudar as bases do pensamento pré-socrático, as latências das noções de subjetividade e indivíduo ocidental sob a



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

perspectiva do desenvolvimento dos conceitos de alma, imortalidade e sobrevivência da alma ao fenômeno da morte.

Dessa investida de compreensão a respeito do pensamento e vivência psicossociais dos helênicos pré-socráticos, buscou-se demonstrar como se deu o afastamento dos deuses do cotidiano existencial das representações helênicas que os homens da época tinham a nítida percepção da desvinculação divina de seu dia a dia, observada através das doutrinas dos filósofos do período posterior a Sócrates, bem como os deslocamentos de valor aplicado à noção de *areté*, pelo corpo cívico.

É DISSO QUE TRATA esta obra: da análise crítica e histórica das bases culturais do pensamento filosófico grego em torno do conceito de alma sob a perspectiva da História das Mentalidades, das Ideias e Psicológica, buscando tornar mais compreensível a Filosofia pré-socrática.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Chamadas públicas

1. Julho/ 2018 – Cidadania, democracia e representatividade política e sindical.

Próximas chamadas

2. Outubro/ 2018 – A Ciência Histórica: questões metodológicas das práticas investigativas.
3. Janeiro/ 2019 – História Antiga: novas perspectivas.
4. Abril/ 2019 – Religião no mundo Antigo.

Informações através do sítio:

<http://www.grupodepesquisafilosofiacienciaetecnologiasifpr.com/>

<http://www.grupodepesquisafilosofiacienciaetecnologiasifpr.com/>